

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em História

Mariana Vargens Silva

**O Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais
e a escrita da história do Brasil republicano**

Belo Horizonte
2017

Mariana Vargens Silva

O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS
E A ESCRITA DA HISTÓRIA DO BRASIL REPUBLICANO

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre ao Programa
de Pós-Graduação em História da UFMG.

Linha de pesquisa: História e Culturas Políticas

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Eliana Regina de Freitas Dutra

Belo Horizonte

2017

907.2
S586i
2017

Silva, Mariana Vargens

O Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e a escrita da história do Brasil republicano [manuscrito] / Mariana Vargens Silva. - 2017.

208 f.

Orientadora: Eliana Regina de Freitas Dutra.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia

1.História – Teses. 2.Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais - Teses. 3. Brasil – Historiografia – História - Teses. I. Dutra, Eliana Regina de Freitas . II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Dedicado a Emanuelle Vargens e Alexandre Tomaz, faróis em meio à tempestade.

AGRADECIMENTOS

À Prof.^a Dr.^a Eliana de Freitas Dutra, por sua inestimável orientação. A ela devo desde a sugestão do tema até as discussões mais elaboradas a respeito da bibliografia, sem contar as fontes com as quais iniciei a pesquisa e as inúmeras sugestões de abordagens e leituras que contribuíram de forma essencial para este trabalho. Agradeço-lhe imensamente por ter acreditado no potencial desta pesquisa e em minha capacidade de levá-la a cabo, especialmente naqueles momentos em que eu mesma me sentia incapaz. Devo ainda à Prof.^a Eliana meus sinceros agradecimentos pela acolhida no *Projeto Brasiliana* - UFMG, ambiente no qual dei meus primeiros passos na Iniciação Científica e recebi grandes contribuições para minha formação.

Aos Professores Doutores Douglas Attila Marcelino e Ivana Parrela, por suas contribuições no Exame de Qualificação, ocorrido em abril de 2016, que me auxiliaram a melhor definir os rumos do debate proposto e encontrar novas fontes que foram de grande auxílio no aprofundamento do tema.

Faz-se necessário um agradecimento especial ao Prof. Dr. Douglas Attila Marcelino, pelos diálogos no grupo de estudos *Ritualizações do poder e do tempo* e nas diversas disciplinas – tanto obrigatórias, quanto optativas - que foram essenciais à formulação e amadurecimento do tema e em seu aporte teórico-metodológico.

Ao Prof. Dr. Luiz Arnaut que tanto me ajudou durante as disciplinas optativas, ainda na graduação, promovendo debates fundamentais para o desenvolvimento de uma visão crítica em relação ao momento e aos personagens estudados.

Às equipes da *Rede de Bibliotecas* da UFMG, da *Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa*, do *Arquivo Público Mineiro*, do *Arquivo da Cidade de Belo Horizonte* e, em especial, à biblioteca do *Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. O auxílio e o suporte que recebi nesses lugares, que estiveram muito além de uma simples prestação de serviços, foram de extrema importância para o sucesso desta pesquisa.

Aos meus colegas da FAFICH/UFMG Rute Torres, Bruno Vinícius de Moraes, Gislaíne Gonçalves, Mariana de Moraes Silveira, Henrique Brener Vertchenko, Marina Helena Meira Carvalho, Raul Lanari, Meiriele Cruz, Elisângela Ribeiro, Gizele Ribeiro, dentre tantos outros que, em meio às suas próprias demandas acadêmicas, sempre encontraram tempo para me apoiar em todos os sentidos.

Aos meus amigos e familiares, em especial à minha mãe, Elza Pereira Vargens, e minhas irmãs, Aryane e Nayane Vargens, pela constante torcida, carinho e estímulo. A eles dedico cada passo desta conquista, porque foram eles que incansavelmente acreditaram no

meu potencial e me forneceram aportes para que eu pudesse superar os obstáculos encontrados ao longo do caminho.

Por fim, agradeço ao PPGHIS/UFMG pelo suporte e amparo, e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes pelo financiamento da pesquisa, sem os quais o projeto jamais teria se concretizado.

RESUMO

A implantação do regime republicano no Brasil incentivou a reescrita da história nacional, movimento coordenado pelo *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* que se empenhou em reunir em torno de si os institutos estaduais, dentre eles o *Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, fundado em 1907. Os sócios do *Instituto Mineiro* enfrentaram o desafio de criar um discurso que fosse ao mesmo tempo capaz de reunir sua elite política interna, reduzindo os conflitos regionais, e projetar o estado na grande história nacional. Com esse objetivo, selecionaram no passado alguns temas que foram trabalhados de forma recorrente: a ação dos bandeirantes paulistas que teriam povoado o território e iniciado a civilização em Minas; a Revolta de Felipe dos Santos, de 1720, movimento tido como precursor da grande Inconfidência Mineira, este abordado de maneira especial enquanto representativo da participação do estado na formação da República nacional. O modo de escrita da história foi igualmente repensado no período, atentando-se tanto às novas propostas europeias, quanto às demandas colocadas pelo novo regime político.

ABSTRACT

The implantation of the republican regime in Brazil encouraged the rewriting of the national history, a movement coordinated by the *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, which made efforts to gather around itself the regional institutes, including the *Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, founded in 1907. The members of the *Instituto Mineiro* faced the challenge of creating a discourse that was at the same time capable of bringing together its internal political elite, reducing regional conflicts, and projecting the state into national history. To this end, they have selected in the past some themes that were worked in a recurrent way: the action of the “bandeirantes paulistas” that supposedly had populated the territory and initiated the civilization in Minas; the “Revolta de Felipe dos Santos”, from 1720, a movement that was forerunner of the great “Inconfidência Mineira”, which was specially addressed as a representative of the state's participation in the formation of the national Republic. The way in which history was written was also rethought in the period, paying attention to both the new European proposals and the demands placed by the new political regime.

SUMÁRIO

Introdução.....	10
Capítulo 1: O <i>Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais</i> e o nascimento de um novo lugar para a história do estado.....	15
1.1 Proclamação e instauração da República em Minas Gerais.....	16
1.2 A República e a rearticulação dos institutos históricos brasileiros.....	22
1.3 IHGMG: projeto e fundação.....	28
1.4 IHGMG: estrutura e funcionamento.....	43
Capítulo 2: Os projetos de reescrita da história nacional e a criação do <i>Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais</i>	56
2.1 O IHGB e a escrita da história entre os séculos XIX e XX.....	56
2.2 Xavier da Veiga, Augusto de Lima e Diogo de Vasconcellos: bases mineiras para a historiografia do IHGMG.....	69
2.3 A instalação do IHGMG e as linhas gerais de seu projeto historiográfico.....	77
Capítulo 3: O projeto na prática - as contribuições do <i>Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais</i> para a escrita da história nacional.....	87
3.1 A história nas festas mineiras: o IHGMG e sua face comemorativa.....	88
3.2 Os sócios do IHGMG nos <i>Congressos de História</i>	101
3.3 A Inconfidência Mineira: o grande tema para os historiadores do IHGMG.....	110
3.4 A história como instrumento de educação política: as contribuições do IHGMG para a formação dos cidadãos.....	125
3.5 História e geografia: Minas Gerais em seus aspectos humanos e físicos.....	137
3.6 História e biografia: a vida dos <i>mineiros ilustres</i>	151
3.7 1927 – um balanço dos vinte anos do IHGMG.....	158
Conclusão.....	170
Fontes e bibliografia.....	172
Anexo 01: Registro das reuniões do <i>Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais</i>	187
Anexo 02: Estatutos do <i>Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais</i>	190

Introdução

Quem hoje transita pelo ambiente tranquilo e acolhedor da sede do *Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais* (IHGMG), localizada próximo à Praça Raul Soares, em Belo Horizonte, pouco deduz das batalhas empreendidas por seus sócios para a construção daquele espaço. O *Instituto Mineiro* é atualmente uma entidade civil de caráter cultural e científico, sem fins lucrativos e de duração ilimitada, com personalidade jurídica regida por um Estatuto. Conquistou para si o mérito de *entidade de utilidade pública*, título concedido pelos governos Federal, Estadual e Municipal por meio, respectivamente, das leis nº 875 de 1949; nº 21 de 1947; e, nº 2.025 de 1971. Mantém abertos à comunidade um arquivo e uma biblioteca, esta dispondo de um acervo de aproximadamente 20 mil livros. Guardião de uma história centenária, por seu quadro de membros passaram figuras notáveis da política nacional, como João Pinheiro, Juscelino Kubitschek e Tancredo Neves. Estes contribuíram sobremaneira para a formação de um discurso identitário para os mineiros, fundamentado na história do estado e passível de ser identificado ainda hoje¹. Pautando-se nesta trajetória, a associação reivindica ainda as funções de *tribunal da História* e *depositário das tradições de Minas Gerais*².

O presente trabalho se propõe a retomar o início dessa história, abarcando um recorte cronológico que compreende o projeto de fundação do IHGMG, concretizado em 1907, e seus vinte primeiros anos de existência, período denominado de *Primeira Fase*, em contrapartida a uma *Segunda Fase* que se propôs fundar em 1927. Percorrendo essas duas décadas, nos preocupamos em fornecer contribuições para as discussões que começam timidamente a serem realizadas sobre o tema. Indicaremos algumas possibilidades diante das muitas perguntas ainda em aberto e certamente vamos propor novos questionamentos para o estudo da experiência do IHGMG naquele período. Todavia, trata-se de um trabalho de caráter introdutório sobre o tema, com todas as limitações de uma obra que se aventura por caminhos pouco trilhados até então, abrindo debates, apontando possibilidades e sem a menor pretensão de esgotar o assunto.

Os desafios de abordar um instituto histórico estadual como objeto de pesquisa são vários, ainda que seja cada vez maior o número de pesquisadores a se dedicarem ao tema. A ideia da criação de institutos estaduais foi inicialmente formulada pelos sócios do *Instituto*

¹ PEREIRA, D. B. A produção discursiva da mineiridade no contexto do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. In: *Anais do XVII Encontro Nacional de Geógrafos*, 22 a 28 de julho de 2012, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, p. 1-10.

² Disponível em: <<http://www.ihgmg.org.br/institucional/historia>>. Acesso em: 20 de julho de 2016.

Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838, como uma forma de facilitar seu acesso às regiões que se distanciavam do centro administrativo do Império, localizado àquela época no Rio de Janeiro. Retomaremos este tema ao longo do trabalho, mas cabe aqui salientar que a ideia perpassou o XIX brasileiro tomando forma timidamente com uma ou outra iniciativa e ganhou adesão expressiva nas últimas décadas daquele século e primeiras do XX, período conturbado por disputas políticas no país em meio às quais se proclamou a República brasileira.

Ao tomar como ponto de partida a crítica de que no geral “os especialistas preferem se debruçar sobre a obra de autores do período, com o objetivo de identificar as matrizes conceituais que informam a sua produção, sem investigar as possíveis conexões existentes entre aqueles intelectuais e o ambiente acadêmico no qual se inseriram”³, faz-se necessário frisar que são exatamente tais conexões que se desejam apreender na abordagem das décadas iniciais do IHGMG. Neste sentido, foi percebida a necessidade de lidar com as especificidades da história institucional, trazida de volta ao debate pelo processo de renovação da história política, e também com a história da historiografia, uma vez que os institutos históricos marcam um capítulo relevante no processo de constituição do conhecimento histórico enquanto disciplina e campo de pesquisas no Brasil. Além disso, como bem rememora Ângela de Castro Gomes, a escrita da história realizada sob o impacto das lutas políticas e simbólicas do início da República é fundamental e decisiva para a constituição do campo da historiografia brasileira. Foi nesse momento que inúmeros acontecimentos e personagens foram “revisitados” ou porque se introduziram novos fatos e heróis na narrativa, ou porque a hierarquia entre os que eram conhecidos precisava ser repensada⁴. Caracterizados por seus vínculos com os *discursos oficiais* e com as *elites políticas*, os institutos históricos podem não ser os objetos mais adequados para uma *história vista de baixo*⁵, mas certamente colaboram para a compreensão dos projetos políticos e de escrita da história que tanto contribuíram para a formação do imaginário nacional e da identidade coletiva, sem falar, é claro, do processo de institucionalização do conhecimento histórico no país.

Ao refazer os passos seguidos pelos fundadores do *Instituto Mineiro* foi de grande importância identificar o processo de escrita da história do estado sob a perspectiva

³ GUIMARÃES, L.P. *Da Escola Palatina ao Silogeu: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007, p. 15-16.

⁴ GOMES, A.C. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 23.

⁵ A expressão foi usada por Lúcia Paschoal Guimarães referindo-se à designação cunhada por Peter Burke, que, por sua vez, seguia a linha de pensamento dos marxistas ingleses. GUIMARÃES, L.P. Op. cit. 2007, p. 16.

republicana, induzindo a pesquisa a partir de uma questão geral: *qual era o projeto de escrita da história dos republicanos mineiros?*, para, a partir de então, indagar *quais os princípios, finalidades e fundamentos de tal projeto? Quais as vantagens e limitações de um Instituto Histórico, modelo associativo consagrado no Brasil pelo regime monárquico, para a escrita de uma história que se queria republicana? Em que medida os sócios do IHGMG deram conta de efetivar tal tarefa? Quais foram os meios pelos quais empreenderam tal missão?* e, por fim, *após vinte anos de trabalho, como avaliaram sua obra?* Para responder tais questões foi necessário levantar fontes que auxiliassem na compreensão do funcionamento do *Instituto Histórico* enquanto uma associação e aquelas relacionadas à produção de caráter historiográfico de seus membros. Seguindo esta estratégia, recorreu-se, sobretudo, às atas que registraram as reuniões do IHGMG, bem como aos Estatutos e à correspondência dos sócios, que permitiram delinear a formação do espaço, o quadro de associados e as regras de conduta às quais se submeteram os membros do *Instituto Mineiro*.

Somou-se às fontes um conjunto documental que permitiu a avaliação da atuação dos sócios do IHGMG fora do estrito cenário de Belo Horizonte, dos quais se deduziu a existência de uma rede de interlocutores estabelecida por meio de figuras de destaque e associações de caráter científico e literário dentro e fora do país, pela via da troca de correspondências e da participação dos sócios em eventos dentro e fora do estado. O registro destes encontros (atas, anais, discursos publicados na *Revista do Arquivo Público Mineiro* ou pela *Imprensa Oficial do Estado*), fornece, por sinal, material importante para se inferir uma das práticas dos historiadores do período, que apresentavam os resultados de suas pesquisas por meio de discursos pronunciados entre os pares nos congressos e reuniões, ou com a finalidade de instruir a população nas festas que celebravam datas importantes. Tais fontes expressam a grande missão empreendida pelos sócios do *Instituto Histórico e Geográfico Mineiro*: mostrar Minas Gerais aos mineiros e aos brasileiros, constituindo uma memória comum que especificasse aquele povo através do passado e inserisse o estado em debates mais amplos.

Para avaliar aquela “primeira fase” da história do IHGMG, em busca das contribuições da associação para a escrita da história nacional, este trabalho foi dividido em três partes. No primeiro capítulo, intitulado “O *Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais* e o nascimento de um novo *lugar* para a história do estado” foi dado enfoque ao projeto de criação da associação e suas relações com os debates políticos que se desenvolveram no estado desde a Proclamação da República e ainda se faziam presentes nas primeiras décadas

do século XX. O envolvimento dos sócios com a administração do estado tornou interessante o levantamento de discussões em torno da dimensão política, mesmo que em um quadro mais amplo e direcionado à interpretação que o próprio *Instituto* forneceu aos eventos. O capítulo se aprofunda, todavia, na análise da associação em si, identificando seus sócios fundadores, o modelo institucional adotado, os locais de realização das reuniões e, por fim, como e com qual motivação se desenvolveu uma rede de interlocutores com instituições do mesmo tipo, tanto no Brasil quanto no exterior.

No segundo capítulo, denominado “Os projetos de reescrita da história nacional e a criação do *Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*”, é apresentada uma análise das principais concepções de história que estavam em discussão em fins do século XIX e inícios do XX, com foco naquelas que foram utilizadas de forma direta pelos historiadores mineiros. Defende-se a ideia de que o projeto de reescrita da história nacional no Brasil esteve motivado pelas reflexões a respeito da natureza do conhecimento histórico em pauta na Europa, fornecendo, inclusive, contribuições para as discussões em torno do estatuto científico do conhecimento sobre o passado, sem, todavia, abandonar as demandas políticas do novo regime. Dessa forma, foram mantidos em tenso equilíbrio, predominantemente, os ensinamentos da *Escola Metódica* de raiz francesa e do antigo conceito *historia magistra vitae*. A primeira buscava estabelecer um conjunto de métodos de pesquisa adequados ao trabalho do historiador e aproximava a história das ciências sociais, se esforçando por afastar gradativamente a história do meio político. A segunda, por sua vez, destacava o caráter moral da história, útil para a formação do cidadão republicano. Encontrar um ponto de interseção entre as inovações e mudanças propostas pelo desenvolvimento científico do século XIX e a manutenção da ordem por meio de vias já conhecidas e consagradas, foi o desafio imposto aos historiadores do período ligados ao meio político, como era o caso dos fundadores do IHGMG.

Uma vez estabelecidas as relações entre *política e história e conhecimento científico e história*, passa-se a tratar no capítulo três da execução da proposta do próprio IHGMG. Em “O projeto na prática - as contribuições do *Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais* para a escrita da história nacional” o objetivo central é refletir sobre como os historiadores mineiros lidaram com aquelas demandas nacionais – tanto em relação à política, quanto em relação à escrita da história - na efetivação de seus próprios desígnios a respeito da reescrita do passado do estado. Com este fim, lança-se mão das proposições de Manoel Salgado

Guimarães sobre as formas de abordagem da historiografia brasileira do século XIX – aplicadas com o devido cuidado às primeiras décadas do XX - segundo as quais era central pensar em como se recortaram os *temas* e em quais foram os *elementos metodológicos* buscados para tratá-lo. Ao lidar com o recorte temático nos deparamos com as demandas políticas que motivaram a busca por elementos na história do estado capazes de formar uma identidade mineira e garantir um lugar na história da nação republicana. A respeito dos modos de abordagem, estes estiveram entre a necessidade de considerar as reflexões sobre o conhecimento histórico em pauta no Brasil e na Europa, sem deixar de lado a demanda de formar os cidadãos republicanos.

Por fim, o capítulo se encerra com um pequeno texto intitulado “1927: um balanço dos vinte anos do IHGMG”, por meio do qual é possível acompanhar a avaliação dos próprios membros a respeito de suas atividades desenvolvidas ao longo dos primeiros vinte anos. Houve naquele momento certo tom de frustração por parte de alguns sócios diante do que ainda não havia sido realizado a respeito da escrita da história do estado. Para Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, Presidente do Estado e incentivador da fundação de uma nova fase no *Instituto Mineiro, a história de Minas Gerais estava ainda por ser feita*. A análise dos discursos das reuniões subsequentes, no entanto, mostra que o movimento não configurou uma ruptura com o projeto original responsável por fundar a associação, mas marcava um momento de reagrupamento dos membros dispersos e formulação de novos projetos com a finalidade de dar continuidade à tarefa iniciada em 1907.

Capítulo 1: O *Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais* e o nascimento de um novo *lugar* para a história do estado

Ao propor a reflexão a respeito da criação e dos primeiros anos de atuação do *Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais* (IHGMG), optamos por enfatizar, já de início, que lidaremos com uma instituição em torno da qual se articularam ideias e pessoas na construção de um *lugar* autorizado a emitir sentenças sobre o passado do estado. Conforme apontado pelos especialistas, o movimento de renovação pelo qual tem passado a história política desde a segunda metade do século XX⁶ proporcionou um novo olhar sobre as instituições enquanto objetos de pesquisa. Neste sentido, Lúcia Paschoal Guimarães destaca que “as instituições, tanto públicas como privadas, começam a despontar como ‘novo’ objeto de estudo, que se define pela convergência de fatores políticos, sociais e culturais”⁷. Conhecer a estrutura desse ambiente intelectual nos será útil para uma análise posterior de sua produção, uma vez que é “em função desse lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhe serão propostas, se organizam”⁸, como bem nos instruiu Michel de Certeau.

Para compreendermos a dinâmica que criou o *Instituto Histórico Mineiro* em 1907 é preciso ter em mente os agentes responsáveis pelo projeto e execução da associação e estes estavam intimamente ligados aos conflitos políticos que instauraram a República brasileira, valendo-se uma pequena digressão à instalação da república nas terras mineiras. Para este fim, retomaremos em especial a memória do episódio da Proclamação que se buscou consolidar dentro do IHGMG, muitas vezes registros de ações dos próprios sócios, fazendo as pontuações que julgarmos necessárias por meio de trabalhos especializados no tema. Em seguida, passaremos a tratar da criação dos institutos de história no Brasil que tiveram um papel significativo naquele momento de construção da nação em novos parâmetros.

⁶ ROSANVALLON, P. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010.

⁷ GUIMARÃES, L.P. Op. cit., 2007, p. 16.

⁸ CERTEAU, M. *A escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 3º ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 47.

1.1 Proclamação e instauração da República em Minas Gerais

A memória constituída em torno da Proclamação da República brasileira fundamenta-se, para os estudiosos do tema, basicamente em dois mitos: “o do consenso nacional e o da indiferença da população”⁹. Tal versão da história, consagrada pelos vencedores do conflito, foi vinculada especialmente nos livros didáticos, responsáveis pela difusão da ideia de que não houve oposição ao novo regime e nem discordâncias ideológicas entre os republicanos. Entretanto, a memória sobre o evento também guardou a lembrança dos conflitos, marcando o período pelas “várias decretações de estado de sítio, pelo arbítrio e violência como formas de resolver os desentendimentos da classe dominante e neutralizar as manifestações das contradições entre as diferentes classes sociais”¹⁰. Além disso, estudos demonstram que houve uma resistência significativa por parte dos monarquistas, que se opuseram ao novo regime. Tais movimentos tiveram maior expressão em São Paulo e no Rio de Janeiro, onde

descontentes com as mudanças ocasionadas pela ordem republicana, com as reivindicações das camadas urbanas e com a secularização do Estado, os saudosistas, em geral católicos radicais, apegavam-se exclusivamente à crítica moralista dos novos costumes políticos e sociais.¹¹

Todavia, organizado às pressas em fins do século XIX, de forma “imprecisa, fragmentária e contraditória”, o movimento de resistência monarquista não contou com uma estrutura capaz de fazer frente à implantação da República. Representantes de um seguimento social que perdera prestígio, sem o apoio da burguesia cafeicultora e sem princípios claros que os sustentassem além das críticas às realizações republicanas, os monarquistas sofreram perseguições e tiveram suas forças minadas. Entretanto, ainda que no campo das ações o movimento monarquista não tenha alcançado forte expressão, os pesquisadores demonstram que no campo do imaginário da nação ele se fez presente. A crítica ao novo regime e ao seu caráter oligárquico teria sido absorvida pela historiografia conformando uma interpretação monarquista da nação que teve em seus fundamentos as tópicas da República como um golpe militar, da abolição como responsável pelo fim do Império, da violência da dominação oligárquica, da indiferença da população diante do novo regime e da visão positiva do Império, predominando a noção de continuidade entre o antigo e o novo regime. Estes

⁹ JANOTTI, M.L.M. *Os subversivos da república*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 7.

¹⁰ *Ibidem*, p. 8.

¹¹ *Ibidem*, p. 10.

elementos contribuíram para a formação de uma visão pejorativa dos anos iniciais da República, discurso reforçado pelos ideólogos de 1930.¹²

As primeiras interpretações sobre os anos iniciais da república brasileira constituem chave importante para a compreensão da formação política nacional. Considerando que houve grupos em divergência, buscando fazer prevalecer seu seus próprios pontos de vista sobre os acontecimentos, é preciso pontuar que a história dos vencedores, ou seja, dos republicanos, tão lateral e partidária quanto as demais, tem muito a nos dizer sobre aquela experiência, em especial sobre as expectativas que se projetavam para o futuro do país. Veremos como, por exemplo, os republicanos contribuíram para a consolidação da ideia de que a passagem do Império para a República havia acontecido de forma natural, como marca do progresso civilizatório, absorvendo a monarquia como período necessário ao amadurecimento da sociedade brasileira, mas que naquele momento estava já ultrapassado. Com muitos conflitos internos a serem solucionados, em busca da unidade política e da ordem, esta será a chave central da interpretação dos mineiros para o evento.

Ainda que o movimento republicano só tenha ganhado corpo efetivo em Minas Gerais em fins do século XIX¹³, a Proclamação da República foi recebida no estado de forma pacífica, de acordo com Antonio Olyntho dos Santos Pires, para quem a naturalidade da ocasião se deveu à rápida e forte adesão aos ideais republicanos entre os mineiros. Nas memórias publicadas pela *Revista do Arquivo Público Mineiro*, o primeiro presidente republicano de Minas em caráter provisório recordou como o estado recebeu a notícia da Proclamação,

O dia 15 passára sem maior novidade; foi um dia como qualquer dos que haviam precedido. Estive, do meio dia ás cinco da tarde, na redacção do Movimento, e por lá me appareceram poucas pessoas, além dos amigos de todos os dias. Pouco depois das cinco horas da tarde, deixei a redacção do Movimento, onde trabalhavam só os compositores, e fui para casa. Nada de anormal havia pelas ruas

¹² Ibidem, p. 261-264.

¹³ Claudia Viscardi afirma que “segundo os estudiosos do tema, o movimento republicano em Minas Gerais foi tardio e pouco dinâmico” uma vez que seu primeiro jornal surgiu apenas em 1879 (*Tiradentes*, de Ouro Preto), a construção de um partido se deu às vésperas da Proclamação (1888) e a proliferação de clubes se limitou aos centros urbanos das regiões economicamente mais prósperas. Entretanto, a historiadora afirma que “embora as pesquisas tenham apontado para o caráter frágil do republicanismo mineiro, a adesão ao novo regime foi rápida e significativa”, o que pode ser evidenciado pela “publicação de 24 jornais e a existência de 51 clubes republicanos e de 60 partidos políticos, sediados nos 113 municípios existentes em 1889”. VISCARDI, C.M.R. Elites políticas mineiras na Primeira República brasileira: um levantamento prosopográfico. In: PRIMEIRAS JORNADAS DE HISTÓRIA REGIONAL COMPARADA; 2000, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2000; e, VISCARDI, C.M.R. Federalismo e cidadania na imprensa republicana (1870-1889). *Revista Tempo*. Niterói, vol.18 n.32, 2012.

que atravesssei [...] Às 6 horas, comecei a jantar, em companhia de minha familia e do meu irmão Aurelio Pires, que encontrei em nossa casa.

Ainda não tínhamos terminado, quando bateram á porta e eu proprio fui receber, na escada, das mãos de um dos nossos empregados da typographia do Movimento, um telegramma assignado por José Augusto Vinhaes, director dos Telegraphos, no qual se nos communicava que “O Povo, o exercito e a armada haviam proclamado a Republica”. Era laconico e expressivo esse despacho telegraphico; - li-o e reli-o mais de uma vez no decurso de um minuto; e foi tal a minha emoção e alegria, que minha mulher me perguntou, assustada:

- Alguma cousa lá em casa, no Rio?

- Não, disse-lhe eu, e accrescentei – está proclamada a Republica!

- Isso é alguma caçoada do Pinheiro, retrucou ella.

- Não pode ser, respondi-lhe. O telegramma é assignado pelo Vinhaes, como director dos telegraphos; e a repartição telegraphica não o transmittiria, si fosse mera brincadeira.¹⁴

Após a notícia da Proclamação, confundível no primeiro momento com uma *brincadeira*, não teria se observado resistência por parte da administração provincial em ceder o governo do estado aos líderes republicanos. Tal constatação reforça as teses de esvaziamento das instituições monárquicas que teriam tornado conceptível o golpe militar do dia 15 de Novembro¹⁵. Diante disso, Antonio Olyntho esforçou-se por manter os chefes provinciais exercendo suas funções, o que evitaria uma ruptura entre os regimes, como se lê no trecho a seguir:

Tendo encontrado pedido de exoneração de todos os chefes de serviço provinciaes, respondi-lhes communicando a minha pósse e insistindo para permanecerem em seus postos, appellando para o seus patriotismo, afim de me auxiliarem nos primeiros dias do novo governo, si não pela causa da Republica, que estava feita, ao menos pela do bem publico, que todos deviamos servir.¹⁶

Dentre as iniciativas de Antonyo Olyntho para reunir os mineiros em torno da República proclamada, o administrador enviou um manifesto à população do estado, entregue à Diogo de Vasconcellos, que se tornaria mais tarde Orador Oficial do IHGMG, mas naquele momento era o redator do *União*, órgão que publicava os atos oficiais do governo, e que fora na ocasião substituído pelo *Estado de Minas*, cujo primeiro número saiu em 20 de novembro daquele ano. Por meio do manifesto, Antonio Olyntho convocou seus concidadãos:

Nesta phase de organização, é necessario, para o complemento do grande acto popular, que se congreguem todos os cidadãos, para a consolidação do regimen de liberdade que é o symbolo da paz e da confraternização nacional.

Esta província, que é hoje o Estado de Minas Geraes, se orgulha de contemplar, após um seculo de luctas indefessas pela causa democratica, a glorificação de seus filhos martyres do despotismo da casa de Bragança, erguendo, ao lado do patibulo de

¹⁴ PIRES, A.O.S. A Proclamação da Republica em Minas Geraes: O 15 de novembro em Ouro Preto. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano/Vol. 21, nº 2, abr./jun. 1927. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, p. 153-154.

¹⁵ MELLO, M.T.C. *A República consentida*. Rio de Janeiro: FGV: EDUR, 2007.

¹⁶ PIRES, A.O.S. Op. cit. 1927, p. 163.

Joaquim José da Silva Xavier, o throno onde se assenta a Magestade popular da Patria Brasileira.

[...]

Cidadãos! o progresso, em todas as suas manifestações da vida moderna, e a civilização, fructo do trabalho de nossos paes, nos impõem um dever sacratissimo – a união de todos os mineiros para a sua realização, nesse novo periodo que se abre, tão cheio de esperanças.

Unamo-nos, portanto, em nome da Patria, confraternizada.¹⁷

Não obstante tais iniciativas, a transição entre o Império e a República, cujo cenário foi marcado pela ausência de traumas ou choques e pelo adesismo e confraternização, sucederam-se lutas violentas pelo poder. De acordo com Ciro Flávio de Castro Bandeira de Melo, no momento de consolidação do novo regime “o que predominou foram formas de exclusão e de restrição à participação política de outros que não aqueles setores oligárquicos que controlavam o poder, promovendo entre si uma luta quase mortal pela exclusividade do seu exercício”. Cesário Alvim, “republicano de última hora”, foi indicado como presidente efetivo do estado e logo que chegou a Minas teve que enfrentar o problema das disputas internas. Conflitos de cunho separatista que abalavam a província de Minas Gerais desde o século XIX renasceram com a Proclamação da República. Tais conflitos refletiram tanto interesses regionais e locais, quanto a pressão de regiões limítrofes e de outros estados. As disputas internas eram, por exemplo, incentivadas por lideranças do Nordeste, que viam Minas como uma ameaça ao equilíbrio do jogo de representação política, como o caso do deputado pernambucano Barros Pimentel que, em 1843, propôs uma lei que faria dividir a província de Minas Gerais, unindo sua região ao sul com São Paulo.¹⁸

Outras propostas com o mesmo caráter separatista continuaram a ser feitas ao longo da segunda metade do século XIX ao parlamento brasileiro. Ao sul do estado, os conflitos foram ainda mais intensos. Ciro F. Bandeira de Melo aponta que “o movimento separatista republicano do sul mineiro iniciou-se de modo singelo logo após o quinze de novembro, mas explodiu, mesmo, no momento final do governo do presidente Deodoro da Fonseca”. De acordo com o historiador, a oposição ao presidente da República era geral e estendia-se ao governo estadual, aliado do mesmo. Os líderes do sul afirmavam que a região estava relegada a segundo plano, em detrimento do centro e do norte. Uma vez tendo assumido o governo federal, Floriano Peixoto “provocou a derrubada geral dos governos estaduais”, a qual Cesário

¹⁷ Ibidem, p. 164-165.

¹⁸ MELO, C.F.C.B. A noiva do trabalho: Uma capital para a República. In: DUTRA, E.F. (Org.) *BH: Horizontes históricos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996, p. 27-30.

Alvim teria sobrevivido precariamente, mas tempo o suficiente para conseguir reunir forças políticas para impedir a divisão territorial de Minas Gerais.¹⁹

Inúmeras ações foram tomadas por parte do governo estadual com o fim de manter a união de Minas Gerais como, por exemplo, a construção de uma nova capital, que tinha por proposta ser o símbolo da modernização do estado em sua fase republicana. Augusto de Lima, sócio fundador do IHGMG, foi nomeado como presidente do estado em 1891, tendo como uma de suas principais missões a transferência da sede do governo. A nova capital deveria ser o centro das atividades intelectuais, industriais e financeiras, uma área neutra na qual pudessem se reunir todas as lideranças, fornecendo suporte à manutenção de sua integridade territorial, política e cultural. Retomando o texto de Ciro F. Bandeira de Melo vemos que,

Na Minas Gerais republicana, era mister buscar na tradição e na luta libertária a identificação do regime republicano com a nação, estratégia de confirmação da legitimidade da política em seu momento de encontro com as origens e os heróis nacionais. Paralelas a essas construções ideológicas, construiu-se de cal e pedra a nova capital que devia casar, por seus projetos de futuro, com as origens libertárias do passado.

Por esse viés, entendemos que a construção da nova capital mineira significou, no discurso republicano que a justifica e glorifica, não uma ruptura do tipo novo/velho, moderno/antigo, mas uma recomposição do tempo histórico dentro de uma legitimação da justaposição tradição/futuro.²⁰

Como defendido pelo historiador, a tradição buscada pelos republicanos pautava-se nos acontecimentos que se deram na antiga capital de Minas no século XVIII. Ouro Preto, antiga Vila Rica, era a lembrança da abundância do ouro e das lutas contra a submissão ao Império Português. Para Ciro F. Bandeira de Melo, “o ato de fundar Belo Horizonte permitiu erigir Ouro Preto como raiz original de Minas e ao mesmo tempo torná-la centro sagrado da República brasileira”²¹. Enquanto a antiga capital era consagrada como símbolo da gloriosa tradição republicana mineira - com seus acontecimentos e heróis, como Felipe dos Santos e Tiradentes - Belo Horizonte, por outro lado, abria as portas ao futuro a ser construído. Dessa forma, “dentro da perspectiva modernizadora, Belo Horizonte, enfim, também seria fruto da emergência das novas forças econômicas que, atuando dentro do estado, tornaram-se capazes de exercer pressões e promover decisivas medidas políticas nos novos quadros do poder”²². Retomaremos este tema mais tarde, demonstrando como os sócios do IHGMG empreenderam

¹⁹ Ibidem, p. 30-31.

²⁰ Ibidem, p. 13.

²¹ Ibidem, p. 35.

²² Ibidem, p. 36.

equilibrar tradição e modernidade na construção desses espaços, ou seja, de Ouro Preto como berço da tradição mineira e Belo Horizonte, como símbolo de conciliação e futuro.²³

A inauguração de Belo Horizonte em 1897 foi um passo importante no sentido de colocar fim às disputas internas da *elite política*²⁴ mineira. Tais conflitos haviam comprometido a ação do estado de Minas Gerais no cenário nacional até o início do século XX, de acordo com Claudia Viscardi. Para a historiadora, o desenvolvimento econômico aliado à coesão de seus administradores “propiciaram ao estado condições de reivindicar maior participação nos rumos do novo regime” e fazer frente a São Paulo, pois a hegemonia paulista sobre a República só começou a ser contestada quando as unidades federadas agregaram internamente suas forças e assim puderam apresentar uma articulação alternativa ao controle nacional²⁵. Viscardi destaca ainda a importância da ação do presidente Silviano Brandão (1898-1902) “em prol da efetivação de um acordo interno entre as elites mineiras, habilitando-as para uma ação nacional mais realçada”²⁶.

Após a Proclamação da República a disputa entre as antigas províncias, transformadas agora em estados federados, esteve principalmente no âmbito da sucessão presidencial. De acordo com Claudia Viscardi, “embora não tenham se operado mudanças muito radicais, o nível de autonomia concedido aos estados, aliado às mudanças nos critérios de representação política parlamentar, erigiram um sistema federalista cuja principal marca foi a rejeição da isonomia entre as unidades federadas”²⁷, ou seja, os estados federados lidavam com o desequilíbrio de poder existente entre eles e precisavam buscar soluções que garantissem sua

²³ Com uma formação histórica distinta, a capital do estado de São Paulo também demonstra a recuperação do poder local durante os primeiros anos republicanos, em contrapartida à política Imperial que fortaleceu os poderes regionais. As reformas levadas a cabo pelo governo republicano nas primeiras décadas do século XX empreenderam modernizar a cidade de São Paulo, introduzindo novos espaços de cultura, como o Teatro Municipal, obra concluída em 1911, e redefinindo os espaços urbanos, com a chegada dos bondes elétricos em 1900, por exemplo. QUEIROZ, S.R.R. A cidade de São Paulo na Primeira República: política e administração. In: OLIVEIRA, C.H.S.; PRADO, M.L.C.P.; JANOTTI, M.L.M. (Org.). *A história na política, a política na história*. São Paulo: Alameda, 2006, v. 1, p. 211-219.

²⁴ O conceito de *elite política* será utilizado no sentido corrente de minoria detentora do poder, ou que com ele se envolve de forma direta, em contraposição a uma maioria que dele está afastada. Não constitui, portanto, relação necessária com a origem socioeconômica dos atores políticos, uma vez que estas relações se tornam mais complexas com o advento da República, em que indivíduos de setores tradicionalmente excluídos conseguem alcançar o poder, como é o caso de João Pinheiro da Silva, como enfatizado por Ângela de Castro Gomes. GOMES, A.C. Memória, política e tradição familiar: os Pinheiro das Minas Gerais. In: _____. (Org.). *Minas e os fundamentos do Brasil Moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

²⁵ VISCARDI, C.M.R. Federalismo oligárquico com sotaque mineiro. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, vol. 1, jan./jun. de 2006, p. 102-104.

²⁶ VISCARDI, C.M.R. *O teatro das oligarquias: uma revisão da política do “café com leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001, p. 35-36.

²⁷ *Ibidem*, p. 53-54.

sobrevivência no novo regime, cada qual adequando-se à sua realidade. Tal movimento afetou a escrita da história nacional, que foi tomada como meio de se repensar a unidade da nação, evidenciando a necessidade de incorporar novos elementos ao jogo político. Eliana de Freitas Dutra examina o papel crucial desempenhado pela história na configuração do imaginário nacional e da identidade coletiva do Brasil da segunda metade do século XIX à primeira do século XX. Para a historiadora, em um contexto marcado por disputas políticas, “Historiadores em particular transformaram a si mesmos em artesãos da identidade nacional, produzindo narrativas capazes de reivindicar genealogias nacionais e reunir as pessoas em torno de um passado comum”²⁸. O impulso de repensar o passado e a identidade nacionais e a necessidade de conhecer melhor a nação fizeram com que a atenção dos governantes se voltasse às associações consagradas a este fim: os institutos de geografia e história.

1.2 A República e a rearticulação dos institutos históricos brasileiros

O *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, criado em 1838, tendo à frente Januário da Cunha Barbosa e José da Cunha Mattos, consolidou-se ao longo do século XIX e *debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial* como o lugar por excelência da história nacional. Contudo, após a Proclamação da República, o IHGB, ligado desde sua fundação à Monarquia, enfrentou dificuldades para recuperar sua posição de destaque como centro de pesquisas. Lúcia Paschoal Guimarães aponta que antes mesmo do episódio da Proclamação, Capistrano de Abreu denunciava a queda na produção acadêmica da agremiação. Para a historiadora, Capistrano, admitido como sócio efetivo do *Instituto Brasileiro* em 1888, demonstrava como, “espelho de fiel da monarquia, o IHGB refletia o clima de fim de festa do regime. Arrastava-se, por entre homenagens e cerimoniais. Relegando as atividades acadêmicas para um plano secundário, convertera-se num salão elegante do Paço”²⁹.

Após o 15 de Novembro, o IHGB teve que lidar com o corte progressivo de seus subsídios e a constante ameaça de ter suas atividades encerradas. A manutenção da fidelidade e do contato dos sócios com o antigo Imperador, dentre outras iniciativas que transformaram o

²⁸ DUTRA, E.R.F. *The Mirror of History and Images of the Nation: the Invention of a National Identity in Brazil and its Contrasts with Similar Enterprises in Mexico and Argentina*. In: BERGER, S. (Ed.) *Writing the Nation. A Global Perspective*. New York: Palgrave Macmillan, 2007, p. 85. Tradução livre.

²⁹ GUIMARÃES, L.P. Op. cit., 2007, p. 22.

IHGB em um verdadeiro reduto em memória da Monarquia³⁰, levaram a instituição a passar por um período de isolamento entre 1889 e 1894. A reabilitação do *Instituto Histórico Brasileiro* só se daria após os dois governos militares, com a chegada das oligarquias ao poder. Estes admitiram favores e forneceram auxílios que contribuíram no soerguimento da antiga instituição. Lúcia Paschoal Guimarães demonstra como a atuação de José Maria da Silva Paranhos Júnior, Conde de Rio Branco e Presidente do IHGB entre 1908-1912, continuada pela *Trindade do Silogeu*, foi fundamental nesse processo. A *Trindade* era formada pelo Presidente Afonso Celso, por Max Fleiuss como Secretário e por Ramiz Galvão ocupando a função de Orador. Juntos, eram os

sucessores naturais de Rio Branco na direção do IHGB, Max Fleiuss e Afonso Celso reformularam os Estatutos, alteraram as finalidades de grêmio, impuseram maior rigor acadêmico ao ingresso de sócios e criaram novos estímulos à produção intelectual. Aos dois inseparáveis companheiros do bonde d'A Semana juntou-se Galvão, figura de grande expressão no cenário intelectual do Rio de Janeiro. Eles inauguraram uma nova fase na trajetória do Instituto.³¹

A *Trindade do Silogeu* esteve à frente das atividades do *Instituto Brasileiro* durante vinte e cinco anos, período no qual tomou uma série de iniciativas acadêmicas que repercutiram no sucesso da empresa. Dentre os empreendimentos, o grupo organizou dois grandes congressos: o *Primeiro Congresso de História Nacional* (1914) e o *Primeiro Congresso Internacional de História da América* (1922); criou a *Academia de Altos Estudos* (1916), transformada posteriormente na *Faculdade de Filosofia e Letras*; e elaborou o *Dicionário Histórico, Etnográfico e Geográfico do Brasil*, cujo primeiro volume foi lançado em 1922. Nesses projetos, em especial nos congressos de história e no *Dicionário*, o IHGB esforçou-se por envolver representantes dos estados, atuando como centralizador das ações que se propunham a repensar o passado nacional sob a perspectiva republicana. A articulação dos institutos históricos estaduais, dentre eles o *Instituto Histórico Mineiro*, respondia à demanda de se pensar a nação enquanto uma federação, composta por regiões distintas, mas que contribuíam para a formação do todo.

A chegada da República exigia que a história brasileira fosse concebida não somente a partir do evento do dia 15 de Novembro, mas “como exigência de um conceito novo de

³⁰ Lúcia Paschoal Guimarães elenca várias dessas iniciativas, como as homenagens prestadas após o falecimento do antigo imperador, a manutenção do tratamento de acordo com os títulos de nobreza, não obstante a proibição desta prática pelo Decreto nº 227-F, baixado pelo Governo Provisório, e a reunião de figuras de destaque da monarquia que passaram a frequentar com maior assiduidade a associação. *Ibidem*, p. 23-24.

³¹ *Ibidem*, p. 197.

tratamento”³², pois se distinguia ali outro entendimento da história. Bruno Franco Medeiros e Valdeir Araújo, analisando a produção historiográfica deste período, destacam, por sua vez, que

junto com a República vinha também a necessidade de reorganização da história nacional e de sua relação com os Estados federados [...]. Os estudos monográficos regionais e temáticos estavam potencialmente mais adaptados ao novo padrão de cientificidade que emergia, bem como às novas demandas políticas. [...] Fazia-se necessária a reorganização histórica das antigas províncias – agora Estados da Federação – que, a partir desse momento, concorriam com seus elementos “singulares” na disputa por posições no cenário político nacional.³³

Como os autores ressaltam, as demandas políticas colocadas pela Proclamação estimularam o movimento de reescrita da história pátria, que deveria considerar as singularidades de cada uma de suas regiões. Se o IHGB tomava para si a tarefa de centralizar tal escrita, cabia a cada estado se preocupar em conquistar a melhor posição possível tanto no cenário político nacional, quanto dentro da história do Brasil republicano. No dia 18 de agosto de 1907, Vieira Fazenda, publicou uma nota a respeito da fundação do *Instituto Histórico de Minas Gerais* no jornal *A Notícia*, do Rio de Janeiro, na qual reforçava a ideia de união dos institutos estaduais ao IHGB para que se cumprisse a missão de reescrita da história nacional:

Cumpra pois que todos os Institutos do Brasil se unam ao mais antigo delles tendo um unico phanal, a publicação de manuscriptos e monographias; pois que já alguém escreveu: os novos documentos renovam ás vezes a physionomia de um seculo. É preciso preencher os hiatos, duvidas e incertezas que ainda se notam em nossa historia. E então o Brasil tem seu verdadeiro historiador, tal como exige a sciencia dos modernos tempos. Competentes não faltam.³⁴

A ideia da criação de institutos históricos nas províncias do Império já constava na fala dos membros do IHGB desde sua criação, bem como em seus Estatutos, como afirma Lúcia Paschoal Guimarães. Contudo, o que houve, de acordo com a historiadora, foi uma “inversão nos planos traçados pelos fundadores do *Instituto Histórico Brasileiro*, que imaginaram a expansão da ‘Casa da Memória Nacional’ de dentro para fora, promovida por sua própria iniciativa” e na prática os estados é que se mobilizaram nesse sentido³⁵, especialmente, acrescentamos, anos mais tarde, na virada do século XIX para o XX, quando se intensificaram os debates em torno da república e do federalismo.

³² MELO, C.F.C.B. *Senhores da história e do esquecimento*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008, p. 21.

³³ MEDEIROS, B.F.; ARAÚJO, V.L. A história de Minas como história do Brasil. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, v. XLIII, 2007, p. 29.

³⁴ FAZENDA, V. Institutos Historicos. *A Notícia*. Rio de Janeiro, Ano XIV, agosto 20-21, p. 3. Disponível: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital>. Acesso em 02 ago 2015.

³⁵ GUIMARÃES, L.P. “*Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial*”: *O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838 – 1889)*. 1994. 387 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 172-173.

Apenas para citarmos alguns exemplos, tivemos naquele período a fundação de institutos históricos no Ceará (1887); Bahia (1894); São Paulo (1894); Alagoas (1896); Santa Catarina (1896); Paraná (1902); Rio Grande do Norte (1902); Paraíba (1905); Minas Gerais (1907); Sergipe (1912); Espírito Santo (1916); Pará (1917); Amazonas (1917); Piauí (1918); Mato Grosso (1919); Rio Grande do Sul (1920)³⁶; e no Maranhão (1925)³⁷.

Para ilustrar o que afirmamos, cabe acompanhar, ainda que em linhas gerais, a formação dos discursos nacionalistas produzidos por algumas dessas associações. Destacaremos aquelas que estabeleceram diálogos mais próximos com o nosso objeto de estudos – o *Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, evidenciando as formas de relação, as trocas intelectuais e a proximidade dos discursos produzidos em Minas Gerais com Pernambuco, Paraíba, Ceará e São Paulo.

O *Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano* (IAGP), criado em 1862, chama a atenção por sua atuação nas primeiras décadas do século XX. De acordo com Mariana dos Santos Ribeiro, naquele momento “o IAGP surgia com a intenção de ressaltar a importância da história pernambucana no conjunto da história nacional”³⁸. Diante da criação do mito da Conjuração e de Tiradentes como símbolos nacionais pelo Sudeste, “aos grupos políticos do Norte, restava-lhes a busca de alternativas que permitissem uma maior viabilização de seus projetos e interesses”³⁹. Nesse sentido, foi realizado em 1917, com o apoio do IHGB, a celebração do “Centenário da Revolução Republicana de 1817”. Nas atas do IHGMG consta que os mineiros foram convidados a participar desse evento, para o qual designaram como representantes seus sócios correspondentes naquele estado.

Curioso observar que os membros do *Instituto Histórico Mineiro* também receberam o convite do *Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba* para a comemoração do “Primeiro Centenário da Revolução Republicana de 1817”. Margarida Maria dos Santos Dias, em trabalho elaborado sobre aquela associação, afirma que o *Instituto Paraibano*, criado em 1905, se preocupava em construir uma história para o estado que reforçasse sua identidade

³⁶ As tentativas de se fundar um instituto histórico no Rio Grande do Sul remontam a 1854, mas o *Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul* (IHGRGS) se estabeleceu de maneira contínua a partir de 1920. SILVEIRA, D.O. “O passado está prenhe do futuro”: a escrita da história no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1920-1930). Dissertação (Mestrado). 97 fls. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, 2008.

³⁷ Levantamento elaborado por Daniela Oliveira Silveira. *Ibidem*, p. 85-88.

³⁸ RIBEIRO, M.S. *Construindo Histórias e Memórias: O IHGB e o IAGP em meio às celebrações do centenário do movimento pernambucano de 1817*. 2011. 298 f. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p. 137.

³⁹ *Ibidem*, p. 23.

regional e o diferenciasse da história de Pernambuco. Buscando estabelecer uma relação no mínimo de igualdade com aquele estado, os paraibanos se esforçaram em demonstrar que tiveram tanta participação na luta contra os holandeses quanto os pernambucanos. Para os sócios do IHGP, a Proclamação da República era a consumação do caminho traçado pela história da Paraíba, que teria uma longa trajetória de insatisfação em relação ao governo monárquico.⁴⁰

Já o *Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará*, fundado em 1887, tinha Guilherme de Studart – o Barão de Studart - como um de seus sócios fundadores e membros mais atuantes. Studart realizou considerável investimento em relação à divulgação do passado cearense. De acordo com Ana Paula Barcelos, o sócio denunciava que a atenção dos historiadores nacionais centrava-se nos estados do Sul, e, quando pouco, em Pernambuco, e era preciso integrar à história pátria o que havia de notável no Ceará. No discurso cearense, se nos séculos XVIII e XIX a região havia sido marcada pelas secas, tornando-se pouco atrativa para as atividades lucrativas, com o desenvolvimento industrial o Ceará havia se transformado na “nova Califórnia”, aberta aos homens hábeis e laboriosos.⁴¹ Studart manteve relações próximas com o IHGB, especialmente com seu Secretário Perpétuo, Max Fleiuss, e compôs a comitiva do *Instituto Brasileiro* que esteve presente em Belo Horizonte para a fundação do IHGMG, atuando naquela ocasião como representante do *Instituto Histórico do Ceará* e da *Academia Cearense*. Studart enviou posteriormente ao *Instituto Mineiro* um de seus mais conhecidos trabalhos, *Notas para a história do Ceará*, sendo na mesma época aclamado como sócio correspondente do IHGMG, uma vez que “se tem recommendado á consideração dos que estudam a história patria pelas investigações, a que se tem dedicado, de factos da historia do Ceará”⁴².

Por fim, recordamos o surgimento do *Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* (IHGSP) em 1894, que, por sua vez, apresentava no primeiro número de sua *Revista* a seguinte inscrição: “a história de São Paulo é a própria história do Brasil”. Para Marcelo Lapuente Mahl isso se explica pelo fato de que “o IHGSP tinha como meta também a construção de uma identidade nacional, porém dando destaque especial aos chamados feitos

⁴⁰ DIAS, M.S. *Intrepda Ab Origine: o Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba e a produção da história local (1905-1930)*. João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora, 1996, p. 54-60.

⁴¹ BARCELOS, A.P. Escrita da história, unidade e integração nacional nas primeiras décadas republicanas (1889-1931). In: *Anais... ANPUH – XXVII Seminário Nacional de História*. Natal, Rio Grande do Norte, 2013, p. 5-13.

⁴² LIVRO DE ACTAS DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DE MINAS GERAES: 1907-1927/1927-1929. Ata da segunda sessão ordinária. 14 de setembro de 1907. Folha 7.

paulistas, procurando apresentar um suposto passado de liderança do estado de São Paulo em relação ao Brasil”⁴³. O IHGSP contou com alguns dos próprios Presidentes da República em seu quadro de membros, como Campos Sales, Rodrigues Alves, Washington Luís e Prudente de Moraes, o que certamente conferia prestígio à agremiação, mas foi Afonso de Escagnolle Taunay (1876-1958) que ficou conhecido como um de seus historiadores mais atuantes. Eleito como sócio do IHGSP em 1911, Taunay adotou os parâmetros da Escola Metódica francesa em suas investigações a respeito do passado paulista, adequando-os à sua realidade política, uma vez que “mesmo defendendo a imparcialidade do historiador, Taunay não se privava de julgar os atos que considerava inaceitáveis”⁴⁴, de modo muito próximo ao que será feito pelos historiadores do IHGMG, como será tratado nos próximos capítulos.

Foi no mito do bandeirante que o *Instituto Paulista* fundamentou sua identidade regional e buscou argumentos que justificassem sua maior representação republicana. Seguindo as orientações de Capistrano de Abreu, Taunay estudou as bandeiras, tomando São Paulo como centro de irradiação das entradas pelo sertão, “posto avançado da civilização e que de lá saíram no século XVII os paulistas responsáveis pela conquista do Brasil e que estavam terminando a sua saga no século XX republicano”⁴⁵. Essa interpretação da história nacional interessou sobremaneira aos historiadores mineiros do IHGMG, que localizaram a “origem” do estado na chegada dos “heroicos” bandeirantes paulistas ao território que se tornaria Minas Gerais. Desse modo, podiam afastar a formação do estado da mera ação dos colonizadores portugueses e enfatizar a luta contra os representantes da Metrópole.

Além da conformidade de interesses na interpretação da história nacional, os sócios do IHGSP e do IHGMG também estabeleceram uma relação de proximidade no cotidiano das associações, podendo-se observar uma intensificação na troca de correspondências entre as associações ao longo do período estudado e a nomeação de membros do IHGMG como sócios correspondentes do IHGSP. Para aprofundarmos nessas e em outras relações institucionais estabelecidas nos primeiros anos do *Instituto Histórico Mineiro*, passaremos a tratar especificamente da concretização de seu projeto de criação.

⁴³ MAHL, M.L. *Teorias raciais e interpretação histórica: o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894-1940)*. 2001. 180 p. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, p. 17.

⁴⁴ ANHEZINI, K. Experiências e Expectativas: o passado e o futuro da escrita da história luso-brasileira nas cartas e obras de João Lúcio de Azevedo e Afonso de Escagnolle Taunay. In: PONCIONI, C.; ESTEVES, J.M.C.; COSTA, J. (Org.). *Hommes de lettres et la Res publica au Portugal et au Brésil*. Commémorations du Centenaire de la République portugaise. Paris: Michel Houdiard, 2013, p. 266.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 267.

1.3 IHGMG: projeto e fundação

O IHGMG foi efetivamente fundado em 16 de junho de 1907, mas o seu projeto de criação nos remete às últimas décadas do século XIX. A ideia inicial é tradicionalmente atribuída a dois personagens: Nelson Coelho de Senna, que teria sido o primeiro a formular a proposta, em 1896, e Antonio Augusto de Lima, defensor da criação do *Instituto* desde 1897. Nelson Coelho de Senna foi uma figura bastante ativa em vida, desdobrando-se entre as funções de político, professor, historiador, acadêmico, jurista e jornalista. Nasceu no Serro, Província de Minas Gerais, em 11 de outubro de 1876, e faleceu em Belo Horizonte, MG, em 02 de junho de 1952. Filho do político municipal e Coronel da Guarda Nacional, Cândido José de Senna, e de Maria Brasilina Coelho de Senna, cursou Humanidades na *Escola Normal Oficial de Diamantina* e fez seus estudos preparatórios no *Colégio Mineiro de Ouro Preto*. Em 1896 foi nomeado professor substituto e, posteriormente, mediante concurso, catedrático de História do Brasil no *Ginásio Mineiro*. Tornou-se bacharel em 1897, pela *Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais*, ano em que se transferiu para Belo Horizonte. Foi membro do Partido Republicano Mineiro e, dentre outras funções, ocupou o cargo de Deputado Estadual entre 1907 e 1922 e de Deputado à Câmara Federal, de 1921 a 1929, sendo reeleito em 1930.⁴⁶

Ao longo de sua vida, Nelson de Senna se tornou membro de várias associações de caráter científico e literário espalhadas pelo Brasil e pelo mundo⁴⁷, contribuindo em grande medida para a criação do *Instituto Histórico Mineiro*. Em um discurso proferido em 1907 ele recordou sua jornada em prol da associação:

como a história é a reivindicadora tenaz da verdade, eu voz direi - nesta intimidade sodalícia – que foi sempre um de meus mais ardentes desejos a fundação deste Instituto. Vem de longos anos a minha modesta cruzada. Se me permites a digressão, recordarei que ainda em Ouro Preto, falando a um mestre hoje falecido (Xavier da Veiga), planejávamos, em 1896, na velha capital, um gremio de estudos históricos e

⁴⁶ *Dicionário Biográfico de Minas Gerais* – período republicano – 1889-1991. Coordenação de Norma de Góis Monteiro. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1994, vol. 2, p. 628-629.

⁴⁷ Sócio fundador do IHGMG, Senna foi também membro da *Academia Mineira de Letras* (1910). Torna-se sócio efetivo do IHGB em 1931 e benemérito em 1945, participando ainda dos institutos históricos de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Bahia, Ceará e Paraíba, da *Academia Colombiana de Jurisprudência*, da *Academia Nacional de História da Venezuela*, do *Centro de Periodistas de Santiago do Chile* e do *Instituto Arqueológico do Recife*. Foi Presidente do Conselho Superior de Instrução Pública do Estado de Minas Gerais e recebeu o título de Doutor *Honoris Causa* pela *Faculdade de Filosofia e Letras do Rio de Janeiro* e pelo *Instituto Americanista da Universidade de Vurzburg*, Alemanha (1933). *Dicionário Biográfico de Minas Gerais*. Op. cit. 1994, vol. 2, p. 628.

geográficos, moldado pela veneranda sociedade, que é o Instituto Histórico Brasileiro, do Rio de Janeiro.⁴⁸

Senna afirmou também que as primeiras discussões em torno da criação do *Instituto* se deram na *Sociedade de Geografia Econômica de Minas Gerais*, centro intelectual fundado em Ouro Preto, em 19 de janeiro de 1890, sob a direção de Henri Gorceix. Nelson de Senna chegou a esboçar o plano para a criação do “Instituto Histórico, Archeologico e Geographico de Minas-Geraes”⁴⁹. Neste documento, propôs que se moldassem os estatutos do *Instituto Mineiro* pelos do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, ou mesmo que estes fossem adotados provisoriamente. O plano chegou à minúcia de estabelecer que as sessões ordinárias devessem ocorrer às sextas-feiras ou aos sábados, no “Pantheon do Gymnasio” ou na Secretaria do Interior, às três horas da tarde. A publicidade dos trabalhos realizados pelos membros se daria pelo veículo oficial de informações do estado. Por fim, Nelson de Senna elaborou uma lista de sócios efetivos e correspondentes para o futuro instituto.

Dentre cerca de vinte nomes propostos para sócios efetivos - todos residentes em Belo Horizonte e devidamente justificados por suas contribuições intelectuais - encontramos Virgílio de Mello e Franco⁵⁰, autor das “Viagens de Minas Geraes”; Augusto de Lima, diretor do *Arquivo Público Mineiro* (APM) e autor de “Um municipio de ouro”; Carlos Honorio Benedicto Ottoni⁵¹, autor do trabalho “Mineiros illustres”; Francisco Mendes Pimentel⁵²,

⁴⁸ SENNA, N.C. Um dos primeiros discursos pronunciados no Instituto Histórico e Geográfico. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Vol. V. Belo Horizonte, 1958, p. 331.

⁴⁹ SENNA, N.C. INSTITUTO HISTORICO, ARCHEOLOGICO E GEOGRAPHICO DE MINAS-GERAES. ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. APCBH/NCS.5 (52) s/d. 2fls.

⁵⁰ Virgílio Martins de Mello e Franco foi um político, promotor, magistrado, professor e jornalista mineiro. Nasceu na então vila de Paracatu, Província de Minas Gerais, a 29 de agosto de 1839, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 31 de dezembro de 1922. Filho do Tenente da Guarda Nacional Jose Martins Ferreira e de Antonia de Mello Franco, graduou-se na *Escola de Farmácia de Ouro Preto* aos 18 anos de idade e seguiu para São Paulo, onde em 1866, bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela *Faculdade de Direito* daquele estado. Regressando a Minas, iniciou sua carreira jurídica e política, mantendo-se nesta após a Proclamação da República. Foi comendador da Ordem da Rosa, sócio correspondente do IHGB, sócio e Presidente do IHGMG. *Dicionário Biográfico de Minas Gerais*. Op. cit. 1994, vol. 1, p. 273.

⁵¹ Carlos Honorio Ottoni foi um político, magistrado e professor mineiro. Nasceu no Serro, Província de Minas Gerais, a 20 de janeiro de 1846, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 21 de julho de 1919. Filho de Ernesto Benedito Otoni, fez seus estudos preparatórios no *Colégio Marinho*, no Rio de Janeiro, e o curso superior na *Faculdade de Direito de São Paulo*, pela qual se bacharelou em Ciências Jurídicas e Sociais em 1866. Foi sócio e Presidente do IHGMG. *Dicionário Biográfico de Minas Gerais*. Op. cit. 1994, vol. 2, p. 492.

⁵² Francisco Mendes Pimentel foi político, advogado, professor e primeiro Reitor da *Universidade de Minas Gerais* (UMG) Nasceu no Rio de Janeiro, a 21 de janeiro de 1869, e faleceu na mesma cidade, a 30 de agosto de 1967. Filho do magistrado Francisco de Paula Prestes Pimentel e de Maria Mendes Pimentel, fez seus estudos secundários em Barbacena, os preparatórios em Ouro Preto e no Rio de Janeiro, e o curso superior na *Faculdade de Direito de São Paulo*, pela qual se bacharelou em Ciências Jurídicas e Sociais em 1889. Após a formatura passou boa parte de sua vida em Minas Gerais, sendo nomeado pelo então presidente do estado Antônio Carlos Ribeiro de Andrada para organizar a UMG e ser o primeiro Reitor (1927). Foi sócio fundador e Secretário do IHGMG e membro do *Instituto dos Advogados de Minas Gerais* (1915). *Dicionário Biográfico de Minas Gerais*. Op. cit. 1994, vol. 2, p. 541.

professor de geografia; Francisco Luiz da Veiga⁵³, “muito versado em historia politica brasileira”; Antonio Olyntho dos Santos Pires, “autor de varias memorias sobre Hist. Mineira”; e, Rodolpho Jacob⁵⁴, ex-secretário do APM e “dado a estudos historicos mineiros”. Para sócios correspondentes, Nelson de Senna estabeleceu uma lista na qual os nomes pertenciam “em maioria a filhos de Minas residindo dentro e fora do Estado. Têm todos pronunciado pendor para os estudos historicos, uns como professores, outros como escriptores e chronistas. Não são os unicos; são os de que no momento nos recordamos”⁵⁵. Nesta lista são relacionados trinta e cinco correspondentes, dentre os quais Diogo de Vasconcellos, de Ouro Preto; Afonso Arinos de Mello Franco⁵⁶, de São Paulo; Afonso Celso⁵⁷, de Ouro Preto; João

⁵³ Francisco Luiz da Veiga foi um político, magistrado, advogado e jornalista mineiro. Nasceu em Campanha, Província de Minas Gerais, a 10 de junho de 1843, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 29 de junho de 1915. Filho do Tenente-Coronel da Guarda Nacional Lourenço Xavier da Veiga e de Jesuína de Sales Veiga. Fez seu curso superior na *Faculdade de Direito de São Paulo*, pela qual se bacharelou em Ciências Jurídicas e Sociais em 1866. De volta a Minas Gerais, depois de exercer a Promotoria Pública em Pouso Alegre, passou a advogar em Campanha, onde redigiu o periódico *Monitor Sul-Mineiro*. Em 1868, assumiu o cargo de Secretário da Presidência da Província de Sergipe, em substituição a seu irmão Evaristo da Veiga. De volta a Minas Gerais, exerceu cargos administrativos e atuou como advogado, mantendo suas atividades na imprensa. Foi irmão de José Pedro Xavier da Veiga, organizador do *Arquivo Público Mineiro*. *Dicionário Biográfico de Minas Gerais*. Op. cit. 1994, vol. 2, p. 705.

⁵⁴ Rodolpho Jacob nasceu em Grão Mongol, em 1870. Era filho de um judeu francês, de uma comunidade próxima a Estrasburgo, que veio para o Brasil na primeira metade do século XIX se juntar aos primos maternos, os Bloch, já instalados na Bahia, que se dedicavam ao comércio de pedras preciosas, especialmente diamantes. Quando do nascimento de Rodolpho, os Bloch e os Jacob haviam construído uma vasta rede de comércio de pedras, sediada na França, com interesses no Brasil e no Oriente. Alguns dos filhos homens das famílias iam para a França para os estudos, como foi o caso de Rodolpho e seu irmão, Benjamin Jacob. Ao retornar a Minas Gerais, trazia muitas leituras sobre o que havia de moderno nos estudos, não só literários e jurídicos, mas também históricos e estatísticos. Rodolpho Jacob fez carreira na administração estadual e como professor na *Escola de Direito*. Foi membro do *Arquivo Público Mineiro* (APM) sócio e Presidente do IHGMG e do *Instituto Pan-Americano de Geografia e História*. PARRELA, Ivana. *Patrimônio documental e escrita de uma história da pátria regional: Arquivo Público Mineiro 1895-1937*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFGM, 2012, p. 62.

⁵⁵ SENNA, N.C. INSTITUTO HISTORICO, ARCHEOLOGICO... Op. cit. FOLHA 2.

⁵⁶ Afonso Arinos de Mello Franco foi escritor, acadêmico, professor e advogado. Nasceu em Paracatu, Província de Minas Gerais, a 1º de maio de 1868, e faleceu em Barcelona, Espanha, a 19 de fevereiro de 1916. Filho do político e magistrado Virgílio Martins de Mello Franco e de Ana Leopoldina de Melo Franco, bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela *Faculdade de Direito de São Paulo*, em 1889. Foi um dos fundadores do APM, sócio da *Academia Brasileira de Letras* (ABL), do IHGB e do *Instituto Histórico de São Paulo*. *Dicionário Biográfico de Minas Gerais*. Op. cit. 1994, vol. 1, p. 268.

⁵⁷ Afonso Celso de Assis Figueiredo Junior, ou Conde de Afonso Celso, foi um político, advogado, escritor, acadêmico, e professor mineiro. Nasceu em Ouro Preto, Província de Minas Gerais, a 31 de março de 1860, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 11 de julho de 1938. Filho do político imperial Afonso Celso de Assis Figueiredo, Visconde de Ouro Preto, e de Francisca de Paula de Assis Figueiredo, fez seus estudos preparatórios em São Paulo e bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais na *Faculdade de Direito* da mesma cidade, em 1880, doutorando-se em 1881, com defesa de tese sobre o direito de revolução. Quando estudante fez propaganda do regime republicano pela tribuna e na imprensa, sobretudo através de assídua colaboração em *A República*, órgão do *Clube Republicano Acadêmico*, chegando a presidir esta organização (1877-1878). Ao implantar-se a República, renunciou ao mandato e acompanhou no exílio a seu pai, que chefiara o último Gabinete da Monarquia. De volta ao Brasil em 1891, não teve mais participação na política e, radicado no Rio de Janeiro, dedicou-se à advocacia, ao magistério e às letras até o fim da vida. Sócio efetivo do IHGB desde 1892, foi seu Presidente perpétuo, sendo ainda um dos fundadores da ABL e Presidente da mesma (1925-1935). Em 1905, pelos serviços prestados à causa católica, o Papa Pio X concedeu-lhe o título de Conde Romano. *Dicionário Biográfico de Minas Gerais*. Op. cit. 1994, vol. 1, p. 254.

Capistrano de Abreu, José Verissimo e o Visconde de Ouro Preto, todos estes residentes no Rio de Janeiro, então Capital Federal.

Este documento é relevante na medida em que boa parte de suas proposições foram efetivamente incorporadas no momento de criação do *Instituto Histórico Mineiro*. Após a sua mudança para Belo Horizonte, Senna deu continuidade às suas investidas por meio da imprensa:

Estimulado por exemplos eloquentes, que vinham de outros Estados da Federação, publiquei no “Minas Geraes”, em começos do ano de 1900, um artigo, ali generosamente acolhido na primeira página, em que advogava a antiga ideia de fundar-se entre nós o Instituto Histórico. E ao encetar, em 1906, uma publicação dedicada aos interesses de nosso Estado, o “Anuario Estatístico e Ilustrado de Minas Geraes”, nêle estampeei (no 1º vol., págs. 490 a 492) outro artigo, calcado num artigo meu, na revista “A Universal”, do Rio, em 1901, e nêle concitava de novo os nossos patrícios, afeiçoados a semelhantes estudos, para que juntos levássemos avante o utilíssimo tentâmen.⁵⁸

Neste mencionado artigo publicado pela primeira vez na revista carioca “A Universal”, e depois transcrito no volume I do *Anuário de Minas Gerais*, Nelson de Senna baseou sua defesa para a criação do *Instituto* em Minas estabelecendo uma comparação com os demais estados da federação que já haviam criado seus institutos históricos e, por meio destes, iniciado suas pesquisas sobre a história pátria. Em suas palavras,

Em todos os estados se congregam elementos capazes e competentes, desejosos de empreenderem o estudo da história pátria por processos amplos, exaustivos e orientados pela intuição científica moderna. [...] Os institutos históricos e geográficos se multiplicam no Brasil, publicando revistas notáveis. A Academia de História Cearense, o Instituto Histórico Pernambucano, o Arqueológico Alagoano, os Institutos congêneres na Bahia, São Paulo, Paraná, Natal, Paraíba, Rio Grande e Santa Catarina, aí estão revelando o impulso dos estudos de história e corografias brasileiras. E nós em Minas, o que temos feito? Nada! Salvo a iniciativa oficial que criou o Arquivo Público Mineiro e a Revista, pelo mesmo editada, trimestralmente.⁵⁹

Em um estudo na mesma revista, Senna discorre sobre as “antiguidades coloniais mineiras”, e conclui que “o Instituto, se criado fôsse, seria um auxiliar de inestimável valor, nessa campanha de ressurreição do nosso passado, cooperando para a guarda, conserva e arrecadação de nossas relíquias de arte, de nossos tesouros históricos”⁶⁰. As investidas na imprensa se estenderam até o ano de criação do IHGMG em 1907. Assim, em 15 de janeiro daquele ano, encontramos publicado um artigo de Senna no segundo número do periódico “A Província”, no qual reforçou as mesmas ideias e aumentou a lista de nomes de mineiros

⁵⁸ SENNA, N.C. Op. cit. 1958, p. 332.

⁵⁹ SENNA, N.C. Op. cit. 1958, p. 335.

⁶⁰ *Ibidem*, p. 335.

residentes em Belo Horizonte, nos demais municípios mineiros ou mesmo em outros estados, que deveriam congregar esforços para a construção do *Instituto*. A observação destes artigos nos permite concluir que Nelson de Senna se esforçou por mobilizar os “estudiosos apaixonados” em torno da causa que defendia. Um dos aliados importantes que responderam ao seu chamado foi o diretor do *Arquivo Público Mineiro*, Augusto de Lima.

Posicionando-se ao lado de Nelson de Senna⁶¹, Augusto de Lima reforçou a necessidade de criação de um instituto histórico para Minas Gerais, enfatizando o papel fundamental que o estado cumpria na história da nação. Na sessão de fundação do IHGMG, que aconteceu no dia 16 de junho de 1907, o diretor do APM deixou claro o seu posicionamento:

já era tempo de Minas fundar seu areópago histórico, quando quasi todos os outros Estados da União já o fizeram. Não é demais recordar que Minas foi o foco mais intenso da formação da nossa nacionalidade, sendo a precursora dos eventos mais notáveis da nossa evolução político-social. As luctas dos Emboabas, os motins dos Sertões, a erupção formidável de Felipe dos Santos, a tragédia sanguinolenta dos Conjurados, formam outros tantos marcos crescentes do carácter cívico mineiro, através da história política.⁶²

Antonio Augusto de Lima nasceu no arraial de Congonhas do Sabará, depois Vila Nova de Lima (hoje Nova Lima), Província de Minas Gerais, a 05 de abril de 1859, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, em 22 de abril de 1934. Filho de José Severiano de Lima e Maria Rita de Lima, Augusto de Lima foi político, magistrado, professor, jornalista, poeta e acadêmico. Coursou Humanidades no *Seminário de Mariana* e no *Colégio do Caraça*. Seus estudos preparatórios foram realizados no *Liceu Mineiro de Ouro Preto* e tornou-se bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela *Faculdade de Direito de São Paulo*, em 1882. Durante o curso superior, escreveu artigos de propaganda republicana para vários órgãos acadêmicos, como *O Liberal* (1878-1882) e *A República* (1880), e para jornais da cidade de São Paulo. Depois de formado, retornou a Minas Gerais e passou a atuar como advogado em Sabará, dando início à sua carreira jurídica.

⁶¹ Na argumentação de Nelson de Senna, bem como na de Augusto de Lima, a criação do *Instituto Histórico Mineiro* havia demorado demasiadamente para se efetivar se comparado com a experiência de outros estados. Este recurso se justifica, dentre outras motivações, pela finalidade de sensibilizar pessoas em torno da causa que defendiam, mas é preciso relativizar o argumento uma vez que a criação do IHGMG se deu em um intervalo de tempo bastante curto se comparado às associações que surgiram antes e depois, como foi apresentado anteriormente.

⁶² LIMA, A.A. Discurso. Ata da sessão de fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, ano/ volume 14, 1909, p. 6-7.

Em 1881 Augusto de Lima foi convidado pelo Ministro da Justiça, Barão de Lucena, para ocupar o cargo de governador do estado com o compromisso de efetivar a transferência da sede do governo de Minas. Nomeou a comissão responsável pelo estudo do Curral del-Rei para a instalação da futura capital e foi em seguida reincorporado à magistratura como Juiz de Direito de Ouro Preto (1881-1901). Em janeiro de 1901, transferiu-se para Belo Horizonte e substituiu José Pedro Xavier da Veiga na direção do *Arquivo Público Mineiro*, cargo em que se manteve até setembro de 1910. Eleito para a *Academia Brasileira de Letras* em 1903, em dezembro de 1907 tomou posse e presidiu a instituição em 1928. Foi Deputado Federal (1909-1929), tendo sido eleito para Deputado à Constituinte Federal em 1934, vindo a óbito pouco tempo depois.⁶³ Todavia, o momento da agitada vida de Augusto de Lima que mais interessa ao presente estudo foram aqueles anos dedicados ao APM.

O *Arquivo Público Mineiro*, criado em Ouro Preto pela lei nº 126 de 11 de julho de 1895, teve como primeiro diretor José Pedro Xavier da Veiga. De acordo com Ivana Parrela, “ao ser nomeado diretor do APM, em 1895, Xavier da Veiga deixou a cadeira de senador e passou a se dedicar à constituição e organização do Arquivo e ao trabalho historiográfico”⁶⁴. À frente do *Arquivo*, a obra de Xavier da Veiga que mais será recordada e que o transformará em lembrança privilegiada pelos historiadores posteriores foram as *Efemérides Mineiras*. Publicadas em 1897 com apoio do governo republicano, as *Efemérides* buscavam “apresentar o passado de forma didática ao povo, com textos curtos e ordenados pelos dias do ano”⁶⁵. Retomaremos essa obra e seu conteúdo no próximo capítulo. Por hora, cabe apenas ressaltar que o APM permaneceu em Ouro Preto até a morte de seu primeiro diretor e só em 1901 foi transferido para a nova capital.

Augusto de Lima esteve à frente do APM entre 31 de janeiro de 1901 e 27 de setembro de 1910. Seus esforços foram realizados no sentido de conferir visibilidade e legitimidade ao APM, pois a instituição enfrentou grave crise financeira durante seus primeiros anos em Belo Horizonte, chegando a paralisar suas atividades e ter seu quadro de funcionários reduzido ao diretor e a um guarda, Antonino R. Romão, em 1903⁶⁶. Para Ivana Parrela, o apoio de Augusto de Lima à criação do *Instituto Histórico Mineiro*, associação

⁶³ *Dicionário Biográfico de Minas Gerais* – período republicano – 1889-1991. Coordenação de Norma de Góis Monteiro. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1994, vol. 1, p. 341-342.

⁶⁴ PARRELA, I.D. *Patrimônio documental e escrita de uma história da pátria regional - Arquivo Público Mineiro 1895-1937*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2012, p. 59.

⁶⁵ *Ibidem*, p. 60.

⁶⁶ *Ibidem*, p. 75.

espelhada em critérios já consagrados pelo IHGB ao longo do século XIX, foi uma das estratégias de fortalecimento do APM em momento de crise, visando a posicioná-lo em um lugar de destaque enquanto guardião do patrimônio histórico e cultural do estado⁶⁷. Observamos que o IHGMG teve seus primeiros anos de existência fortemente vinculados ao *Arquivo Público Mineiro*, a começar por seus sócios fundadores que eram, em sua maioria, correspondentes do APM. As relações entre ambas as instituições se estendiam ao compartilhamento de espaço físico e de divulgação, afinal algumas reuniões do *Instituto* chegaram a ser realizadas nos salões do *Arquivo* e os trabalhos dos sócios eram presença constante nas páginas da *Revista do APM*. Assim, tal atuação em conjunto cumpria as funções de fortalecimento mútuo e ampliação dos espaços de diálogo sobre o passado do estado.⁶⁸

É interessante ainda recordar que o APM não foi o único ponto de contato de Augusto de Lima com o IHGMG, afinal, foi como representante do *Clube Floriano Peixoto* que ele discursou na reunião de fundação do *Instituto Histórico*, em junho de 1907. Naquele momento, Lima recordou sua trajetória até ali: “senhores, já de longo tempo vem vindo a idéa da formação de um nucleo intellectual entre nós, para o estudo consciencioso do nosso passado historico. Podemos até affirmar que tal idéa é tão antiga como a necessidade que ella traduz”. Em seguida, Augusto de Lima fala sobre a criação da *Sociedade de Geografia* e do APM em Ouro Preto, que serviram para satisfazer em parte aquela antiga aspiração. Entretanto, “a obra patriótica do governo que fundou o Archivo [...] não devia ficar isolada”. Recordou também a batalha empreendida por Nelson de Senna na imprensa mineira em prol da criação do *Instituto Histórico*, que, “com insistencia digna de aplausos [...] fazia um appello a diversos homens de letras, capazes de realizar o antigo *desideratum*”. E prosseguiu: “mais recentemente o ‘Club Floriano Peixoto’ desta capital, por iniciativa e proposta do seu benemerito socio, coronel Julio Cesar Pinto Coelho nomeou uma commissão de onze

⁶⁷ Ibidem, p. 76-77.

⁶⁸ Acreditamos que esta interpretação responda de forma mais adequada ao questionamento corrente sobre qual teria sido a justificativa de criação de um instituto histórico em um estado onde o *Arquivo Público* já cumpria as funções de guarda documental e redação da história oficial. Esta questão, levantada pelo Professor Fernando Nicolazzi em parceria com Tatiana Mol Gonçalves em artigo publicado em 2014, não foi respondida naquele momento. Helena Miranda Mollo e Rodrigo Machado da Silva, por sua vez, direcionaram a questão no sentido de estabelecer que o IHGMG deveria servir como um espaço para a criação de um cânone para a *história* mineira, enquanto ao *Arquivo Público Mineiro* ficaria destinado um lugar de guarda da *memória* (MOLLO; SILVA, 2014, p. 72), interpretação recentemente corroborada pelo trabalho de Antônio Carlos Figueiredo Costa (COSTA, 2016). Em nossa perspectiva de análise, é necessário considerar a complexa relação entre as categorias de memória e história, especialmente para aqueles homens em questão, o que tentaremos tratar nos próximos capítulos tomando como suporte as reflexões de Eliana Dutra sobre a Inconfidência Mineira (DUTRA, 1993).

membros para promover a reunião que actualmente se realiza, graças á alta compreensão que tendes do momentoso assumpto”.⁶⁹

A comissão nomeada pelo Coronel Julio Cesar Pinto Coelho⁷⁰ era composta por Augusto de Lima, Prado Lopes⁷¹, João Luiz Alves⁷², Francisco Alves Junior, Francisco Bressane⁷³, Olyntho Meirelles⁷⁴, Estevão Pinto⁷⁵, João Libano Soares e Pedro Sigaud. A estes

⁶⁹ LIMA, A.A. Op. cit. 1909, p. 6.

⁷⁰ Julio Cesar Pinto Coelho nasceu em Santa Bárbara, no dia 31 de dezembro de 1849, e faleceu em Belo Horizonte, no dia 6 de março de 1916. Fez seus estudos primários em Sabará, transferindo-se jovem para a cidade de Paraibuna, Juiz de Fora, completando o curso de Humanidades no Colégio Roussin, em 1865. Trabalhou como engenheiro rural no Rio de Janeiro. Participou ativamente da criação da nova capital mineira, fixando-se em Belo Horizonte, onde fundou diversas indústrias. Foi Juiz de Paz, Comandante-Geral da Guarda Nacional do Estado, presidente do Clube Floriano Peixoto e sócio fundador do IHGMG. LASMAR, J. *O Instituto Histórico e Geográfico: uma história centenária*. Jorge Lasmar: Belo Horizonte, 2015, 2ª ed., p. 110-115.

⁷¹ Antonio do Prado Lopes Pereira foi um engenheiro, construtor, político e advogado paraense. Nasceu em Curalinho, Ilha de Marajó (PA), em 24 de maio de 1864, e faleceu no Rio de Janeiro (RJ), a 20 de agosto de 1941. Formou-se em Engenharia pela *Escola Politécnica do Rio de Janeiro*, em 1888, e depois bacharelou-se pela *Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais*, em 1905. Após sua transferência para Belo Horizonte, fundou a empresa Prado Lopes, que prestava serviços de serraria, carpintaria, mercenaria. A empresa também foi responsável pela exploração de uma pedreira localizada na região da Lagoinha e pela construção de edifícios públicos, como a *Secretaria de Polícia* (1902), *Correios e Telégrafos* (1906) e o *Teatro Municipal* (1906-1909). Foi um dos fundadores da Escola Livre de Engenharia de Belo Horizonte, incorporada em 1927 à UMG. MARTINS FILHO, A.V. (Org.). *Novo dicionário biográfico de Minas Gerais: 300 anos de história*. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amilcar Martins, 2013, p. 374.

⁷² João Luiz Alves foi um político, advogado, promotor, magistrado, professor, jornalista e acadêmico mineiro. Nasceu na fazenda do Cafezal, na povoação de Matias Barbosa, Município de Juiz de Fora Província de Minas Gerais, a 23 de maio de 1870, e faleceu em Paris, França, onde se achava em tratamento de saúde, a 15 de novembro de 1925. Filho do agricultor e comerciante João Luís Alves e de Bárbara Luísa Horta Barbosa Alves. Fez os primeiros estudos em Juiz de Fora e os preparatórios no *Colégio Pedro II*, do Rio de Janeiro. Graças à proteção do Barão de Santa Helena, seu padrinho, matriculou-se na *Faculdade de Direito de São Paulo*, mediante licença especial, quando tinha apenas 15 anos de idade. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais na turma de 1889. Foi membro da ABL (1923), sócio do IHGB, do IHGMG, da *Sociedade Brasileira de Direito Internacional*, do *Instituto dos Advogados de Santiago* (Chile), da *Société de Législation Comparée de Paris* (França), da *Associação Brasileira de Imprensa*, da *Liga de Higiene Mental* e *Liga de Defesa Nacional*. *Dicionário Biográfico de Minas Gerais*. Op. cit. 1994, vol. 1, p. 24-25.

⁷³ Francisco Bressane foi um professor e jornalista mineiro. Nasceu em 1859, na Fazenda Santo Antônio, município de São Gonçalo de Sapucaí (MG). Fundou um colégio em São Gonçalo, onde lecionou por vários anos. Foi diretor do periódico *O Colombo* e primeiro redator da *Gazeta Sul-Mineira*, órgãos de propaganda republicana. Em Belo Horizonte, fundou e dirigiu *A Capital* em 1896. Foi diretor da *Imprensa Oficial* de 1899 a 1902, escrevendo diariamente para o *Minas Gerais*, órgão oficial do estado. Foi Prefeito de Belo Horizonte e Deputado Federal. CARVALHO, A.; BARBOSA, W. *Dicionário Biográfico: Imprensa Mineira*. São Paulo: Armazém de Ideias, 1994, p. 91.

⁷⁴ Olyntho Deodato dos Reis Meirelles foi um político, médico, professor e jornalista mineiro. Nasceu em São Sebastião das Encruzilhadas, Província de Minas Gerais (atual cidade Cruzília), a 11 de fevereiro de 1864, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 21 de julho de 1948. Filho do Coronel da Guarda Nacional Antônio Belisário dos Reis Meireles e de Josefa Firmina de Resende, fez o curso de Humanidades no *Colégio do Caraça* e os preparatórios no *Colégio Paixão*, em Petrópolis, Província do Rio de Janeiro, e formou-se pela *Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro* em 1891. Foi Prefeito de Belo Horizonte de setembro de 1910 a setembro de 1914.

⁷⁵ Estevão Leite de Magalhães Pinto foi Secretário de Estado, jurista, professor, advogado e banqueiro. Nasceu em Mar da Espanha, Província de Minas Gerais, a 3 de agosto de 1870, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 30 de outubro de 1945. Filho do advogado e político Francisco Leite de Magalhães Pinto e de Mariana Alexandrina de Sales Pinto, fez os estudos secundários no *Colégio Aquino*, na cidade do Rio de Janeiro, e bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela *Faculdade de Direito de São Paulo*, em 1891. Depois de formado, voltou à cidade natal, onde advogou de 1892 a 1900, transferindo-se posteriormente para Belo Horizonte, a fim de

nomes se agregaram outros interessados, dentre eles o presidente do estado, João Pinheiro da Silva, no dia 16 de junho de 1907, na sala das sessões da Câmara dos Deputados ao Congresso Mineiro. Nesta sessão, presidida pelo próprio João Pinheiro, o *Instituto Mineiro* dava-se por fundado. Nelson de Senna, grande incentivador da ideia como vimos anteriormente, não pôde estar presente, mas justificou sua ausência devido ao estado de enfermidade de um de seus filhos.

O *Clube Floriano Peixoto* foi fundado em 1898 e se destacava no início do século XX como “principal espaço de discussão sobre a história”⁷⁶ e promotor do “culto cívico”⁷⁷ em Belo Horizonte, onde esteve ativo até a década de 1920. De acordo com o “Parágrafo 2º” dos Estatutos da agremiação, era uma das finalidades do *Clube*

Desenvolver a instrução e educação popular, cultivar o amor da Pátria em todas as suas manifestações, honrar a memória dos homens notáveis que a tenham ilustrado por suas ações de benemerência, por suas virtudes cívicas e privadas e solenizar as datas da República brasileira, com especialidade o dia 15 de novembro.⁷⁸

Criado dentro do *Clube*, o *Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais* guardou características similares no tocante aos caracteres comemorativo e pedagógico com a finalidade de se instituir uma cultura republicana na vida dos mineiros. Na ata da reunião do dia 25 de fevereiro de 1912, notamos que as afinidades entre ambas as associações foram mantidas ao longo do tempo. Naquela data, o coronel Julio Cesar Pinto Coelho, membro ativo do IHGMG, tratando a respeito das homenagens que deveriam ser prestadas pela ocasião dos falecimentos do Marquês de Paranaguá, do Barão do Rio Branco e do Visconde de Ouro Preto, propôs que o presidente do *Instituto Mineiro* fosse autorizado a agir de acordo com o presidente do *Clube*

trabalhar no escritório de advocacia de seu tio Henrique de Magalhães Sales, onde exerceu a profissão até 1941. De setembro de 1906 a outubro de 1908, a convite do Presidente João Pinheiro da Silva, ocupou o cargo de Inspetor-Geral da Instrução, ocasião em que iniciou a reforma do ensino primário e criou os primeiros estabelecimentos de formação profissional do Estado. Foi Presidente do *Instituto dos Advogados de Minas Gerais* em diversos períodos; membro do antigo Conselho Municipal de Belo Horizonte e Vice-Presidente do IHGMG.

⁷⁶ PARRELA, I.D. *Entre arquivos, bibliotecas e museus: a construção do patrimônio documental para a escrita da história da pátria mineira 1895-1937*. 2009. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, p. 73.

⁷⁷ Sobre o tema ver CALLARI, C.R. Op. cit., 2001, p. 76-77.

⁷⁸ ESTATUTOS DO CLUB FLORIANO PEIXOTO. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1902, p. 3-4. Apud. COSTA, A.C.F. *A República na praça: manifestações do jacobinismo popular em Minas Gerais (1893-1899)*. 2006. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, p. 150.

Floriano Peixoto, “no sentido de prestar homenagens especiaes à memoria desses illustres brasileiros”⁷⁹.

A lembrança dos *grandes homens* que fizeram a República brasileira esteve presente na memória dos membros do *Instituto Histórico Mineiro*. Retomaremos este assunto adiante, entretanto, e apenas para ficar com mais um exemplo, recordamos os votos de pesar pela morte de Quintino Bocaiuva, de quem o Major João Libano Soares salientou “os factos primorosos de sua vida politica, como a campanha anti-escravocrata e a propaganda do triumpho da Republica”⁸⁰. Destaca-se também como característica compartilhada pelo *Instituto* e pelo *Clube* o empenho comum em reunir os políticos e homens de letras residentes em Minas Gerais em torno da consolidação da República no estado. Voltaremos a este tema, mas já podemos afirmar que, de acordo com Antônio Carlos Figueiredo Costa, o *Clube Floriano Peixoto* surgiu no contexto de amalgamar as lideranças políticas mineiras em dissidência, ação para a qual o *Instituto Histórico Mineiro* buscará contribuir, abarcando em seu interior uma elite ainda divergente, mas em busca de unidade.

Para exemplificar o que afirmamos, vale recordar as diferentes trajetórias políticas e mesmo os embates entre João Pinheiro e Diogo de Vasconcellos no momento de transferência da capital do estado de Ouro Preto para Belo Horizonte, conflitos estes que parecem ter desaparecido após a criação do IHGMG. Diogo Luis de Almeida Pereira de Vasconcellos foi político e advogado, mas é comumente lembrado por suas atividades como historiador. Vasconcellos nasceu em Mariana, Província de Minas Gerais, em 08 de maio de 1843, e faleceu em Belo Horizonte, MG, em 17 de junho de 1927. Foi filho de Diogo Antônio de Vasconcellos, político e Major da Guarda Nacional, e Luísa Almeida de Vasconcellos. Coursou Humanidades no *Seminário de Mariana* e fez seus cursos preparatórios no *Mosteiro de São Bento*, no Rio de Janeiro. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais em 1867, pela *Faculdade de Direito de São Paulo*.

Membro de uma família tradicionalmente associada à política mineira, Vasconcellos pertenceu ao Partido Conservador e exerceu dentre outros cargos o de Secretário da Província de Minas Gerais e o de Deputado à Assembleia Geral, período no qual se envolveu em

⁷⁹ LIVRO DE ACTAS DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DE MINAS GERAES: 1907-1927/1927-1929. Ata da sessão ordinária do dia 25 de fevereiro de 1912. Folha 17.

⁸⁰ LIVRO DE ACTAS DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DE MINAS GERAES: 1907-1927/1927-1929. Ata da sessão do dia 25 de agosto de 1912. Folha 19.

debates sobre a questão religiosa em defesa dos bispos do Grão-Pará e de Olinda, sendo por isso agraciado com o brasão das Cruzadas e a insígnia de Barão-Comendador da Ordem do Santo Sepulcro pela *Santa Sé*. Após a Proclamação da República continuou atuando na política mineira, elegendose Vereador e sendo nomeado para Presidente da Câmara Municipal e Agente Executivo de Ouro Preto. Nos primeiros anos do século XX esteve afastado da militância política, passando a se dedicar à advocacia e à pesquisa histórica até 1918, quando se elegeu Senador Estadual. Ao falecer, ocupava a Presidência do Senado Mineiro.⁸¹ No ano de 1907, todavia, Vasconcellos participava ativamente da fundação do IHGMG, sendo seu primeiro Orador Oficial.

João Pinheiro da Silva, por sua vez, era no momento de fundação do IHGMG o Presidente do Estado de Minas Gerais. Político e industrial, João Pinheiro nasceu na cidade do Serro, Província de Minas Gerais, em 16 de dezembro de 1860, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 25 de outubro de 1908, no Palácio da Liberdade, durante o exercício de seu mandato de Presidente do Estado, portanto, que terminaria em 1910. Filho de José Pinheiro da Silva, nome adotado no Brasil pelo imigrante italiano Giuseppe Pignataro, caldeireiro de profissão, e de Carolina Augusta de Moraes, João Pinheiro viveu no Serro até o ano de 1870, quando a morte de seu pai fez com que ele, sua mãe e seu irmão José Pinheiro da Silva (1859-1889) passassem a viver com parentes em outras cidades de Minas, até que a educação dos jovens foi confiada ao padre João de Santo Antônio, que os matriculou no *Seminário de Mariana*.

José Pinheiro optou pela carreira eclesiástica, mas João Pinheiro tomou outro caminho e decidiu estudar engenharia na *Escola de Minas de Ouro Preto*. Todavia, em 1883, diante das dificuldades de emprego enfrentadas pelos recém-formados na *Escola de Minas* e em busca de ascensão política e social, deixou seu estado natal para estudar Ciências Jurídicas e Sociais na *Faculdade de Direito de São Paulo*, onde concluiu o curso em 1887. Em São Paulo, trabalhou na *Escola Normal* para manter seus estudos, local onde teve contato com Cypriano Jose de Carvalho, Godofredo Jose Furtado e Antonio da Silva Jardim, difusores da doutrina positivista.⁸² Em 1886, alistou-se como eleitor em São Paulo, declarando-se *republicano*. Após a sua formatura, retornou a Minas e se estabeleceu em Ouro Preto, passando a se dedicar à advocacia e à propaganda republicana. Em junho de 1888 participou

⁸¹ *Dicionário Biográfico de Minas Gerais*. Op. cit. 1994, vol. 2, p. 700-701.

⁸² COSTA, G.M. *A formação política de João Pinheiro da Silva*. 206 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Departamento de Pós-Graduação em História. Belo Horizonte, 2006, p. 147-161.

da organização do Partido Republicano Mineiro (PRM). No ano seguinte começava a circular o jornal *O Movimento*, principal meio de comunicação do PRM, dirigido por ele em parceria com Antonio Olyntho dos Santos Pires.⁸³

Proclamada a República, João Pinheiro foi nomeado pelo Governo Provisório para os cargos de Secretário do Estado e Primeiro Vice-Governador. Em fevereiro de 1890, com a ida de Cesário Alvim para o Ministério do Interior, passou ao exercício interino do Governo de Minas. Deixando o governo, elegeu-se Deputado ao Congresso Constituinte no mesmo ano. Em 1882 começou a afastar-se das atividades políticas, passando a se dedicar ao projeto da *Cerâmica Caeté*, que inaugurou no ano seguinte, e à cátedra de “Direito das gentes, diplomacia, história dos tratados” na *Faculdade Livre de Direito do Estado de Minas Gerais*.⁸⁴ Em 1899 retornou à vida política, exercendo as funções de Agente Executivo e de Presidente da Câmara de Vereadores em Caeté. Em 1903, a pedido do Presidente do Estado, Francisco Antônio Sales, presidiu o *Primeiro Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de Minas Gerais*, o que marcaria o seu retorno a um cenário mais amplo das lides políticas, uma vez que o evento foi transformado em palco de importantes debates a respeito da administração econômica do estado.

Em 1904 candidatou-se ao Senado Federal. Foi eleito, mas exerceu por pouco tempo essa função, pois, menos de um ano após sua posse, tornou-se Presidente de Minas para o quadriênio 1906-1910, tendo como vice o Coronel Júlio Bueno Brandão. De acordo com seus biógrafos, “sua ascensão deveu-se, por um lado, às notórias qualidades pessoais, mas, por outro, ao seu prévio afastamento da política, o que lhe assegurou uma posição de equidistância em relação às facções que se digladiavam pelo controle do novo Partido Republicano Mineiro”⁸⁵. Sua candidatura foi tida, portanto, como um ato de conciliação e harmonização dentro do PRM. No governo, João Pinheiro dedicou-se às tarefas administrativas, buscando implantar estratégias que julgava apropriadas para tirar Minas da situação de estagnação econômica em que se encontrava. Seu projeto de modernização visava introduzir inovações na economia, segurança pública, judiciário e educação. Estimado por

⁸³ BARBOSA, F.A. (Org.). *João Pinheiro: documentário sobre a sua vida*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1966, p. 26-27.

⁸⁴ *Ibidem*, p. 28-29.

⁸⁵ *Dicionário Biográfico de Minas Gerais*. Op. cit. 1994, vol. 2, p. 648.

seus pares, a morte de João Pinheiro em 1908 foi lamentada por aqueles como frustração do processo de renovação da política brasileira.⁸⁶

Mesmo seu antigo rival Diogo de Vasconcellos lastimou a perda do político mineiro. O discurso conferido por Vasconcellos como representante oficial do *Instituto Histórico Mineiro* em honra às exéquias de João Pinheiro trazia um tom carregado de sentimentalismo e supunha uma crescente admiração que teria passado a existir entre eles no decurso dos anos. Ao abrir sua fala, Vasconcellos fez a seguinte declaração a respeito de como se sentia diante da tarefa confiada a si e quanto àquele que homenageava:

O que pois, hoje me assusta, é o desalinho de meus pensamentos. É a insuficiência de minha possibilidade, para cumprir a ordem do Instituto, fazendo, em termos, ao menos bem claros, o elogio de uma vida tão cheia e tão brilhante, como foi essa, que desgraçadamente para nós, e para a pátria tão cedo nos foi arrebatada.⁸⁷

João Pinheiro surgia na fala de Diogo de Vasconcellos como o “melhor dos homens”, a quem se deveria admirar por sua capacidade de organizar instituições, administrar o estado e ainda enquanto operário exemplar. Para o orador, “quando, como bem poucos preparado, voltou para Ouro Preto, laureado em S. Paulo [com o diploma do curso de Direito], elle teve, como se viu, alguma cousa dos primeiros apóstolos; vinha pregar uma fé, sem outros recursos, que o do próprio trabalho, nem outra confiança que a da própria vocação”. Desse modo, João Pinheiro teria feito reviver o sonho dos inconfidentes em Ouro Preto, cidade aberta a todo tipo de ideias - “tinha sido aquella terra o teatro das memoráveis tragedias; e, como soffrera de primeira mão o jugo do absolutismo, apprendeu á propria custa o que vale a liberdade”⁸⁸. A respeito da atuação na imprensa ouropretana, período no qual teriam sido inimigos assumidos, como é defendido por alguns trabalhos recentes⁸⁹, Vasconcellos, podendo se abster de tocar no assunto, o encara de maneira natural: “foi João Pinheiro, como sabeis, jornalista, que a nenhum outro se assemelhou em seu tempo; e que de nenhum outro se deixou supplantar, não obstante a opposição radical em que alli se colocou. [...] Vivemos em

⁸⁶ Ibidem, p. 648-649.

⁸⁷ VASCONCELLOS, D. *Discurso do Dr. Diogo de Vasconcellos orador official do Instituto Historico e Geographico Mineiro. Pronunciado por occasião das exequias celebradas no dia 25 de novembro de 1908 em a igreja matriz da Boa Viagem*. Belo Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1908, p. 4.

⁸⁸ Ibidem, p. 6-8.

⁸⁹ SILVA, R.M. Imprensa, proclamação da República e a nova ordem política em Minas Gerais. *Revista Tempo, Espaço e Linguagem* (UEPG), Paraná, vol. 3, n. 3, 2012, p. 107-131; e, MOLLO, H.M.; SILVA, R.M. “Diogo de Vasconcelos e a ‘oficina central do pensamento’”. In. ROMERO, A.; SILVEIRA, M.A. *Diogo de Vasconcelos: o ofício do historiador*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

lucta sem treguas. Mas dahi datam, comtudo, as relações de mutua amizade, que se fizeram intimas com o tempo e assim chegaram até hoje”⁹⁰.

A retórica de Vasconcellos o leva, inclusive, a ressaltar o aspecto religioso da vida de João Pinheiro. Matizado com tons fortes de “republicano e ateu” por alguns pesquisadores⁹¹, para Vasconcellos, naquele momento, era mais importante afirmar que João Pinheiro tinha pertencido a uma “família profundamente christã”, e era digno de que se lhe atribuissem milagres quando da sua estadia em Caeté. À presença do estadista nesta cidade, “as terras mais ingratas cobriram-se de méssees, os campos baldios e menos uteis se encheram de criações”⁹². O aspecto cristão da vida de João Pinheiro recordado pelo orador possui fundamentos se observarmos que, não obstante o posicionamento por parte daquele a favor da separação entre Igreja e Estado, ou mesmo seus questionamentos a respeito de sua própria fé em contrapartida a um entusiasmo em relação à ciência, Pinheiro casou-se com Helena de Barros na Igreja Católica e nela foram batizados seus onze filhos, mantendo assim as tradições que o cercavam. Além disso, é interessante mencionar o discurso realizado por Pinheiro durante a consagração da igreja de Cordisburgo, para a qual foi convidado em 1906, momento no qual o assunto central foi a possibilidade de coexistência entre a liberdade espiritual – que era um valor republicano - e a religião católica⁹³.

Por fim, Vasconcellos mencionou casos cotidianos com o intuito de demonstrar o quanto João Pinheiro fora favorável à causa do cristianismo:

Conversando uma vez, [João Pinheiro] me disse, que a um livro didactico, ao qual abriria mão satisfeita para favorecer e adquirir, seria aquelle que, em leitura amena e facil para as creanças, desenvolvesse as maximas da Imitação de Christo. Outra vez me declarou que tinha grande sentimento em não ver terreno bem preparado para se organizar, quanto antes entre nós, a União Popular Catholica. E, ainda mais outra, me disse, que havia promettido receber, a titulo de experiencia, mas para serem collocados em colonia especial umas 30 familias aziaticas. Não creio, porém, me disse elle, no bom exito. Esta gente está muito fóra do nosso quadro... e, além disso, pesa-me concorrer para se introduzir cá em nossa terra cousas do budhismo, quando já sem remedio temos demais quem ahi esteja perturbando a unidade catholica.⁹⁴

A questão da separação da Igreja do Estado com o advento da República era entendida naquele momento por Vasconcellos como algo aceitável, uma vez que “nem o Estado tem que

⁹⁰ VASCONCELLOS, D. Op. cit., 1908, p. 8.

⁹¹ MOLLO, H.M.; SILVA, R.M. Op. cit. 2014, p. 89.

⁹² VASCONCELLOS, D. Op. cit. 1908, p. 13-14.

⁹³ BARBOSA, F.A. Op. cit. 1966, p. 41.

⁹⁴ VASCONCELLOS, D. Op. cit. 1908, p. 16-17.

entrar nos domínios da theologia, nem a Igreja nos do temporal”, ainda que para ele houvesse um “terreno commum, em que ambos os poderes co-existentes podem e devem se encontrar, auxiliando-se, aos olhos dos estadistas sensatos e perspicazes. E foi nesse terreno que o dr. João Pinheiro mais se distinguiu”⁹⁵. O terreno comum mencionado por Vasconcellos estaria relacionado à prática das leis, aplicadas mais eficazmente por meio dos costumes, doutrinação e conscientização de um povo, do que pelas armas e cárceres.⁹⁶ Além disso, na perspectiva do orador, a religião católica estava de acordo com os ideais democráticos do regime vigente, uma vez que teve um estimável papel na formação de uma sociedade menos desigual, pois, no passado mineiro, era ela quem “a todos igualava, brancos e pretos, na mesma comunhão, fé que punha senhores e escravos de joelhos perante o mesmo Deus”⁹⁷.

Estudos demonstram que “apesar de a separação entre a Igreja e o Estado ser, aos tempos da propaganda republicana, defendida de forma quase unânime pelos republicanos, com a instauração do novo regime a prática é outra. A elite política mineira associa-se, ‘por convicção ou conveniência, à Igreja Católica’”⁹⁸. Todavia, enfatiza-se que esse não seria o caso de João Pinheiro, pois, ainda que ele mantivesse vínculos com a Igreja, a separação entre a Igreja e o Estado, e mesmo a liberdade de pensamento, seriam questões importantes para aquele. Guilherme Meirelles Costa nos ajuda a compreender melhor este ponto afirmando que “a questão para Pinheiro não era ser ou não católico. [...] Seus atos tinham outra intenção, não a de perseguir a religião católica e sim a de cumprir os compromissos assumidos, não apenas por ele, mas pelo regime republicano”⁹⁹. Conclui-se dessa forma que João Pinheiro “pode ter tido um período cético, mas a religião fez parte tanto de sua formação inicial, quanto esteve presente nos momentos finais de sua vida”¹⁰⁰.

⁹⁵ Idem.

⁹⁶ Em sermão pronunciado durante as comemorações do bicentenário de Ouro Preto, o padre Teófilo Salgado, contemporâneo de Vasconcellos, exprime a mesma relação entre religião e civilização versus ausência da Igreja e barbárie, lançando mão de episódios da história para demonstrar seu argumento. Na perspectiva do religioso, a civilização baseia-se em três aspectos: físico, moral e político, sendo que a ação da Igreja beneficia e estimula a todos. SALGADO, T. Sermão do padre Teófilo Salgado. Ata da Sessão Solene. 8 de julho de 1911. In: *Ouro Preto cidade em três séculos; Bicentenário de Ouro Preto; memória histórica (1711-1911)*. Organização, ensaio crítico e linha do tempo de Maria Francelina Silami Ibrahim Drummond. – Ouro Preto: Liberdade, 2011, p. 306-311.

⁹⁷ VASCONCELLOS, D. As obras de arte. In: *Ouro Preto cidade em três séculos; Bicentenário de Ouro Preto; memória histórica (1711-1911)*. Organização, ensaio crítico e linha do tempo de Maria Francelina Silami Ibrahim Drummond. – Ouro Preto: Liberdade, 2011b, p. 154.

⁹⁸ COSTA, G.M. Op. cit., 2006, p. 171-172.

⁹⁹ Ibidem, p. 172.

¹⁰⁰ Ibidem, p. 135.

O esforço empreendido até aqui de nos aproximarmos dos atores por trás dos acontecimentos que levaram à criação do IHGMG será útil para a compreensão do funcionamento daquela associação na qual se conjugaram atores de origens diversas, mas com o propósito comum de fortalecer a unidade do estado, construindo uma Minas Gerais republicana. Passaremos a seguir a nos ocupar da estrutura criada para viabilizar aquele projeto, último passo antes de adentrarmos efetivamente no tema da reescrita da história nacional.

1.4 IHGMG: estrutura e funcionamento

Uma vez fundado o *Instituto Histórico e Geográfico Mineiro* em 1907, seus membros passaram a lidar com questões de ordem prática, como o local que abrigaria suas reuniões, a criação de seus Estatutos e das comissões de trabalho, quem seriam seus consócios e quais dentre eles deveriam ser eleitos para compor suas primeiras mesas administrativas. Por não possuir sede própria a princípio¹⁰¹, as primeiras reuniões da associação foram realizadas em diferentes locais, dos quais podemos identificar pela documentação os salões da Câmara dos Deputados, da Secretaria do Interior e do *Arquivo Público Mineiro*. No entanto, notamos pelas atas que havia a preocupação de estabelecer uma sede para a instituição, como fica explícito durante a sessão do mês de janeiro de 1911, na fala do sócio Camillo de Brito, e pelas propostas dos sócios Virgílio Martins de Mello e Franco e Luis Pessanha, que no mês seguinte deveriam apresentar resultados sobre a busca de uma sala própria que pudesse sediar as reuniões, o arquivo e a biblioteca do *Instituto*. Em 14 de maio de 1911 as reuniões passaram a ser realizadas no Salão do Senado, denominado “sede social” ou “sala das sessões do Instituto”, onde acreditamos que tenha permanecido até 1927, início da chamada *segunda fase*. Não é possível, contudo, afirmar categoricamente que isso tenha acontecido, pois o local de realização de algumas dessas reuniões não é especificado, como pode ser observado na tabela do Anexo 1¹⁰².

Na reunião de fundação, em 16 de junho de 1907, João Pinheiro nomeou uma comissão especial para a elaboração dos Estatutos que guiariam as atividades do grêmio. A

¹⁰¹ Apenas em 1967 o *Instituto* recebeu um espaço próprio para sediar suas atividades, quando o Governador Israel Pinheiro transferiu a escritura de doação em comodato para a associação da sobreloja do Edifício Juscelino Kubistchek, na rua dos Guajajaras, 1268, onde se encontra até hoje.

¹⁰² Página 170.

comissão era composta por Virgílio Martins de Mello e Franco, Rodolpho Jacob, Albino Alves Filho, Antonio Gomes Lima¹⁰³, Carlos Honorio Benedicto Ottoni, Francisco Julio da Veiga¹⁰⁴, Carlos Toledo¹⁰⁵, Aurelio Pires¹⁰⁶, Gustavo Penna¹⁰⁷, J. E. de Resende Costa¹⁰⁸ e Antonio Benedicto Valladares Ribeiro¹⁰⁹.

¹⁰³ Antonio Gomes Lima foi um político, advogado e empresário mineiro. Nasceu na freguesia de São Domingos do Prata, Município de Santa Bárbara, Província de Minas Gerais, a 16 de junho de 1869. Filho do Tenente-Coronel da Guarda Nacional Modesto Gomes Domingues e de Maria dos Anjos de Jesus, fez os preparatórios em Ouro Preto, MG, e o curso superior nas faculdades de direito de São Paulo e do Rio de Janeiro e na *Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais*, tendo-se bacharelado por esta em 1893. Advogando em Belo Horizonte, MG, foi Chefe de Polícia interino e Senador Estadual. Pertenceu ao PRM. *Dicionário Biográfico de Minas Gerais*. Op. cit. 1994, vol. 1, p. 342-343.

¹⁰⁴ Francisco Julio da Veiga foi um magistrado carioca. Nasceu na cidade do Rio de Janeiro, a 1º de julho de 1843, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 16 de julho de 1908. Filho de João Pedro da Veiga e de Maria Rosa da Veiga, fez os preparatórios na *Inspetoria-Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte* e o curso superior na *Faculdade de Direito de São Paulo*, pela qual se bacharelou em Ciências Jurídicas e Sociais, em 1864. Após exercer cargos na magistratura em municípios mineiros, mudou-se para Belo Horizonte onde ocupou, a partir de 1905, a função de Provedor da *Santa Casa de Misericórdia*. Era primo do político Francisco Luís da Veiga. *Dicionário Biográfico de Minas Gerais*. Op. cit. 1994, vol. 2, p. 705.

¹⁰⁵ Carlos Domicio de Assis Toledo foi um político, magistrado e professor mineiro. Nasceu na então Vila de Aiuruoca, Província de Minas Gerais, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 31 de dezembro de 1913. Filho do Alferes da Guarda Nacional Miquileno José de Assis e de Alexandrina Toledo, fez os estudos preparatórios no *Mosteiro de São Bento* e no *Externato Aquino*, ambos no Rio de Janeiro, e o curso superior na *Faculdade de Direito de São Paulo*, pela qual se bacharelou em Ciências Jurídicas e Sociais em 1882. De volta a Minas Gerais, logo depois de formado, foi nomeado Promotor Público da Comarca do Rio Verde e, logo em seguida, Juiz Municipal de Mariana. Passou por outros cargos públicos e durante 16 anos advogou em Ouro Preto. Foi também Diretor da *Imprensa Oficial de Minas Gerais* no governo Francisco Sales (1902-1904). *Dicionário Biográfico de Minas Gerais*. Op. cit. 1994, vol. 2, p. 687.

¹⁰⁶ Aurelio Egidio dos Santos Pires foi um farmacêutico, professor, escritor e jornalista mineiro. Nasceu no Serro, Província de Minas Gerais, a 23 de março de 1862, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 25 de fevereiro de 1937. Filho do magistrado Aurelio Pires de Figueiredo Camargo e de Maria Josefina dos Santos Pires, fez os estudos de Humanidades no *Seminário de Diamantina* e no *Liceu Mineiro*, em Ouro Preto. Iniciou o curso de Medicina no Rio de Janeiro, que não chegou a concluir. Em 1894 diplomou-se pela *Escola de Farmácia de Ouro Preto*. Irmão de Antonio Olinto dos Santos Pires, trabalhou com o mesmo na redação de *O Movimento*, jornal de propaganda republicana, e n' *O Estado de Minas*. Transferiu-se para Belo Horizonte em outubro de 1897, quando a cidade ainda estava em construção, e passou a exercer o magistério. Foi reitor do *Ginásio Mineiro*, professor e diretor da *Escola Normal Oficial*, além de integrar o corpo docente da *Faculdade Livre de Medicina*. Convidado pelo então Presidente do estado, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, dirigiu o *Arquivo Público Mineiro*, de 13 de janeiro de 1927 a 11 de agosto de 1930. Foi também sócio e Presidente do IHGMG. *Dicionário Biográfico de Minas Gerais*. Op. cit. 1994, vol. 2, p. 553.

¹⁰⁷ Gustavo Alberto Penna foi um magistrado, Delegado de Polícia e advogado mineiro. Nasceu em São José d'Além-Paraíba (atual Além-Paraíba), Província de Minas Gerais, a 8 de outubro de 1885, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 2 de abril de 1975. Filho do advogado e jornalista Gustavo José da Silva Pena e de Libânia Goulart Pena, fez os estudos secundários em Ouro Preto e no externato do *Ginásio Mineiro* em Belo Horizonte, e o curso superior na *Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais*, pela qual se bacharelou em 1907. *Dicionário Biográfico de Minas Gerais*. Op. cit. 1994, vol. 2, p. 515.

¹⁰⁸ João Emílio de Resende Costa foi um político e magistrado mineiro. Nasceu na Freguesia de Nossa Senhora da Penha de França do Arraial da Lage, Província de Minas Gerais (atual cidade de Resende Costa), a 1º de abril de 1845, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 24 de março de 1911. Filho do fazendeiro José de Resende Costa e de Josefina Carneiro de Resende Costa, fez os primeiros estudos e os preparatórios em São João Del-Rei, Província de Minas Gerais, e diplomou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela *Faculdade de Direito de São Paulo* em 1870, ingressando de imediato na Magistratura mineira. *Dicionário Biográfico de Minas Gerais*. Op. cit. 1994, vol. 1, p. 199.

¹⁰⁹ Antonio Benedicto Valladares Ribeiro foi um político, advogado e professor mineiro. Nasceu em Mateus Leme, então Distrito de Bonfim, Província de Minas Gerais, a 5 de janeiro de 1870, e faleceu em Belo

Na reunião seguinte, no dia 12 de julho de 1907, os sócios discutiram a proposta elaborada. Carlos Ottoni abriu o debate declarando que os “estatutos foram calcados sobre os do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, com muito pequenas alterações” e por isso deveriam ser discutidos por capítulos¹¹⁰. Aprovados os oito capítulos, com uma ligeira alteração a respeito das comissões de trabalho, sugerida pelo sócio Mendes Pimentel, os Estatutos do IHGMG versavam sobre seus *fins e objetivos* no Primeiro Capítulo; sua *organização* no Segundo; o Terceiro Capítulo trazia orientações sobre a forma de *admissão dos membros*; o Quarto, sobre as *contribuições sociais*; o Capítulo Quinto versava sobre o *quadro administrativo e as comissões de trabalho*, assim como a especificação de suas funções; o Capítulo Sexto definia as *formas de reunião* dos associados (sessão ordinária, extraordinária, de Assembleia Geral, de aniversário de instalação e de eleição) e a *ordem dos trabalhos*; o Capítulo Sétimo cuidou dos *fundos* orçamentários do *Instituto* e suas aplicações; e, por fim, ao Oitavo restaram as *disposições gerais*, que trataram sobre a recepção de novos sócios, os procedimentos adotados quando do falecimento dos mesmos, a “Arca de Sigilo”, verdadeiro cofre onde permaneceriam os manuscritos doados de conteúdo restrito, com data específica para serem abertos em sessão ordinária, quando teriam sua destinação definida pelos sócios presentes.¹¹¹

Os três primeiros artigos dos Estatutos destacam-se como aqueles que definiam os fins, métodos e meios que regeriam a atuação do IHGMG. Em síntese, eles versavam sobre: 1º. “Investigar, colligir, methodizar, publicar ou archivar os documentos concernentes á historia e á geographia de Minas Geraes, e á archeologia, ethnographia e lingua de seus indigenas”; 2º. “Manter correspondencia com as sociedades e academias estrangeiras de igual natureza, bem como as associações congeneres existentes na Capital Federal e nos diversos Estados da Republica, para mais facil desempenho dos fins a que se propõe”; 3º. “Publicar uma ou mais vezes por anno, uma Revista, na qual se conterão os seus trabalhos

Horizonte, MG, a 9 de julho de 1953. Filho do Tenente-Coronel da Guarda Nacional Domingos Justino Ribeiro e de Antônia Benedita Valadares Ribeiro, fez seus estudos humanísticos no *Colégio do Caraça*, os preparatórios em Ouro Preto e o curso superior na *Faculdade de Direito de São Paulo*, pela qual se bacharelou em Ciências Jurídicas e Sociais em 1895. Era professor do *Ginásio Mineiro* de Belo Horizonte quando se elegeu Senador Estadual (1923-1926 e 1927-1930). Pertenceu ao PRM e ao Partido Progressista. *Dicionário Biográfico de Minas Gerais*. Op. cit. 1994, vol. 2, p. 583.

¹¹⁰ LIVRO DE ACTAS DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DE MINAS GERAES: 1907-1927/1927-1929. Ata da sessão de 12 de julho de 1907. Folha 4.

¹¹¹ Os Estatutos tiveram poucas alterações ao longo do período estudado. Utilizamos neste trabalho as versões publicadas na *Revista do Arquivo Público Mineiro*. A versão de 1928 consta no Anexo 02 na página 193.

(actas das sessões, discursos do presidente e do orador, relatório do 1º secretário, lista dos sócios, etc)»¹¹².

A respeito da *Revista*, apenas em 1945 o IHGMG conseguiria efetivar seu plano, apesar das tentativas de implementação da mesma, como a criação de uma comissão em janeiro de 1911 encarregada por sua primeira publicação, composta pelo Senador Camillo de Britto, Nelson de Senna e Luis Pessanha. Em 14 de maio de 1911, foi determinada a publicação do primeiro número da *Revista*, a qual deveria dar divulgação à *Memória* apresentada por Nelson de Senna relativa à criação e instalação do *Instituto*, bem como a certidão fornecida pelo *Clube Floriano Peixoto* sobre a fundação do mesmo¹¹³. Entretanto, fica claro que a presença da *Revista* não visava substituir a utilização de outras vias, sendo que na mesma sessão foi determinado que se publicasse no órgão oficial do Estado os Estatutos do IHGMG. A ausência da *Revista* não implicava para os sócios em dificuldade de se comunicar ou dar divulgação aos seus trabalhos. Tanto o órgão oficial do Estado, *O Minas Geraes*, a *Revista do Arquivo Público Mineiro* e a *Imprensa Oficial do Estado* foram suportes eficazes nesse sentido. Outras iniciativas para a publicação da *Revista* ocorreriam em 1917, em decorrência da necessidade de publicação dos trabalhos do 6º Congresso de Geografia, realizado pelo IHGMG. Não obstante as dificuldades com a *Revista*, o *Instituto Mineiro* não tardou a efetivar os dois primeiros artigos dos seus Estatutos – foi capaz de reunir e utilizar documentos referentes à história e geografia do estado e estabeleceu uma rede de sócios no Brasil e no estrangeiro logo em suas primeiras décadas de existência, como veremos adiante.

No tocante ao seu quadro de sócios, o *Instituto Mineiro* era composto majoritariamente por membros da elite política e de cargos distintos das carreiras judiciária, militar e eclesiástica, ainda que a instituição se esforçasse por reunir em torno de si todos àqueles que se destacassem nos campos científico e literário. Os sócios do grêmio, de acordo com o Capítulo II dos seus Estatutos, poderiam ser de nacionalidade brasileira ou estrangeira e eram classificados como *sócios efetivos*, *correspondentes*, *honorários* e *beneméritos*. A categoria de *honorários* se especificava na de *presidente honorário*, título que poderia ser conferido unicamente ao Presidente da República e ao Presidente do Estado de Minas Gerais. Foram nomeados como presidentes honorários, por exemplo, o Presidente da República

¹¹² INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DE MINAS GERAES: Origem; histórico; fins; sede. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. 21, n. 2, abr/jun de 1927, p. 101-145. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, p. 107-108.

¹¹³ LIVRO DE ACTAS DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DE MINAS GERAES: 1907-1927/1927-1929. Ata da sessão de 14 de maio de 1911. Folha 12.

Affonso Penna (1907) e os Presidentes do Estado, Julio Bueno Brandão (1910) e Delfim Moreira (1915).

A título de curiosidade é válido notar que foi tímida a presença de mulheres nos primeiros encontros da associação, salvo exceções, como na sessão do dia 28 de setembro de 1913, em que estiveram presentes, provavelmente na posição de convidadas, Celina Rothier Duarte, filha do sócio Teixeira Duarte, Clara Nogueira, Michaela Nogueira e Maria da Conceição Xavier¹¹⁴. O primeiro registro de admissão de mulheres como sócias se deu em uma fase posterior do IHGMG, em 15 de outubro de 1958, sendo admitidas escritoras e educadoras de destaque em Minas Gerais, como Zilah Corrêa de Araújo, Lúcia Machado de Almeida e Henriqueta Lisboa.

O Capítulo III dos Estatutos aborda as condições de admissão dos sócios. Para o cargo de *sócio efetivo* poderiam se candidatar os residentes na capital do estado ou nos municípios circunvizinhos, com idoneidade moral e capacidade intelectual reconhecida pela Comissão de Admissão de Sócios, e que apresentassem ao menos um trabalho de própria autoria acerca da história, geografia, etnografia, ou do Brasil de modo geral, sem a necessidade de ser um texto inédito. O nome do candidato deveria ser proposto por no mínimo três sócios, passaria pela averiguação dos critérios e depois seria submetido à votação. O cargo de *sócio correspondente* estava destinado àqueles não residentes em Belo Horizonte e não era preciso que o candidato oferecesse um trabalho próprio, como no primeiro caso, podendo encaminhar como alternativa a este uma obra de valor sobre o Estado de Minas Gerais, ou ainda um donativo importante para o museu do *Instituto*. Vindo a residir na capital do estado, poderia requerer a categoria de sócio efetivo, desde que houvesse vagas e que se cumprisse as condições de admissão dos mesmos. *Sócio honorário*, por sua vez, diferente dos demais, era um título conferido às pessoas que se distinguiram por seu “consummado saber” ou “distinta representação”, podendo ser também destinado aos sócios efetivos e correspondentes que tivessem se distinguido por serviços prestados ao IHGMG. O título de *sócio benemérito*, por fim, seria atribuído aos sócios honorários que tivessem sido efetivos e que se distinguiram pela prestação de novos serviços relevantes, ou àqueles que fizessem doações acima de dois contos de réis em dinheiro ou em objetos de valor. Somente as categorias de sócios efetivos e correspondentes, e dentre estes apenas os residentes no Brasil,

¹¹⁴ LIVRO DE ACTAS DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DE MINAS GERAES: 1907-1927/1927-1929. Ata da sessão de 28 de setembro de 1913. Folha 28.

exigiam o pagamento de contribuições sociais regulares na soma de doze mil réis a cada ano. Para as demais categorias, cabia somente uma contribuição pelo diploma recebido após a nomeação.¹¹⁵

A respeito dos recursos que mantinham a associação, além das contribuições, doações espontâneas e da receita proveniente de publicações, o *Instituto* contava com subsídio anual do governo de Minas para contratar funcionários, publicar obras, comprar livros e manuscritos, pagar prêmios e adquirir seu patrimônio, como especificado nos Capítulos IV e VII dos Estatutos.¹¹⁶

A direção do *Instituto* ficaria a cargo de uma mesa administrativa e de comissões de trabalho, de acordo com o especificado no Capítulo V dos Estatutos. As comissões de trabalho não sofreram alterações substanciais ao longo do período estudado, definindo desde o início as frentes de ação dos membros. Eram elas: Comissão de Fundos e Orçamento; Comissão de Estatutos e Redação da Revista do Instituto; Comissão de Revisão de Manuscritos; Comissão de Trabalhos Históricos; Comissão de Trabalhos Geográficos; Comissão de Arqueologia, Etnografia e Língua dos Indígenas; Comissão de Pesquisas de Manuscritos e Documentos; Comissão de Biografia; e, Comissão de Admissão de Sócios.

Do mesmo modo, os cargos da mesa administrativa também não variaram muito, valendo-se, todavia, recordar os nomes daqueles que estiveram à frente da instituição durante seus anos iniciais. Para compor a primeira mesa, os sócios elegeram os seguintes membros no dia 12 de julho de 1907: Presidente, João Pinheiro (que obteve 37 votos, contra um voto para Augusto de Lima); 1º Vice-presidente, João Bráulio Moinho de Vilhena¹¹⁷; 2º Vice-presidente, Virgílio Martins de Mello Franco; e, 3º Vice-presidente, Carlos Honorio Benedicto Ottoni; Tesoureiro, Francisco Julio da Veiga; 1º Secretário, Francisco Mendes Pimentel; 2º Secretário, Juscelino Barbosa¹¹⁸; e, Orador, Diogo de Vasconcellos. A diretoria

¹¹⁵ ESTATUTOS DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DE MINAS GERAES. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. 22, 1928, p. 356-359.

¹¹⁶ *Ibidem*, p. 367-368.

¹¹⁷ João Bráulio Moinho de Vilhena foi um magistrado e político mineiro. Nasceu na vila de Campanha da Princesa, Província de Minas Gerais (hoje cidade de Campanha), a 23 de outubro de 1832, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 2 de agosto de 1911. Filho do Major da Guarda Nacional Matias Antônio Moinhos de Vilhena e de Escolástica Joaquina de Oliveira Vilhena, fez os preparatórios em São Paulo, por cuja *Faculdade de Direito* se bacharelou em 1858, em Ciências Jurídicas e Sociais, mas iniciou sua vida jurídica em Minas. Foi Presidente da Sociedade Mineira de Agricultura, além de sócio e Presidente do IHGMG. *Dicionário Biográfico de Minas Gerais*. Op. cit. 1994, vol. 2, p. 720-721.

¹¹⁸ Juscelino Barbosa foi um Político, advogado, banqueiro, professor e jornalista mineiro. Nasceu na fazenda da Samambaia, no Distrito de Santa Cruz da Chapada, Município de Minas Novas, Província de Minas Gerais, a 13

da associação deveria ser renovada em períodos regulares, entretanto, nos deparamos com o registro de apenas mais uma eleição ao longo dos primeiros vinte anos da instituição, que ocorreu no dia 17 de dezembro de 1916. Nesta ocasião foram eleitos como Presidente, Carlos Ottoni; Vice-presidente, Antonio Arnaldo de Oliveira¹¹⁹; Secretários, Luis Pessanha e Francisco Brant¹²⁰; Oradores, Diogo de Vasconcellos e José Eduardo da Fonseca¹²¹; e, Tesoureiro, João Libano Soares.

Contudo, ao observar a documentação constata-se que houve alterações nos quadros administrativos entre as duas votações. Além do cargo de Secretário, do qual Luís Pessanha se ocupou em praticamente todo o período, ainda que só tenha sido formalmente aclamado em 1911 e eleito em 1916, vale destacar as alterações no cargo de Presidente. Sem considerar as substituições esporádicas, João Pinheiro foi o primeiro presidente aclamado pelos sócios do IHGMG em 1907, mas já em janeiro de 1908 – antes de sua morte, portanto, que ocorreu no dia 25 de outubro daquele ano – não compareceu mais às reuniões, que passaram a ser lideradas pelo desembargador Carlos Honorio Benedicto Ottoni. O *Instituto* realizou dois encontros em 1908 (janeiro e fevereiro), após os quais teve suas atividades interrompidas e

de junho de 1875, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 9 de outubro de 1947. Filho do Coronel da Guarda Nacional Juscelino Barbosa de Sena e de Maria Cândida de Sousa Barbosa, fez os estudos de Humanidades no Seminário de Diamantina e os preparatórios em Ouro Preto. Formou-se em Ciências Jurídicas pela *Faculdade de Direito de São Paulo*, em 1844, e em Ciências Sociais pela *Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais*, em 1896. Foi um dos fundadores do *Estado de Minas*, em 1928. *Dicionário Biográfico de Minas Gerais*. Op. cit. 1994, vol. 1, p. 72-73.

¹¹⁹ Antonio Arnaldo de Oliveira foi um político, magistrado, advogado, promotor e jornalista mineiro. Nasceu em Ouro Preto, Província de Minas Gerais, a 11 de outubro de 1846, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 13 de fevereiro de 1931. Filho do Tenente-Coronel da Guarda Nacional Cândido Teodoro de Oliveira e de Luísa Maria de Oliveira, fez os estudos secundários no Liceu Mineiro e bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1868. Exerceu cargos públicos em Minas Gerais, São Paulo e no Rio de Janeiro. *Dicionário Biográfico de Minas Gerais*. Op. cit. 1994, vol. 2, p. 467.

¹²⁰ Francisco José de Almeida Brant foi um magistrado e professor mineiro. Nasceu em Diamantina. Província de Minas Gerais, a 15 de agosto de 1866, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 23 de agosto de 1957. Filho do Comendador José Ferreira de Andrada Brant e de Maria Carolina de Almeida Brant, fez os primeiros estudos no *Seminário de Diamantina*, cursou os preparatórios em Ouro Preto, e bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela *Faculdade de Direito de São Paulo*, em 1889. Diplomado, regressou à terra natal para exercer o magistério na *Escola Normal*. Transferindo-se depois para Belo Horizonte, ingressou no corpo docente da *Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais*, em 1912, na qual foi eleito várias vezes como Diretor entre 1931 e 1950, excluídos apenas os períodos em que exerceu o cargo de Reitor da *Universidade de Minas Gerais*. *Dicionário Biográfico de Minas Gerais*. Op. cit. 1994, vol. 1, p. 112.

¹²¹ José Eduardo Teixeira da Fonseca foi um escritor, acadêmico, professor, advogado e promotor mineiro. Nasceu em Mariana, Província de Minas Gerais, a 13 de outubro de 1883, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 16 de outubro de 1936. Filho de João Teixeira da Fonseca Sobrinho e de Maria Francisca da Fonseca. Fez os estudos secundários no Ginásio Mineiro, em Ouro Preto e em Barbacena, MG, e os preparatórios em São Paulo, SP. Depois de frequentar a *Faculdade de Direito de São Paulo* até o quarto ano, concluiu o bacharelado na *Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais* (FLDMG) em 1904. Transferiu-se para Belo Horizonte em 1913, ano em que foi eleito para a *Academia Mineira de Letras*. Atuou como advogado, redator do órgão oficial *O Minas Gerais*, e professor do *Ginásio Mineiro* e da FLDMG. *Dicionário Biográfico de Minas Gerais*. Op. cit. 1994, vol. 1, p. 257.

retomadas apenas em outubro de 1910, sob a presidência de outro desembargador, João Braulio Moinhos de Vilhena. Em 18 de dezembro de 1910, o Senador Virgílio Martins de Mello Franco tomou a frente da associação na qual permaneceu até julho de 1916. Naquele momento, Carlos Ottoni que era presença frequente nas atividades da associação, inclusive como substituto do Presidente, reassumiu seu antigo cargo, permanecendo nele até 1919, quando, ocupado com a organização do *6º Congresso Brasileiro de Geografia* pediu exoneração, vindo a falecer em seguida. O último encontro registrado da chamada *primeira fase* do *Instituto Histórico Mineiro* (1907-1927) aconteceu em 27 de agosto de 1919, e foi presidido pelo Desembargador Antonio Arnaldo de Oliveira. Neste encontro, Rodolpho Jacob foi aclamado Presidente da associação. A ata deste encontro foi aprovada em 14 de março de 1920 e não há outros registros de sessões regulares até 13 de fevereiro de 1927.

Durante suas primeiras décadas de existência, o IHGMG se esforçou no sentido de criar para si uma rede de interlocutores, ou seja, estabelecer relações com pessoas que possuíssem prestígio social ou instituições do mesmo gênero, em nome de reconhecimento e câmbio intelectual. Este objetivo, presente no segundo artigo dos Estatutos, como foi apresentado anteriormente, teve lugar central nas atividades da associação nos anos subsequentes à sua fundação e merece uma atenção especial. Em praticamente todas as sessões eram apresentadas novas indicações de sócios correspondentes, assim como a adesão dos mesmos ao cargo. A criação dessa rede possuía dois sentidos: *para dentro* e *para fora* do estado, atendendo a demandas específicas, como veremos a seguir.

Argumentamos até aqui que o *Instituto Histórico Mineiro* surgiu em um contexto de esforço pela unificação da elite administrativa de Minas Gerais, pois as disputas internas ameaçavam sua unidade territorial e prejudicavam a participação do estado no cenário político nacional. Havia a demanda de formação de um discurso que unificasse o estado, criando-se uma identidade que pudesse ser compartilhada pelos mineiros. Criado em Belo Horizonte, dez anos após a fundação da nova capital mineira, o IHGMG contribuiu não apenas para a construção de um passado comum com o qual os mineiros poderiam orgulhosamente se identificar, mas promoveu também ações efetivas que coordenaram em um mesmo espaço os esforços vindos de todas as partes do estado para a criação desse passado.

Dentro do estado, observamos pelas atas das reuniões o anseio de que os municípios estivessem envolvidos com as atividades da instituição, o que foi feito, principalmente, com a

aclamação de suas figuras de destaque - tanto no campo administrativo quanto no científico - como membros correspondentes. Estes frequentemente enviavam aos cuidados do *Instituto* monografias de sua própria autoria, documentos, objetos e publicações sobre temas diversos concernentes à história e à geografia do estado, o que foi de fundamental importância para a composição dos acervos da biblioteca, do arquivo e do museu do IHGMG. Infelizmente, são poucas as informações constantes na documentação a respeito destas repartições organizadas pelo IHGMG. Surgem, todavia, algumas notas que nos permitem certificar a existência e o recolhimento de acervo para as mesmas, assim como suas finalidades. Em 25 de agosto de 1912, por exemplo, o *Instituto* recebeu uma doação significativa de objetos destinados ao museu, feita por Ignacio Murta. Diante da doação, surgiu a ideia de se criar uma seção especial no museu, dedicada ao município de Araçuaí, de onde vinham os objetos. Todavia, o sócio Julio Pinto sugeriu que seria melhor que se criasse uma seção para cada município do estado¹²², cumprindo o que indicávamos anteriormente a respeito de se incorporar e representar todas as regiões de Minas em um mesmo espaço.

Também foi importante para a promoção da união entre os mineiros a convocação dos municípios para realização de eventos em conjunto, como os bicentenários de Mariana (1911), Ouro Preto (1911) e do Serro (1914) e o bicentenário da Revolução de Felipe dos Santos (1920). Estes eventos serão retomados no último capítulo, nos auxiliando a pensar como se efetivou a escrita da história mineira no contexto republicano.

Outra ação expressiva do IHGMG diz respeito à criação, *fora do estado*, de sua rede de sócios. Os principais objetivos dessa investida eram projetar uma imagem positiva de Minas e conquistar apoio e reconhecimento de pessoas de destaque e associações de caráter científico e literário espalhadas pelo Brasil e pelo mundo. Este vínculo tornou-se concreto pela troca de correspondências, de documentos e impressos, pela aclamação dos representantes daquelas associações como sócios correspondentes e honorários, e pelos convites para a participação dos membros do IHGMG em seus eventos. Novos registros dessas atividades constavam em praticamente todos os encontros da associação. Na reunião de 1º de fevereiro de 1914, o Secretário Luis Pessanha apresentou o “movimento auspicioso e cada vez mais crescente da correspondência do Instituto com quasi todas as associações

¹²² LIVRO DE ACTAS DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DE MINAS GERAES: 1907-1927/1927-1929. Ata da sessão do dia 25 de agosto de 1912. Folha 19.

congeneres e litterarias do paiz e mesmo do estrangeiro”¹²³. A eleição de sócios honorários e de correspondentes nas associações congêneres marcou a associação desde seus primeiros momentos. Em julho de 1907 o então Presidente da República, Affonso Penna, enviou um telegrama “applaudindo jubiloso a fundação do Instituto Historico de Minas Geraes” e agradecendo por ter sido aclamado sócio fundador, sendo mais tarde nomeado presidente honorário do *Instituto*. Na mesma reunião, os sócios leram as felicitações enviadas pelos institutos de São Paulo e da Bahia¹²⁴ pela fundação do IHGMG.

As relações com o IHGB - modelo nacional - também foram bastante próximas desde o início. No mesmo dia da fundação do *Instituto Mineiro*, a 16 de junho de 1907, o Secretário Max Fleiuss fez a leitura de um telegrama na sessão do *Instituto Brasileiro*, com os seguintes dizeres:

Bello Horizonte, 16 de junho de 1907. – Marquez Paranaguá, Presidente do Instituto Historico Brasileiro, Rio – Tenho prazer communicar V. Ex. fundação hoje Instituto Historico e Geographico Minas Geraes, moldado pelo veneravel instituto de que V. Ex. é digno presidente. Saudações affectuosas. – João Pinheiro.¹²⁵

A mensagem foi respondida no dia seguinte:

Rio, 17 de junho de 1907. – Exm. Sr. Dr. João Pinheiro da Silva, M. D. Presidente do Estado de Minas Geraes. Profundamente desvanecido, recebeu o Instituto Historico e Geographico Brasileiro o gentil telegramma de V. Ex., communicando a fundação Instituto Historico e Geographico de Minas Geraes, hontem occorrida. Augurando futuro brilhante à nascente associação, que reaes serviços póde prestar ao Estado tão patrioticamente administrado por V. Ex., tenho a satisfação de offerecer para a bibliotheca do novo gremio uma collecção dos tomos existentes da *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, assim como um exemplar das publicações pelo mesmo Instituto editadas. Ficam, pois, á disposição do Instituto Historico e Geographico de Minas Geraes, nesta Secretaria, os referidos exemplares, que serão entregues, mediante comunicação, com 24 horas de antecedência. Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Ex. os meus protestos de alta admiração e respeito. – O 1º Secretario Perpetuo, *Max Fleiuss*.¹²⁶

Na sessão em questão que iniciou as atividades do IHGMG, esteve presente o sócio do IHGB Pedro Augusto Carneiro Lessa atendendo ao convite de Augusto de Lima. De passagem por Belo Horizonte, Lessa pronunciou um discurso na ocasião marcado por um tom

¹²³ LIVRO DE ACTAS DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DE MINAS GERAES: 1907-1927/1927-1929. Ata da sessão do dia 1º de fevereiro de 1914. Folha 30.

¹²⁴ Em 1911, o Conselheiro João Nepomuceno Torres, 1º Secretário do *Instituto da Bahia*, é aclamado como sócio correspondente.

¹²⁵ ACTA DA DECIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINARIA EM 1º DE JULHO DE 1907. *Revista Do Instituto Histórico E Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Tomo LXX, parte II, 1907, p.723.

¹²⁶ Ibidem, p. 723-724. Grifos no original.

de exaltação da história de Minas, que era sua terra natal, e também de orientações sobre o método histórico, discurso que será analisado no próximo capítulo.

Na solenidade de instalação do *Instituto Histórico Mineiro*, no dia 15 de agosto de 1907, o IHGB enviou uma comitiva composta por José Veríssimo, Capistrano de Abreu, Max Fleiuss e Barão de Studart (este como representante do *Instituto Histórico do Ceará* e da *Academia Cearense*), dentre outros nomes, que mais tarde foram aclamados como sócios correspondentes do IHGMG. Oliveira Lima, Conde de Afonso Celso e Visconde de Ouro Preto enviaram cartas agradecendo o convite e desculpando-se pela ausência. Do mesmo modo, era comum encontrar nomes de mineiros ligados aos quadros de sócios do *Instituto Brasileiro*, como Nelson de Senna, Augusto de Lima e Diogo de Vasconcellos. Os membros do IHGMG foram convidados para participar de vários projetos do IHGB no período. Logo em 1907, Augusto de Lima incentivou os membros a cooperarem com a comissão encarregada pelo IHGB de promover a comemoração do Centenário da Imprensa¹²⁷.

Em 1917, os sócios receberam o pedido de colaboração para a confecção do *Dicionário Histórico, Geográfico e Ethnográfico do Brasil*¹²⁸. O projeto do *Dicionário* tinha por objetivo reunir “os conhecimentos básicos que os bons brasileiros deveriam dominar sobre a Pátria”, os quais eram: seus limites geográficos, sua formação étnica e cultural e os principais acontecimentos e personagens da história nacional.¹²⁹ O primeiro volume da obra resultante do empreendimento foi lançado em 1922, com o título de *Dicionário Histórico, Etnográfico e Geográfico do Brasil*, como parte das comemorações do Centenário da Independência. No entanto, não temos registros se os membros do IHGMG enviaram as contribuições solicitadas. De acordo com Lúcia Paschoal Guimarães a comissão encarregada pela elaboração do *Dicionário* teve bastante dificuldade em obter as respostas ao questionário enviado aos representantes dos estados, e estas, quando feitas, não satisfizeram as expectativas¹³⁰.

A presença dos membros do IHGMG nos congressos realizados pelo IHGB também contribuiu para o fortalecimento dessas relações e para a projeção do estado no âmbito nacional. Retomaremos este tema no último capítulo, mas vale introduzir os eventos de maior

¹²⁷ LIVRO DE ACTAS DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DE MINAS GERAES: 1907-1927/1927-1929. Ata da primeira sessão ordinária. 30 de agosto de 1907. Folha 6.

¹²⁸ LIVRO DE ACTAS DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DE MINAS GERAES: 1907-1927/1927-1929. Ata da sessão do dia 23 de setembro de 1917. Folha 43.

¹²⁹ GUIMARÃES, L.P. Op. cit. 2007, p. 96.

¹³⁰ Ibidem, p. 98-99.

mobilização como o *Primeiro Congresso de História Nacional*, que celebrava o aniversário da Independência do Brasil em 1914, mas já era tema de discussão dentro do IHGMG desde 1913, quando os sócios Nelson de Senna e Virgílio Martins de Mello e Franco foram nomeados como delegados especiais para representar Minas Gerais; a oportunidade confiada aos membros do IHGMG de receber e organizar o *6º Congresso Brasileiro de Geografia*, em 1919; e, por fim, o *I Congresso Internacional de História da América*, que compôs as celebrações do Centenário da Independência do Brasil em 1922, para o qual foram nomeados como membros da comissão executiva os sócios Nelson de Senna, Diogo de Vasconcellos e Lúcio dos Santos. Como poderá ser observado, os historiadores mineiros transformaram as grandes realizações e os grandes nomes do passado do estado em tema recorrente nesses eventos, frequentemente trazendo ao debate as contribuições de Minas Gerais para a formação da nacionalidade brasileira.

Uma vez apresentada a atuação dos historiadores mineiros no interior da nação, tentaremos dar um panorama de suas investidas no sentido de estabelecer relações internacionais. Desde os primeiros momentos do IHGMG seus sócios lançaram-se à tarefa de criar uma rede de correspondentes fora do país. Logo na sessão de instalação, convidaram o Cônsul da Itália e o Vice Cônsul de Portugal para participar da solenidade, mas estes não puderam se fazer presentes e justificaram a ausência por meio de cartas. Outros exemplos mais efetivos foram a aclamação do chileno Clemente Barahoua Vega como sócio correspondente em maio de 1911, o qual fez doações de obras e documentos ao *Instituto*, e do ofício enviado pelo Cônsul Geral da República Argentina, Carlos Luiz Kles, em 1912, solicitando para o *Museu Social Argentino* e bibliotecas de Buenos Aires qualquer publicação que demonstrasse o progresso social do Brasil. Há, por fim, o registro da presença do *Instituto Mineiro* fora do país, como foi o caso da participação de Nelson de Senna no *4º Congresso Científico (1º Pan-Americano)*, reunido em Santiago do Chile, a 25 de dezembro de 1908. O resultado da pesquisa sobre os índios no Brasil elaborada por Senna para a apresentação nesse congresso foi publicada na *Revista do Arquivo Público Mineiro*¹³¹ e foi traduzida para o espanhol pelo próprio Clemente Barahoua Vega (*Los Indios del Brazil*, Santiago do Chile, 1912).

¹³¹ SENNA, N.C. Os índios no Brasil: memória ethnographica. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. 13, p. 145-218. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. 2ª ed. 1908.

O esforço em estabelecer relações internacionais por parte do sócio Nelson de Senna é digno de comentário. Em 1912, Senna recebeu um ofício do Secretário Geral da *Société des Américanistes de Paris*, agradecendo o envio de obras, e, no mesmo ano, foi comunicado por H. Maximille a respeito da publicação de sua biografia no *Dictionnaire Illustré de L'Amérique Latine*. Em 1913, Senna foi nomeado membro do *National Geographic Society*, de Washington. Em 1914, foi consultado, via ofício, sobre a fusão do *Congress of Americanists* - que deveria ter se reunido em outubro daquele ano - com o *Pan-American Scientific Congress*, que aconteceria no dia 27 de dezembro de 1915, uma vez que o primeiro não pôde ser realizado devido a Primeira Guerra Mundial, cujo palco era a Europa, mas atingia também as nações americanas. Como argumento, o ofício afirmava que ambos os congressos compartilhavam em maioria os seus membros e pedia a opinião de Senna sobre o assunto. Em 1919, por fim, Senna recebeu uma carta da Embaixada do Brasil em Roma, solicitando-lhe ajuda para a construção de um monumento à Independência do Brasil que representasse cada unidade federada por meio de um símbolo que lembrasse sua história, riqueza do solo ou costumes.¹³² A documentação disponível não nos permite conhecer as respostas de Senna às solicitações, mas os poucos exemplos destacados ilustram o prestígio internacional de que desfrutou em vida aquele que foi um dos principais idealizadores do *Instituto Histórico Mineiro*.

Procuramos ao longo deste capítulo apresentar o projeto político que culminou na criação do IHGMG em 1907, bem como indicar aqueles que foram seus principais responsáveis e seu modo de atuação na construção do *lugar* de fala sobre o passado de Minas Gerais. A opção dos idealizadores do *Instituto Mineiro* por seguir o modelo associativo consagrado pelo IHGB ao longo do século XIX para reinterpretar o seu passado em moldes republicanos foi possível graças às ações de adequação ao novo regime efetuadas pelo próprio IHGB, mas podemos atribuí-la também à coexistência das ideias de tradição e modernidade, que marcaram a renovação republicana no estado de Minas, atingindo o campo das letras.

¹³² ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. Arquivo Pessoal de Nelson Coelho de Senna. APCBH//NCS.2 (592); APCBH//NCS.2 (603); APCBH//NCS.2 (614); APCBH//NCS.2 (668); APCBH//NCS.2 (851).

Capítulo 2: Os projetos de reescrita da história nacional e a criação do *Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*

O surgimento ou reformulação dos institutos históricos brasileiros em ambiente republicano se desenvolveu concomitantemente, ou mesmo motivado, pelo projeto de reescrita da história nacional. Este projeto historiográfico implicou a consideração da tradição de escrita da história deixada como herança pelo IHGB, que foi fundado e consolidado como lugar oficial da memória nacional no século XIX, mas também sofreu o impacto das modernas teorias sobre a história europeia e do próprio projeto político que os republicanos almejavam implantar no país, sem falar, é claro, da produção historiográfica de cada uma das regiões. Dessa forma, os homens de letras brasileiros que atuaram em fins do século XIX e inícios do século XX se esforçaram no sentido de fundar no país um modo próprio de escrita da história, que harmonizasse todas aquelas demandas. Neste capítulo tentaremos recuperar os argumentos centrais de cada uma daquelas correntes na conformação, ainda inconstante naquele momento, da historiografia brasileira da Primeira República.

2.1 O IHGB e a escrita da história entre os séculos XIX e XX

Ao longo do século XIX, os membros do IHGB esforçaram-se por escrever a história do Brasil sob o ponto de vista nacional. Manoel Salgado Guimarães denomina os discursos elaborados nos momentos iniciais da instituição de *textos de fundação*, que nada mais foram do que projetos que se lançaram à tarefa de construir o objeto *história do Brasil* e sugerir aportes metodológicos para o seu tratamento. Atuando tanto como fundadores de “uma nova comunidade política, agora pensada sob a forma de uma Nação”, quanto de uma “forma peculiar de escrita: a escrita da história do ponto de vista nacional”, propostas como as de Raimundo José da Cunha Matos, Januário da Cunha Barbosa, Carl Friedrich Philipp Von Martius, e mesmo o de Henrique Júlio Wallenstein, que perdeu para Von Martius no concurso promovido pelo IHGB, foram fundamentais para a definição da própria história enquanto disciplina e da figura do historiador ao longo dos Oitocentos.¹³³

¹³³ GUIMARÃES, M.L.L.S. Uma história da história nacional: textos de fundação. In: LIMA, I.S.; CARMO, L. do (Org.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008, p. 394.

O concurso vencido pelo naturalista bávaro foi idealizado por Januário da Cunha Barbosa e lançado pelo IHGB em novembro de 1840. Nele se escolheria o melhor plano sobre como se deveria escrever a história antiga e moderna do Brasil, abordando sua vida política, assuntos civis, eclesiásticos e literários. O trabalho de Von Martius teve um parecer favorável dos membros do *Instituto Brasileiro*, e foi publicado por sua *Revista* em 1845, antes mesmo do fim do concurso. Aquele texto foi bastante elogiado, especialmente por apresentar a proposta de uma “história filosófica”, que correlacionava o desenvolvimento do país com o aperfeiçoamento das três “raças” que o compunham: a branca, a indígena e a negra, com a liderança do homem branco no processo civilizatório.

Em síntese, estas obras apresentavam valores de uma historiografia moderna, cujas marcas distintivas eram: a pesquisa documental e a formação de arquivos; a imparcialidade do historiador; a função memorial e normativa do trabalho historiográfico - o resgate de episódios e figuras notáveis do esquecimento que servissem de exemplos das virtudes a serem imitadas pelas gerações presentes e futuras; e, por fim, a exigência da famigerada “história filosófica”, ou seja, mais do que narrar os fatos acontecidos, era indispensável que o historiador estabelecesse um eixo de leitura, tornando os fatos inteligíveis dentro de uma lógica própria. Além disso, esteve presente a afirmação do sentido político e patriótico que tinha aquela empresa, uma vez que a nação, recentemente tornada independente, estava em processo de construção de si mesma. Para Temístocles César, estas “palestras proferidas no IHGB são, notadamente, tentativas de normatizar e criar regras para o ofício desse historiador da nação”¹³⁴, fornecendo lições sobre o método historiográfico, uma vez que, do mesmo modo como a nação estava sendo construída naquele momento, a história enquanto disciplina científica dava os seus primeiros passos.

Muitas dessas características atravessaram o século XIX e ganharam maior força nas primeiras décadas do século XX, como nota Ciro Flávio de Castro Bandeira de Melo ao analisar os livros didáticos de Joaquim Manuel de Macedo (1860) e João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes (1912). O projeto de Von Martius seria um dos exemplos que fundamentam este argumento. Ainda que esta seja uma questão controversa, para Bandeira de Melo o projeto de Von Martius teve mais seguidores no século XX do que propriamente no

¹³⁴ CÉZAR, T. Lições sobre a escrita da história. *Historiografia e nação no Brasil do século XIX*. *Revista Diálogos*, DHI/UEM, v. 8, n. 1, 2004, p. 11-12.

século XIX, afirmando que “nos livros didáticos que estamos estudando, Von Martius está muito mais presente em João Ribeiro do que em Macedo”¹³⁵, e em seguida explica,

é que neste último, pela via do mentor Porto Seguro, evitava-se tratar o Brasil como composto por um povo miscigênico. As ideias de civilização e progresso eram apanágio da raça branca. E, como Império, com uma família europeia reinante, a busca da civilização pela antiga colônia não deveria passar por esses traumas.¹³⁶

Para o historiador, a obra de Von Martius foi vencedora do prêmio, mas não seria aplicada, permanecendo esquecida enquanto a perspectiva de Francisco Adolfo Varnhagen imperou, e, para este, em sua *História Geral do Brasil*, publicada entre 1854 e 1857, “pretos e índios só existem como escravos ou peças de estudos etnológicos”¹³⁷. Todavia, Bandeira de Melo também nos fornece indícios a respeito da mudança ocorrida na interpretação geral da história nacional entre a Monarquia e a República. Em resumo, no primeiro momento, especialmente após a década de 1860 com a difusão do trabalho de Francisco Adolfo de Varnhagen, a família real teria sido colocada no centro enquanto construtora da nação brasileira, esta por sua vez herdeira da civilização europeia e continuadora da história de Portugal. Após a Proclamação da República, no entanto, haveria o esforço por parte dos historiadores em demonstrar que o Brasil possuía uma história diferente da de Portugal.

A forma de se escrever a história nacional sofreu mudanças significativas entre a segunda metade do século XIX e a primeira do XX. Eliana de Freitas Dutra aponta, inclusive, que tal revisão presente no Brasil guardou paralelos com outros países da América Latina, como o México e a Argentina. Naquele momento a história escrita adquiriu um papel importante na configuração do imaginário nacional e da identidade coletiva. No caso brasileiro, a historiadora destaca a *Exposição de História do Brasil*, de 1881, como evento representativo da transição entre gerações de historiadores. Coordenada por Ramiz Galvão, chefe da *Biblioteca Nacional*, junto com dois funcionários, João Ribeiro e Capistrano de Abreu, que eram também naquele momento membros do IHGB, a *Exposição* seguiu em linhas gerais a proposta historiográfica de Varnhagen. Assim como o catálogo publicado em sua função, o evento guardou um forte caráter pedagógico, e neles a história foi organizada em quadros divididos de forma cronológica e linear, nos quais as histórias das instituições e do Estado dominaram. Todavia, apesar do respeito que os organizadores nutriam por

¹³⁵ MELO, C.F.C.B. Op. cit. 2008, p. 50-51.

¹³⁶ Idem.

¹³⁷ Idem.

Varnhagen, procuraram se distanciar do mesmo nos anos que se seguiram, o que foi explicitado na obra de Capistrano de Abreu.¹³⁸

Em seu *Capítulos de História Colonial*, que veio a público em 1907, Capistrano elaborou uma obra de síntese sobre a conquista e o povoamento da América Portuguesa, no qual destacou a influência da natureza e dos fatores climáticos na formação do povo brasileiro, bem como a mistura racial. O *mito das três raças* que compunham o povo brasileiro tem sido apontado como tema chave da análise dos historiadores brasileiros desde a proposta de Von Martius.¹³⁹ Assim, de acordo com Varnhagen, seria preferível a exploração do trabalho indígena ao do africano, uma vez que estes constituiriam uma “raça inferior” que não deveria estar presente na formação da nação brasileira – interpretação que, como destacado pela autora, mudou quando o antigo historiador analisou a guerra entre portugueses e holandeses pela conquista do Nordeste brasileiro (1645-1654) em que reconheceu a contribuição de negros e índios para a vitória portuguesa. Capistrano, por sua vez, teria proposto uma análise baseada nas particularidades brasileiras em oposição a Portugal. Para este, o foco estava na miscigenação entre indígenas e portugueses, que formariam a *raça brasileira* por excelência, desenvolvendo-se no interior do país em contraposição aos mulatos (mistura de negros e portugueses) que eram predominantes no litoral.¹⁴⁰

João Capistrano Honório de Abreu ocupou posição importante na vida intelectual brasileira nas últimas décadas do século XIX e primeiras do XX. Tomado hoje como *modelo de historiador moderno*¹⁴¹, a obra de Capistrano é bastante relevante para se compreender os estudos históricos desenvolvidos naquele período. No tocante ao presente trabalho, destacam-se as relações estabelecidas pelo historiador com os membros das associações literárias e científicas de seu tempo, inclusive com o *Instituto Histórico Mineiro*. Capistrano esteve presente dentro do IHGMG como sócio e foi constantemente tomado como referência nos debates a respeito do passado. Pode-se dizer que, para os seus contemporâneos, “a historiografia brasileira [...] divide-se em dois tempos: antes e depois de Capistrano”¹⁴². Antes de Capistrano existiria Varnhagen, historiador que ele recuperava de forma saudosa, mas crítica, como se pode observar, por exemplo, no necrológio que realizou em ocasião da morte

¹³⁸ DUTRA, E.R.F. Op. cit. 2007, p. 86-87.

¹³⁹ Ver DUTRA, E.R.F., 2007.

¹⁴⁰ Ibidem, p. 91-92.

¹⁴¹ Ibidem, p. 91.

¹⁴² GOMES, A.C. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 90.

do diplomata em 1878¹⁴³. Depois de Capistrano, viriam os “sucessores do grande mestre que formou toda uma nova geração”¹⁴⁴. Para os sócios do *Instituto Histórico de Minas Gerais*, Capistrano era o “auctor de profundos trabalhos sobre a historia patria e de minuciosas e pacientes investigações sobre as primeiras entradas no territorio mineiro”, e por isso deveria ser aclamado como sócio correspondente¹⁴⁵.

Grande pesquisador de arquivos, assim como seu antecessor, Capistrano teria superado Varnhagen por sua “acuidade” no trato com a documentação, confrontando e analisando as fontes de acordo com a época em que foram produzidas, assim como por sua capacidade de análise e interpretação dos fatos, lidando com vários pontos de vista conflitantes ao mesmo tempo.¹⁴⁶ Para Gomes, conciliando a metodologia dos positivistas franceses e a postura teórica da tradição historicista, Capistrano fundou uma nova prática historiográfica no Brasil e ensinou que a “verdade dos fatos” sobre o passado poderia ser conhecida por meio de procedimentos capazes de garantir a objetividade e neutralidade por parte dos historiadores, que deveriam conduzir suas pesquisas de modo a não assumir preconceitos e partidos. Todavia, este posicionamento científico, ainda de acordo com a historiadora, sofrerá o impacto da profunda crise no campo do poder. Assim,

A ‘nova’ história científica de Capistrano de Abreu enfrentava o mesmo universo de questões com que a produção intelectual de sua época se debatia. Para produzir sua resposta, recortou um objeto próprio - a história da nacionalidade brasileira -, consagrou-lhe um método que era universal e postulou uma interpretação que era original. A história do Brasil era produto de fenômenos físicos e sociais: o homem sendo limitado e ao mesmo tempo limitando a natureza, o que impedia qualquer noção determinista de futuro ou ideia de passado ‘mítico’ não comprovável por documentação confiável. Se nessa concepção a ‘história’ e a ‘geografia’ fazem parte de uma mesma totalidade é porque os próprios conceitos de tempo e de espaço são construções humanas.¹⁴⁷

As demandas colocadas pela instauração da República teriam incentivado reflexões sobre a própria natureza do conhecimento histórico, o que contribuiu para que aquela época fosse fundamental e decisiva na constituição da historiografia brasileira enquanto um campo

¹⁴³ ABREU, J.C. Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen. Publicado originalmente no *Jornal do Commercio*, de 16 e 20 de dezembro de 1878, e reproduzido em PEREIRA, M.H.; SANTOS, P.A.C. Odisseias do conceito moderno de história: Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, de Capistrano de Abreu, e O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos, de Sérgio Buarque de Holanda, revisitados. *Revista IEB*, n. 50, set./mar. 2010, p. 58-65.

¹⁴⁴ GOMES, A.C. Op. cit. 1996, p. 90.

¹⁴⁵ LIVRO DE ACTAS DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DE MINAS GERAES: 1907-1927/ 1927-1929, Ata da sessão de 14 de setembro de 1907. Folha 07.

¹⁴⁶ GOMES, A.C. Op. cit. 1996, p. 92-93.

¹⁴⁷ *Ibidem*, p. 98.

do saber.¹⁴⁸ Assim, os historiadores da geração formada por Capistrano terão “suas vidas e obras impactadas pelo advento da República, o que os levará a atividade de escritor, movidos pelo desejo do combate político por uma causa”. De acordo com Gomes, será recorrente a referência ao passado, mas sob uma perspectiva “presentista”, ou seja,

os intelectuais que produzem estudos classificados como históricos nesse período estão convivendo, por um lado, com uma situação particular de crise profunda no campo do poder, cuja marca é a incerteza política. Esse fato tem, como se verá, desdobramentos no que se refere aos critérios de ‘verdade’ histórica. Por outro lado, eles integram o grupo dos que participam do processo de aprimoramento da especificação do que seja produção da história no campo intelectual maior. Por isso ‘atenderão’ a essas demandas de forma muito variada, possuindo as qualidades de erudito, escritor e de filósofo em graus muito diferenciados.¹⁴⁹

Estabelece-se uma tensão entre o *historiador* e o *político*, na qual era preciso lidar com a “‘forma’ historiográfica de expressão do engajamento político, que não pode resvalar para a produção de ‘panfletos’, descuidados e apaixonados”¹⁵⁰. Nesse sentido, os autores foram buscar nas tradições historiográficas europeias os referenciais metodológicos para lidar com a realidade ao seu redor. Uma das questões colocadas era a da permanência do caráter normativo da história. Se era amplamente aceita a ideia de que não havia história sem documentos e que cabia ao historiador cuidar dos fatos do passado com o devido distanciamento, a demanda pela resolução de conflitos os levou a ressignificar concepções em desuso, como a ligação da história com a política e a moral, próprias da *historia magistra vitae*, conferindo à história um caráter de orientadora para a formação de cidadãos e políticos.

Em seu estudo sobre Alexis de Tocqueville, Marcelo Gantus Jasmin considera que

A ideia de que a história é um saber privilegiado na orientação do agir é virtualmente tão antiga quanto a invenção da historiografia pelos gregos no século V a. C. Ainda que a fórmula *Historia Magistra Vitae*, que sintetiza, nomeia e simboliza essa crença, somente tenha sido cunhada por Cícero na Roma do primeiro século antes de Cristo, a suposição das potencialidades pragmáticas do conhecimento histórico era lugar comum na consciência do historiador anterior.¹⁵¹

Tal concepção de história foi questionada nos séculos subsequentes¹⁵², todavia, “se é certo, como insistiu Koselleck, que a permanência do topos *Historia Magistra Vitae* não se

¹⁴⁸ GOMES, A.C. Op. cit. 2009, p. 23.

¹⁴⁹ GOMES, A.C. Op. cit. 1996, p. 100.

¹⁵⁰ Ibidem, p. 101.

¹⁵¹ JASMIN, M.G. *Alexis de Tocqueville: a historiografia como ciência da política*. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG; IUPERJ, 2005, p. 17.

¹⁵² O próprio trabalho referido de Marcelo G. Jasmin trata a respeito do tema. Outras obras de referência sobre o assunto são: KOSELLECK, R. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006; e CATROGA, F.

confunde com a indistinção de seu conteúdo e funções, não é menos verdadeiro que a História permaneceu sujeita a imperativos de utilidade ao longo dos séculos XIX e XX.”¹⁵³. Gantus Jasmin avança, no entanto, nos orientando a reconhecer as distinções existentes entre o que ele chama de pensamento historiográfico “antigo” e “moderno”, o que se pauta na ideia de que, se temos por um lado os antigos que objetivavam a “formação ética a partir das ideias exemplares de boa conduta”¹⁵⁴, no pensamento moderno o interesse esteve voltado para a “constituição de um cabedal de dados empíricos que, tratados sistematicamente, pudessem fornecer algum grau de controle sobre as consequências possíveis ou prováveis das ações políticas”¹⁵⁵. Portanto, o que teríamos seria a pretensão cientificista moderna em contraste com aquela fundamentalmente ética da antiguidade, o que nos permitiria diferenciar, de modo geral, antigos e modernos, ainda que ambos estivessem interessados na utilidade da história para a vida.

Ao abordar o caso brasileiro, Temístocles César afirma que “a *historia magistra vitae* não é apenas um adágio erudito, ela é também um princípio organizador que justifica e ao mesmo tempo orienta as investigações do IHGB”¹⁵⁶. César procura demonstrar que “na medida em que o século XIX avança, as referências a uma história filosófica [...] tendem a desaparecer, ao mesmo tempo em que os conceitos de história e de historiador adquirem um contorno mais científico”, fazendo surgir uma historiografia nacional com diretrizes que estivessem de acordo aos novos padrões exigidos, o que não inviabilizava a ideia de que, “com base em um modelo tradicional de *historia magistra* o trabalho dos historiadores deve, antes de tudo, servir à nação”¹⁵⁷.

O estudo do historiador português Fernando Catroga, por sua vez, demonstra que este raciocínio permanece válido em período posterior, uma vez que o dinamismo histórico do século XX é “cada vez mais apresentado como um processo no qual o conhecimento do passado era premissa fundamental para se entender o presente e se transformar o futuro”¹⁵⁸. Ao estudar a experiência de Portugal em fins do século XIX e início do XX, Catroga observa o surgimento da “versão cientificista (*saber para prever*) do velho preceito ciceriano *historia*

Ainda será a História Mestra da Vida? *Revista Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, Edição Especial, n. 2, p. 7-34, 2006.

¹⁵³ Ibidem, p. 25.

¹⁵⁴ Ibidem, p. 27.

¹⁵⁵ Idem.

¹⁵⁶ CÉZAR, T. Op. cit. 2004, p. 14.

¹⁵⁷ Ibidem, p. 16-17.

¹⁵⁸ CATROGA, F. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001, p. 19.

magister vitae”¹⁵⁹. De tal forma, “o estudo do passado (ou de um certo passado) seria condição fundamental para se entender o presente e se perceber a direção do futuro”¹⁶⁰. Nesse sentido, os projetos políticos que visavam à construção da nação deveriam considerar os episódios passados que conduziram àquela determinada realidade social para compreendê-la e transformá-la.

Tal ideia não esteve restrita ao cenário luso-brasileiro. Paralelos também podem ser estabelecidos com a experiência francesa, interessante a este trabalho por ter configurado o modelo de instituto histórico que se buscou praticar no Brasil. Gabriel Monod (1844-1912), fundador da *Revue Historique* (1876), afirmava que o historiador era o “artesão da memória nacional” e, com seu olhar filial e respeitoso, não deveria desvincular-se de sua nação. A história tinha um caráter patriótico por excelência para o francês, mas era substancial que fizesse uso da razão científica para servir ao progresso humano, afastando-se de nacionalismos cegos e agressivos. Já foi dito que com Monod “estabelece-se uma circularidade natural entre ciência, pátria e universal”¹⁶¹. Dessa forma, o historiador não poderia compreender o passado sem “certa simpatia” e, do mesmo modo,

sem esquecer os seus próprios sentimentos, suas próprias ideias, para apropriar por um instante os dos homens de antigamente, sem se colocar no lugar deles, sem julgar os fatos no ambiente em que se produziram [...]. Há algo de filial no respeito com que busca penetrar na alma deles: considera-se depositário das tradições de seu povo e da humanidade.¹⁶²

No caso francês se afirma que “a República é o fruto maduro do movimento da história da França; o passado monárquico, sua infância”¹⁶³. Aqui, no Brasil, os intelectuais majoritariamente buscaram estabelecer uma relação entre os dois momentos políticos sem denegrir um em nome do outro, mostrando que a Monarquia tinha cumprido seu papel, mas que a República era o regime natural do Brasil naquele momento, fruto da evolução civilizatória. O 15 de Novembro coroava, mais do que a própria Independência, a batalha pela libertação definitiva de Portugal, implantando uma nova ordem política que poderia oferecer à nação condições para o seu real desenvolvimento.

¹⁵⁹ Idem.

¹⁶⁰ Idem.

¹⁶¹ DELACROIX, C.; DOSSE, F. GARCIA, P. *As correntes históricas na França: séculos XIX e XX*. Trad. Roberto Ferreira Leal. Rio de Janeiro: Ed. FGV; São Paulo: Ed. Unesp, 2012, p. 82-85.

¹⁶² Ibidem, p. 86.

¹⁶³ Ibidem, p. 87.

Se o *Institut Historique* de Paris, fundado em 1833, constituiu o parâmetro institucional e de tratamento da história para o IHGB, as relações com a historiografia francesa se mantiveram até pelo menos fins do século XIX com os chamados “historiadores metódicos”, especialmente pelo manual de Charles-Victor Langlois (1863-1929) e Charles Seignobos (1854-1942), o *Introduction aux études historiques* (1898), obra de grande circulação entre os autores brasileiros¹⁶⁴. Considerada por muito tempo como “símbolo de uma história a banir” devido às críticas formuladas àqueles pelo grupo dos *Annales*, a história produzida pelos historiadores metódicos foi acusada de ser “ignorante de sua própria construção, segura demais de seus fatos, implicada demais na glorificação da nação, presa demais à política e comprometida com a colonização”¹⁶⁵. Entretanto, o *momento metódico*, tal como designado por Delacroix, Dosse e Garcia, impôs-se progressivamente ao longo do século XIX, especialmente após as décadas de 1820/1830, acompanhando as discussões sobre a história que se desenvolviam na Alemanha e contribuindo para redefinir o modo de fazer, ensinar e de pensar a história. Qualificados erroneamente como “positivistas”, estes historiadores não se ligaram às doutrinas de Auguste Comte, especialmente pela opção deste último em inscrever a história em uma teleologia, “ao passo que, precisamente, a rejeição de toda filosofia explícita da história é um dos elementos fundadores da postura metódica”¹⁶⁶.

Os historiadores metódicos, portanto, como já amplamente indicado na historiografia, se lançaram à tarefa de fundar um método adequado à história, pois os conhecimentos sobre o passado não podiam ser igualados às demais ciências da natureza uma vez que “os fatos históricos são tão diferentes das outras ciências que, para estudá-los, é indispensável um método diferente de todos os outros”¹⁶⁷. No centro da análise metódica estavam os documentos – “a história se faz com documentos”. Estes eram entendidos como “os traços que deixaram os pensamentos e os atos dos homens do passado”¹⁶⁸. Como ponto de partida, os documentos levariam o historiador, pela via do raciocínio, à verdade dos fatos passados, desde que submetidos aos procedimentos da crítica. Pela *crítica externa*, ou crítica de erudição, o documento deveria ter sua origem definida com base nas “ciências auxiliares” (paleografia, filologia, arqueologia, diplomática, etc.) e ainda ser autenticado, datado e classificado (ordem cronológica, alfabética, geográfica ou sistemática). Da mesma forma, as

¹⁶⁴ GOMES, A.C. Op. cit. 2009.

¹⁶⁵ DELACROIX, C.; DOSSE, F. GARCIA, P. Op. cit. 2012, p. 69.

¹⁶⁶ Ibidem, p. 70.

¹⁶⁷ LANGLOIS, C.; SEIGNOBOS, C. *Introdução aos estudos históricos*. São Paulo: Renascença, 1946. Trad. Laerte de Almeida Morais, p. 152.

¹⁶⁸ Ibidem, p. 14.

intencionalidades do autor do documento precisavam ser identificadas pela *crítica interna*, ou crítica de interpretação, que definiria primeiro o que ele quis dizer; segundo, se ele acreditava no que dizia; e terceiro, se tinha boas razões para acreditar no que acreditou. Para além da centralidade do documento, figuraram entre os historiadores brasileiros outros valores próprios aos metódicos franceses, como a expansão dos temas de interesse dos historiadores, uma vez que os fatos abrangiam tanto as condições materiais, quanto os hábitos intelectuais, costumes e formas institucionais; o entusiasmo a respeito da postura imparcial e devidamente pautada em meios de investigação que garantissem confiabilidade à sua produção; a relação entre o particular e o geral, bem como as especificidades de cada região ou país; a contextualização dos fatos, localizando-os em uma época e um determinado local; e o uso recorrente de notas e citações de suas fontes de pesquisa, especialmente no sentido de correção das falhas contidas em tais referências.

Todavia, diferente dos historiadores brasileiros, os franceses procuraram desabonar definitivamente o conceito de *historia magistra vitae*, afirmando a este respeito que

é uma ilusão superada acreditarmos que a história nos pode dar ensinamentos práticos para a conduta da vida (*Historia magistra vitae*), lições que possam ser imediatamente aproveitadas pelos indivíduos e pelos povos: as condições em que se produzem os atos humanos só muito raramente apresentam semelhanças e, assim mesmo, aproximadas; logo não podemos esperar que as chamadas “lições da história” possam ser diretamente aplicadas.¹⁶⁹

Na virada do século XIX para o XX brasileiro, muitas das ideias expressas pelos historiadores franceses da *Escola Metódica* foram retomadas para a realização do projeto de escrita da história nacional, sendo interpretadas pelos sócios do IHGB. Pedro Augusto Carneiro Lessa, por exemplo, autoridade qualificada para falar a respeito da história, era autor de um dos mais elaborados tratados sobre a disciplina histórica no Brasil, intitulado “É a história uma ciência? Reflexões sobre o conceito de história”¹⁷⁰, texto escrito originalmente para servir como introdução à primeira edição brasileira de *History of Civilization in England* (Londres, vol. 1, 1857; vol. II, 1865) de Henry Thomas Buckle, lançado no Brasil em 1900. O trabalho foi apresentado ao IHGB como requisito para o seu ingresso como membro em 1901, mas Lessa só tomou posse de seu cargo em 10 de junho de 1907, quando fez a leitura do texto, gesto que, para Ângela de Castro Gomes, reafirmava suas convicções a respeito da

¹⁶⁹ Ibidem, p. 223.

¹⁷⁰ LESSA, P. Reflexões sobre o conceito de Historia. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 69, vol. 114. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908, p. 234-235.

história e do trabalho do historiador moderno¹⁷¹. Publicado novamente em 1908 na *Revista do IHGB*, o trabalho apresentava uma análise crítica dos cânones da escrita da história desde Tucídides e Xenofonte até chegar aos seus contemporâneos, posicionando Buckle como um divisor de águas.

Thomas Buckle concebia a natureza e o desenvolvimento moral e intelectual como determinantes para o progresso das sociedades e propunha a centralidade europeia em detrimento do restante do mundo, uma vez que ali o homem teria se sobreposto à natureza e se desenvolvido com maior liberdade. Para Pedro Lessa, o historiador inglês era mais sofisticado do que outros autores e marcava um “antes e depois” no pensamento sobre a história, uma vez que seu determinismo não levava ao fatalismo e nem impedia a ação dos homens. Lessa mostrava simpatia pela ideia presente em Buckle de que os homens tinham liberdade para agir de acordo com seu próprio critério, mas estavam limitados às circunstâncias. Isso significava que, nas palavras de Ângela de Castro Gomes, “apesar de agir com ‘limitações’ os homens tinham responsabilidade sobre o que acontecia na história, não sendo essa tese determinista uma negação da individualidade e da racionalidade humanas. Natureza e homem se influenciavam e se modificavam mutuamente”¹⁷².

De acordo com Luciana Murari, Buckle foi um dos principais divulgadores do positivismo europeu entre os intelectuais brasileiros da década de 1870. Fundamentando-se na obra de Comte, Buckle defendia a ideia de que a natureza e as condições climáticas influenciavam na constituição dos indivíduos e, conseqüentemente, das sociedades, conformando uma “perspectiva mesológica” de interpretação dos acontecimentos. Para o inglês seria possível “determinar a atuação do homem sobre o ambiente e do ambiente sobre o homem, pois dessa modificação recíproca resultariam todos os acontecimentos históricos, que poderiam ser descritos por leis tão precisas quanto as que regiam o mundo físico”¹⁷³. Este era o principal ponto da crítica de Pedro Lessa àquele autor.

Para desabonar o autor inglês e sua ideia de existência de um estatuto científico para a história, equiparável às ciências naturais, Pedro Lessa fez larga referência à obra de Langlois e Seignobos. Assim como os historiadores franceses, Lessa considerava que a história deveria ser construída a partir de um esforço metódico e sistemático rigoroso, o que não significava -

¹⁷¹ GOMES, A.C. Op. cit. 2009, p. 41.

¹⁷² Ibidem, p. 46.

¹⁷³ MURARI, L. *Tudo o mais é paisagem*: representações da natureza na cultura brasileira. Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002, p. 96.

como o queria o autor inglês - que pudesse ser tomada como ciência. O estudo de Ivan Norberto dos Santos demonstra que, ao contrário de Buckle, Lessa acreditava que “a fragmentação dos fatos históricos tornaria impossível a constituição de um conteúdo científico próprio para a História, e, portanto, o estabelecimento, pela própria disciplina, das leis históricas”¹⁷⁴. Após analisar estudos como os de Taine, Mommsen, Michelet e Renan, Lessa conclui que não é possível formular leis gerais para a história, de onde se inferiria que a história não é uma ciência, pois esta exigiria a capacidade de generalização para a formulação de leis. Isso não fez com que Lessa deixasse de conferir à história um estatuto privilegiado para se conhecer a sociedade. Para o brasileiro, a utilidade da história consistia em fornecer suporte à sociologia, ideia que possuía paralelos no *Introduction*, onde se lê que “a história e as ciências sociais estão em dependência recíproca; progredem paralelamente, mediante uma permuta contínua de serviços”¹⁷⁵. Nas palavras de Lessa: “é a história que nos apresenta os factos que servem de fundamento às generalizações da sociologia”¹⁷⁶, essa sim capaz de fazer previsões a respeito do futuro. Caberia à história, portanto, sob uma orientação científica, “colligir e classificar methodicamente os factos” que serviriam de base para as induções da ciência social fundamental e das ciências sociais especiais¹⁷⁷.

Voltando ao conceito *historia magistra vitae*, e ao caráter de aplicação direta dos conhecimentos históricos, Lessa também seguiu naquele momento os ensinamentos de Langlois e Seignobos, afirmando que os antigos “alimentavam a pretensão de fazer da historia um vasto repositório de lições políticas e moraes, a ‘mestra da vida’”¹⁷⁸ e demonstrava espanto em relação ao modo como seus contemporâneos ainda mantinham aquela relação - para ele inapropriada - com a história. Entretanto, o próprio Pedro Lessa, presente na fundação do *Instituto Histórico Mineiro*, em 1907, demonstrou em seu discurso as dificuldades dos brasileiros em abandonar aquele conceito. Assim,

os gregos e romanos disseram da historia ser ella a mestra da vida; e os Polybios, os Plutarchos e os Ciceros a entendiam como um genero litterario em que – as biographias e as narrativas tratadas na amplificação imaginosa que os antigos historiadores se permitiam, visavam a educação política e moral, inspirada nos fortes exemplos de virtudes, do heroismo e patriotismo.

¹⁷⁴ SANTOS, I.N. *A historiografia amadora de Rocha Pombo: embates e tensões na produção historiográfica brasileira da Primeira República*. Dissertação (mestrado), 195f. Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS/ PPHIS, 2009, p. 52.

¹⁷⁵ LANGLOIS, C; SEIGNOBOS, C.V. Op. cit. 1946, p. 224.

¹⁷⁶ LESSA, P. Op. cit. 1908, p. 272.

¹⁷⁷ Ibidem, p. 270.

¹⁷⁸ Ibidem, p. 198.

Essa conceituação ingenua da historia foi severamente desmentida pelo criterio da exactidão e da fidelidade na averiguação dos factos humanos contrapostos a criação romantica dos seus primeiros cultores.

Mas a historia, continúa, mestra da vida, não se limita a reunir os factos humanos, de cujo exame comparativo se induzem - as leis sociologicas; proporciona ensinamentos praticos, lições de immediata utilidade, exemplos vivamente suggestivos, que os estadistas não podem deixar de aproveitar.¹⁷⁹

É interessante observar, todavia, que ainda que os autores do *Introduction aux études historiques* tenham buscado se distanciar da ideia de aplicabilidade direta da história, eles continuaram defendendo para esta história uma utilidade, todavia indireta, de modo que,

A história nos faz compreender o presente, explicando-nos, onde fôr possível, as origens do atual estado de coisas. [...]

A história é, também, um elemento indispensável para o acabamento das ciências políticas e sociais, ainda em via de formação; porque a observação direta dos fenômenos sociais (em estado estático) não basta para constituir estas ciências; é preciso acrescentar-lhes o estudo do desenvolvimento desses fenômenos no tempo, isto é, sua história. Eis porque tôdas as ciências do homem [...] assumiram neste século a forma de ciências históricas.

Mas o principal mérito da história está em ser um instrumento de cultura intelectual; e ela o é por várias razões: primeiro, porque a prática do método histórico de investigação [...] é salutar para o espírito, curando-o da credulidade ingênua; depois, porque – mostrando-nos grande número de sociedades diferentes – nos prepara para compreendermos e aceitarmos usos variados; finalmente, porque a experiência das evoluções passadas – fazendo-nos compreender o *processus* das transformações humanas, pelas modificações habituais e pelo renovamento das gerações - nos preserva da tentação de pretender explicar por analogias biológicas (seleção, luta pela existência, hereditariedade de hábitos, etc.) a evolução das sociedades, que não se produz sob a ação das mesmas cousas que agem na evolução animal.¹⁸⁰

Em 1907, quando o *Instituto Histórico Mineiro* foi fundado, muitas das ideias dos historiadores metódicos estiveram presentes nos discursos que propuseram as linhas gerais de um projeto historiográfico para a escrita da história do estado, em especial, apresentadas pelos historiadores do IHGB, como veremos adiante. Neste momento cabe, entretanto, nos determos nas principais referências sobre a escrita da história do estado, representadas, sobretudo, por Xavier da Veiga, Augusto de Lima e Diogo de Vasconcellos, que serão tomados como ícones pelos fundadores do IHGMG.

¹⁷⁹ LESSA, P. Discurso. In. INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAFICO DE MINAS GERAIS. *Revista do Arquivo Público de Minas Gerais*, vol. 14, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1909, p. 8. Grifo nosso.

¹⁸⁰ LANGLOIS, C; SEIGNOBOS, C.V. Op. cit. 1946, p. 223-224.

2.2 Xavier da Veiga, Augusto de Lima e Diogo de Vasconcellos: bases mineiras para a historiografia do IHGMG

Ao periodizar a historiografia mineira, o historiador Oíliam José (1921-2017), do IHGMG, localizava o início da produção dos sócios do *Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais* dentre os *historiadores clássicos*. De acordo com José, o *período clássico* configura-se pelo início da publicação de “obras históricas de maior densidade e dedicadas especialmente aos homens e coisas de nosso Estado, como a *‘Historia Antiga de Minas Geraes’*, de Diogo de Vasconcellos, e *‘Ephemerides Mineiras’*, de Xavier da Veiga”. Esta geração de historiadores guarda ainda o mérito de iniciar a formação dos acervos documentais, dando surgimento ao *Arquivo Público Mineiro*, e de sintetizarem os textos mais relevantes escritos pelos autores antecedentes.¹⁸¹ As duas obras referidas por Oíliam José foram amplamente utilizadas como fonte de pesquisa e discussão pelos historiadores do IHGMG e por isso torna-se interessante que façamos um balanço dessa produção para mais tarde termos melhores condições de compreender como foram utilizadas pelos sócios. Acrescentamos ao conjunto o texto da Ópera Lírica escrita por Augusto de Lima, uma vez que esta também compõe o acervo bibliográfico recorrentemente referido pelos sócios do IHGMG.

O organizador e primeiro diretor do *Arquivo Público Mineiro*, José Pedro Xavier da Veiga, foi um político, historiador, jornalista e advogado mineiro. Nasceu em Campanha, Província de Minas Gerais, a 13 de abril de 1846, e faleceu em Ouro Preto, MG, a 9 de agosto de 1900. Filho do Tenente-Coronel da Guarda Nacional Lourenço Xavier da Veiga e de Jesuína de Sales, fez os estudos secundários nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo e iniciou o curso superior na *Faculdade de Direito de São Paulo*, não o tendo concluído por motivo de doença. Ao deixar a faculdade, em 1870, retornou à sua província natal e deu início à carreira pública, tornando-se membro do Partido Conservador. Em 1895 o APM foi fundado e Xavier da Veiga foi nomeado como seu primeiro diretor, cargo que ocupou até seu falecimento.¹⁸² Sócio do IHGB, passou então a concentrar seus esforços na reunião de documentos e na escrita das *Ephemerides*, publicadas em 1897.

¹⁸¹ JOSE, O. *Historiografia mineira*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1959, p. 85.

¹⁸² *Dicionário Biográfico de Minas Gerais*. Op. cit. 1994, vol. 2, p. 706.

Seguindo um modelo já esboçado pelas *Ephemerides Mineiras* (1696-1896) de Nelson de Senna¹⁸³, escritas em Ouro Preto, entre 1894 e 1896, na obra de Xavier da Veiga foram organizados os episódios mais marcantes do passado do estado em ordem cronológica de acordo com os dias do ano, abrangendo o período entre 1664 e 1897. O livro foi financiado pelo governo de Minas, e exigiu dezoito anos de trabalho de seu autor, para quem

essa obra representa longo e aturado labor na prossecução de um empenho patriótico que se me afigurava, e considero ainda, de utilidade pública permanente, máxime com relação a Minas Gerais e aos mineiros, de cuja história gloriosa e tradições memoráveis é ela registro tosco, porém sincero e fiel.¹⁸⁴

Sobre o conteúdo das *Ephemerides*, ao referir-se aos *grandes homens de Minas*, Xavier da Veiga afirmou: “de preferência realcei os fatos que lhes honraram o caráter ou abrilhantaram o nome, nesse propósito animou-me a esperança de incitar, assim, as novas gerações [...] para a imitação condigna das benemerências louvadas”. Posicionando-se contra os atos da coroa portuguesa em relação à capitania de Minas Gerais, o historiador assegurou que

na referência e breves comentários de inúmeros atos tirânicos do governo português concernentes à antiga capitania de Minas Gerais, atos que negrejam as páginas de nossa história colonial, não refreei jamais minha natural indignação, que traduzia, ao mesmo tempo, revolta pela justiça e condolência pelas vítimas do despotismo.¹⁸⁵

De acordo com os estudos a respeito da obra de Xavier da Veiga, sua forma de lidar com a história o aproximou da *Escola Metódica* francesa, que, como vimos anteriormente, afirmava enfaticamente que “a história se faz com documentos”. Todavia, tais estudos também demonstram como a obra de Xavier da Veiga surgiu em um momento no qual

o romantismo enquanto movimento geral das ideias refluía, mas as inúmeras citações dos autores portugueses contemporâneos demonstra que a relação com o passado devia muito ainda à concepção orgânica do romantismo, aliada agora a uma obsessão progressiva, alimentada por um positivismo difuso, pelo fato histórico enquanto dado, partícula mínima de informação que poderia ser reunida em uma imagem total da realidade.¹⁸⁶

Dentre os documentos pessoais de Nelson de Senna, encontramos o parecer da comissão criada para julgar as *Ephemerides Mineiras*, datado de 1º de agosto de 1898, onde se lê o seguinte julgamento:

¹⁸³ SENNA, N.C. *Ephemerides Mineiras* (1696-1896). *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1898.

¹⁸⁴ VEIGA, J.P.X. *Ephemérides Mineiras* (1664-1897). Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos Culturais. Fundação João Pinheiro, 1998, p. 47.

¹⁸⁵ *Ibidem*, p. 50.

¹⁸⁶ MEDEIROS, B.F.; ARAÚJO, V.L. A história de Minas como história do Brasil. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, v. XLIII, 2007, p. 33.

A comissão é unanime em reconhecer [...] o grandissimo labor intellectual de 18 annos de pesquisas sollicitas, empregados pelo autor, com uma louvavel e nobre intuição do bem e da verdade, afim de dar feliz a honroso termo ao seu notavel trabalho de 1775 pags., em quatro volumes opulentados por uma serie de informações de valia incontestavel e incontestada, no que concerne á legislação colonial, administração provincial e actos publicos do Estado, sob o regimen republicano; a estatistica agricola, industrial e financeira; a biographia dos nossos conterraneos illustres e menção de suas mais nobilitantes e exemplares virtudes civicas, como homens publicos e do lar; á resenha, enfim, poder-se-hia talvez dizer completa, de tudo quanto de curioso, digno de apreciação, importancia e relevo existe, houve, ou ocorreu em Minas Geraes. Factos historicos de mór relevancia e destaque, em nossa vida colonial e de nação livre, que aqui no solo natal de Minas tiveram inicio, se desenrolaram ou acharam echo – taes como as luctas civis dos Emboabas, revolta de 1720, Conjuração Mineira, sedição de 33, Rebelião de 1842, propagandas politico-sociaes da Independencia, Abolição e Republica, tudo isso está amplamente desenvolvido, methodicamente commentado e exposto sem paixões desvirtuadoras, no texto das Ephemerides.¹⁸⁷

A *Ópera Tiradentes*, fruto do trabalho em conjunto de Manuel Joaquim de Macedo (1847-1925) e Antonio Augusto de Lima, também conformaram referência para os historiadores do IHGMG e para a geração formada em fins do século XIX e inícios do XX. Mesmo se tratando de um trabalho de cunho majoritariamente artístico, não estava destituído do caráter pedagógico próprio dos estudos históricos do período. A *Ópera* lírica é de autoria de Manuel Joaquim de Macedo, compositor de renome durante o reinado de D. Pedro II, que exibiu o prelúdio de seu trabalho pela primeira vez em 1910, no Festival de Música Brasileira da Exposição Internacional de Bruxelas. Entretanto é o libreto da *Ópera*, de autoria de Augusto de Lima, o que mais nos interessa no momento. O libreto recebeu até hoje quatro edições no Brasil, sendo a primeira em 1897, pela *Revista do Arquivo Público Mineiro*; a segunda em 1937, como parte das comemorações pelo repatriamento dos restos mortais dos inconfidentes degredados, promovido pelo governo Vargas¹⁸⁸; a terceira em 1955, no “Apenso II” da *Pequena História da Inconfidência Mineira*, de Augusto de Lima Júnior; e a quarta, organizada para a comemoração do centenário da cidade de Belo Horizonte em 1997, só veio a público em 2000.

A *Ópera* foi dividida em quatro atos, que conduzem os espectadores pelas tramas em que se envolveram os inconfidentes mineiros em fins do século XVIII, sendo, Ato I: A aspiração; Ato II: A conspiração; Ato III: A traição; e, por fim, Ato IV: O julgamento e o

¹⁸⁷ ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. Pareceres da comissão criada para julgar as “Ephemerides Mineiras”, de José Pedro Xavier da Veiga, diretor do APM. Cidade de Minas. APCBH/NCS.2(26)A 01.08.1898. FOLHAS 1 e 2.

¹⁸⁸ Sobre o repatriamento dos restos mortais dos inconfidentes degredados e da formação do *Museu da Inconfidência* em Ouro Preto, ver LEMOS, C.S. Reflexões acerca do processo de repatriamento das ossadas dos inconfidentes degredados para a África. *Oficina da Inconfidência*. Ouro Preto/MG, Ano 2; nº 1, dez 2001, p. 195-221.

patíbulo. Ao longo da exposição notamos, logo no início, que a imagem de Felipe dos Santos foi resgatada como inspiração e motivador das ações de Tiradentes. Este, por sua vez, foi apresentado como figura central e líder do movimento. Dotado de capacidades intuitivas, Tiradentes teria demonstrado desconfiança a respeito da participação de Joaquim Silvério no movimento desde o princípio. Revestido de uma áurea religiosa, Tiradentes foi designado por Augusto de Lima com termos como “santo”, “profeta iluminado”, “mártir” da causa, assumindo para si toda a responsabilidade sobre os eventos. A respeito dos demais participantes, destaca-se que Augusto de Lima insinua que o Visconde de Barbacena teria mandado executar Claudio Manoel na prisão, fazendo o ato passar por suicídio. As figuras femininas de maior relevo foram Marília, associada à fé e à fragilidade das emoções, e Perpétua, representante do povo e símbolo da altivez e confiança no ideal.¹⁸⁹

À semelhança dos trabalhos de Xavier da Veiga e Augusto de Lima, Diogo de Vasconcellos também teria marcado a geração dos primeiros historiadores do IHGMG, este de modo ainda mais presente. Vasconcellos, já apresentado anteriormente, foi aclamado como Orador Oficial do *Instituto Histórico de Minas Gerais* devido ao reconhecimento com que contava por sua trajetória intelectual. Uma das obras de maior referência para os estudos sobre o passado mineiro àquela época era a *Historia Antiga de Minas Geraes*, de sua autoria.

Publicada pela primeira vez em 1901¹⁹⁰, a *Historia Antiga* foi reeditada pela *Imprensa Oficial de Minas Gerais*, em 1904, quando “corrigida com documentos novos”, recebeu seu segundo volume. Conforme a *Advertencia* de Vasconcellos, o projeto da obra teve início em 1898, quando lhe surgiu a ideia de reunir as memórias sobre a Bandeira de Antônio Dias, que teria dado início à Villa Rica, “epocha remota, pouco estudada, e muito mal dirigida pelos Escriutores até hoje aceitos como depositarios da tradição”. Todavia, logo que iniciou a tarefa Vasconcellos tomou consciência da amplitude de sua proposta: “o meu projecto, apenas começado, vi que não era tão simples como supuz. A historia não se póde decernir aos pedaços. Assim o que aqui apresento não está bem nas condições como desejei; e apenas poderá despertar algum gosto pelas cousas antigas”¹⁹¹. Por trás de seu projeto, havia o desejo de apresentar o estado em seus aspectos geográficos e históricos, especialmente no tocante ao

¹⁸⁹ LIMA, A.A. *Tiradentes* – ópera lírica em quatro atos. (Libreto) 4ªed. 2000. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Acervo pessoal de Augusto de Lima, item 24.

¹⁹⁰ VASCONCELLOS, D. *Historia Antiga das Minas Gerais*. Ouro Preto: Beltrão&C. Livreiros editores, 1901.

¹⁹¹ VASCONCELLOS, D. *Historia Antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1904, p. 2.

período colonial, mas o livro também guardava pretensões didáticas, uma vez que estava destinado às escolas, como retomaremos adiante.

No primeiro volume do livro, o historiador se propôs a tratar das origens históricas do estado de Minas Gerais. Porém, antes de explicar o interesse dos exploradores bandeirantes pelo interior do território, Vasconcellos retomou a chegada dos portugueses à América, os primeiros contatos com os nativos e a instalação das capitânicas. O historiador se esforçou em aplicar seu *critério de justiça* ao ressaltar as qualidades e defeitos, tanto dos nativos, quanto dos portugueses, tomando como referência sua proximidade ou afastamento dos arquétipos de uma sociedade civilizada. Vasconcellos deu ênfase à importância da atuação da *Companhia de Jesus* no período colonial, especialmente no tocante a catequização dos índios, chegando a afirmar que “não fossem os Jesuítas, que estimulavam o espírito catholico das nações amigas, o Brasil não seria nosso”¹⁹². Infelizmente, para ele, isso não podia se aplicar ao território mineiro. Em Minas, desde os primeiros tempos, “elemento perturbador, corrosivo, foi, porém, o clero”. Para Vasconcellos, “nas Minas não obedeciam os clérigos a ninguém. Isentos da jurisdição civil, não respeitavam nem o seu Bispo [...]. Dahi a libertinagem e simonia”¹⁹³. Os responsáveis por iniciar no território mineiro o processo civilizatório haviam sido os bandeirantes paulistas. A morte de Fernão Dias, em retorno a São Paulo após descobrir as minas de esmeraldas e fundar o arraial de Itacambira, fez com que tombasse “para sempre o Hercules do sertão, fundador de nossa patria”¹⁹⁴.

No segundo volume o tema central foi o embate entre portugueses e paulistas e os esforços dos governadores, especialmente de Manoel Nunes Vianna, para conciliar os dois grupos. A fundação das primeiras vilas e os motins devido às cobranças de impostos foram os principais temas da narrativa. Sobre os impostos, Vasconcellos defendeu que o sistema de cobranças era duro, mas “os mineiros quando requeriam as datas, conheciam bem as condições da concessão”¹⁹⁵. Os constantes conflitos que marcaram a região no início do século XVIII levaram o autor a afirmar que as Minas “não tiveram infancia. Nasceram como a Deosa de Athenas, já feitas e armadas”, e acrescenta: “o povoamento se fez com gente passando por todos os estados de civilização, desde o elemento bárbaro dos índios e africanos,

¹⁹² Ibidem, p. 76.

¹⁹³ Ibidem, p. 301.

¹⁹⁴ Ibidem, p. 42.

¹⁹⁵ Ibidem, p. 295.

até os mais esclarecidos letrados desse tempo”¹⁹⁶, não obstante o historiador ter afirmado em várias passagens do texto que existiam naquele período tanto indígenas quanto africanos em vários *estágios civilizatórios*, não os tratando como povos homogêneos.

Felipe dos Santos foi aclamado por Diogo de Vasconcellos como líder da “Revolta de 1720”, pois “não nos commove somente pelo coração, exalta-nos pela alma. Não foi um mediocre, foi o heroe da revolta”¹⁹⁷. Cabe aqui um parêntese para considerar que a imagem de Felipe dos Santos tem sido ressignificada pela historiografia atual. Desprovido de seu estatuto de “herói”, sequer é reconhecido como líder do levante, mas talvez seu “principal agente, o que comandou praticamente todas as agitações, e o que recebeu a punição mais exemplar”¹⁹⁸ na sedição ocorrida entre 28 de junho e 16 de julho de 1720, na capitania de São Paulo e Minas do Ouro. O movimento, guiado pelos potentados portugueses locais, teria se caracterizado pela tentativa por partes destes de manterem seu poder frente a Coroa Portuguesa, lutando contra o excesso de impostos e as taxas que eram cobrados pelo rei. Pedro Miguel de Almeida Portugal, o Conde de Assumar (1688-1756), na liderança da capitania à época, foi o responsável por apaziguar o conflito. Naquele momento, o Conde já teria lidado com outras revoltas na capitania e suas ações rigorosas de punição, em especial a sentença de morte de Felipe dos Santos, se fundamentariam no desejo de “tentar se impor definitivamente, não como único poder, mas como o principal”¹⁹⁹. Vasconcellos, por sua vez, de caráter fortemente conservador, defendeu a ordem, o “regimen da lei acima das paixões”, o que para ele justificava as ações do Conde de Assumar, ainda que “não fosse na repressão da revolta de Villa Rica o superfluo de atrocidades, que a sua índole violenta não poupou á Justiça, o titulo de tyranno, que a historia lhe reservou, seria lembrado apenas pelos declamadores”²⁰⁰.

Ao tratar a respeito das decisões adotadas pelo Conde, Vasconcellos fez uso da oportunidade para esclarecer um pouco melhor seu ponto de vista sobre os métodos de pesquisa da história, enquanto instruía as gerações futuras de historiadores:

¹⁹⁶ Ibidem, p. 296.

¹⁹⁷ Ibidem, p. 360.

¹⁹⁸ FONSECA, Alexandre Torres. A Revolta de Felipe dos Santos. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *As Minas Setecentistas*. Vol. 1. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, p. 552.

¹⁹⁹ Ibidem, p. 558-563.

²⁰⁰ VASCONCELLOS, D. Op. cit. 1904, p. 363.

Para julgarmos [...] a situação do Conde convém, visto que não podemos fazer aquelle mundo reapparecer, voltarmos a elle, como simples viajantes em paiz longinquo, estudando as cousas e os homens em seu meio, e não os querendo prejudgar segundo as nossas idéas, nossos costumes, nossos sentimentos e moralidade, a menos, que em logar da historia ponhamos a vida de figuras romanescas.

Já não escrevemos, como Herodoto, para as recitas ao ar livre dos jogos e das Panathenas; pois a historia não é mais a encenação emotiva do maravilhoso tendente ao furor patriótico de nossos oovintes. Desde Thucydides, nosso primeiro Mestre, só a verdade dos factos educa.²⁰¹

O romantismo, de acordo com os estudiosos, explica em grande medida a obra de Vasconcellos. Francisco Iglesias, na década de 1970, afirmou que “é no romantismo que se deve enquadrá-lo, com o gosto da evocação do passado, certo culto ou respeito ao vivido, com minúcias descritivas de quem tivesse presenciado a cena, que apresenta como fazem os ficcionistas, chegando a diálogos”²⁰². O romantismo também teria contribuído para a escolha temática de Vasconcellos. Adriana Romeiro, em trabalho mais recente, valida a contribuição de Iglesias e acrescenta que “no estudo das origens – tema por excelência da historiografia romântica -, Vasconcellos privilegiou a saga dos descobridores paulistas”²⁰³. Rodrigo Machado Silva, por sua vez, desenvolve o argumento de que Vasconcellos seria um *romântico tardio*. Para o autor,

a sinceridade no fazer historiográfico, a cientificidade no método, mesmo nitidamente confusa na obra do historiador marianense, e a utilidade desse conhecimento para a formação identitária e política mineira colocava Diogo de Vasconcellos na gangorra que balançava entre o conceito clássico e moderno de história, fazendo-o um típico historiador romântico.²⁰⁴

O argumento de que Vasconcellos seria uma ponte entre dois tempos é reiterado por Adriana Romeiro. A historiadora ainda investe para consagrar Vasconcellos como cânone para os estudos sobre o passado mineiro, afirmando que

Complexa, dividida entre o passado e o presente, a obra de Vasconcellos estabeleceu a transição definitiva entre a tradição memorialística novecentista e a nova historiografia fundada nos métodos de investigação empírica, alcançando um novo estatuto. Temas hoje recorrentes nos estudos históricos, como poderes locais, administração, revoltas e motins, sertanismo, entre tantos outros, foram explorados

²⁰¹ Idem.

²⁰² IGLESIAS, F. Prefácio: reedição de Diogo de Vasconcelos. In: VASCONCELLOS, D. *História Antiga de Minas Gerais*. Vol. 1. 4ªed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974, p. 19.

²⁰³ ROMEIRO, A. Op. cit. 2014, p. 24.

²⁰⁴ SILVA, R.M. *Entre antigos e mineiros: Diogo de Vasconcellos e a História da Civilização Mineira*. 2013. 193 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, p. 159.

por Vasconcelos num tempo em que a história parecia totalmente absorvida por um enfoque estritamente factual.²⁰⁵

Outro autor que lida com o desafio de classificar a obra de Vasconcellos é Marco Antonio Silveira. O historiador nota como “indiscutivelmente, o doutor Diogo bebeu na fonte do romantismo, incorporando parte de seus pressupostos e de suas formas estéticas”. Todavia, “o romantismo, por si só, não consegue abarcar o trabalho do historiador mineiro”, uma vez que, “para além do peso da retórica e do catolicismo na obra dioguiana, elementos cientificistas foram também nela absorvidos, ainda que de modo fragmentário”. A obra de Vasconcellos “se fez rica e duradoura porque o autor, sendo filho de seu tempo, forjou um modelo consistente com o material que tinha à disposição”. E Silveira conclui: “de toda maneira, foi em grande medida a cultura romântica que levou Vasconcelos a escrever a história de Minas como um épico”.²⁰⁶

Ao declarar-se a favor dos princípios de distanciamento entre o historiador e seu objeto de estudo, de reconhecimento das especificidades de cada período histórico, e da busca pela verdade, Vasconcellos fez eco às discussões de caráter metódico a respeito do conhecimento histórico de seu período. Ao longo do texto, o historiador se esforçou por corrigir informações apresentadas em documentos e obras de caráter historiográfico, inclusive as *Ephemerides Mineiras* de Xavier da Veiga²⁰⁷ e os *Fundamentos históricos* de Claudio Manoel da Costa²⁰⁸, hábito que lhe rendeu na década de 1930 as críticas de Teophilo Feu de Carvalho, diretor do *Arquivo Público Mineiro*, para quem “afirmações e correções [...] envolvem, alguma responsabilidade moral e, por isso, deve-se antes bem estudar e melhor verificar [...] para não se corrigir o que está certo e evitar uma falsa posição”²⁰⁹.

Por fim, Vasconcellos também transcreveu documentos na íntegra e faz uso de notas explicativas, ainda que não tenha citado a todo o momento suas referências, o que, para Rodrigo Machado, baseava-se no pacto de sinceridade que o historiador estabelecia com seu leitor, no qual “Vasconcellos consultou o documento, que é a verdade histórica, logo ele conhece essa verdade que deve ser ressignificada e se isenta da necessidade de citar as fontes” e na opção por elaborar um texto fluído, fazendo-se necessário lembrar que era “um livro de

²⁰⁵ ROMEIRO, A. Op. cit. 2014, p. 41.

²⁰⁶ SILVEIRA, M.A. Diogo de Vasconcelos e os demônios. In. ROMEIRO, A.; SILVEIRA, M.A. Op. cit. 2014, p. 123-137.

²⁰⁷ Ibidem, p. 60-61.

²⁰⁸ Ibidem, p. 131-132.

²⁰⁹ CARVALHO, T.F. Questões históricas e velhos enganos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano/volume 24, n. 1, 1933, p. 13. Grifo no original.

cunho didático, para ser usado em sala de aula e não um livro escrito para os pares”²¹⁰. Este último aspecto da obra de Vasconcellos foi um dos poucos que quase não encontrou adeptos entre os historiadores posteriores que, mesmo em textos escritos para serem apresentados como discursos, preocupavam-se em mencionar detalhadamente suas referências, como será visto a seguir.

Uma vez conhecidas em linhas gerais as concepções sobre a história que predominaram no Brasil em fins do século XIX e inícios do XX, passaremos agora à análise dos discursos que fundaram o *Instituto Histórico de Minas Gerais* e contribuíram para a definição do objeto *história de Minas Gerais*, bem como lançaram as bases metodológicas com as quais o mesmo deveria ser trabalhado.

2.3 A instalação do IHGMG e as linhas gerais de seu projeto historiográfico

A sessão de instalação do *Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, realizada no dia 15 de agosto de 1907, no Salão da Câmara dos Deputados, reuniu homens de grande prestígio da sociedade mineira, representantes do IHGB e de associações congêneres de outros estados, como foi apresentado anteriormente. Resta-nos agora debater sobre os discursos apresentados naquela ocasião, que se ocuparam de lançar as bases do que se esperava para a escrita da história do estado, definindo os limites de seu objeto – a história de Minas Gerais – e o modo como deveria ser estudado. Naquela ocasião discursaram Diogo de Vasconcellos, renomado historiador que havia sido nomeado como Orador Oficial do IHGMG; Max Fleiuss, Secretário do IHGB e responsável por representar aquela associação; e, por fim, João Pinheiro, chefe do estado e aclamado Presidente do *Instituto Mineiro*.²¹¹

O Orador Oficial do IHGMG, Diogo de Vasconcellos, foi encarregado por abrir a sessão. Em seu discurso, afirmou que “o povo mineiro [...] sentia a falta de se lhe erigir a oficina central do pensamento, na qual se cuidam com esmero de fortificar a sua homogeneidade, e de unificar os seus elementos ethnicos tradicionaes”²¹². Definindo seu posicionamento diante dos debates historiográficos, Vasconcellos afirmou que não pertencia

²¹⁰ SILVA, R.M. Op. cit. 2013, p. 155-156.

²¹¹ ACTA DA SESSÃO SOLEMNE DA INSTALAÇÃO DO INSTITUTO HISTORICO DE MINAS. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano/vol. 14, Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1909, p. 15-16.

²¹² VASCONCELLOS, D. Discurso. Ata da sessão de instalação do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, ano/ volume 14, 1909, p. 213-214.

ao grupo daqueles que “renegam a utilidade descritiva da historia”, porque também não concorria “para a doutrina dos que apagam de nossas crenças o ideal procurado pelos povos, em sua marcha ascendente através dos seculos”. Para ele, “os annaes, as memorias, as biografias dos homens illustres, encerram em synthese, alguma cousa mais preciosa que a narração inerte e fria dos tempos e dos acontecimentos”. Para o historiador mineiro, a história possuía uma utilidade prática para a vida auxiliando na condução das ações dos homens do presente. Esta ideia é reforçada na passagem do discurso em que ele afirmou: “os mortos governam os vivos”. Ainda que a civilização não descrevesse *círculos perfeitos* nem caminhasse *por linhas retas*, havia uma *força* que relacionava passado, presente e futuro e, por isso, dos vestígios do passado irradiavam “a continuidade animica de nossa existencia collectiva, illuminada pelos votos e testemunhos tantas vezes dolorosos da velha experiencia”.²¹³ Neste sentido, os historiadores possuíam a missão de resgatar do esquecimento os episódios que incutissem nos homens valores como o patriotismo, a liberdade e a justiça:

Não houvesse historiadores, quem hoje tiraria do limbo dos tempos a lição inesgottavel, que se colhe, da Salamina e de Platéa; ou do estupendo sacrificio das Termopilas? Não é por ventura d’ahi que nos vem a certeza do que vale um punhado de patriotas contra milhares de mercenarios e servos? E não é tambem dessas tragedias heroicas que aprendemos a preferir a liberdade com todos os seus defeitos ao despotismo com toda a sua perfeição?²¹⁴

A um país que enfrentava crises políticas e econômicas como o Brasil naquele período, Vasconcellos dedicava uma proposta historiográfica que implicava em que por meio da história poderia se conhecer “a vida das nações mais proximas e mais relacionadas, cuja politica modela-se pelos reflexos e pelo equilibrio internacional, e cuja existencia depende irremissivelmente da communhão de interesses economicos e da troca de idéas e productos”. Nesse ponto, Vasconcellos alertou para o fato de que, para realmente se compreender o que se passava no país, era preciso observar as nações com as quais o mesmo se envolvia em busca de equilíbrio das forças que regiam a política e a economia internacionais, dinâmica na qual a história - “a mais humana das sciencias” – destacava-se como principal ferramenta de conhecimento da sociedade, por possuir “condição inilludivel de ser fiel, verdadeira e severa, de não amar nem odiar sejam reis, sejam povos”, uma vez que

a historia de seu inventario mudo com a eloquencia e simplicidade dos resultados nos fala de uma força maravilhosa, a que temos de obedecer: força que nelles se envolve e que sahe delles, quando urge tirar o bem do próprio mal, para achar a

²¹³ Ibidem, p. 214.

²¹⁴ Idem.

unidade espontanea e final dos mais variados acontecimentos; e para em cada dia mais purificar deante de nossas vistas a mira a que os homens inconscientemente se dirigem, através [d]a nuvem tormentosa dos seculos.

A civilização, como sabemos, não descreve círculos perfeitos nem caminha por linhas rectas. Como a nau sobre o movediço das ondas, afasta-se muitas vezes do rumo, batida pelos temporaes, e lucha para salvar-se; mas afinal voltam-se-lhe os ventos favoraveis e ella ganha de novo o caminho e chega ao porto desejado. É, senhores, que com a humanidade se realiza o symbolo da barca agitada no mar de Tiberiades. Um ser incomprehensivel a conduz e dorme dentro della, para despertar a tempo e reagir no desanimo geral, fortificando a nossa fé, serenando as borrascas e mostrando em fim de contas o caminho andado na traça dos almejados destinos. A esse caminho chamamos nós o progresso e a esse poder, que está acima da previsão e vontade dos homens, chamamos Providencia, e nem outro nome lhe pode convir, em que pese aos incredulos.²¹⁵

Guiada pela Providência, a história conduzia os homens ao progresso, ainda que tais forças escapassem à razão humana. Vasconcellos afirmou que não era possível explicar pela razão as forças que acima dela interferiam na realidade, e por isso se torna ainda mais complexo tentar entender o aparente paradoxo expresso pela coexistência da Providência e do progresso na mesma sentença. Acreditamos, todavia, que este ponto ficará mais claro a seguir, ao tratarmos da *hermenêutica do cristianismo* e da *crítica da história*.

O historiador mineiro negou uma a uma as teorias de Herder, Voltaire, Frederico II, Renan, Montesquieu, Thiers, Kegel e Auguste Comte a respeito da história. O último filósofo recebeu tratamento mais detido por parte do Orador, que o considerava sendo portador de um “espírito genial, mas puramente científico”, e a respeito de quem afirmou:

o successo do grande innovador se fez notavel pelo emprego exclusivo do methodo experimental, pelas tendencias materialistas do mundo vigente, e mais ainda pelo scepticismo metaphisico de Kant, em meio das classes mathematicas e especulativas, que preferem sobre tudo os methodos *á priori*.

Proclamando o progresso, por fim, suppre o idéal humano e para tanto invoca a historia que trunca e desencadeia a proposito e á medida de conclusões anticipadas. Comte não póde allegar ter feito uma philosophia para sua historia, mas uma historia para sua philosophia.

Tomando de Bukle o modo de observar os factos, de que se deduzem logicamente as consequencias, concebeu igualmente a idéa de leis geraes segundo a historia, á semelhança das leis fataes que regem os astros e produzem os phenomenos.

No positivismo cahimos portanto sob o guante da mesma fatalidade; e tanto basta para ser falso em tudo que se respeita ao mundo moral.²¹⁶

A preferência de Vasconcellos pelo estudo dos indivíduos em detrimento das grandes estruturas, uma vez que, “passando ao largo das filosofias da história de seu tempo, [...] não se interessou pelo estudo das grandes estruturas, renunciando a elas em favor da atuação dos

²¹⁵ Ibidem, p. 215.

²¹⁶ Ibidem, p. 217.

indivíduos”²¹⁷ foi algo explorado por Adriana Romeiro. Nas palavras de Vasconcellos, “doutrinas que negam o livre arbitrio, doutrinas que negam o instinto da perfectibilidade, tão falsas como a negação da providencia, podem tudo conseguir, menos senhores, a verdadeira philosophia da historia, banhada pela luz da experiencia”.

Afastando-se das teorias racionalistas, Vasconcellos localizou a história no campo da moral e se esforçou por fornecer contribuições originais para os estudos sobre o passado. Desse modo, ele afirmou: “rejeitando-se todas as doutrinas, [...] o remedio parece-me deparado no uso da hermeneutica do christianismo, buscando-se com ella a solução desejada”. Para além da esfera puramente religiosa, Vasconcellos encontrou no cristianismo uma forma de compreensão do mundo social em relação com a moral. Por *hermenêutica do cristianismo* ele entendia o constante rearranjo de equilíbrio entre o que ele chamava de *três verdades* na sociedade, quais eram: a verdade religiosa, a verdade filosófica e a verdade política. Dedicada ao futuro, a *verdade filosófica* era “a triplice sciencia das cousas intellectuaes, moraes e naturaes” e atacava a *verdade religiosa*, que era o “conhecimento de Deus, manifestado no culto”, especialmente inclinada ao passado. Ambas disputavam o domínio sobre a *verdade política*, que representava a ordem, “e a ordem não é sinão a liberdade do direito natural do povo associado á soberania exercida pelo poder publico”. E concluiu: o cristianismo, “separando aquellas tres verdades e contendo-as cada uma em sua esfera e competencia, restabelece a paz e salva a liberdade sem prejuizo da providencia”.²¹⁸

A missão da *crítica histórica*, de acordo com Vasconcellos, se resumia a pesquisar “nas paginas descriptivas do passado as syntheses, que a Providencia extrahiu dos acontecimentos, distinguir e conhecer a lição que essas syntheses encerrão e auctorizam, proclamar o triumpho infallivel da virtude sobre o vicio, do direito sobre a tyrannia”. Por isso, a história – constantemente disputada pelos partidos e correndo os riscos inerentes à imaginação apaixonada - não podia deixar de ser “severa, leal e verdadeira”. Ao historiador, cabia “o dever de assumir a tarefa, de todas a mais difficil, no campeonato das letras”: elaborar uma crítica “imparcial e justa, não sómente com os tempos, sinão ainda mais com os homens” pois, os povos “não podem ser accusados ou defendidos sinão pelas leis do seculo,

²¹⁷ ROMEIRO, A. “Diogo de Vasconcelos: um historiador para as Minas Gerais”. In. ROMEIRO, A.; SILVEIRA, M.A. *Diogo de Vasconcelos: o officio do historiador*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014, p. 23.

²¹⁸ VASCONCELLOS, D. Op. cit. 1909, p. 217-218.

em que viveram; nem ser condenados por idéas, que não tiveram, submettidos como eram ao meio em que se nivelavam com todos os seus contemporaneos”²¹⁹.

Estes conhecimentos deveriam orientar os historiadores na investigação sobre o passado mineiro. Portador de uma “origem privilegiada”, o povo mineiro, para Vasconcellos, era “descendente de generoso sangue paulista, congraçado com o da mais heroica e laboriosa de todas as Mães-Patrias”²²⁰. Evidenciando mais uma vez a existência da disputa entre as histórias regionais pelo imaginário nacional do Brasil naquele período, Vasconcellos afirmou que

não se lê, senhores, sem emoção a mais viva, os episodios heroicos de Pernambuco, rechassando as invasões estrangeiras; mas a Minas cabe a gloria, acaso maior, sinão igual, das expedições, que nunca se viram tão disciplinadas e decididas á morte para salvarem o sul do continente.²²¹

Além da jornada dos Bandeirantes, Vasconcellos mencionou também o episódio da Inconfidência como um dos pontos marcantes do passado mineiro. O Orador finalizou seu discurso saudando os presentes e dedicando à “mocidade estudiosa, esperanças da patria”, os futuros frutos do trabalho do *Instituto Histórico de Minas*.

O Secretário do IHGB, Max Fleiuss deu sequência à sessão de instalação, firmando-se como grande responsável pela difusão dos ideais da historiografia metódica entre os mineiros. Em seu discurso ele afirmou: “a época das banalidades literarias [...] passou” e ninguém deve mais tolerar o que não corresponda à inteligência.²²² Para Fleiuss,

a supremacia da Historia firmou-se como o elemento primordial dos conhecimentos, fonte de todos os outros, [...] [uma vez que a] observação directa dos phenomenos sociais, na sua manifestação estatica, não é sufficiente; cumpre estudal-os pelo desenvolvimento através do tempo, isto é, a sua Historia.²²³

Citando Charles Langlois, Fleiuss reforçou a ideia de que a história seria um instrumento de cultura intelectual, e, sintetizando aquele, afirmou que a prática do método histórico de investigação,

resulta para o espirito a isenção de credulidade; patenteando a Historia grande numero de sociedades diferentes, prepara á concepção e á acceitação de varios usos,

²¹⁹ Ibidem, p. 218.

²²⁰ Ibidem, p. 219.

²²¹ Idem.

²²² FLEIUSS, M. Discurso de Max Fleiuss no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais – 15 de agosto de 1907. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1928 [1927], tomo 101, vol. 155, p. 230.

²²³ Idem.

e, fazendo ver que as ociosidades são constantemente transformadas, elle habitua a variação das fórmias sociaes e dissipa os receios dessas mudanças.²²⁴

Além disso, Fleiuss destacou aquele que era o ponto central para a Escola Metódica francesa, afirmando que “hoje, a Historia exige principalmente a exposição racional dos documentos”²²⁵. O Secretário do IHGB reiterou as palavras de Oliveira Lima quando este declarou que “o Brasil tem tido por ora grandes pesquisadores, como Varnhagen, mas não possuiu ainda um grande historiador”²²⁶. Mesmo os trabalhos de Capistrano de Abreu, Xavier da Veiga, Eduardo Prado, Affonso Celso, Vieira Fazenda, Guilherme de Studart, Augusto de Lima, Diogo de Vasconcellos e o próprio Oliveira Lima, dentre outros, são considerados “magníficos subsidios que poderemos offerecer ao definitivo historiador que não tardará”²²⁷.

A história era uma *obra patriótica* para Fleiuss e era imperativo que seu estudo fosse desenvolvido pela divisão entre estados e épocas. O historiador lembrou aos presentes de que os Estatutos do IHGB, desde sua fundação, se referiam à ramificação do *Instituto* pelas províncias do Império para promover a reunião dos documentos necessários à história e à geografia do Brasil. Ressaltando as contribuições dos institutos de Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte, Paraíba, Paraná e de Santa Catarina para a realização de tal projeto, saudou com entusiasmo a criação do instituto de Minas concorria no mesmo sentido.

Dentre as contribuições do estado de Minas Gerais, que forneceriam, segundo Fleiuss, à história nacional *capítulos interessantíssimos*, constava o episódio das Bandeiras, consideradas, no seu entendimento, como “invasões beneméritas”, uma vez que, graças a elas, “foram devassados os sertões, abertos caminhos, escaladas montanhas, vadeados rios, comunicada enfim ao mundo uma parte riquíssima da nossa patria”²²⁸. O caráter civilizador das bandeiras deveria sobressaltar-se à ganância dos exploradores, pois “moveu-os, é certo, a sêde do ouro, mas o resultado dessas incursões patenteou-se com o povoamento, as vias de transporte, a posse de novas terras”²²⁹. Este episódio da história mineira tornou-se um dos pontos fundamentais para o recorte temático proposto pelo projeto do *Instituto Mineiro* para a escrita da história do estado, como se poderá observar na análise da execução do mesmo.

²²⁴ Ibidem, p. 230-231.

²²⁵ Ibidem, p. 231.

²²⁶ Idem.

²²⁷ Ibidem, p. 232.

²²⁸ Idem.

²²⁹ Idem.

Por fim, João Pinheiro, primeiro Presidente da associação, tomou a fala na sessão. Para aquele, a fundação do IHGMG era “uma bella inspiração de seus iniciadores: porque corresponde a uma necessidade que ha muito se fazia sentir – o estudo da história de Minas Geraes”²³⁰. Mais do que um simples argumento retórico que negaria a produção de cunho historiográfico elaborada até aquele momento no estado com a pretensão de se criar algo novo, acreditamos que João Pinheiro e os demais sócios fundadores do *Instituto Mineiro* estavam preocupados com o “novo modo” de se fazer história no Brasil, liderado naquele momento pelo IHGB, instituição que foi para eles referência quando o assunto era o passado. O *Instituto Brasileiro*, tomado como modelo associativo, era para Pinheiro “notavel pela vastidão do trabalho que já effectuou, cenaculo do pensamento brasileiro no que tem de mais erudito no saber, de mais illustre na longa tradição dos nomes venerados, realizando uma obra grandiosa de desinteressado amor da Patria”²³¹.

O vínculo entre o conhecimento da história e a compreensão da sociedade foi a tônica do discurso de Pinheiro, que ocupava também, vale recordar, a posição de Presidente do estado de Minas à época. Defendia, assim, que a criação de um instituto histórico fazia falta ao estado para a “systematização completa da sua vida social”²³². João Pinheiro se preocupava em fornecer uma utilidade prática ao conhecimento sobre o passado, aplicável ao desenvolvimento de Minas Gerais, e, por isso, alertou que apenas para os “menos reflectidos poderá parecer, talvez, que taes estudos mais participam dos prazeres intellectuaes [...], do que das fecundas e positivas cogitações da actualidade, na solução premente de problemas mais necessarios, que resguardem o futuro, melhorando-o”²³³.

Além da serenidade no exame dos acontecimentos e do conforto nos julgamentos, próprios dos prazeres intelectuais, a história estaria repleta de “forças positivas” governando a atualidade e elementos poderosos que sustentariam o presente e guiariam ao futuro, ensinando ao homem que ele deveria “confiar somente nesta justiça, que nunca falta, contra a onda das paixões ephemeras e dos interesses passageiros que desaparecem com o tempo que os creou, para deixar eterno e duradouro, o que foi feito no serviço da humanidade e da Patria”²³⁴. Assim, a história “santifica, unge e eleva o sagrado amor da Patria e a propria materialidade

²³⁰ SILVA, J.P. Discurso. Ata da sessão de inauguração do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, ano/ volume 14, 1909, p. 223.

²³¹ Idem.

²³² Idem.

²³³ Ibidem, p. 223.

²³⁴ Idem.

das cousas a ella ligadas”²³⁵, sendo que um passeio pelas ruas de Ouro Preto, por exemplo, poderia induzir ao visitante a rememoração dos episódios da Inconfidência, “épica tragedia que foi o primeiro sonho da independencia”, e dos seus principais líderes, como Tiradentes “o infamado daquelles dias” transformado em “immortal da historia americana”²³⁶.

A abrangência dos estudos sobre o passado seria de tal grandeza que, para Pinheiro, “si a historia santifica a propria materialidade dos logares que a ella se ligam, tambem nos dá lições mais altas e de caracter bem mais generalizado”, pois

é ella que nos ensina a confiar no Direito, na Justiça, na Liberdade, no Bem e na victoria definitiva dos sagrados principios da consciencia humana, vencendo obstáculos, ensanguentados às vezes, eclipsados por periodos, mais ou menos longos, na sequencia dos tempos, negados e tentados destruir neste ou naquelle ponto da terra por usurpadores poderosos – e, entretanto, vencendo sempre nestas luctas milenarias da Humanidade em marcha.²³⁷

Neste ponto do discurso, João Pinheiro retomou a recorrente discussão sobre o caráter de exemplaridade que a história poderia ter. Para ele a história colocava o homem em contato com valores elevados e duradouros, mas também assinalava “lições de prolongado aviltamento dos povos e nelle o exemplo das deshonras do homem”²³⁸, e por isso não poderia ser “a mestra da vida”. Por fim, sintetizou aquilo que almejava como projeto de escrita da história para seu estado: “de par com os estudos propriamente de erudição, devem ser feitos, e principalmente os que visam uma utilidade humana, procurando, pela imparcial observação do passado, induzir leis que regulem o presente para que o futuro seja melhor que ambos”²³⁹ ²⁴⁰.

Antes de encerrar sua fala, Pinheiro destacou outro episódio da história de Minas Gerais que deveria compor o recorte temático e direcionou a pesquisa dos futuros historiadores nos arquivos. O povoamento das terras que fez surgir a “estremecida terra mineira”, à semelhança do que havia dito Fleiuss no primeiro discurso, era o tema em

²³⁵ Idem.

²³⁶ Ibidem, p. 223-224.

²³⁷ Ibidem, p. 224.

²³⁸ Idem.

²³⁹ Idem.

²⁴⁰ A concepção de história de João Pinheiro, de acordo com Guilherme Meirelles Costa, estava fortemente vinculada à sua dedicação ao positivismo, que marcou sua formação na juventude, o que fica confirmado pela concepção de Pinheiro de que seria possível extrair leis da história, leis aplicáveis à sociedade e capazes de transformá-la. COSTA, G.M. Op. cit. 2006, p. 166.

questão, mas dele Pinheiro sugeria que se lembrasse do “trabalho penoso e multiplicado que os bandeirantes e garimpeiros deixaram pelo sólo inteiro de Minas”²⁴¹, bem como buscar

nos infolios dos archivos nas reclamações dirigidas ao governo d’El-Rei, nas respostas de ultra-mar, nos roteiros, nas informações dos Governadores sobre os descobrimentos felizes, como sobre as fundas desillusões dos garimpos sem riquezas, nas narrações das proprias luctas ensanguentadas – [nos quais] deixaram toda uma historia de audacias inauditas e invenciveis paciencias, na qual o amor de liberdade do sertanista, a sua resistencia physica aos trabalhos inclementes, a sua iniciativa individual intensa, a doçura dos costumes na aspereza da vida, são a riqueza moral incomparavel que nos cumpre apurar e guardar, como as origens da vida da estremecida terra mineira.²⁴²

Para este *nobilíssimo fim* era criado o *Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*.

Pôde-se observar até aqui que os historiadores brasileiros de fins do século XIX e primeiras décadas do XX conciliaram diversas vertentes historiográficas, ao que se juntaram suas crenças religiosas e posicionamentos políticos, na tentativa de se criar uma forma de escrita de história que atendesse tanto às demandas científicas exigidas para que fosse reconhecida nos meios intelectuais, quanto à resolução de conflitos políticos e sociais. Era preciso recriar a nação em moldes republicanos, o que fez com que a atenção dos governantes se voltasse para o estudo sobre o passado. Na reinvenção da história, tanto o passado na nação precisava ser repensado, estipulando-se um novo panteão e episódios que melhor explicassem o novo regime político e se enquadrassem em melhores condições com o futuro que se pretendia criar a partir dali, quanto à forma de se chegar até aquele passado precisava ser revista, pois os antigos cânones já não satisfaziam completamente as novas demandas.

O *Instituto Histórico de Minas*, criado em meio a aquele embate de ideias, elaborou seu projeto historiográfico buscando responder às demandas de organização da sociedade, sem deixar de considerar os novos parâmetros historiográficos. Ao longo de sua “Primeira Fase”, ou seja, entre 1907 e 1927, os historiadores mineiros elaboraram importantes estudos sobre a história do estado mais ou menos orientados pelo projeto que se tentou delinear no momento de criação da instituição. Os resultados destes trabalhos foram levados ao público na forma de apresentações em congressos e eventos comemorativos, ou publicados em livros e artigos, dentro e fora do estado. No capítulo seguinte vamos analisar esses trabalhos,

²⁴¹ SILVA, J.P. Op. cit. 1909, p. 224.

²⁴² Ibidem, p. 224-225.

tentando comprovar nossa hipótese de que os primeiros sócios do IHGMG se esforçaram no sentido de construir uma história para Minas Gerais buscando um lugar para a mesma na história republicana do Brasil.

Capítulo 3: O projeto na prática - as contribuições do *Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais* para a escrita da história nacional

A preocupação dos sócios do *Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais* com a compreensão e formação da sociedade para a qual também contribuíam administrativamente, não se fez unicamente através de textos, mas também pela articulação dos seus trabalhos escritos com os eventos comemorativos. É preciso, portanto, ter em mente que os textos constituídos para tais fins e constituidores dos mesmos possuem uma dimensão ritual, sendo que tais “ritos não simplesmente expressam valores, mas instituem comportamentos”²⁴³. Analisando a historiografia portuguesa de fins do século XIX e início do XX, Fernando Catroga conclui que “o investimento historicista e comemorativo constituía uma prática adequada a uma concepção acumulativa, evolutiva e continuísta do tempo e à função normativa e integradora da memória”²⁴⁴.

É defensável a ideia de que o mesmo pode ser aplicado ao caso brasileiro em geral e ao mineiro em particular, e que os valores expressos e os comportamentos instituídos nas comemorações promovidas estavam relacionados com os investimentos em torno da construção simbólica do novo regime republicano. Nesses eventos é relevante destacar o modo como se selecionou no passado do estado de Minas Gerais os episódios que contribuíam para a construção da ideia de que a República surgia no Brasil como culminação de um processo por meio do qual se poderia perceber a evolução da sociedade até se alcançar aquele momento. Desse modo, endossamos a ideia de que “a historiografia também funciona como fonte produtora (e legitimadora) de memórias e tradições, chegando mesmo a fornecer credibilidade cientificista a novos mitos de (re)fundação de grupos e da própria nação”²⁴⁵.

Os ambientes em que circularam os primeiros historiadores do IHGGMG possuíam origem diversa. Os congressos de história eram motivados pela troca intelectual e pelo fortalecimento do vínculo institucional, sem perder de vista o caráter patriótico de tais iniciativas. Já as festas que celebraram as datas marcantes do passado, bem como na pedagogia, a história assumiu uma função normativa, função esta que não ficou de lado quando os historiadores se inclinaram à escrita biográfica, recordando os “grandes homens”

²⁴³ CATROGA, F. Op. cit. 2001, p. 26.

²⁴⁴ Ibidem, p. 32.

²⁴⁵ Ibidem, p. 50.

do passado, modelos de virtudes cívicas a serem reproduzidas pelas gerações futuras. Cabia àqueles ainda a função de se conhecer o espaço físico que constituía o estado, sendo a geografia uma das preocupações dos historiadores. Será nosso objetivo a partir de agora analisar a intervenção dos sócios do IHGMG nesses espaços, e, posteriormente, traremos a avaliação dos mesmos a respeito dos trabalhos realizados.

3.1 A história nas festas mineiras: o IHGMG e sua face comemorativa

De caráter mais comemorativo do que propriamente acadêmico, mas igualmente mobilizadoras dos membros do IHGMG em torno do passado do estado, foram as comemorações dos bicentenários de algumas cidades mineiras. Os bicentenários de Ouro Preto e Mariana ocorreram em 1911, a primeira com uma grande festa celebrada na própria cidade, para a qual foi designada uma comissão que envolvia figuras como Diogo de Vasconcellos, Nelson de Senna, Rodolpho Jacob e Lucio dos Santos, enquanto para segunda, foi realizada uma solenidade que teve como orador Diogo de Vasconcellos. Já o bicentenário do Serro contou com uma celebração em 1914, na qual discursou Nelson de Senna. Passemos agora a analisar como foram organizadas estas comemorações e quais as suas contribuições para a historiografia no estado, tanto a respeito da seleção dos temas, como de seu tratamento, e em quais aspectos se relacionaram com o projeto de construção da República em Minas Gerais.

Na comemoração do bicentenário de Ouro Preto, entre os dias 7 e 9 de julho de 1911, os historiadores do estado foram convocados a apresentar notas sobre a história, a geografia, e a cultura geral da antiga capital de Minas Gerais. A organização do evento começou a ocupar os sócios do IHGMG em 1910. Nelson de Senna propôs que o *Instituto* se fizesse representar nas comemorações por uma comissão e que se publicasse um trabalho de cunho histórico-literário para marcar a data. A comissão eleita na sessão ordinária do dia 27 de novembro de 1910 era composta por Diogo de Vasconcellos, Nelson de Senna, Rodolpho Jacob, Lucio dos Santos e Carlindo Lellis. Para Diogo de Vasconcellos, em nome da comissão organizativa, celebrar o bicentenário de Ouro Preto era celebrar a própria história de Minas Gerais frente à nação

a posição especial da cidade na história nacional, o seu título de capital durante dois séculos, quantos Minas existe, impuseram à sua data natalícia o relevo de uma questão patriótica para solenidades que não tivessem, como não tiveram, cunho

algun nativista, senão generalizado e reconhecido, como próprio de todo povo mineiro. Era depois da Independência a primeira data secular que passava. Não podia, pois, nem devia cair em silêncio.²⁴⁶

Em discurso solene, Lucio dos Santos tratou do poder aglutinador e do caráter pedagógico e patriótico daquele momento:

Todos nós, sem distinção, encontramos nesta comemoração cívica um terreno neutro em que nos podemos todos congregar em torno do ideal comum, possuídos do mesmo afeto e desejosos dos mesmos resultados. [...]

É a homenagem prestada aos heroicos descobridores e colonizadores da nossa terra e aos mártires gloriosos que tingiram de sangue a aurora da nossa libertação política. [...]

É um apelo a geração atual, para que ela se inspire nessas tradições nobilíssimas, bebendo nelas o amor, a confiança e o ardor patriótico que a animarão no futuro.²⁴⁷

A monografia que inaugurou a sequência das apresentações que marcaram o evento pertencia a Nelson de Senna e levou o título de “Origem da cidade. Instalação da municipalidade”. Neste trabalho, o historiador recordou a fundação dos primeiros municípios brasileiros – São Vicente e Piratininga (SP) – cujos modelos teriam sido reproduzidos em Minas Gerais nos casos de Ouro Preto e Mariana, fundados em 1711 por Antonio de Albuquerque. Nelson de Senna reproduz os documentos relacionados à criação de Vila Rica e sua elevação à cidade, estes retirados da *Revista do Arquivo Público Mineiro* e das *Efemérides* de Xavier da Veiga. Senna elaborou uma “galeria dos camaristas coloniais” com uma lista de nomes ligados à administração e logo após findou sua apresentação defendendo a ideia de que o século XVIII mineiro havia sido um período bastante difícil devido aos conflitos dos colonos com a Metrópole. Em suas palavras, aquele era o “período mais tormentoso da vida colonial” devido aos “frequentes levantes e motins do povo contra os delegados da metrópole”.²⁴⁸

Lucio dos Santos, por sua vez, abordou “A Inconfidência Mineira”, tema sobre o qual continuaria se dedicando nos anos subsequentes. Naquele momento, já estavam, entretanto, estabelecidas suas bases interpretativas, que seriam mais tarde reiteradas e aprofundadas - a ideia de que se poderia aprender com as lições do passado, de que haveria uma relação de

²⁴⁶ AS FESTAS DO BICENTENÁRIO DE VILA RICA. In: *Ouro Preto cidade em três séculos; Bicentenário de Ouro Preto; memória histórica (1711-1911)*. Organização, ensaio crítico e linha do tempo de Maria Francelina Silami Ibrahim Drummond. – Ouro Preto: Liberdade, 2011, p. 273.

²⁴⁷ SANTOS, L. Discurso pronunciado pelo Dr. Lúcio dos Santos. Ata da Sessão Solene. 8 de julho de 1911. In: *Ouro Preto cidade em três séculos; Bicentenário de Ouro Preto; memória histórica (1711-1911)*. Organização, ensaio crítico e linha do tempo de Maria Francelina Silami Ibrahim Drummond. – Ouro Preto: Liberdade, 2011, p. 300-301.

²⁴⁸ SENNA, N. Origem da cidade. Instalação da municipalidade. In: *Ouro Preto cidade em três séculos*. Op. cit. 2011, p. 42-55.

causalidade entre passado e futuro e de que o Brasil dava ainda seus primeiros passos em relação ao progresso civilizatório, se comparado a Europa:

Nascidos para uma existência precária, de um instante apenas na série dos séculos, nada compreenderíamos do que realmente somos e menos ainda nos poderíamos compenetrar do que devemos ser, se nos desinteressássemos do passado, não procurássemos desvendar seus arcanos, rememorar os seus acontecimentos e deduzir a lição que eles encerram.

O futuro não é apenas continuação do passado, no tempo e no espaço. Os acontecimentos que vão surgir são a consequência lógica dos que já se foram, no plano providencial da história Humana.

Nesse sentido, pode-se dizer que os mortos governam os vivos. [...]

Não possuímos, no nosso passado, como o velho continente, essa antiguidade venerável de milhares de anos, esses monumentos portentosos, essas ruínas soberbas [...]. Não contamos acontecimentos extraordinários e salientes que tenham influído, em larga escala, na marcha geral da civilização.

Somos de ontem apenas e, dada a ordem natural das coisas, não constitui para nós motivo de desânimo e tristeza reconhecer a nossa inferioridade. Ao contrário, pode inspirar-nos um orgulho legítimo a certeza de que, com os recursos extraordinários que Deus nos concedeu, a nossa evolução tem sido rápida e brilhante.²⁴⁹

O historiador recordou os primeiros povoadores do território que se tornaria mais tarde Minas Gerais, “nascidos de duas raças distintas, possuindo em alto grau os defeitos de ambas, [...] constituíam certamente uma população indômita e atrevida” o que demandava a presença de “um governo forte, enérgico, severo mesmo”²⁵⁰. Apenas ao fixar-se ao solo essa população teria aos poucos constituído o povo mineiro. Santos não se posicionava a favor da severidade do governo da metrópole portuguesa, mas lembrava que “o historiador, para ser justo, precisa colocar-se exatamente no nível intelectual e moral da época que pretende descrever”²⁵¹. Por isso, ele propunha que se relacionasse a situação de conflito entre o povo de Minas com a metrópole com a decadência moral e religiosa pela qual estaria passando a Europa naquele momento, o que motivava, para o historiador, o clima de revolta que teria se generalizado em fins do século XVIII. Santos afirmou que “diversos brasileiros notáveis achavam-se, então, estudando na Europa” naquele período, e, sendo “filhos de uma pátria escrava, bebiam eles avidamente todas aquelas ideias de liberdade e a si mesmos prometiam constituir-se na sua terra paladinos dos ideais democráticos”²⁵². O exemplo que mais teria inspirado aqueles homens era o da luta pela independência travada pelos Estados Unidos com apoio da França.

²⁴⁹ SANTOS, L.J. A Inconfidência Mineira. In: *Ouro Preto cidade em três séculos*. Op. cit. 2011, p. 59.

²⁵⁰ Ibidem, p. 60.

²⁵¹ Ibidem, p. 61.

²⁵² Ibidem, p. 64.

Por isso, “os inconfidentes mineiros não falavam e não pensavam senão nos Estados Unidos. Eram suas leis que eles queriam imitar no Brasil”²⁵³.

Em sua perspectiva, a Inconfidência Mineira havia sido idealizada por poetas, juristas e oradores - homens “delicados e tímidos” – que tomavam a república mais como um “sonho poético” do que como um movimento preciso, capaz de se realizar. Entretanto, havia a figura central do Alferes Tiradentes, apresentado como líder do movimento. Este, por sua vez, “transfigurava-se, quando falava no povo oprimido, quando falava na pátria vilipendiada e violentada. Nesses momentos, sua voz eloquente assumia tons emocionantes, as suas faces acendiam-se, os seus olhos fulguravam e lágrimas ardentes saltavam-lhe em punho dos olhos”²⁵⁴. Avaliando a relevância da Inconfidência para a história, Santos afirmou que, ainda que não se tivesse concretizado, era “incontestável que esse movimento patriótico assumiu uma forma precisa e perfeitamente definida”²⁵⁵. Entretanto, não era preferível que se tivesse realizado, uma vez que o povo naquele momento não estava preparado para a República, e as “revoluções quase sempre pioram a situação, longe de melhorar”²⁵⁶.

O texto apresentado em seguir tratou com descrédito a existência da “Arcádia Mineira” enquanto uma associação. Mario de Lima²⁵⁷, o autor, afirmou que não havia documentos que comprovassem tal fato. A única forma possível de se estudá-la seria tomando-a no sentido de uma “tradição poética”, que vinha desde os seiscentistas lusitanos, e, “em mais restrita acepção, aplica-se aos poetas-inconfidentes de Vila Rica”²⁵⁸. A Arcádia marcaria o início da segunda fase da literatura (1750-1830), e, acompanhando o raciocínio de Silvio Romero, Lima afirmou que aquele era também “o momento decisivo da nossa história [...] fase da preparação do pensamento autônomo e da emancipação política”²⁵⁹. Mario de Lima destacou os trabalhos de Claudio Manoel da Costa, Tomas Antonio Gonzaga e Inacio

²⁵³ Ibidem, p. 66.

²⁵⁴ Ibidem, p. 71.

²⁵⁵ Ibidem, p. 96.

²⁵⁶ Ibidem, p. 98.

²⁵⁷ Mario Franzen de Lima foi um político, escritor, acadêmico, jornalista, advogado e professor mineiro. Nasceu em Ouro Preto, Província de Minas Gerais, a 10 de julho de 1886, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 3 de abril de 1936. Filho do professor Bernardino Augusto de Lima e de Ester Franzen de Lima, sobrinho de Antonio Augusto de Lima, bacharelou-se pela *Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais*, em 1906, onde mais tarde atuou como professor. Foi membro da *Academia Mineira de Letras*, do IHGMG e Diretor da APM de setembro de 1922 até a data de seu falecimento, afastando-se do cargo em diferentes períodos. Pertenceu ao PRM. *Dicionário Biográfico de Minas Gerais*. Op. cit. 1994, vol. 1, p. 348.

²⁵⁸ LIMA, M. Arcádia Mineira. In: *Ouro Preto cidade em três séculos*. Op. cit. 2011, p. 100.

²⁵⁹ Idem.

José de Alvarenga Peixoto como os mais relevantes. O historiador afirmou existirem duas teses predominantes sobre os modos de se escrever a história literária, a primeira proposta por Edmond Scherer, que defendia uma história literária mais *técnica*; e segunda de uma forma que chamou de mais *atrativa*, optando pela última. Intensamente presente, o episódio da Inconfidência e a propaganda de Tiradentes, teriam contribuído sobremaneira para o surgimento e sucesso de obras como, por exemplo, as *Cartas Chilenas*, de Gonzaga.

Seguem-se alguns textos comparativamente muito curtos em relação às demais apresentações como, por exemplo, o de Benedito José dos Santos²⁶⁰, que fez com que a geografia não ficasse de fora, elegendo como tema central um de seus ramos, a geologia, em “A geologia do município de Ouro Preto”. Prometendo dar enfoque às minas de ouro, que para ele ainda podiam gerar riquezas para o estado se exploradas “por processos modernos mais racionais”²⁶¹. Para sustentar seu argumento, Santos elaborou um mapa geológico de Ouro Preto. No mapa destacou as riquezas minerais da cidade, que se encontravam no solo desde eras atrás, chegando a descrever os tipos minerais encontrados naquele momento em cada região de Ouro Preto.

Claudio de Lima²⁶² descreveu suas “Notas sobre alguns estabelecimentos de Ouro Preto”, nas quais destacou a intensa atividade cultural e artística de Ouro Preto na última metade do século XVIII e no XIX. Dentre os estabelecimentos destacados, palcos de tais atividades, encontram-se a *Escola de Farmácia*, o “mais antigo estabelecimento de ensino

²⁶⁰ Benedito José dos Santos foi um engenheiro mineiro. Nasceu em Ouro Preto (MG), a 25 de fevereiro de 1879, e faleceu em localidade desconhecida, a 25 de junho de 1943. Graduiu-se como engenheiro de minas e civil pela *Escola de Minas de Ouro Preto* em 1904; foi engenheiro ajudante do Serviço Geológico entre 1907 e 1909; engenheiro do estado e chefe da Seção Técnica da Diretoria de Viação em 1910. Lecionou na Escola de Engenharia da UFMG e foi sócio da Sociedade Mineira de Engenheiros. MARTINS FILHO, A.V. (Org.). *Novo dicionário biográfico de Minas Gerais: 300 anos de história*. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amilcar Martins, 2013, p. 437.

²⁶¹ SANTOS, B.J. A geologia do município de Ouro Preto. In: *Ouro Preto cidade em três séculos*. Op. cit. 2011, p. 108.

²⁶² Claudio Almor Bernhauss de Lima foi um médico e professor mineiro. Nasceu em Ouro Preto (MG), a 14 de janeiro de 1855, e faleceu em Belo Horizonte (MG), a 30 de julho de 1936. Era filho de João Elisiário Brandão de Lima, Capitão do Exército Brasileiro morto na Guerra do Paraguai, e de Emília Augusta Bernhauss de Lima. Doutou-se em Medicina pela *Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro* em 1880. De volta a Ouro Preto, iniciou sua carreira de médico, sendo nomeado Inspetor Geral de Instrução Pública, cargo que ocupou até 1889. Foi médico da *Santa Casa de Misericórdia de Ouro Preto*; professor da *Escola de Farmácia* daquela mesma cidade; professor da *Faculdade de Direito* da UFMG, além de lecionar inglês, geografia e história no *Ginásio Municipal* e na *Escola Normal de Ouro Preto*. Membro do Partido Conservador, foi Deputado pela Assembleia Provincial e ardoroso praticante e defensor da fé católica. MARTINS FILHO, A.V. (Org.). *Novo dicionário biográfico de Minas Gerais: 300 anos de história*. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amilcar Martins, 2013, p. 254.

superior do Estado”²⁶³, de 1839; a *Escola de Minas*, de 1876, responsável pela formação dos engenheiros; o *Ginásio de Ouro Preto*, de 1898, que mudou para Belo Horizonte após a transferência da capital; e, por fim, a *Escola Normal* de 1873, que teve o mesmo destino que a anterior e era destacada como uma das principais instituições formadoras de professores primários.

Em “Dados legislativos concernentes a Vila Rica”, por Augusto Veloso²⁶⁴, o autor reproduziu vários documentos concernentes aos documentos legais da cidade, como o “Termo de ereção de Villa Rica”; o “Termo de eleição que se fez para os eleitores que hão de eleger os oficiais da câmara desta nova vila”; o “Juramento de posse dos oficiais eleitos para a câmara”; a “Carta da Sesmaria, que S.M. a quem Deus guarde, concedeu ao Senado da Câmara desta Villa”; e o documento que elevou Vila Rica a cidade e mudou o nome para Imperial cidade de Ouro Preto, de 1823. Tendo vivido seus dias de glória, para Veloso Ouro Preto havia decaído, não representando “mais que o passado”, todavia, fazia votos para que a cidade ressurgisse.²⁶⁵ Este assunto será reforçado por outros intelectuais presentes no momento, que denunciaram o esvaziamento da cidade desde que a capital do estado foi transferida para Belo Horizonte. A comemoração foi tomada como expectativa para o ressurgimento da cidade ocupando novamente papel central na vida dos mineiros, papel que lhe era devido, uma vez que a cidade era tomada como o palco dos principais acontecimentos da história do estado.

Diogo de Vasconcellos contribuiu para o bicentenário de Ouro Preto com sua tese sobre “As obras de arte”. Diferente do historiador fiel aos métodos do fazer historiográfico, Vasconcellos adotou uma postura festiva ao afirmar que aquele momento “não se trata de um julgamento e, sim, do inventário puramente descritivo das obras de arte”²⁶⁶, sua intenção era puramente a “glorificação do passado”, não obstante, na prática, tenha manifestado críticas

²⁶³ LIMA, C. Notas sobre alguns estabelecimentos de Ouro Preto. In: *Ouro Preto cidade em três séculos*. Op. cit. 2011, p. 119.

²⁶⁴ Antonio Augusto Veloso foi um magistrado, político, advogado, jornalista e escritor mineiro. Nasceu na vila de Montes Claros das Formigas, Província de Minas Gerais (hoje cidade de Montes Claros), a 31 de outubro de 1856, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 14 de fevereiro de 1924. Filho do Coronel da Guarda Nacional Gregório José Veloso e de Joana Batista de Aguiar Godinho, bacharelou-se em Ciências Jurídicas em 1879, pela *Faculdade de Direito de São Paulo*. Trabalhou como Juiz de Direito em Ouro Preto entre 1901 e 1915, quando foi promovido para Belo Horizonte. Em agosto de 1919 ascendeu ao Tribunal da Relação, vindo a falecer em pleno exercício do cargo de Desembargador. *Dicionário Biográfico de Minas Gerais*. Op. cit. 1994, vol. 2, p. 707.

²⁶⁵ VELOSO, A. Dados legislativos concernentes a Vila Rica. In: *Ouro Preto cidade em três séculos*. Op. cit. 2011, p. 131-142.

²⁶⁶ VASCONCELLOS, D. As obras de arte. In: *Ouro Preto cidade em três séculos*. Op. cit. 2011, p. 144.

bastante contundentes, como veremos adiante. Foi importante enfatizar naquele dia que Ouro Preto era “o centro e o coração da História”, onde as artes encontravam seu berço. Estas, por sua vez, eram nada menos do que as “companheiras inseparáveis e fieis da poesia religiosa”²⁶⁷. Vasconcellos aproveitou o momento para tratar sobre o tema da religião, uma vez que o desenvolvimento das grandes obras de arte em Minas, especialmente com nomes como Aleijadinho e Ataíde, guardavam um débito com a Igreja. Para ele, a religião católica infundiu o valor democrático aos mineiros desde os primeiros tempos, pois “a todos igualava, brancos e pretos, na mesma comunhão, fé que punha senhores e escravos de joelhos perante o mesmo Deus”²⁶⁸. Fora da Igreja, a arquitetura mineira era o símbolo máximo do despotismo – “o despotismo foi, incontestavelmente, o regímen da arquitetura”. Um dos exemplos citados por Vasconcellos foi o Palácio do Governo, “obra feita exclusivamente por conta do Rei”²⁶⁹. Já a Câmara de Vila Rica havia exercido um papel importante na configuração da paisagem característica da cidade ao promover a construção dos chafarizes do largo de Marília, da rua dos Contos, da rua da Glória, e outros, ao todo quatorze, que demonstravam “o espírito da Câmara, em realizar somente o melhor”²⁷⁰.

Vasconcellos também tocou no tema mais recorrente da historiografia mineira do período – Tiradentes. Dentro de sua proposta temática, o historiador mineiro elogiou a iniciativa que levou a cabo o projeto da estátua construída em homenagem a Tiradentes, em 1894. Todavia, foi veemente em criticar a escolha do episódio que representava o herói momentos antes de ser enforcado. Para ele, monumentos como “as estátuas representam, em qualquer país, uma síntese histórica personificada em certo e determinado protagonista e este convém que seja esculpado num gesto culminante de sua intervenção decisiva no desenlace da situação”. Por isso afirmou: “eu preferiria um Tiradentes vestido com suas roupas ordinárias, no momento, por exemplo, em que, intemerato e nobre, bateu no peito declarando aos juízes truculentos: ‘Sou eu só o responsável, e seja eu só o condenado!’”²⁷¹ Uma crítica no mesmo sentido foi feita em relação ao quadro do Paço Municipal, apesar de se ter escolhido um episódio “mais feliz do que o da estátua” ao recordar a cena da madrugada de 21 de abril, “quando os 11 réus condenados à morte (...) reunidos estavam na sala, a fim de ouvir a missa

²⁶⁷ Idem.

²⁶⁸ Ibidem, p. 154.

²⁶⁹ Ibidem, p. 177.

²⁷⁰ Idem.

²⁷¹ Idem.

e fazer a última comunhão²⁷² e o desembargador entrou para ler a ordem que comutava a sentença em degredo para todos, menos para Tiradentes. De modo geral, todavia, os artistas que abordavam a Inconfidência Mineira, na visão de Vasconcellos, não sendo eles próprios filhos da terra, apesar de talentosos não souberam “conhecer, nem penetrar no íntimo, os acontecimentos, como só nós podemos avaliar, visto sermos órgãos da tradição e das lendas que nos foram transmitidas junto às fontes da história”²⁷³. Assim, além de uma reinterpretação histórica, o tema carecia de uma reinterpretação artística, feita por mineiros, únicos capazes de compreender no íntimo os fatores que moveram os conjurados.

Concluindo o tema, Vasconcellos tomou Ouro Preto como um todo simbólico, sendo a cidade em sua totalidade digna de recordação, uma vez que “daqui saíram, enfim, os primeiros mártires”²⁷⁴. Não havia, desse modo, “casa ou rua em que não vibrem recordações, as mais caras de um povo”²⁷⁵. Enfim, “se as nossas estátuas são guardas mudos, mas vigilantes, da liberdade, as nossas torres são os faróis luminosos que hão de entreter o culto do passado, na marcha animosa do porvir, afugentando o ceticismo e guiando as crenças de nossos destinos”²⁷⁶.

O Presidente do IHGMG na ocasião, Rodolpho Jacob, foi o responsável por outro tema caro aos historiadores mineiros do período: “A revolta de 1720”. Em um texto de poucas páginas, Jacob citou os principais trabalhos de referência sobre o tema – Couto de Magalhães, Xavier da Veiga e Diogo de Vasconcellos –, expôs o tema em suas linhas gerais, e passou a se dedicar a “uma rápida apreciação desse movimento memorável”²⁷⁷. Tal apreciação merece nosso destaque devido à crítica histórica apresentada pelo Presidente do *Instituto Mineiro*. Para este, falando em nome do grupo, as avaliações de caráter teleológico não eram apropriadas aos estudos históricos - “não somos, sem dúvida, daqueles que, nos seus inspiradores, apontam já precursores da nossa independência e mesmo do regímen atual – nenhum documento nem o espírito do tempo autorizam esse juízo temerário”²⁷⁸. Todavia, tal

²⁷² Idem.

²⁷³ Ibidem, 189.

²⁷⁴ Ibidem, p. 191.

²⁷⁵ Idem.

²⁷⁶ Idem.

²⁷⁷ JACOB, R. A revolta de 1720. In: *Ouro Preto cidade em três séculos*. Op. cit. 2011, p. 192.

²⁷⁸ Idem.

consideração não impedia o historiador de dedicar toda a sua admiração “a esse belo gesto de reivindicação, que encontra justificativa na própria moral pública contemporânea”²⁷⁹.

O tema “A religião em Ouro Preto” foi explorado por Furtado de Menezes²⁸⁰, líder católico. Para tratar do assunto Menezes apoiou-se nos textos da *História Antiga* de Diogo de Vasconcellos, do *Compêndio das Épocas e Capitânicas de Minas Gerais*, e, do *Livro Primeiro de Batizados da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias*. Procedeu ao cruzamento das informações contidas nas fontes, tecendo críticas fundamentadas na lógica, ao analisar a participação dos sacerdotes da Igreja nos jornais e nos principais acontecimentos da história mineira, com destaque para a Sedição de 1720 e a Inconfidência Mineira. Contudo, Menezes afirmou que não só “pelo clero devemos estudar a influência do sentimento religioso nos fastos da história ouro-pretana [...] não menos viva era a fé, não menos firme a crença da maioria da população leiga de nossa cidade”²⁸¹. Menezes transcreveu inúmeros documentos comprobatórios da presença da fé cristã entre os inconfidentes, além de citar Xavier da Veiga, recordando que Tiradentes havia sido “também um crente, sincero e fervoroso”²⁸². Listou as irmandades que foram criadas ao longo do tempo em Ouro Preto e a iniciativa das mesmas quanto à criação de capelas e hospitais, no serviço social e na promoção das festas tradicionais. A respeito destas, o autor disse que pouco poderia falar, pois, mesmo considerando o uso de fontes orais, não havia disposto “de tempo suficiente para procurar ouvir as pessoas de mais avançada idade que sempre aqui residiram”²⁸³, ao que se acrescia a ausência de material escrito sobre as festas, que “uma a uma, vão todas caindo em abandono e ouvido”²⁸⁴.

A monografia que encerrou a série de apresentações não recebeu assinatura e abordou como tema a “Penitenciária de Ouro Preto”. De acordo com o texto, a Penitenciária, cuja obra foi finalizada em 1846, ocupava o prédio localizado na atual Praça Tiradentes. Tomada como

²⁷⁹ Idem.

²⁸⁰ Joaquim Furtado de Menezes foi um político, engenheiro, farmacêutico, professor e jornalista carioca. Nasceu na cidade do Rio de Janeiro, a 19 de outubro de 1875, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 20 de maio de 1940. Filho de Joaquim Gabriel Nunes Furtado e de Joaquina Gertrudes de Menezes Furtado. Fez o curso secundário no *Ginásio de Barbacena*, MG, e formou-se como engenheiro de minas, metalurgista e civil pela *Escola de Minas de Ouro Preto*, em 1900, e pela *Escola de Farmácia de Ouro Preto*, em 1901. Em Ouro Preto, lecionou na *Escola Normal* (1913) e na *Escola de Minas*. Em Belo Horizonte colaborou assiduamente nos jornais de orientação católica *O Horizonte* e *O Diário*, atuando também como Presidente do Conselho Central Metropolitano da Sociedade São Vicente de Paulo, no desenvolvimento de associações beneficentes e corporações de orientação católica. *Dicionário Biográfico de Minas Gerais*. Op. cit. 1994, vol. 2, p. 423.

²⁸¹ MENEZES, F. A religião em Ouro Preto. In: *Ouro Preto cidade em três séculos*. Op. cit. 2011, p. 209.

²⁸² Idem.

²⁸³ Ibidem, p. 267.

²⁸⁴ Idem.

“a mais vasta e segura de Minas, para ela eram remetidos os presos de importância de todas as partes do Estado”²⁸⁵. Para o autor desconhecido, falar sobre o combate à criminalidade implicava uma reflexão a respeito do desenvolvimento moral da sociedade mineira. Em sua perspectiva, a República contava com melhores recursos do que a administração anterior, mas estava aplicando os mesmos somente ao desenvolvimento material, deixando, portanto, de lado os assuntos concernentes à moralidade. Assim, a falta “do ensino e do serviço religioso na atual organização é tão notável que, não sendo reparada, inutilizará todos esses nobres esforços”²⁸⁶. Evocando o passado em defesa do futuro, para o autor “sem a religião, não se obterá nenhum real progresso moral, nem virtudes sociais, nem regeneração de costumes, tal é a lição da História”²⁸⁷.

De modo geral, notamos que os autores lançaram mão de referências variadas em suas pesquisas. Dentre as fontes utilizadas encontramos documentos de origens diversas, jornais correntes, revistas como as do *Arquivo Público Mineiro* e do *Instituto Histórico Brasileiro*, obras de arte, chegando até mesmo à consideração do uso de fontes orais. A bibliografia passou de textos dos especialistas em cada área, até outra mais generalizada, na qual é frequente encontrar os trabalhos de Xavier da Veiga, com suas *Efemérides Mineiras*, e de Diogo de Vasconcellos, com a *História Antiga de Minas Gerais*. Independente do assunto abordado, os autores frequentemente retomaram os temas da “origem” do território, da Sedição de 1720 e da Inconfidência Mineira, contribuindo para a definição do que deveria ser o objeto prioritário da história de Minas Gerais. Além das monografias, o evento contou ainda com apresentação artística, banquete e discursos oficiais. Nestes, especialmente, foi feita a defesa do ressurgimento da cidade, que possuiria um passado de glórias, mas encontrava-se em abandono após a mudança da capital para Belo Horizonte. Ouro Preto, “centro e coração da história” de Minas, não representava naquele momento “mais que passado” e precisava recuperar seu brilho, outrora perdido. Retomaremos o tema adiante.

Ao fazer o brinde do aniversário, Diogo de Vasconcellos lembrou que Ouro Preto, “que para todos os progressos havia iniciado o povo mineiro, foi sacrificada e lhe tiraram da frente o diadema de capital”²⁸⁸. O historiador enfatizou o papel de berço civilizatório exercido pela cidade e suas congêneres: “Deus não há de permitir, mas se [...] as nações modernas

²⁸⁵ PENITENCIÁRIA DE OURO PRETO. In: *Ouro Preto cidade em três séculos*. Op. cit. 2011, p. 271.

²⁸⁶ *Ibidem*, p. 272.

²⁸⁷ *Idem*.

²⁸⁸ VASCONCELLOS, D. Discurso pronunciado pelo Dr. Diogo de Vasconcelos. Ata da Sessão Solene. 8 de julho de 1911. In: *Ouro Preto cidade em três séculos*. Op. cit. 2011, p. 304.

retrocedessem, como a Europa já retrocedeu, à ignorância e à barbária, Minas [...] achará nas suas cidades antigas, os monumentos e ruínas para reaver também os modelos e os pergaminhos pelos quais lhe renasçam as artes e os esplendores da civilização”²⁸⁹. Vasconcellos acreditava, ao mesmo tempo, que “enquanto estiver nesta praça o homem de bronze, carregado de grilhões, mas cujas ideias se fundem em nossas almas e ardem em nosso sangue, o despotismo não alçará o colo nem abrirá as fauces”²⁹⁰.

O brinde foi seguido do sermão do padre Teófilo Salgado, para quem “celebrando-se o Bicentenário da cidade, vem, ao lado da Bandeira da Pátria, que é o emblema da nossa independência, honra e glória, a Bandeira da Cruz, que é o símbolo da religião, farol da civilização, facho fulgentíssimo do progresso”²⁹¹. Para o padre, a civilização baseava-se em três aspectos: o físico, o moral e o político, e a Igreja, condenando a ociosidade, difundindo a doutrina do amor ao próximo e a Deus, e fundamentando-se no direito e na justiça universais, beneficiava o desenvolvimento de todos aqueles aspectos, tornando-se, por isso, inseparável o progresso moral do cristianismo.

Após o sermão, seguiram os discursos de Berenice Martins e Affonso Celso. Ambos lamentaram a mudança da capital do estado e recordaram o episódio da Inconfidência, fazendo votos de que a cidade recuperasse sua posição de destaque. Berenice Martins, todavia, foi mais enfática em sua defesa pelo lugar que Ouro Preto poderia ocupar, mesmo em regime republicano. Para a oradora, a cidade possuía uma longa tradição de luta contra a monarquia, só vindo a nutrir certa simpatia pela figura de D. Pedro de Alcântara. Ainda assim, Ouro Preto teria reconhecido que “a monarquia era roupa pesada, por demais severa, por demais sombria para um povo moço, nascido em eras de progresso. Missionária infatigável do bem pátrio, pregas, então, a República, como pregaste a Independência”²⁹². Além de defensora da República, Martins exaltou a cidade como guardiã dos valores mais caros aos mineiros e palco de acontecimentos notáveis da história de Minas, reiterando os esforços correntes no período de se estabelecer um novo panteão para o estado com alusão às figuras de Felipe dos Santos e Tiradentes, como pode ser observado nesta passagem:

²⁸⁹ Ibidem, p. 305.

²⁹⁰ Idem.

²⁹¹ SALGADO, T. Sermão. In: *Ouro Preto cidade em três séculos*. Op. cit. 2011, p. 307.

²⁹² MARTINS, B. Discurso pronunciado por Berenice Martins. Ata da Sessão Solene. 8 de julho de 1911. In: *Ouro Preto cidade em três séculos*. Op. cit. 2011, p. 315-316.

Vila Rica de Albuquerque, Ouro Preto ancestral, pátria de Felipe dos Santos, terra da Inconfidência, pouso da liberdade, berço das ideias republicanas, fonte viva de civismo, síntese das gloriosas tradições mineiras, templo da fé puríssima, arca do patriotismo extremado, lábaro da coragem do nosso grande povo!²⁹³

As monografias apresentadas e os discursos de abertura e encerramento do evento, bem como sua programação, foram publicados pela *Imprensa Oficial de Minas Gerais*, com uma obra que ganhou o título de *Bicentenário de Ouro Preto: 1711-1911 – Memória histórica*. Ainda que prefiramos enfatizar os pontos comuns que para nós unificam os discursos, como o constante destaque de certos episódios da história mineira, o caráter normativo da história e a função patriótica do evento, é interessante notar que “o estilo de cada ensaio torna o livro prismático, abrindo diversas janelas por onde o leitor pode apreciar panorama variado. São formas, são matizes, são enfoques distintos, ora em tom de elevada emoção, ora de maior rigor documental”²⁹⁴. Ou seja, os oradores do evento podiam ter motivações e finalidades comuns, mas é inegável que a abordagem dispensada a cada tema levou uma assinatura própria.

O bicentenário de Mariana, celebrado no dia 16 julho de 1911, por sua vez, foi comemorado de forma mais modesta com o discurso proferido por Diogo de Vasconcellos, natural daquela cidade. O município foi descrito por Vasconcellos como “o berço do povo mineiro”²⁹⁵ e seria possuidor de uma história de defesa da ordem pública. O historiador marianense destacou como exemplo para esta afirmativa os conflitos ocorridos no início do século XVIII entre “paulistas e forasteiros”, em que os ricos e virtuosos habitantes da vila de Nossa Senhora do Carmo (antigo nome de Mariana) teriam se mantido de forma independente ao lado das autoridades. Mariana, que foi o centro do governo do general Antonio de Albuquerque, teria sido erguida por este como primeira vila de Minas, transformando-se em cidade anos mais tarde, em 28 de abril de 1745. Vasconcellos encerrou sua apresentação com uma referência ao poema *Carmen seculare*, no qual seu autor, Horácio, fazia votos pela glória de Roma, votos estes que o historiador transferia para Mariana.

Por fim, o bicentenário do Serro foi celebrado no Paço Municipal da cidade, no dia 29 de janeiro de 1914. Nelson Coelho de Senna, natural do Serro, foi chamado para proferir um discurso em homenagem à ocasião. Senna recordou os nomes daqueles que foram os

²⁹³ Ibidem, p. 313.

²⁹⁴ DRUMMOND, M.F.S.I. Cidade em três séculos. In: Op. cit. 2011, p. 11.

²⁹⁵ VASCONCELLOS, D. Bi-centenario de Marianna (Villa de Nossa Senhora do Carmo). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano/vol. 17. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1912, p. 23.

primeiros a fundar e dirigir a cidade no início do século XVIII e lembrou que já naquele tempo

os povos da zona do Serro Frio, senhores, não dobraram a cerviz perante o alto magistrado colonial e, tão sómente, juraram ‘trabalhar pelo bem da Republica’ e conservar nela a paz e a ordem, porque já previam de certo nossos avoengos que o verdadeiro regime communal, numa Republica bem governada, não se pratica, nem se conserva sinão pelo culto sincero e permanente da Liberdade.²⁹⁶

Percorrendo o período imperial, o historiador procurou demonstrar como naquela região “sempre se pregou [...] a doutrina mais elevada em prol dos direitos do homem, em favor das justas idéas avançadas da Democracia”²⁹⁷. Desse modo,

desde as columnas minúsculas do *Liberal do Serro* [...] até às paginas da *Sentinella do Serro* [...] uma só idéa predominou, um unico programma se seguiu em nossa terra natal: educar o povo para o goso legítimo de uma liberdade bem conquistada; defender a Patria contra todas as usurpações do poder; e tornal-a forte para resistir a qualquer fórma de despotismo.²⁹⁸

Com o mesmo tom patriótico e devotado à República, Senna encerrou seu discurso lembrando o papel de homens e mulheres ilustres que contribuíram para a construção daquela cidade, imputando ênfase ao gênero feminino, pois, “por honra nossa e vossa, minhas senhoras, nem a mulher serrana foi esquivada às manifestações de puro patriotismo”²⁹⁹.

Os discursos tornam evidentes, de modo geral, os investimentos empregados pelos historiadores do IHGMG na construção de uma imagem positiva do regime republicano, para o qual os homens – e mulheres - daquelas cidades teriam contribuído ao longo de sua história. É possível notar ainda como a formação de uma identidade republicana comum aos mineiros passou pela reelaboração de seu panteão, revalorizando eventos e figuras, em especial, os bandeirantes paulistas, “descobridores” das terras mineiras, Felipe dos Santos e Tiradentes. Entretanto, é preciso observar que tal construção também apelava para a introdução do “povo mineiro” enquanto partícipe ativo na defesa dos valores republicanos. Essa perspectiva norteou do mesmo modo os trabalhos dos sócios do IHGMG nos eventos fora do estado, com destaque para os congressos de história promovidos pelo IHGB nas primeiras décadas do século XX.

²⁹⁶ SENNA, N. Bicentenario do Serro. Discurso proferido pelo deputado Dr. Nelson de Senna, no Paço Municipal da Cidade, como orador oficial da solemne comemoração da passagem do bicentenario do Serro a 29 de janeiro de 1914. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano/vol. 18. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1913. p. 601.

²⁹⁷ Idem.

²⁹⁸ Idem.

²⁹⁹ Ibidem, p. 602.

3.2 Os sócios do IHGMG nos *Congressos de História*

O IHGB exerceu um papel aglutinador ao inaugurar os congressos de história nas primeiras décadas do século XX, o que contribuiu, como vimos anteriormente, para o ressurgimento da instituição enquanto centro intelectual após a crise enfrentada nos primeiros anos republicanos. O *Primeiro Congresso de História Nacional* foi realizado pelo *Instituto Histórico Brasileiro* entre os dias 7 e 16 de setembro de 1914 em sua própria sede no Rio de Janeiro. Inaugurado pelo Presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca, no dia em que se celebrava a Independência do Brasil, o encontro reuniu cerca de 200 participantes.

O evento propunha nove seções³⁰⁰, dentro das quais os trabalhos se dividiriam em duas modalidades: *teses oficiais*, ou seja, pesquisas sobre tema direcionado, desenvolvido especificamente por convidados do IHGB; e *teses avulsas*, em que os autores inscreveriam seus trabalhos por iniciativa própria. Neste caso, era possível optar por qualquer tema que compreendesse os episódios da história brasileira, desde o descobrimento até a lei dos nascituros. Importante frisar que o período estabelecido entre 1500 e 1871 mantinha a distância temporal que se julgava necessária para que os historiadores pudessem analisar os fatos com a devida isenção, sem revolver episódios recentes da história política do país, mas incluía boa parte do Segundo Reinado, assunto que vinha sendo negligenciado após a Proclamação da República³⁰¹.

Em julho de 1913, Nelson de Senna, sócio do IHGMG, foi comunicado pelo Secretário Geral do IHGB, Max Fleiuss, que havia sido nomeado *delegado especial* da Comissão Executiva do *Primeiro Congresso Nacional de História*. O informe incluía o Regulamento do Congresso, aprovado em 28 de julho daquele ano, no qual se fixavam os objetivos patrióticos do certame, nomeavam-se como membros *ex-officio* os institutos históricos do país e estipulavam-se taxas e as regras para elaboração e inscrição das memórias. O Regulamento comunicava ainda que após o encerramento do *Congresso* seria

³⁰⁰ São elas, com seus respectivos relatores: História Geral do Brasil, Manuel Cícero Peregrino; História das Explorações Geográficas, Gastão Ruch; História das Explorações Arqueológicas e Etnográficas, Edgard Roquette Pinto; História Constitucional e Administrativa, Alfredo Valadão; História Parlamentar, Augusto Tavares de Lyra; História Econômica, João Pandiá Calógeras; História Militar, Almirante Antônio Coutinho Gomes Pereira; História Diplomática, Luís Gastão d'Escragnole Dória; História Literária e das Artes, José Vieira Fazenda.

³⁰¹ GUIMARÃES, L.P. Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX. *Revista Tempo*. Rio de Janeiro, n. 18, jan/jun 2005, p. 152.

feita “uma excursão a Ouro Preto, a mais typica e suggestiva das cidades coloniaes do Brasil”³⁰².

Como estava programado, os textos produzidos para a ocasião foram publicados nos *Anais do Primeiro Congresso de História Nacional*, uma coleção de cinco volumes, contando com um total de 4.925 páginas, nas quais encontramos o trabalho de Nelson de Senna e de outros dois membros do *Instituto Histórico Mineiro*: Lucio dos Santos e Diogo de Vasconcellos.

O tema encomendado a Lucio dos Santos foi “O domínio espanhol”³⁰³, sobre o qual o autor declarou que não teria nada de novo a acrescentar à discussão. Não que esta fosse uma tarefa impossível, dizia ele, mas exigiria um esforço que estava muito além do tempo e recursos à sua disposição naquele momento. Ainda assim afirmou:

apesar de serem conhecidas as fontes relativas a um assumpto, poderá não ser de todo inutil um novo estudo sobre o mesmo.

Com effeito, o estudo das mesmas fontes, a consulta dos mesmos documentos nos podem conduzir a conclusões diferentes daquellas a que chegaram os autores que, antes de nós, escreveram sobre os mesmos factos.³⁰⁴

O historiador fez referência à sua própria pesquisa sobre a Inconfidência Mineira para exemplificar sua afirmação e, ao mesmo tempo em que redirecionava a discussão para o seu tema de preferência, Lucio dos Santos nos adiantou dois pontos importantes sobre sua perspectiva histórica - em primeiro lugar, a centralidade dos documentos para o estudo sobre o passado, e, em segundo, a pretensão de se escrever uma história isenta, o que ele acreditava que poderia ser realizado com mais liberdade no novo regime, qual seja, o republicano. Estes pontos ficaram mais evidentes quando o historiador analisou os trabalhos relativos ao tema da Inconfidência, os quais ele afirmou ter consultado de maneira integral destacando dentre eles,

a *Memória historica* de Joaquim Norberto. Essa obra, aliás de incontestavel valor, tem a vantagem de reproduzir em notas, cuja extensão não é inferior ao texto, quasi todos os documentos relativos á *Inconfidência*. É esse exactamente o maior merecimento do livro.

Fiquei, então, surprehendido, porque da leitura das notas, deduzia quasi sempre conclusões contrarias ás do texto. É que escrevi o meu trabalho, de ânimo completamente desprevenido, sem a preocupação de fazer a apologia integral de

³⁰² ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. APCBH/NCS.2(624) Ofício do Secretario Geral do IHGB... 1913.07.02/ APCBH/NCS.2(629) Ofício do 1º Congresso de História Nacional promovido pelo IHGB. 1913.07.28.

³⁰³ Terceira tese oficial, que foi a quarta apresentação do programa da primeira seção, *História Geral do Brasil*.

³⁰⁴ SANTOS, L. O dominio hespanhol. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo especial consagrado ao Primeiro Congresso de História Nacional (7-16 de setembro de 1914) – Parte I – Atas e Teses apresentadas á 1ª Seção (História Geral do Brasil). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915, p. 253.

Tiradentes ou de qualquer outro conjurado, sem preconceitos jacobinos, de que meu espírito é totalmente insento, e sem o intuito de desmerecer aquelle movimento republicano, para agradecer uma monarchia que não existe actualmente. O mesmo, talvez, não tenha ocorrido ao illustre auctor da *Memoria*.³⁰⁵

Prática recorrente naquele período, o historiador registrou na introdução do texto sua concepção de história. Para Lucio dos Santos era inaceitável que se submetesse a interpretação dos eventos a uma teoria elaborada de antemão a respeito da história, sendo que

Nada mais immoral, mais revoltante e mais cynico [... do que] fazer da Historia a escrava de um systema; torcer os acontecimentos para sobre elles apoiar uma doutrina preconcebida; sujeitar os factos ao leito do Procusto, de modo que elles se adaptem, queiram ou não, a um molde preestabelecido, constitue um methodo desleal e perigoso, pelo qual tudo se póde justificar ou condemnar. E quantos escriptores não se servem desse methodo! Quantos systematizadores apressados de idéas e factos concebem theorias, vastas, vigorosas e attrahentes ás vezes, e querem depois que os acontecimentos se submettam ao seu capricho! Espiritos doentios, projectam na perspectiva exterior a sua personalidade, o seu modo de ver e comprehender, de envolta com suas paixões, deformando completamente a realidade das cousas!³⁰⁶

Apesar de se posicionar contra as grandes correntes de pensamento sobre a história, o que em muito nos lembra a crítica elaborada pelos historiadores da *Escola Metódica*, Lucio dos Santos não estava totalmente de acordo com os franceses. Cita uma passagem do *Introdução aos Estudos Históricos* de Langlois e Seignobos, na qual os autores defenderam que não se devia exigir da história as *lições de moral* e os *exemplos cavalheirescos*, para afirmar em seguida que

o que ahi fica dito, é fundamentalmente erroneo, além de constituir uma affirmação que ninguem tem menos direito de fazer que os dous auctores que a subscrevem, sectarios como são, habituados a collocar sempre a Historia ao serviço dos seus systemas, dos seus preconceitos, senão dos seus rancores.³⁰⁷

Para o historiador mineiro, o conhecimento sobre o passado era indistinto de sua função normativa, pois

Si a Historia não póde servir para nos dar lições de moral, para nos fornecer exemplos que illuminem o nosso caminho, illustrem o nosso espirito, fortaleçam o nosso coração e nos tornem melhores, então o seu estudo é um exercicio de paciencia, absolutamente inutil, esteril mesmo, talvez nocivo. [...] A Historia verdadeira encerra muitos ensinamentos. Não é necessario exaggerar os factos, dramatizar os acontecimentos, introduzir em tudo a tragedia, forjar a legenda, para ter lições de moral, exemplos de abnegação, provas de desinteresse e sacrificio, conclusões, emfim que nos possam ser uteis na vida.³⁰⁸

³⁰⁵ Idem.

³⁰⁶ Ibidem, p. 255.

³⁰⁷ Ibidem, p. 256.

³⁰⁸ Ibidem, p. 258.

As teorias sobre o conhecimento histórico não foram abandonadas por Lucio dos Santos, propondo-se uma história que conciliasse teoria e empirismo. Assim, “nem só a *theoria pura*, a *these* preconcebida a que todos os factos se devam amoldar; nem apenas a exposição material desses factos, sem lhes averiguar as causas, estabelecer as relações e deduzir as consequências”, acrescentando que “mesmo útil, seria impossível a narração pura e simples dos factos”³⁰⁹. Para ele, a própria exposição dos fatos já pressupunham as escolhas e visão de mundo do historiador, pois “ao aceitar ou negar a existência de um facto ou de alguns dos elementos que caracterizam o facto e lhe dão a significação, o historiador revela a doutrina que adopta”³¹⁰.

Era possível, sob aquela perspectiva, considerar a história como uma ciência, desde que estabelecidos certos critérios. Persistindo na oposição a Langlois e Seignobos, Santos recorreu aos trabalhos de cunho “cientificista” de Fustel de Coulanges como referência no intuito de elaborar uma orientação geral aos historiadores a respeito das fontes: era preciso ler os documentos com atenção e sem ideias preconcebidas, em seu sentido literal e próprio, e não alegórico, e, por fim, pressupor que exprimiam a verdade, mesmo quando parecessem inverossímeis, até que se provasse o contrário. Obedecendo estas regras era possível que o historiador alcançasse a verdade sobre o passado. Para Lucio dos Santos, uma vez “conhecidos os factos com a maxima segurança, é possível estudal-os quanto ao seu valor e significação, pesquisar as suas causas, e deduzir as suas relações de concomitancia e successão, isto é, reconhecer as leis que os regem”. Conciliando teoria e empiria seria possível “constituir um conjuncto de pressuposições perfeitamente systematizadas, objectivamente evidentes e subjectivamente certas, isto é, uma sciencia”. Sobre a crítica a ao estatuto científico do conhecimento histórico, Santos afirmou:

A existencia ainda de muitas incertezas e fluctuações relativamente a muitos factos em Historia, não lhe póde prejudicar o character scientifico, porquanto o mesmo acontece a todas as outras sciencias. A sciencia completa, integral, perfeita, o homem jámais a possuirá na terra.

Não têm, pois, razão Hume, Saint-Simon, Condorcet, Buchez e outros, exigindo que a Historia para ser uma sciencia, deva ter elementos de previsão dos factos.³¹¹

Por fim, Lucio dos Santos concebeu que afirmar que a história era uma ciência não significava negar a ação da Providência Divina. Esta era demonstrada pela história por meio da permanência da justiça através do tempo. Entretanto, o historiador considerava que

³⁰⁹ Idem.

³¹⁰ Idem.

³¹¹ Ibidem, 260-261.

“effectivamente, encontramos, na Historia, factos que repugnam ás nossas idéas de justiça” e para resolver este dilema era necessário fazer duas ponderações: primeiro, apreciar os fatos em seu contexto, de acordo com as regras em que foram produzidos, e, segundo, perceber que as injustiças surgiam de forma isolada, em períodos reduzidos e limites restritos, pois a justiça, expressão da vontade soberana de Deus, prevalecia. Enfim, “a sciencia historica não exclue a justiça; e as leis, regendo os factos, não são incompativeis com a Providencia Divina”.³¹²

Com seus parâmetros de investigação estabelecidos, Lucio dos Santos deu início à sua análise sobre o domínio espanhol. O historiador organizou sua exposição em torno de alguns tópicos, restringindo-se àqueles que não tinham sido tratados em teses especiais por outros participantes do *Congresso*. Os tópicos que dividiram seu texto eram: O Brasil sob o domínio da Espanha; O Brasil em 1580; Portugal em 1580; Conquista do Norte; Os francezes no Maranhão; Colonização do extremo Norte; Os inglezes no Brasil; Os hollandezes no Brasil; Philippe II; A Hespanha em 1640; Restauração de Portugal; e, por fim, Resultado geral do dominio hespanhol. Passando por aqueles temas, o historiador defendeu a coroa portuguesa, enfatizando que os causadores dos problemas dos colonos eram os seus representantes enviados para a América. Elogiou a ação dos jesuítas na catequese dos índios, estabelecendo uma dicotomia entre *índios bárbaros* versus *crístãos civilizados*. Em síntese, Lucio dos Santos acreditava que “a pacificação dos Aymorés alcançada pelos Jusuítas constitue uma prova de que eram possíveis a catechese, a conversão e a incorporação de todos os selvagens brasileiros ao gremio da civilização”³¹³, o que não tinha se realizado pela falta de tempo, recursos e liberdade de ação, tudo isso graças à “perversidade, a ambição e a ganancia dos colonos”³¹⁴.

Ao fim de um longo texto, marcado pelo sólido embasamento bibliográfico e repleto de notas de rodapé, o historiador concluiu que

Livres igualmente dos ardores patrioticos dos historiadores portuguezes, e dos odios sectarios dos protestantes, podemos julgar mais serenamente esse passado remoto, considerando o dominio hespanhol no Brasil como uma phase interessante de nossa vida colonial, que não reprimiu nem conteve, antes reforçou e acelerou a nossa marcha para a liberdade que, a 7 de Setembro de 1822, devia coroar tres seculos de luctas, de trabalho e de sacrificios.³¹⁵

³¹² Ibidem, 261-262.

³¹³ Ibidem, p. 285.

³¹⁴ Idem.

³¹⁵ Ibidem, p. 336.

Em seu turno, Nelson de Senna desenvolveu o tema “A contribuição ethnographica dos padres da Companhia de Jesus e dos chronistas leigos dos primeiros séculos”³¹⁶. Senna estendeu-se da criação da Ordem dos Jesuítas até sua extinção, com o foco na atuação da Companhia no Brasil e suas contribuições para a catequese dos nativos e para os estudos sobre as línguas e costumes indígenas, permitindo-se, inclusive, enumerar as principais “tribus indigenas chamadas á civilização, no 1º seculo da nossa historia” e os “padres mais notaveis desse periodo”³¹⁷. Salvo os diversos autores citados no corpo da obra, Senna fez referência ao seu próprio trabalho anterior, “Os Jesuitas no Brasil colonial”, texto inserto na obra *Paginas da Historia religiosa do Brasil (seculos XVI a XX)*³¹⁸, no qual o historiador declarou já ter feito a “resenha de tão notaveis esforços dos discipulos de Loyola, quanto á catechese do gentio e á civilização do paiz, em geral, nesses acuados tempos da nossa historia”³¹⁹.

Marca de seus trabalhos, Senna demonstrou preocupação em explicitar seu diálogo com a bibliografia consultada. Além das citações ao longo do texto, o autor dedicou todo o terceiro capítulo à apresentação e discussão de “fontes bio-bibliographicas sobre as contribuições ethnographicas dos jesuitas, em relação ao Brasil colonial”³²⁰, fazendo um levantamento crítico das obras que tratavam da vida e dos costumes dos índios brasileiros. Antes de encerrar sua apresentação, Senna fez uma “rapida synthese bibliographica” sobre a contribuição de missionários de outras congregações religiosas para o tema da etnografia, abrangendo os períodos do “Brasil colonial” e do “Brasil moderno”³²¹. Em seguida, encerrou o assunto com a análise da extinção da Companhia de Jesus, no século XVIII e os consequentes prejuízos causados à catequese dos índios e aos estudos etnográficos. Retomaremos o tema adiante, analisando a obra *Os índios no Brasil* (1908), na qual Senna demonstrou de maneira mais detida sua perspectiva a respeito da presença das populações indígenas no país.

³¹⁶ Segunda tese oficial, terceira do programa da terceira seção, *História das expedições archeologicas e ethnographicas*.

³¹⁷ SENNA, N. A contribuição ethnographica dos padres da Companhia de Jesus e dos chronistas leigos dos primeiros séculos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo especial consagrado ao Primeiro Congresso de História Nacional (7-16 de setembro de 1914) – Parte II – Teses apresentadas á 2ª (História da explorações geographicas) e á 3ª Seção (História das expedições archeologicas e ethnographicas). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915, p. 514.

³¹⁸ SENNA, N. *Notas e Chronicas: Paginas da historia religiosa do Brasil (seculos XVI a XX)*. São Paulo: A. Campos Editor (Centro de Propaganda Catholica), 1907).

³¹⁹ SENNA, N. Op. cit. 1915, p. 518.

³²⁰ Ibidem, p. 527.

³²¹ Ibidem, p. 536.

Por fim, Diogo de Vasconcellos apresentou seu trabalho, de cuja especificação contida no título serve como resumo de sua proposta: “Linhas geraes da administração colonial. Como se exercia. O vice-rei, os capitães-generaes, os governadores, os capitães-móres de capitâneas e os capitães-móres de ilhas e cidades”³²². Sempre preocupado em “livrar a história do Brasil de erros cometidos por alguns de seus cultores”³²³, logo no início do texto Vasconcellos recorreu a *Historia do Brasil*, de Rocha Pombo, para afirmar que o nome da capitania de São Vicente já constava em mapas de 1503, “não sendo, pois, o Capitão-Mór desta expedição de 1532 quem descobriu e nomeou a terra”³²⁴, ou seja, Martim Afonso de Sousa, como era atribuído em certos trabalhos.

Ao relacionar história religiosa e história administrativa, o historiador mineiro atribuiu à Igreja relevância quanto ao desenvolvimento da colônia:

como os bispos eram então nobres [...] não podiam residir, nem o Papa consentira, em villas [...]. Consequentemente, quando se crearam os bispados no Brasil, o rei em qualidade de grão-mestre da Ordem de Christo, emancipava a terra [...] elevava á categoria de cidade a villa destinada á séde episcopal.³²⁵

É preciso notar que a monografia preparada para a ocasião resultou em um texto relativamente curto, no qual Vasconcellos passou de forma geral pela proposta, não se interrompendo com notas explicativas ou longas discussões bibliográficas ao longo de curtas 17 páginas dos *Anais* – um padrão diferente daquele seguido por seus dois consórcios do IHGMG. Todavia, o historiador não deixou de fazer referência à sua principal pesquisa, lembrando as contribuições do governo de Minas Gerais ao Brasil daquele período e destacando o estado como “o mais distinto dos tempos da colônia”³²⁶.

Na sessão solene de encerramento do *Congresso de História Nacional* observamos por meio do relatório de Max Fleiuss, Secretário do IHGB, o elemento que foi a tônica do evento: a função patriótica da escrita da história e o envolvimento dos estados da federação naquela tarefa. Para o Secretário, era uma tarefa fácil redigir o relatório de encerramento do encontro, pois em uma palavra poderia resumi-lo: “Trabalhámos!”, e prosseguiu: “Sim, trabalhámos

³²² Sexta tese oficial do programa da quarta seção, *História Constitucional e Administrativa*.

³²³ VASCONCELLOS, D. Linhas geraes da administração colonial. Como se exercia. O vice-rei, os capitães-generaes, os governadores, os capitães-móres de capitâneas e os capitães-móres de ilhas e cidades. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo especial consagrado ao Primeiro Congresso de História Nacional (7-16 de setembro de 1914). Parte III. Teses apresentadas á 4ª Seção (História Constitucional e Administrativa). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916, p. 284.

³²⁴ Idem.

³²⁵ Ibidem, p. 287.

³²⁶ Ibidem, p. 294.

todos pelo engrandecimento de nossa Patria, porque outra cousa não quer dizer a pesquisa honesta e acurada da nossa historia!”³²⁷. Em seguida, Fleiuss recordou uma fala atribuída a José Bonifácio afirmando que o *Primeiro Congresso de Historia Nacional*, “animado pelos mais alevantados sentimentos de amor á Patria, faz votos porque cada vez mais se estreitem os laços de união indissolúvel que prendem, uns aos outros, os Estados brasileiros, de modo a estarem sempre asseguradas a unidade, a independencia, e a integridade do Brasil”³²⁸. Naquele mesmo momento apresentava, junto a Afonso Arinos, a proposta para que “no centenario da nossa Independencia politica – a 7 de Setembro de 1922 – se reuna nesta cidade um Congresso de Historia Continental Americana”³²⁹.

Aquela proposta se concretizou no *I Congresso Internacional de História da América*, que por sua vez foi realizado no Rio de Janeiro entre os dias 7 e 15 de setembro de 1922, como parte das celebrações do centenário da Independência do Brasil. O evento contou da mesma forma com a figura de Max Fleiuss à sua frente, para quem a iniciativa pioneira possuía uma motivação diplomática, uma vez que ultrapassava o espaço acadêmico e podia ser avaliada por suas contribuições ao estreitamento das relações entre as nações americanas. Lúcia Paschoal Guimarães afirma que há neste momento uma mudança no paradigma interpretativo da história brasileira, pois o evento

aponta para a superação de alguns aspectos da Memória Nacional, forjada no âmbito do próprio Instituto nos anos oitocentos, que privilegia a herança europeia nos fundamentos definidores da identidade do Império, em contraposição à *barbárie* das repúblicas vizinhas do Novo Mundo. [...] Os organizadores do *Congresso de História da América*, além de promoverem a *aproximação intelectual de todos os países do continente*, pretendiam identificar nos domínios de Clio uma espécie de denominador comum entre Brasil e os demais territórios americanos.³³⁰

Prova disso é a fala do Presidente do IHGB, Affonso Celso, sobre o objetivo do *Congresso Internacional e da Exposição de Objetos e Documentos da Independência*, que ocorreram simultaneamente,

O intuito destas duas comemorações é mostrar que o Brasil, cioso de sua liberdade, préza também sobremaneira a solidariedade fraternal com todos os povos

³²⁷ FLEIUSS, M. Acta da sessão solenne de encerramento, em 16 de setembro de 1914. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo especial consagrado ao Primeiro Congresso de História Nacional (7-16 de setembro de 1914) – Parte I – Atas e Teses apresentadas á 1ª Seção (História Geral do Brasil). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915, p. 174.

³²⁸ *Ibidem*, p. 175.

³²⁹ *Idem*.

³³⁰ GUIMARÃES, L.P. “Limites políticos de um projeto intelectual para a integração dos povos do Novo Mundo: o Primeiro Congresso Internacional de História da América (1922)”. *Revista Topoi* (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 6, n. 10, 2005, p. 194. Grifos da autora.

do continente, povos cuja historia, na éra precolombiana, na colonização, nas lutas da Independência, na evolução geral, apresenta numerosos lances identicos aos da historia brasileira.³³¹

O evento teve sua solenidade de abertura presidida pelo chefe da nação, Eptácio Pessoa, que também era aclamado como Presidente Honorário do *Instituto Histórico Brasileiro* e Presidente de Honra do *Congresso Internacional*. Reuniram-se em torno da proposta cerca de duzentos participantes, sendo oitenta e três oriundos de dezessete diferentes localidades do continente, o que, considerando ainda o apoio recebido pelo evento, demonstrava o sucesso da empresa do ponto de vista das relações internacionais. A respeito da produção de caráter acadêmico, os *Anais do Congresso Internacional de História da América* contam com a reprodução de noventa e nove das cento e quinze comunicações apresentadas, divididas em nove volumes. A estrutura organizativa do evento guardou muitos paralelos em relação à experiência do *Primeiro Congresso de História Nacional*. Foram trinta seções de trabalho, sendo a primeira dedicada ao estudo da história geral do continente e as demais às partes em que se dividia politicamente a América³³².

Além de visitas oficiais às principais instituições culturais do Rio de Janeiro, os congressistas foram convidados a participar de uma excursão ao estado de São Paulo, considerado à época *o coração do Brasil moderno*³³³. Dos sócios do IHGMG, à semelhança do *Primeiro Congresso*, foram mais uma vez convidados, em 1915, por sugestão de Max Fleiuss, Nelson de Senna, Diogo de Vasconcellos e Lucio dos Santos, pretendendo-se dar continuidade aos trabalhos daquele momento.³³⁴ Todavia, nos *Anais* encontramos apenas o trabalho de Lucio dos Santos, que apresentou os resultados de sua pesquisa sobre a Inconfidência Mineira. A obra elaborada naquela ocasião foi publicada em 1927 com o título de *A Inconfidencia Mineira. Papel de Tiradentes na Inconfidencia Mineira*. Nela, Lúcio dos Santos finalmente resolvia uma falta sentida pelos historiadores do IHGMG em geral: a de ter uma obra de tratasse com o devido esmero o tema da Inconfidência, que era, senão o mais caro, certamente o mais recorrente da história do estado naquele período. É interessante,

³³¹ CELSO, A. Acta da sessão solemne de instalação do Congresso Internacional de História da America, em 8 de Setembro de 1922. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo especial – Congresso Internacional de História da America (1922), vol. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925, p. 43.

³³² Estados Unidos, México, Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua, Costa Rica, Panamá, Colômbia, Venezuela, Equador, Peru, Bolívia, Brasil, Paraguai, Chile, Argentina, Uruguai, Cuba, República Dominicana, Haiti, Domínio do Canadá, Guiana Inglesa, Guiana Francesa, Guiana Holandesa, Honduras Britânica, colônias insulares inglesas, francesas, holandesas e dinamarquesas na América.

³³³ GUIMARÃES, L.P. Op. cit. 2005, p. 151-152.

³³⁴ ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. Ofício do secretário Basílio de Magalhães do IHGB comunicando sua eleição para comissão executiva do Congresso Internacional de História da América. APCBH/NCS.2(678) 1915.03.11.

inclusive, acompanhar os caminhos percorridos pelos historiadores mineiros até que se chegasse àquela obra.

3.3 Inconfidência Mineira: o grande tema para os historiadores do IHGMG

O tema da Inconfidência Mineira se destaca na historiografia da Primeira República brasileira enquanto objeto de estudo que teve sua interpretação reformulada, o que foi realizado em tensão com a construção da memória nacional. Ainda que nos limitemos a refletir sobre as contribuições dos sócios do IHGMG para aquelas discussões, é preciso estar alertas com os pesos das categorias de *memória* e *história* em relação a este episódio. Ao caminhar por este terreno movediço entre *memória* e *história*, busca-se diferenciar essas categorias no alinhamento com a ideia de que “não implica que devamos desconhecer a permanente e oscilante interação entre ambas, num movimento sempre duplo, porque, simultaneamente realizado em tensão e harmonia, com contatos e atritos, afinidades e contradições”³³⁵, tal como já proposto. O processo de reinterpretação do evento da Inconfidência ao longo dos séculos XIX e XX, percebido nos trabalhos dos próprios historiadores republicanos do período, justifica o cuidado com essas categorias. Dessa forma, *história* e *memória* devem ser compreendidas como objetos de uma construção social no tempo e no espaço, capazes de reatualizar o passado segundo a seleção do que deve permanecer e do que deve ser esquecido, o que é estabelecido de acordo com o interesse dos grupos e de suas intenções, sendo ainda capazes de dar suporte à identidade coletiva.

É preciso ter em mente a “presença do fator político na construção da memória”³³⁶ e a utilização do episódio da Inconfidência e de Tiradentes para a “construção no período republicano de uma ‘história-memória’ que pretendeu formar uma consciência nacional”³³⁷. De sua parte, Claudia Regina Callari discute o esforço efetivado pelo *Instituto Mineiro* em conjunto com o IHGB durante a Primeira República para a construção do mito em torno de Tiradentes, afirmando que o IHGMG “procurou justificar os interesses políticos e econômicos mineiros através do passado – ocupando aí papel central a Inconfidência Mineira -, que

³³⁵ DUTRA, E.R.F. Inconfidência mineira - memória e contra-memória. *Varia História* (UFMG), Belo Horizonte, n. 12, p. 66-79, dez. 1993, p. 67.

³³⁶ *Ibidem*, p. 73.

³³⁷ *Ibidem*, p. 75.

asseguraria o local de destaque ocupado por Minas Gerais dentro da Federação”³³⁸. Callari aponta ainda a mudança de interpretação a respeito da Inconfidência neste período, evento que, após anos de silêncio ou tratado como tentativa fadada ao fracasso pela historiografia do século XIX, ascendeu a um lugar de destaque na história nacional. Acreditamos que na percepção dos historiadores do IHGMG, ainda que o tema da Inconfidência já estivesse presente enquanto componente da memória nacional em inícios do século XX, isso não dispensava que fosse constantemente lembrado, e, sobretudo, que recebesse o tratamento dos novos métodos historiográficos.

Para os sócios do *Instituto Mineiro*, como Nelson de Senna, faltava ao episódio da Inconfidência um tratamento adequado pela história, dentro dos padrões metodológicos e das demandas políticas vigentes. Ou seja, o tema carecia de um estudo devidamente calcado na *crítica histórica* e que fosse realizado por um contemporâneo, de preferência nascido no estado, pressupondo-se que desse modo se trataria o tema com maior afinidade. Para Senna, “Robert Southey mal estudou, estrangeiro que era, e mal sentiu a intensidade dramática deste bello movimento político”³³⁹. Joaquim Norberto, por sua vez,

escrevendo sob a atmosphaera do 2º reinado, não poude da na Conjuração Mineira outro estudo que não fosse calcado pela estreiteza dos principios dynasticos; a sua obra de grande merecimento pela condensação de dados chronologicos, de minucias e detalhes sobre os Inconfidentes, sobre o processo e a alçada, não tem, entretanto, direito a ser considerada uma perfeita historia da Inconfidencia. Falta-lhe a orientação critica, é cheia de lacunas, ressen-te-se dos prejuizos do meio, da epoca e da geração para que foi escripta.³⁴⁰

Até a primeira década do século XX, todavia, o trabalho de Joaquim Norberto, ainda que bastante criticado, permanecia como obra de referência para o assunto uma vez que “nenhum outro auctor brasileiro quiz ainda sagrar-se com a producção de um estudo completo [...] sobre o mais notavel dos movimentos precursores da nossa emancipação”³⁴¹. Para Nelson de Senna não bastavam aqueles trabalhos elaborados por homens imbuídos de espírito partidário, cujos estudos mais participavam da “commemoração cívica, da forma litteraria, do que da serenidade de um estudo critico e imparcial”³⁴². Tornava-se então pra Senna lícito esperar que surgisse no Brasil um historiador que tratasse daquele tema tão caro ao

³³⁸ CALLARI, C.R. Os Institutos Históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. *Revista Brasileira de História* (USP), São Paulo, v. 21, n. 40, 2001, p. 60.

³³⁹ ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. SENNA, N.C. Inconfidencia Mineira (These de Hist. Patria dictada pelo cathedratico Dr. Nelson de Senna aos alumnos do 6º anno (de 1907 a 1908). APCBH/NCS.5(9) 1907-1908. Manuscrito.

³⁴⁰ Idem.

³⁴¹ Idem.

³⁴² Idem.

patriotismo, “imitando o que fizeram na França o grande Taine e Fustel de Coulange, em relação aos heroes da Revolução”³⁴³. Havia ainda muitos pontos a serem esclarecidos, quer sobre a ação dos conjurados, quer a respeito das autoridades da Metrópole. E, “sómente a critica historica, no cotejo imparcial das fontes escriptas, com o recurso á tradição oral, bem esmerilhada para preencher as incertezas contidas nos documentos, poderá illuminar este estudo”³⁴⁴.

Em 1918 foi publicada a segunda grande obra de Diogo de Vasconcellos, a *Historia Media de Minas Geraes*. Com esta obra, Vasconcellos firmou seu posto dentre os estudiosos do período colonial mineiro. Para ele, “o periodo colonial, sepultado no maior e mais crasso esquecimento, sendo referido apenas em pontos salteados e odiosos, segundo as paixões, esperava, para ser definitivamente julgado, o processo regular e methodico da critica”³⁴⁵. Tendo diante de si os pareceres a respeito da *Historia Antiga*, Vasconcellos continuou desenvolvendo seu projeto de organizar o passado mineiro. Em suas palavras:

o acolhimento, que teve a *Historia Antiga das Minas Geraes*, animou-me a perseverar na esperança de dar a sua continuação até fins do período colonial. Tendo aquelle volume comprehendido a narração dos descobrimentos até a instalação da Capitania de Minas, separada de S. Paulo, chegará este até 1785, e não passará, porque dahi em diante vem raiando o episodio da Inconfidencia, e esta, como facto culminante, exige maior tratamento.³⁴⁶

O historiador preferiu assim adiar o tratamento do tema da Inconfidência Mineira, reforçando e complementando outros pontos já abordados na obra anterior, como a fundação dos primeiros arraiais, as dificuldades da população mineira em relação à cobrança dos impostos e a Sedição de Vila Rica de 1720. Todavia, em 1918 nos deparamos com um Diogo de Vasconcellos mais crítico em relação à administração portuguesa. O historiador afirmou, por exemplo, que, após a morte de D. João V, em 6 de junho de 1750, sucedeu ao trono seu filho, D. José, “principe incapaz, que se entregou de corpo e alma ao Ministro Sebastião José de Carvalho e Mello”, o Marquês de Pombal. Para Vasconcellos, “o Rei tinha duas paixões: dinheiro e mulheres [...]. O Ministro [...] dous odios: aos nobres da velha rocha, e aos padres, sobretudo os Jesuítas”. O período teria sido marcado por políticas de aumento na arrecadação de tributos, e, para o historiador mineiro, os problemas gerados à população pela capitação dos quintos, as derramas e as Casas de Fundição, eram demonstrativos de que “só um governo

³⁴³ Idem.

³⁴⁴ Idem.

³⁴⁵ VASCONCELLOS, D. *Historia Media de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas, 1918, p. 3.

³⁴⁶ Idem.

absoluto, dirigido por cynicos ou ignorantes, insistiria em taes meios de arrecadação e quereria receitas á custa de tanta miseria e de tantas iniquidades”³⁴⁷.

Na *História Média*, Vasconcellos procurou tratar os primeiros anos da história do estado com o que havia de mais avançado em relação aos estudos históricos, sendo que “a nossa preocupação nestes livros consiste menos em restituir as cousas geraes, que dar a Minas uma relação methodica de suas origens, apurando o que se encontra na sombra esquecida dos archivos”. Mesmo mantendo sua ênfase no potencial normativo da história, Vasconcellos tendeu a defender, à semelhança dos historiadores metódicos, a ideia de que a tarefa do historiador não era trazer o passado para o seus dias, mas sim transportar-se para aquele período desconhecido, buscando compreendê-lo enquanto uma realidade diferente da sua e ao mesmo tempo elucidar a realidade ao seu redor, pois a história era capaz de explicar o presente e as origens do estado atual das coisas, além, é claro, de ser “um elemento indispensável para o acabamento das ciências políticas e sociais”³⁴⁸. Assim, de acordo com Vasconcellos,

A historia, sendo uma viagem regressiva ao passado, ha de ser vista como foi: e, já que não é dado trazer os mortos á luz do nosso dia, temos que nos transportar nós mesmos, sem illusões, ao dia em que elles viveram. E, si é certo que em menos de um seculo Minas se considera transformada no goso de sua actual civilização, ridente e prospera, é que pelo menos devemos a nossos antepassados a educação moral, a consciencia e a coragem com que venceram as suas difficuldades, cooperando com os governos; pois não é, nem pode ser verdade, que a ordem, condição de todo progresso, tenha sua origem ou seja fructo que nasce de gerações turbulentas ou embrutecidas pela anarchia ou pelo despotismo.³⁴⁹

Ainda que não tivesse sido a intenção de Diogo de Vasconcellos tratar do tema da Inconfidência ao publicar sua *Historia Media de Minas Geraes*, o historiador entendeu como necessário adicionar ao livro ao menos algumas notas a respeito do assunto, em especial de seu principal personagem – Tiradentes. O Alferes foi introduzido na obra atuando ao lado do Coronel José Ayres no combate aos salteadores que agiam em bandos na região da Mantiqueira. Com suas estradas precárias e isoladas, o local estimulava a ação de criminosos espalhando o terror entre os viajantes.³⁵⁰ Contudo, foi nos “Aditivos” que Vasconcellos dedicou algumas páginas especificamente para falar sobre o ilustre personagem da história mineira. Desse modo,

³⁴⁷ Ibidem, p. 130-144.

³⁴⁸ LANGLOIS, C; SEIGNOBOS, C.V. Op. cit. 1946, p. 223-224.

³⁴⁹ VASCONCELLOS, D. Op. cit. 1918, p. 218.

³⁵⁰ Ibidem, p. 244-258.

Com quanto seja de nosso plano deixar para mais tarde o episodio da Inconfidencia, não será fora de razão antecipar uma ligeira noticia a respeito deste homem, que se collocou acima de todos, e requer especial atenção. [...] não vamos restaurar o seu papel no plenário da famosa tragedia, mas sómente apresentá-lo e estudar a parte moral, com que entrou para accioná-la e provocar-lhe a commovente catastrophe.³⁵¹

Para Vasconcellos, a imagem de Tiradentes pendia entre o louco e o herói, sendo que a versão deprimente teria vindo de seus próprios companheiros - Claudio Manoel, Alvarenga Peixoto e Tomás Antônio Gonzaga - que o teriam acusado perante o tribunal para defenderem-se. Tal ação contribuiu, inclusive, para que o evento como um todo fosse avaliado com descrédito pelas gerações sucessoras. Assim, “destes depoimentos, pois, e destes testemunhos, quiçá imperfeitissimos, proveiu [sic], que também se considerasse a Inconfidencia como devaneio de poetas e visionarios”. Entretanto, para Vasconcellos, “o certo é que a Inconfidencia constitue o facto culminante de nossa historia; foi o movimento de transição entre duas épocas, e não ha negar, que, sem o Alferes, ou antes sem o seu sacrificio, nada ficaria, de util e grande desse doloroso episodio”.³⁵²

O historiador mineiro fez referência à obra de Joaquim Norberto, que “tendo escrito seu livro, aliás preciosissimo, a instancias do imperador”³⁵³, acusava Tiradentes pelo fracasso do movimento. Vasconcellos posicionava-se de modo adverso: “O Sr. Norberto leu e alterou o que leu. O Alferes não se fez admittir: foi o fundador da idéa; foi o seu primeiro propagandista, o seu porta-vóz”³⁵⁴. O líder do movimento possuía, para Vasconcellos, virtudes dignas de nota e posicionamentos que mereciam ser destacados, como, por exemplo, o fato de ter tomado para si toda a responsabilidade para aliviar a culpa dos companheiros, o que foi “a parte bella de seu carater”³⁵⁵. Além disso, não fora Tiradentes quem convidara o traidor Joaquim Silverio para a conspiração e, mesmo diante da sentença, não entrou em desespero, mas felicitou seus companheiros. Todavia, Vasconcellos lembra que a lei do período tornava o Alferes culpado: “se a liberdade está no seu papel conspirando, a autoridade está também no seu, conservando-se”, e por isso, “mais razoavel, pois, e de muito maior proveito, é celebrar-se o exemplo do heroico martyr em não se ter acovardado, deante de leis iniquas, nem de juizes prevaricadores”³⁵⁶.

³⁵¹ Ibidem, p. 308-309.

³⁵² Ibidem, p. 309-310.

³⁵³ Ibidem, p. 313.

³⁵⁴ Ibidem, p. 312.

³⁵⁵ Ibidem, p. 315.

³⁵⁶ Ibidem, p. 316.

Lucio José dos Santos parecia tentar atender ao apelo de seus consócios do IHGMG quando escreveu *A Inconfidência Mineira. Papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira*, conferindo ao tema o tratamento que se julgava merecer ao tentar retirá-lo do domínio exclusivo da memória transpondo-o para a história. A obra, como foi dito anteriormente, foi encomendada pelo IHGB, que organizava naquele momento o *Primeiro Congresso Internacional de História da América* como parte das comemorações do Centenário da Independência. O texto coroa uma longa trajetória de pesquisas que o historiador realizou sobre o tema e ao longo do mesmo é possível recolher aquilo que Lucio dos Santos concebia por história. Dessa forma, dedicando o livro “á memoria dos inconfidentes mineiros e á de todos aquelles, que têm soffrido pela causa do povo”³⁵⁷, no prefácio o historiador sintetiza seus passos até aquele momento:

A Commissão organizadora do Congresso Internacional de Historia da America, convocado pelo Instituto Historico e Geographico Brasileiro, para comemorar o Centenario da Independencia do Brazil, encarregou-me da setima these da primeira secção – Historia geral do Brazil, a saber: **O papel de Tiradentes na Inconfidencia Mineira.** [...]

Já em 1911, havia eu escripto uma monographia sobre a Inconfidencia Mineira, para a Memoria historica do bicentenario de Ouro Preto. Naquella occasião, porém, só me pude limitar á leitura das obras mais conhecidas, que ha sobre o assumpto, sem ir mais longe. [...]

Resolvi ler o original do processo da Inconfidencia, no Archivo Publico Nacional e na Bibliotheca Nacional, tarefa essa bastante penosa. Dessa leitura tomei abundantes notas.

Coordenei ainda muitas obras sobre o assumpto, publicações esparsas em revistas, jornaes, folhetos, etc.

Consegui, assim, reunir um material consideravel sobre o qual fiz um estudo critico, com o maximo cuidado.

Procurei ouvir algumas pessoas, de modo a consolidar tradições, que me parecem veridicas; e visitei muitos logares dentre os principaes a que se ligam reminiscencias da mallograda conjuração.³⁵⁸

Ao longo de sua pesquisa, Lucio dos Santos reuniu uma grande massa documental, que o permitia ir além da tarefa encomendada pelo IHGB, que consistia somente em “estudar e expor o verdadeiro papel de Tiradentes nesse generoso tentamen”. Seus estudos também o levaram a deduzir que havia uma demanda por se realizar uma pesquisa cuidadosa, que corrigisse os muitos enganos a respeito da Inconfidência que circulavam “amparados pelos melhores escriptores que do assumpto têm tratado”, enganos estes que provinham da “leitura

³⁵⁷ SANTOS, L.J. *A Inconfidencia Mineira. Papel de Tiradentes na Inconfidencia Mineira*. São Paulo: Escolas Profissionaes do Lyceu Coração de Jesus. 1927. *Dedicatória*.

³⁵⁸ *Ibidem*, p. XIX-X.

imperfeita do processo, de ignorância de determinadas circunstâncias, de interpretações tendenciosas ou mesmo de falta de senso crítico”.³⁵⁹

Dentre estes autores estava Joaquim Norberto dos Santos e Silva e sua *Historia da Conjuração Mineira* de 1873, obra que recebeu um tratamento especial por parte de Lucio dos Santos. Joaquim Norberto foi membro do IHGB e sua obra começou a ser lida nas sessões dos últimos meses de 1860. Santos levantou várias críticas ao livro, começando por enfatizar que “o valor litterario da obra é pequeno. A maneira de escrever de Joaquim Norberto não condiz com a magestade da Historia. Ha preocupações de estylo verdadeiramente contraproducentes”³⁶⁰. Em seguida, atacou a interpretação de Norberto, dizendo que “o modo por que o Auctor concebe a origem da conspiração é irracional”, e que o mesmo possuía uma hostilidade manifesta e irreprimível contra o Alferes Tiradentes, sobre quem “o Auctor chega a um tal excesso de má vontade, que causa pasmo. Não se limita elle a criticar, sempre com maxima severidade, apenas os actos de Tiradentes; vae ás intenções patentes, presumiveis ou mesmo inqualificavelmente pressupostas”. Ainda assim, uma vez “feitas estas reservas, é incontestavel que a Historia da Conjuração Mineira é uma obra de grande valor”, isso porque seu autor havia coordenado uma grande massa de documentos e, por ter causado muitas controvérsias, tinha acabado por suscitar novos estudos sobre o assunto.³⁶¹

Dessa forma, Lucio dos Santos decidiu então desdobrar sua tarefa em duas e escrever a história da Inconfidência, para dela deduzir a tese da qual estava incumbido. Aquele momento era visto ainda pelo historiador como uma oportunidade para aperfeiçoar sua própria publicação anterior, o artigo escrito na ocasião do bicentenário de Ouro Preto e publicado na *Memória Histórica* daquela celebração, quando, em suas palavras, “só me foi dado então consultar fontes secundarias, e, por isso, embora aproveitando muito desse trabalho, tenho grandes modificações a fazer e idéas a rectificar, ao escrever a presente Monographia”³⁶².

O ato de reescrever a história da Inconfidência proporcionou ao historiador reflexões a respeito da própria natureza do conhecimento histórico, que impregnaram a obra em questão. Tais reflexões reiteram o projeto de escrita da história idealizado pelos fundadores do IHGMG, expondo preocupações e cuidados bastante comuns aos historiadores do período.

³⁵⁹ Ibidem, p. X.

³⁶⁰ Ibidem, p. 60.

³⁶¹ Ibidem, p. 62-64.

³⁶² Ibidem, p. 11.

Uma das principais dificuldades com as quais lidavam aqueles historiadores, que se desdobravam entre a tarefa de escrever a história e suas atividades profissionais, era a falta de tempo, o que também afetou o trabalho de Lucio dos Santos, que declarou ter escrito sua obra entre outras atividades desenvolvidas paralelamente. Entretanto, para aqueles intelectuais, escrever a história era uma espécie de dever em relação aos homens do passado e do futuro, forte o bastante para fazê-los superar esta e outras adversidades que pudessem surgir. Lucio dos Santos nos forneceu demonstrativos do funcionamento dessa peculiar forma de dedicação no seguinte trecho:

Escrevi [...] com o unico intervalo exigido pelos meus outros deveres, estas paginas cheias de tristezas, mas ferteis em ensinamentos.

Possui-me de verdadeira paixão pelo meu assumpto. Quando, alta noite, interrompia a tarefa, para descansar a mão quasi entorpecida por longas horas de escripta, parecia-me que desciam para povoar a minha solidão as sombras melancolicas dos sacrificados de 1789, revivendo commigo todos os incidentes da tentativa, que fez o seu infortunio e a sua gloria.

Muitas vezes, empolgado por essa visão do passado, julgava ouvir, nas vozes incertas da noite, gemidos abafados e indefiniveis, que me viessem de muito longe, como um echo remoto, quasi extincto, d'aquella pavorosa tragedia.

E retomava da penna, a ver si, enquanto com ella veloz, conseguia eu dominar a emoção de que me possuira.

A rapidez com que tive de escrever, sem tempo para refazer e aperfeiçoar o meu trabalho, prejudicou a redacção, que, sem duvida, deixa a desejar. Falta-me agora tempo para melhorar o que está feito. [...]

Ao terminar estas paginas, sinto-me confortado pela convicção de haver prestado á mocidade um não pequeno serviço, trazendo-lhe á memoria o exemplo dos inconfidentes.

Classifiquem, como quizerem, a Inconfidencia mineira. O que ella é fóra de contestação, é que foi uma idéa nobre e generosa. E taes idéas não morrem.³⁶³

Semelhante aos seus consócios do IHGMG, Lucio dos Santos tomou como referência os textos clássicos para tratar a respeito do caráter normativo da história. Na obra *A vida de Licurgo*, de Plutarco, o historiador encontrou um exemplo que fundamentava sua missão de despertar o patriotismo nos mais jovens. Se o objetivo daquele havia sido “inflamar o ardor patriótico da mocidade espartana”, Lucio dos Santos tomava para si a mesma tarefa em relação à juventude brasileira. A história conformava um depósito de exemplos e por isso,

não será inexacto dizer que no passado reside nossa força. O futuro é incerto. Sobre elle não temos auctoridade sufficientemente precisa e definida, si ignoramos os acontecimentos que já se foram, porque são estes a fonte daquelle. [...] Só o passado nos pertence; nelle é que verdadeiramente vivemos.³⁶⁴

O futuro, para o historiador, seguia como um carro desgovernado e veloz, sem direção precisa e, por isso, os homens dependiam do passado, onde era possível encontrar a solidez e

³⁶³ Ibidem, p. X-XII.

³⁶⁴ Ibidem, p. 1.

a estabilidade que os preparariam para os episódios vindouros. Assim, “os acontecimentos que vão surgir no futuro, são a consequencia logica dos que já se vão perdendo na caligem do passado. E nem nos seria dado penetrar as trevas do primeiro, sem que com as do segundo se não tivesse já acostumado a nossa visão”³⁶⁵. Concluindo seu raciocínio, Lucio dos Santos coloca lado a lado religião e ciência como potenciais explicativos da realidade que confirmavam suas especulações, ainda que tenha conferido foro privilegiado à primeira. Desse modo, “é verdade, pois, que os mortos governam os vivos. O Christianismo é o grande mestre dessa verdade, collocando como base a affirmação da culpa original. Tambem a sciencia nos diz que, na sua pessoa, o homem engrandece ou degrada a si e a sua descendencia”³⁶⁶.

Para o historiador, “quatro são os factores da Historia, os quaes, somente quando tomados no seu conjuncto, nos podem tornar comprehensíveis os acontecimentos”³⁶⁷. O primeiro fator a ser considerado é o próprio *homem*, “considerado, seja na sua individualidade, seja como membro de uma colectividade”³⁶⁸. O indivíduo não seria dessa forma um produto exclusivo do meio social, podendo interferir neste de maneira decisiva. Lucio dos Santos apresentou um exemplo próximo para ilustrar o que afirmava: “não foram as massas que prepararam e fizeram a grande guerra, mas os diplomatas, os banqueiros, os metallurgistas: uma minoria perigosa”³⁶⁹. Desse modo, “grande valor tem para a Historia, o estudo da Psychologia tanto individual quanto collectiva”³⁷⁰. O segundo fator é a *natureza*, como meio material em que vive o homem - “todas as manifestações da actividade do homem são influenciadas largamente pela natureza”³⁷¹ e pelos recursos de que dispõe. O terceiro fator é o *meio*, do ponto de vista da cultura - “o meio são as sciencias, lettras e artes, a religião, a organização social e politica, a vida economica, etc”³⁷². A estes três fatores limita-se o que Santos denominou de “escola naturalista”, que tentou explicar os acontecimentos com a mesma fatalidade dos fatores físicos e biológicos. Todavia, para o historiador, a estes fatores falta um quarto elemento explicativo, o que ele denomina por *factor superhumano*. Assim, “alguma cousa de especial e differente se interpõe na ordem das causalidades, e da qual não se

³⁶⁵ Ibidem, p. 2.

³⁶⁶ Idem.

³⁶⁷ Ibidem, p. 80.

³⁶⁸ Idem.

³⁶⁹ Ibidem, p. 81.

³⁷⁰ Idem.

³⁷¹ Ibidem, p. 82.

³⁷² Ibidem, p. 83.

pode o analysta deixar de cogitar. Chame-lhe accaso, destino, deuses, Deus – pouco importa”³⁷³.

Em contrapartida, a respeito dos documentos, Lucio dos Santos adotou os procedimentos metódicos, discutidos no capítulo anterior, afirmando que “não se pode escrever a Historia sem os documentos com o emprego apenas de schemas philosophicos, a que, os factos se devam sujeitar”³⁷⁴. A primeira condição para se conhecer a história, em sua perspectiva, era “reunir uma documentação vasta e segura”, mas não bastava apenas possuir os documentos, era “indispensavel entendel-os e interpretal-os, depois de os haver criticado quanto á sua origem e significação, quanto á sua authenticidade e credibilidade”³⁷⁵. Também o objetivo de se partir das partes para conhecer o todo e a pretensão de se obter a verdade dos acontecimentos surge na proposta metodológica de Santos, sendo que “para subir ás grandes generalisações, permittindo ligar os acontecimentos no seu conjuncto, dar-lhes a explicação que comportam, e deduzir a licção que encerram, é preciso, é indispensavel conhecer bem, na sua minucia, os factos, taes como se passaram”³⁷⁶.

Adentrando no assunto da Inconfidência propriamente dito, Lucio dos Santos afirmou que o episódio de 1789 permaneceu quase desconhecido por longo tempo, chegando-se a acreditar que “a Inconfidencia não passara de méra invenção do Governo colonial, com o intuito de annullar a influencia de alguns brasileiros distinctos”³⁷⁷. Para o historiador, “certamente, em pleno regimen colonial, ninguem se atreveria a tratar desse assumpto. Sobrevindo o imperio, era natural que não fosse agradável a esse regimen politico, a recordação de uma tentativa republicana”³⁷⁸. Em seguida acrescenta: “sem querer negar aos historiadores dessa epocha a necessaria independencia, é perfeitamente comprehensivel que a influencia geral do ambiente politico e a difficuldade da obtenção de documentos [...] não fossem de molde a animar um tentamen dessa especie”³⁷⁹. Quando surgiram as primeiras interpretações, estavam estas maculadas pelos interesses políticos. Lucio dos Santos acreditava que era possível garantir uma postura isenta do historiador, desde que houvesse um distanciamento temporal entre este e os acontecimentos por ele tratados, e por isso nem as primeiras interpretações pretendidas pelos monarquistas, nem mesmo as dos republicanos

³⁷³ Ibidem, p 84.

³⁷⁴ Ibidem, p. 560.

³⁷⁵ Ibidem, p. 561.

³⁷⁶ Ibidem, p. 560.

³⁷⁷ Ibidem, p. 46.

³⁷⁸ Idem.

³⁷⁹ Idem.

logo após a Proclamação puderam expedir um parecer livre de paixões a respeito do tema. Em suas palavras:

A Historia, já o disse alguém, é como o vinho: tem necessidade do tempo para depurar-se. A medida que recuam no passado, se vão os acontecimentos desembaraçando dos erros, que os envolveram os prejuizos da epocha e as paixões do momento.

Aquelles que primeiro trataram do assumpto, na Monarchia, difficilmente se poderiam escoimar de alguma prevenção, dado o character francamente republicano da Conspiração mineira; maxime quando se affirma não ter sido muito sympathica, senão a esse movimento, pelo menos ao seu grande chefe, a opinião do monarca deposto cem annos depois desses tragicos acontecimentos.

Por sua vez, aquelles que, nos primeiros momentos da Republica, escreveram a historia dolorosa de 1789, muito facilmente se podiam deixar arrastar a exaggeros, engrandecendo a tentativa patriotica da colonia portugueza e deprimindo as instituições vigentes naquelles dias sombrios.

Pela minha parte, egualmente distante de taes extremos, pude evitar essas injustiças oppostas.³⁸⁰

Seguindo a linha de raciocínio outrora proposta por Diogo de Vasconcellos, Lucio dos Santos acreditava que, se comparado à Europa, o Brasil dava apenas os seus primeiros passos em direção à civilização. Era necessário admitir que “não possuímos no passado, como o velho continente, uma antiguidade veneravel; não temos monumentos portentosos, ruínas estupendas, que encham de pasmo o viajor e attestam os estadios de uma civilização multimilenaria”³⁸¹. Contudo, não deveria “constituir para nós motivo de desânimo e tristeza o reconhecermos a nossa inferioridade quanto ás principaes nações da velha Europa”³⁸². Os brasileiros podiam orgulhar-se de seu esforço próprio e de seus abundantes recursos, que conferiam à nação uma “evolução rapida e brilhante”. Além disso, o Brasil já contava naquele momento com feitos passados dignos de memória. Para o historiador, “em um ponto de vista mais modesto, possuímos entretanto episodios bellissimos na nossa Historia, que podem aquecer o nosso enthusiasmo e inflammar o nosso patriotismo, dignos certamente de figurar nos annaes das nações mais cultas do mundo”³⁸³. Dentre os exemplos enumerados por Santos, constavam “a descoberta, a conquista e o desbravamento da nossa terra”, considerados “feitos de alto valor. Scenas de um heroismo não commum, provas de uma abnegação sem limites, exemplos de coragem e devotamento raros”³⁸⁴, que, se coexistiram com a crueldade, o despotismo e a imoralidade de alguns invasores, “não nos faltaram, porém, louros colhidos em guerras justas; não nos faltaram figuras notaveis de grandes iniciadores; não nos faltaram

³⁸⁰ Ibidem, p. 10.

³⁸¹ Ibidem, p. 3.

³⁸² Idem.

³⁸³ Idem.

³⁸⁴ Idem.

heroes que, em meio a servidão, sonharam com a liberdade e por ella se sacrificaram. Entre esses acontecimentos remotos, sobreleva a Inconfidencia mineira³⁸⁵.

Na síntese do episódio, Lucio dos Santos apresenta os envolvidos de ambos os lados do conflito, as motivações e o modelo seguido:

Em 1789, no reinado de D. Maria I em Portugal, sendo Vice-Rei do Brazil, D. Luiz de Vasconcellos e Souza, sendo Governador e Capitão general da Capitania de Minas Geraes, D. Luiz Antonio Furtado de Mendonça, Visconde de Barbacena, foi descoberta nesta Capitania uma conspiração tendo como objectivo a libertação da colonia e a proclamação de uma republica, ao modo do que se havia feito na America do Norte.

Dessa conspiração faziam parte homens notaveis pela sua categoria social, pelo seu talento ou pelo seu prestigio. [...]

Graças ás delações offerecidas pelo Cel. Joaquim Silverio dos Reis, pelo Cel. Bazilio de Brito Malheiro e pelo Mestre de Campo Ignacio Corrêa Pamplona, tornou-se o Visconde de Barbacena sabedor do que se tramava.³⁸⁶

Uma vez tornados conhecidos os intuitos dos conjurados, o Governador suspendeu a derrama, que seria o estopim do levante, e iniciou a devassa, envolvendo grande número de pessoas ao conflito. Seguiram-se interrogatórios e prisões, sendo enviados ao Rio de Janeiro aqueles considerados responsáveis pelo movimento. Na versão de Lucio dos Santos, Claudio Manoel da Costa suicidou-se na prisão em Vila Rica, e o Alferes Joaquim José da Silva Xavier foi preso no Rio de Janeiro, onde se encontrava. O processo se arrastou por vinte e nove meses, nos quais o governo passou por substituições e os réus foram interrogados diversas vezes. No dia 18 de abril de 1792 os Juizes da Alçada redigiram a longa sentença, que foi lida para os réus na madrugada do dia 19. Por esta sentença, dez dentre os conjurados eram condenados à morte pela forca e os demais ao degredo perpétuo ou temporário na África. Na manhã do dia seguinte foram apresentadas mudanças na sentença, que, por fim, comutava a pena de morte em degredo perpétuo para todos, com exceção de Tiradentes, para quem foi mantida a pena capital. No dia seguinte, 21 de abril de 1792, o Alferes Joaquim José da Silva Xavier foi enforcado no largo da Lampadosa (RJ).

Todavia, Lucio dos Santos não se contentava em apenas narrar o episódio, queria realizar um exame crítico do mesmo, por isso, após apresentar o episódio em linhas gerais e expor a lista dos condenados e suas respectivas penas, se dedicou a responder três questões que norteariam o seu texto: “Quaes foram os antecedentes dessa tentativa de levante? Quem eram esses homens condemnados como conspiradores? Qual foi o verdadeiro chefe dessa

³⁸⁵ Ibidem, p. 4.

³⁸⁶ Ibidem, p. 5-6.

conjuração?”³⁸⁷. De acordo com o historiador, “mais de 230 anos já passaram sobre esses acontecimentos, e entretanto as perguntas acima têm para nós uma importancia, que avulta todos os dias”³⁸⁸, e acrescenta, “a terceira dessas questões não teve ainda solução cabal e satisfactoria. Poderei tentá-la eu hoje, ao celebrarmos o centenario da independencia, de que foram precursores aquelles heroes?”³⁸⁹.

Em sua retrospectiva em busca dos antecedentes da Conjuração, Lucio dos Santos retornou à chegada dos exploradores paulistas ao território onde mais tarde surgiria Minas Gerais e aos seguintes conflitos entre aqueles e os portugueses. Reforçando a interpretação corrente em seu tempo, o historiador fez referência a *Historia Antiga de Minas Geraes*, de Diogo de Vasconcellos, ao afirmar que

Desde o inicio de sua descoberta e desbravamento, foi o territorio mineiro theatro de grandes luctas.

Com a pesquisa e exploração das grandes jazidas de ouro e pedras preciosas, tiveram começo entre Paulistas e Portuguezes, entre colonos e reinões, as mais assanhadas rivalidades, que não raro degeneravam em sanguinolentos conflictos.³⁹⁰

Os paulistas, frequentemente tomados como aqueles que legaram as Minas suas melhores virtudes, eram vistos como os “intrepidos sertanistas” que “deixaram por toda parte o traço indelevel do seu genio, e estamparam para todo o sempre o vigor da sua raça e o fervor da sua crença, lançando no solo virgem os fundamentos do nosso progresso”³⁹¹. Como foi dito anteriormente, a localização dos primeiros tempos do estado de Minas Gerais no desbravamento pelos bandeirantes paulistas, caracterizados como os “heróis” responsáveis pelo domínio do território brasileiro, foi uma estratégia adotada pelos sócios do IHGMG que estava de acordo com a interpretação dada tanto pelo IHGB, quanto pelo *Instituto Histórico de São Paulo*, para a história nacional.

A Sedição de Vila Rica, de 1720, e a reação condenável do Conde de Assumar em relação a Felipe dos Santos foi outro tema corrente nas pesquisas sobre o passado mineiro no período que surgiu na obra de Lucio dos Santos. Nesta, Felipe dos Santos foi apresentado como “o verdadeiro heroe da revolta de 1720 e que pagou com a vida a sua coragem”³⁹². Ainda que o historiador considerasse que Felipe dos Santos havia sido “summária e illegalmente julgado”, ao contrário de Vasconcellos, para quem as ações do Conde de

³⁸⁷ Ibidem, p. 9.

³⁸⁸ Idem.

³⁸⁹ Ibidem, p. 9-10.

³⁹⁰ Ibidem, p. 12.

³⁹¹ Ibidem, p. 14.

³⁹² Ibidem, p. 26.

Assumar eram fundamentadas pela lei da época, seguiu mais uma vez a interpretação deste ao afirmar que não acreditava na versão de que Felipe dos Santos havia sido atado vivo a cavalos e então esquartejado, preferindo defender que tinha sido morto enforcado, e então arrastado pelas ruas por cavalos e esquartejado.

Lucio dos Santos chegou a comparar aqueles a quem considerava como os dois grandes heróis da história de Minas Gerais, declarando que “como Tiradentes, era Felipe dos Santos homen [sic] do povo, qualidade essa que lhe dá maior merecimento”³⁹³. Aquela comparação já havia sido feita por outros historiadores do IHGMG, como Teixeira Duarte, para quem Felipe dos Santos havia inspirado o “proto-martyr” da República, ou seja, de Tiradentes.³⁹⁴

Nas décadas subsequentes a situação dos habitantes de Minas Gerais teria piorado cada vez mais, especialmente devido ao alto custo de vida e a cobrança de impostos. As reclamações feitas à Metrópole foram muitas, todavia, “o Governo portuguez era surdo a toda sorte de reclamações”³⁹⁵, o que aumentava a insatisfação dos colonos. Nesse ambiente, começaram a circular ideias de liberdade vindas da Europa e da América do Norte, que encontraram em Minas terreno propício para sua difusão.

Em relação aos atores do episódio, Lucio dos Santos afirmou que trinta e quatro foram os indiciados na Conjuração, dividindo-os em quatro categorias especiais. O primeiro grupo foi chamado de *activos*, e era composto pelos que “tomaram a peito o levante e empregaram esforços para a realização do mesmo”³⁹⁶. Dentre eles constava o Alferes Joaquim José da Silva e José Alvares Maciel. O segundo grupo era o dos *litteratos*, como Claudio Manoel da Costa e Thomaz Antonio Gonzaga. No terceiro grupo estavam os *conjurados secundários*, “que acceitaram a idéa, sem lhe levarem grande collaboração”³⁹⁷, como Domingos Vidal de Barbosa e o padre Manoel Rodrigues da Costa. O quarto grupo era formado por aqueles denominados *conjurados de terceira ordem*, “os que souberam e consentiram vagamente ou apenas deixaram de denunciar”³⁹⁸, como Salvador de Carvalho Amaral Gurgel e o padre José de Oliveira Lopes. O historiador definiu ainda mais dois grupos complementares, o dos

³⁹³ Ibidem, p. 26.

³⁹⁴ DUARTE, A.T. Sedição de Villa Rica. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano/Vol. 18, p. 575-587. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1913.

³⁹⁵ SANTOS, L.J. Op. cit. 1927, p. 40.

³⁹⁶ Ibidem, p. 114.

³⁹⁷ Ibidem, p. 115.

³⁹⁸ Idem.

denunciantes e o das *testemunhas*. Lucio dos Santos encerrou essa parte com uma pequena nota biográfica e uma análise minuciosa dos autos do processo e dos interrogatórios a que foram submetidos os réus.

Em resposta a última pergunta colocada, sobre quem teria sido o líder do movimento, não restou dúvidas para Lucio dos Santos que era Tiradentes. O historiador procurou demonstrar que “a idéia do levante, acalentada, apoiada ou alimentada [...] pelos poetas, não partiu delles. Ella nasceu em um grupo de homens menos idealistas, mais praticos”, sendo que “a prioridade da idéa coube a Tiradentes”³⁹⁹. Assim,

Sem o prestigio que a alguns dos conjurados emprestava a gloria litteraria, a outros a riqueza, a outros a posição social, Tiradentes ergue-se no meio de todos como chefe incontestavel, não somente por ser o iniciador audaz, mas tambem pelo devotamento com que se entregou a essa nobre causa, devotamento tão grande que tem podido parecer a muitos como attingindo as raias da loucura.

E não é só isso. Preso, foi a sua attitude a mais digna e mais heroica.⁴⁰⁰

Ao finalizar o texto, duas outras questões surgiram a Lucio dos Santos: *Qual a importância histórica da Inconfidência Mineira? E, teria sido preferível que vingasse a tentativa de 1789?* O historiador explicou que, se considerada superficialmente e em caráter quantitativo, a Conjuração pareceria ter sido uma tentativa de pouca importância e sem nenhuma condição de vitória. Entretanto, seria necessário ter em mente que compôs o grupo dos conjurados “homens de incontestável valor, talento e prestigio”. Reunidos, foram capazes de difundir rapidamente a ideia, podendo contar com o apoio do povo, e elaboraram um plano de ação perfeitamente executável. Por isso,

Devemos concluir que a conjuração mineira não foi um movimento vago e impreciso, sem importancia historica, sem nenhum elemento de exito. Essa tentativa assumiu uma forma perfeitamente definida, teve um objetivo preciso e exequivel, possuiu elementos capazes de conduzir-a á realizações praticas. Apesar disso, a sua viabilidade completa é bastante discutivel, porque o Brazil, naquella epocha não era terreno preparado para a implantação da republica.⁴⁰¹

Sobre se seria preferível o sucesso da empresa, Lucio dos Santos foi taxativo ao afirmar que não. Faltava ao Brasil naquele momento maturidade social e política, que puderam ser conquistadas ao longo do período imperial. Desse modo, o historiador concluiu suas reflexões:

Em 1789, não estava o povo brasileiro sufficientemente preparado para as instituições republicanas; não possuía a instrucção necessaria, não tinha a capacidade administrativa indispensavel, não havia chegado ao nivel social e

³⁹⁹ Ibidem, p. 563-564.

⁴⁰⁰ Ibidem, p. 564.

⁴⁰¹ Ibidem, p. 581-582.

politico, que requerem as instituições livres, nivel que, bem pesadas as cousas, ainda hoje não havemos sufficientemente attingido.

[...]

Atravez da monarchia, com passo mais seguro, pudemos caminhar para a republica, cem annos depois que a sonharam os inconfidentes.

Essas considerações não diminuem a gloria desses paladinos. Elles emprehenderam salvar a patria, tentaram obter a liberdade, sacrificaram-se por um ideal nobilissimo, soffreram cruel supplicio: é quanto basta para a sua gloria e para o nosso reconhecimento.⁴⁰²

O tema da Inconfidência Mineira, tratado aqui com maior ênfase na obra de Lucio dos Santos, historiador preocupado com o método historiográfico, sem por isso abandonar suas convicções religiosas, explicita uma leitura que prevaleceu entre os historiadores do IHGMG para quem o evento foi uma das melhores estratégias de participação do estado na história do Brasil republicano. Tratado amplamente, nem sempre com o rigor historiográfico esperado por aqueles, a temática foi absorvida pelo *Instituto Histórico* como uma de suas grandes bandeiras de ação diante da nação.

3.4 A história como instrumento de educação política: as contribuições do IHGMG para a formação dos cidadãos

A história foi compreendida pela *Escola Metódica* francesa como um *instrumento de educação política*. Para aqueles historiadores, cabia à história mostrar ao aluno o mundo social, tomando-se o ensino de história como uma parte da cultura geral, pois levava o aluno a compreender a sociedade em que iria viver e o tornava capaz de participar da vida social. Para Seignobos, por exemplo, era importante ter em mente que se vivia naquele período um tempo de rápidas transformações e o homem não podia tomar a sociedade como parte da natureza imutável. A história seria útil por habituar o homem às mudanças, colocando-o diante de um grande número de sociedades que sofreram no passado constantes transformações - e até revoluções! – e tornando-o capaz de lidar com o seu presente. O ensino de história era tomado, portanto, como um dever patriótico e, por isso, a pesquisa sobre o passado deveria por objetivo a sua transmissão.⁴⁰³

No Brasil, a pedagogia passou por um processo de profundas reformas ao longo do século XIX, que alcançaram as primeiras décadas republicanas, como indicam os estudiosos

⁴⁰² Ibidem, p. 582-583.

⁴⁰³ DELACROIX, C.; DOSSE, F. GARCIA, P. Op. cit. 2012, p.112-113.

do assunto. Tais reformas teriam sido motivadas, pelo desenvolvimento científico, que modificou o modelo de educação, cuja referência era a Europa, mas também pela necessidade de desenvolvimento do amor à pátria, função para a qual as disciplinas de história, geografia e língua nacionais eram consideradas centrais. Estes fatores teriam resultado em uma “modernização conservadora”, guiada por uma elite política que tinha em vista a formação do cidadão como forma de se alcançar o progresso por meio da ordem.⁴⁰⁴

Em São Paulo, por exemplo, a prosperidade econômica e o desenvolvimento dos meios de comunicação e dos espaços urbanos, levaram os dirigentes republicanos paulistas a voltarem seu olhar à educação, como meio de perpetuar o progresso material e fortalecer as bases do poder. Assim, os primeiros anos republicanos teriam sido marcados por investimentos no ensino elementar e de nível médio, difundidos com rapidez, assim como as escolas técnicas profissionalizantes. No entanto, outra ordem de instrução, a das profissões liberais de maior prestígio, “peças importantes na estratégia de dominação”, permaneceram restritas à elite que formaria o quadro dirigente do estado de São Paulo, o que é demonstrado, de acordo com Suely Robles R. de Queiroz, pela “poucas e exclusivas instituições de nível superior criadas na época: a Escola Politécnica em 1894, as Escolas de Farmácia e Odontologia em 1899, a de Medicina em 1913”⁴⁰⁵. A experiência mineira não se distanciou sobremaneira da paulista.

Por sua vez, em Minas Gerais a República teria assumido “a responsabilidade de reconstruir as relações com o trabalho e de modernizar a economia mineira, mobilizando, para isso, a instrução pública primária”⁴⁰⁶. Buscava-se reinventar a sociedade mineira em novos parâmetros que se opusessem ao período de *atraso, privilégios e apatia* que, no discurso republicano, representavam o período monárquico. Por isso é notado que “a busca pelo novo, pelo moderno, foi uma intenção que se apresentou recorrente nos discursos proferidos pelos presidentes e legisladores mineiros ao se referirem às reformas do ensino”⁴⁰⁷, concebendo-se a

⁴⁰⁴ TURCI, D.A. “Os conteúdos da matéria de pedagogia nas escolas normais mineiras do final do século XIX: ideias do modernismo e da modernidade”. In: *Moderno, modernidade e modernização: a educação nos projetos do Brasil – séculos XIX e XX*. GIL, N.; ZICA, M.C.; FARIA FILHO, L.M. (Orgs.). Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012, v.1, p. 152-153.

⁴⁰⁵ QUEIROZ, S.R.R. Op. cit. 2006, p. 222-223.

⁴⁰⁶ NOGUEIRA, V.L. “Instrução e educação do trabalhador no ideário educativo modernizador do Estado de Minas Gerais (1892-1920)”. In: *Moderno, modernidade e modernização: a educação nos projetos do Brasil – séculos XIX e XX*. MESQUITA, I.M.; BARRETO, R.A.D.N.; NOGUEIRA, V.L. (Orgs.). Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015, v.3, p. 152.

⁴⁰⁷ *Ibidem*, p. 154.

modernização da sociedade como a criação de algo novo e diferente do que havia anteriormente.

Ao assumir o governo do estado de Minas Gerais em 1906, João Pinheiro deu início à implantação de seu projeto de modernização, que tinha como um dos objetivos a reforma da educação, especialmente do ensino primário e técnico-profissional. A educação técnica e profissionalizante, sobretudo aquela voltada para a agricultura, indústria e comércio, foi tomada por Pinheiro como uma forma de dinamizar a economia do estado e formar os cidadãos republicanos.⁴⁰⁸ O Decreto nº 1.960, de 16 de dezembro de 1906, previa modificações significativas nos métodos de ensino, na organização do sistema escolar e nos mecanismos públicos de fiscalização da educação. Já em 1908, na mensagem anual à Assembleia Legislativa, João Pinheiro comemorava os resultados de suas ações evidenciados pelo aumento do número de matrículas na escola primária.⁴⁰⁹

É preciso ter em mente que as reformas educacionais em Minas visavam à integração da população mineira ao novo regime político, ou seja, a transformação dos métodos de ensino teria por objetivo a própria “transformação do povo mineiro e a sua incorporação à República”⁴¹⁰. Desse modo, “a instrução e a educação popular teriam [...] a função de disseminar os conhecimentos indispensáveis à marcha da civilização e da realização do progresso e da felicidade da nação, naqueles *tempos modernos*”⁴¹¹. Reforçando esta concepção, tem-se a ideia de que

O regime republicano instituiu a necessidade de instrução do povo como condição indispensável para a construção da cidadania e para a afirmação da nova ordem social, realçando, de forma definitiva, o papel da educação e a função social e política da escola pública primária.

[...]

O ingresso de Minas Gerais na república mobilizou uma elite cuja pauta discursiva realçava a necessidade de construção de um projeto político-econômico capaz de modernizar a sociedade e dotar a população trabalhadora, desde a mais tenra idade, de novas sensibilidades, habilidades, destrezas e disposições mentais, demandadas pelas novas configurações do trabalho e pelo novo regime político que se instauraram, por meio da promoção do aperfeiçoamento da razão, do aprimoramento da moral, técnico e político, necessário à realização do progresso da nação.⁴¹²

⁴⁰⁸ OLIVEIRA, R.M.F. João Pinheiro: o educador. In.: *Revista Análise e Conjuntura*. Fundação João Pinheiro: Belo Horizonte, v. 5, nº 2, maio/agosto de 1990. Anais do seminário República -1889/1989. Belo Horizonte, 13 a 15 de dezembro de 1989. Mesa-redonda: João Pinheiro e a República em Minas, p. 83-85.

⁴⁰⁹ *Dicionário Biográfico de Minas Gerais*. Op. cit. 1994, vol. 2, p. 648-649.

⁴¹⁰ NOGUEIRA, V.L. Op. cit. 2015, p. 155, grifos no original.

⁴¹¹ *Ibidem*, p. 156, grifos no original.

⁴¹² *Ibidem*, p. 160-174.

Consequentemente seria possível instituir-se o modelo de República que se desejava: “dirigida por uma elite intelectual e política sustentada economicamente pelos novos trabalhadores educados para assumir o mundo do trabalho, desde crianças”⁴¹³. Tanto no setor agrícola, com ênfase no ensino técnico, quanto no setor industrial, voltando-se para a formação do cidadão e do trabalhador urbano, “a educação foi assumida pelas elites intelectual e política como parte do ideário modernizador republicano que traduzia no ensino os anseios de uma sociedade que se formava e que se aspirava democrática, moderna”⁴¹⁴.

Em relação ao aspecto de formação moral daqueles cidadãos, a história teria assumido papel central enquanto disciplina escolar. O ensino de história, tomado como via de formação dos cidadãos republicanos, foi um dos meios de ação dos sócios do *Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, enfatizando uma vez mais a função normativa da historiografia produzida nas primeiras décadas do século XX. Estes absorveram para si a missão de transmitir às novas gerações seus conhecimentos a respeito do passado, tornando-se, inclusive, presença constante nas salas de aula enquanto professores ou mesmo como autores de livros didáticos.

Quando Diogo de Vasconcellos escreveu *A História Antiga de Minas Gerais*, na virada do século XIX para o XX, ele pretendia fazer um manual didático sobre a história do estado. Todavia, seus planos foram barrados pelo parecer negativo do *Conselho Superior de Instrução Pública* mineiro, reunido em sessão no dia 28 de junho de 1904. O parecer foi emitido por seu consócio no IHGMG, Nelson Coelho de Senna, que o publicou em 1913, no *Anuario Chorographico Estatistico e Historico do Estado de Minas Geraes*. No parecer, aprovado unanimemente pelo *Conselho*, Senna vedava a utilização da *Historia Antiga de Minas Geraes* para uso nas escolas públicas, mas louvava a iniciativa de Vasconcellos, pois compreendia que a obra contribuía para “servir por ensinamento á presente geração, afim de que melhor e com mais amor aprenda as bellas lições do Passado de nossa terra”⁴¹⁵. Senna destacou que Diogo de Vasconcellos dispunha de “duas condições essenciaes do bom historiador: talento e criterio”⁴¹⁶, sendo que

⁴¹³ Ibidem, p. 175.

⁴¹⁴ Ibidem, p. 176.

⁴¹⁵ SENNA, N.C. *Anuario Chorographico Estatistico e Historico do Estado de Minas Geraes (com muitas illustrações) fundado e dirigido pelo Dr. Nelson C. de Senna (Professor e Advogado)*. 998p. Bello Horizonte: Imprensa Official do Estado, 1913, p. 960.

⁴¹⁶ Ibidem, p. 961.

o seu talento de escriptor [...] se harmonisa com o inseparavel criterio de pensador, para bem poder com verdade e justiça escrever a nossa historia, cuja longa jornada já excede de dois seculos, no convivio da civilisação christã. E na Historia o espirito da verdade e a isenção de paixões devem sempre guiar os que officiam no seo sagrado Templo.⁴¹⁷

Após tecer alguns elogios, Nelson de Senna criticou a linguagem utilizada por Vasconcellos, que do seu ponto de vista estava carregada de arcaísmos e termos obsoletos que comprometiam a compreensão do texto. De acordo com Senna, “sente-se que o habito das frequentes leituras de documentos e livros antigos do periodo colonial, lhe deixou o máo sestro da pesada linguagem portugueza”⁴¹⁸. Senna enalteceu a interpretação de Vasconcellos a respeito da Revolta de 1720, em especial pelo fato de ter apresentado o Conde de Assumar como um tirano. Não obstante, discordou do autor a respeito da execução de Felipe dos Santos, citando vários outros autores, inclusive o próprio avô de Vasconcellos, para afirmar que Felipe dos Santos havia sido “atado vivo a quatro cavallos bravios, que espatifaram o Martyr, aos pedaços, pelas ruas accidentadas de Villa Rica”⁴¹⁹ e não enforcado e depois arrastado por um cavalo, como constava na obra. O desfecho do veto à utilização do livro nas escolas primárias e secundárias foi atribuído à “vastidão da obra”, sendo recomendada a elaboração de “um resumido ‘Compendio de Historia de Minas’”⁴²⁰ destinado as escolas públicas do estado.

Diante do parecer, Vasconcellos explicou que “escrevendo esta *Historia* é bem claro que não tive somente em vista instruir alumnos, senão tambem educal-os civicamente; pois convencido sou da influencia moral que a historia exerce no proprio sentimentalismo dos moços, offerecendo-se-lhes um inventario exacto e verdadeiro do passado”⁴²¹. Para Francisco Eduardo de Andrade,

Se a *História* tem um conteúdo pragmático (nos termos de Diogo), seria mais lógico que servisse ao ensino e tivesse aplicação no ambiente escolar. Diogo mostra tal entendimento, que era também dos governantes mineiros, patrocinadores da publicação dos seus dois livros, quando ofereceu mil exemplares da obra *História Média* à Secretaria do Interior do Estado de Minas Gerais, que devia enviá-los aos professores.⁴²²

⁴¹⁷ Idem.

⁴¹⁸ Idem.

⁴¹⁹ Ibidem, p. 967.

⁴²⁰ Idem.

⁴²¹ VASCONCELLOS, D. Op. cit. 1904, p. 418.

⁴²² ANDRADE, F.E. A “barca agitada no mar de Tiberíades” e as fronteiras de Minas Gerais na História de Diogo de Vasconcelos. In. ROMEIRO, A.; SILVEIRA, M.A. Op. cit. 2014, p. 54.

Maior aceitação imediata teve Lucio José dos Santos ao escrever sua *Historia de Minas Geraes. Resumo didactico*, livro publicado na década de 1920. A obra havia sido encomendada pela *Casa Weiszflog Irmãos*, e Lucio dos Santos comentou no “Prefacio” que procurou dar à sua exposição “um tom simples e despretencioso, de modo a tornal-a propria para as nossas escolas”⁴²³, evitando, por consequência, discussões, demonstrações e anotações, que poderiam desviar a leitura de seu objetivo principal. Entretanto, deixava ali seu pacto com o leitor, de que havia consultado todas as fontes que lhe foram possíveis.⁴²⁴ Com aquela obra, o historiador também se propunha a assumir a missão de despertar o interesse nos alunos pela história do estado, conhecimento tido como capaz de orientar as ações do presente:

É frequente ouvirem-se pessoas que affirmam destituído de interesse a Historia de Minas, como aliás a do Brasil. Julgam esplendida e interessante a Historia da França, a da Grecia, ou mesmo a da Assyria e do Egypto; a da patria, não. É com tristeza que ouço essa affirmação, filha exclusiva da ignorancia ou antes da educação viciosa que, nesse terreno, é ministrada aos nossos moços. Quem estudar verdadeiramente o passado de Minas Geraes, não poderá consideral-o assim. A Historia de Minas é interessante e instructiva; é cheia de deleites e de ensinamentos, capaz de despertar estimulos e de inspirar orientações seguras em todas as manifestações da nossa actividade.⁴²⁵

A utilidade do ensino de história para a formação da sociedade mineira era uma convicção para Lucio dos Santos. O autor acreditava que “todos os esforços, em bem do progresso e da cultura de um povo, são completamente estereis e inuteis si não tem a sua origem no passado e o seu apoio na tradição”⁴²⁶. O conhecimento da história seria para os povos “a base unica, estavel e segura, para toda a construcção social, economica ou politica”⁴²⁷. Em um livro bastante ilustrado, com mais de cem gravuras que incluíam personagens ilustres, monumentos, edifícios, mapas, plantas, autógrafos e a reprodução de documentos, o historiador fez um balanço da história do Brasil desde a chegada dos portugueses até os seus dias, destacando as contribuições dos mineiros para o desenvolvimento da nação.

Os primeiros capítulos versaram sobre as origens do Brasil, seu “descobrimento” e organização administrativa, as primeiras expedições e as dificuldades de se penetrar no

⁴²³ SANTOS, L.J. *Historia de Minas Geraes. Resumo didactico*. São Paulo: Editora Companhia Melhoramentos de São Paulo (Weiszflog Irmãos incorporada), 192-, p. 3.

⁴²⁴ Idem.

⁴²⁵ Idem.

⁴²⁶ Ibidem, p. 3.

⁴²⁷ Ibidem, p. 4.

interior do território, demandadas tanto pelos acidentes geográficos, quanto pelas tribos indígenas que constantemente ameaçavam os colonizadores. Apesar dos desafios, haveria fatores que motivariam as investidas, destacando-se a possibilidade de se encontrar ali ouro e pedras preciosas. Por isso, o historiador afirmou que “de varios pontos do Brazil e de Portugal sobrevinham aventureiros de toda casta. Alguns traziam recursos para empregar aqui; outros, a maioria, baldos de quaesquer meios, alimentavam-se apenas com a esperança de facil e rapida fortuna”⁴²⁸. Uma vez alojados no território os colonos teriam passado a enfrentar novos desafios, como a ausência de lavoura ou indústria, e as constantes cobranças de impostos em forma do quinto.

Além de seus próprios trabalhos anteriores, o historiador também recorreu à obra de Diogo de Vasconcellos, tomando-o como referência em vários pontos do texto. A questão da cobrança de impostos, por exemplo, era tão central para a história de Minas na perspectiva dos dois historiadores, que Lucio dos Santos afirmou que, “a historia do quinto, diz bem o Dr. Diogo de Vasconcellos, é a própria historia de Minas”⁴²⁹. Nas palavras do historiador, não faltariam exemplos de conflitos entre portugueses e colonos em decorrência dos impostos, mas o mesmo insistiu em reforçar aqueles que foram eleitos pelo IHGGMG como os principais temas da história colonial mineira: a guerra que se travou entre paulistas e portugueses entre 1708 e 1709; a Sedição de Vila Rica, de 1720; e a Inconfidência Mineira, de 1789. A respeito desta, vale recordar que, sem se distanciar de sua interpretação em trabalho anterior, mas cumprindo a promessa estabelecida com os leitores no prefácio da obra, Lucio dos Santos sequer mencionou a polêmica a respeito da morte de Claudio Manoel na prisão da Casa dos Contos em Vila Rica⁴³⁰, afirmando apenas que o mesmo havia se enforcado na noite do dia 4 de julho.

O historiador passou então a analisar o período imperial, destacando aquele momento como importante para o amadurecimento político do país e o fortalecimento da ideia republicana. Em suas palavras, no “Primeiro Imperio”, a imprensa em Minas pregava as idéas de federação e insurgia contra a feição que ia tomando o regimem monarchico. A opposição contra o primeiro imperador assumiu aqui grande vulto”⁴³¹. Com o intuito de “pacificar os animos”, o primeiro Imperador, acompanhado de sua segunda esposa, D.^a Amelia, e do

⁴²⁸ Ibidem, p. 38-39.

⁴²⁹ Ibidem, p. 41.

⁴³⁰ SANTOS, L.J. Op. cit. 1927, p. 248-278.

⁴³¹ SANTOS, L.J. Op. cit. 192-, p. 111.

Ministro, visitaram as terras mineiras, tendo sido recepcionados friamente pelo povo, inclusive em Ouro Preto. Ao voltar para o Rio de Janeiro, “em consequencia da situação que dia a dia se tornava mais hostil, resolveu D. Pedro I, a 7 de Abril de 1831, abdicar no seu filho D. Pedro II a coroa imperial”⁴³². Encerrando aquela parte, Lucio dos Santos ressaltou a participação dos mineiros na administração imperial:

Para manter as instituições e conservar a integridade do imperio, Bernardo Pereira de Vasconcellos fundou o partido conservador. Era um mineiro notavel, de grande talento e illustração, que tomou parte relevante na preparação das primeiras leis do imperio, redigindo, em especial, os Codigos criminal e do processo.⁴³³

Em seguida, Lucio dos Santos passou rapidamente pelo “Segundo Imperio”, recordando episódios como a Revolução de 1842 e a participação dos mineiros na guerra contra o Paraguai. Antes de encerrar o texto, o historiador trataria de temas pontuais, como a escravidão de índios e negros africanos, enfatizando a “brilhante” participação dos mineiros na campanha abolicionista, e enfatizando que havia sido “um mineiro, o Dr. Affonso Celso Junior, em 1887, [quem] propoz na Camara a abolição completa da escravidão, servindo os escravos ainda dous annos, livres, aos senhores, para facilitar a transição”⁴³⁴, ao que acrescentou que, não obstante os prejuízos econômicos que a abolição traria às Minas, a população a teria recebido com júbilo.

Seguindo uma lógica cronológica, a República foi o último tema abordado pelo historiador e mais uma vez foram destacadas as contribuições de mineiros para a história nacional. Lucio dos Santos, preocupado em posicionar o estado em lugar de destaque dentre os contribuintes para o sucesso do novo regime político, chegou a afirmar que “a propaganda republicana, na terra de Tiradentes, foi intensa e fecunda”⁴³⁵. O historiador avança em seu argumento, enfatizando que a participação dos mineiros não teria se limitado a divulgação da ideia republicana. Os mineiros estariam presentes como partícipes ativos, intervindo nos momentos mais decisivos:

Entre os mais antigos campeões da idéa republicana, figuram mineiros illustres. Muitos destes, como Christiano Ottoni, assignaram o manifesto de 1870. Em 1884, surgiram na Camara os primeiros deputados republicanos, dous eram paulistas – Campos Salles e Prudente de Moraes, e um mineiro – Alvaro Botelho.⁴³⁶

⁴³² Ibidem, p. 112.

⁴³³ Ibidem, p. 113.

⁴³⁴ Ibidem, p. 130-131.

⁴³⁵ Ibidem, p. 132.

⁴³⁶ Ibidem, p. 131-132.

Na mesma linha do que anos antes havia escrito Antonio Olyntho dos Santos Pires, Lucio dos Santos afirmou que a recepção da República em Minas ocorreu “sem abalos, sem desordens”. O novo governo não havia promovido perseguições, nem a demissão dos funcionários. Ao contrário, fez um apelo para que estes permanecessem em seus postos, pois “estava feita a republica e tratava-se agora do bem commum”⁴³⁷. Por fim, para o historiador mineiro, “sob o regimen republicano, grande tem sido o progresso do Estado de Minas, tanto no ponto de vista material como mental”⁴³⁸. Encerrava-se assim a longa trajetória da participação decisiva do estado na história do Brasil, da qual os alunos deveriam conhecer de cor os episódios selecionados pelos republicanos mineiros.

Outros sócios do IHGMG se destacaram por sua atuação enquanto professores de história, como foi o caso de Aurelio Pires, homem comprometido com a causa republicana, para quem “a instrução pública era o caminho para a construção de uma nação fundada nos preceitos de civilização e progresso”⁴³⁹. Lente da cadeira de “Geographia, Historia. Educação moral e civica” na *Escola Normal Modelo*⁴⁴⁰ de Belo Horizonte, em seu programa de estudos, Pires procurou conciliar os conhecimentos de geografia com a história, afirmando que as disciplinas estavam “intimamente relacionadas” e tinham o objetivo de “explicar o homem e as sociedades, constituindo-se fundamentos essenciaes da sciencia social”⁴⁴¹.

Em sua aula de abertura do dia 27 de março de 1907, Pires apresentou uma discussão a respeito da possível natureza científica do conhecimento histórico, concluindo, na mesma linha que Pedro Lessa, por não considerar a história como uma ciência. Para Aurelio Pires, “o dominio da historia acha-se [...] dividido em tres campos”⁴⁴², sendo o primeiro o dos *empiristas*, “aquelles que se limitam a chronicas, biographias, narrativas de acontecimentos e descripção de civilizações”⁴⁴³. O segundo era o campo dos *philosophos*, “aquelles que procuraram interpretar a historia como um *todo* dotado de cohesão, uma cadeia de factos que

⁴³⁷ Ibidem, p. 132.

⁴³⁸ Ibidem, p. 138.

⁴³⁹ PAULA, L.M. “O presente de carregar o fardo cheio de passado’: a trajetória de Aurélio Pires”. In: *Moderno, modernidade e modernização: a educação nos projetos do Brasil – séculos XIX e XX*. VALLE, I.R.; HAMDAN, J.C.; DAROS, M.D. (Orgs.). Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014, v.2, p. 176.

⁴⁴⁰ Na recém-inaugurada Capital de Minas Gerais, Aurelio Pires foi Reitor do *Ginásio Mineiro* e Diretor e professor de Geografia, História e Educação Moral e Cívica da *Escola Normal Oficial*, hoje *Instituto de Educação de Minas Gerais*. Integrou também, anos mais tarde, o corpo docente da então *Faculdade Livre de Medicina*. *Dicionário Biográfico de Minas Gerais*. Op. cit. 1994, vol. 2, p. 553.

⁴⁴¹ PIRES, A. Tres licções inauguraes. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano/Vol. 23. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1929, p. 183-184.

⁴⁴² Ibidem, p. 184.

⁴⁴³ Idem.

se sucedem, presididos por uma vontade providencial, por uma razão inteligente e livre”⁴⁴⁴. Por fim, o terceiro grupo era o dos *naturalistas*, “aquelles que comprehendem a humanidade como um elemento da natureza, e procuram as leis que regem seu desenvolvimento”⁴⁴⁵. Entretanto, para Aurelio Pires a história era “a descrição dos factos que se passam no seio das sociedades humanas civilizadas, no tempo e no espaço, e, tanto quanto possível, o estudo da lei ou das leis, a que esses factos obedecem em suas manifestações”⁴⁴⁶.

A perspectiva de que o conhecimento sobre o passado guardava um potencial formativo era compartilhada pelo historiador, para quem “a historia é um elemento essencial da educação publica”⁴⁴⁷. “Indispensável” à educação, a história seria capaz até mesmo de “mudar as condições sociaes desse povo e, portanto, exercer uma ação muito notavel sobre o seguimento de sua historia”⁴⁴⁸. O historiador-professor levantou uma questão que na verdade servia como explicação para sua ênfase na importância do ensino de história: “não é uma transparente evidencia que o conhecimento da historia do passado ha de, necessariamente, facilitar a comprehensão da historia do presente?”⁴⁴⁹ Aurelio Pires, da mesma forma que Lucio dos Santos, acreditava no caráter normativo da história e buscou conciliar esta ideia com as modernas metodologias de pesquisa, conferindo à história utilidade para a compreensão da sociedade presente. A síntese do pensamento de Pires a esse respeito foi dado na seguinte passagem:

Já o philosopho romano dizia que ‘a historia é a grande mestra da vida’, e, si este aphorismo não póde ser acceito pela moderna sciencia como uma definição, nem por isso deixa elle de ser eminentemente verdadeiro. Pois não é intuitivo que o povo que bem conhece as crises da historia universal e as da sua propria patria, e, bem assim, as causas proximas ou remotas que as produziram, se achará em circumstancias bastante favoraveis para conjurar ou modificar, num certo sentido, as crises analogas que possam ameaçal-o no presente? Pois o legislador ou o estadista que melhor conhecer o mecanismo da sociedade que governa, conhecimento que, [...] só poderá adquirir estudando esse mecanismo no seu desenvolvimento historico, não levará vantagem áquelle que, ignorante da historia, a todo momento está a ir de encontro a embaraços inesperados, aos quaes não poderá oppôr soluções já sancionadas pela experiencia?⁴⁵⁰

A estratégia de Aurelio Pires de colocar em evidência o estatuto normativo da história, sobrepondo-o inclusive aos cânones metodológicos vigentes em seu período, ainda que não se devesse abandoná-los totalmente, nos leva a refletir sobre o estabelecimento de prioridades

⁴⁴⁴ Ibidem, p. 185.

⁴⁴⁵ Idem.

⁴⁴⁶ Idem.

⁴⁴⁷ Ibidem, p. 187.

⁴⁴⁸ Idem.

⁴⁴⁹ Idem.

⁴⁵⁰ Ibidem, p. 187-188.

daqueles historiadores. No geral, Pires, assim como seus companheiros do IHGMG, fizeram questão de demonstrar que conheciam as modernas correntes de pensamento europeias sobre o estudo do passado, eruditos que eram, mas optavam por manter no horizonte sua missão de construção de uma nação republicana, de solução de problemas sociais, para os quais uma perspectiva normativa lhes parecia mais útil.

Nelson Coelho de Senna também foi um dos sócios do IHGMG que se dedicaram ao ensino de história. Em 1911, Senna foi convocado por Delfim Moreira, Secretário do Interior naquele momento, para representar os estabelecimentos de ensino primário e secundário de Minas Gerais no *Congresso Pedagógico*, que iria ser realizado em São Paulo.⁴⁵¹ Seu destaque no ensino devia-se à sua trajetória intelectual marcada pela experiência de ter sido professor de História do Brasil no *Ginásio Mineiro* e por suas constantes investidas na área dentre as quais se destaca a publicação do *Anuario Estatístico Illustrado de Minas Geraes*, recomendado aos professores do ensino primário por ser uma “obra indispensável a quantos desejam bem conhecer os homens, os factos, os costumes, as tradições, as grandezas do Estado de Minas”⁴⁵².

O *Anuario Estatístico Illustrado* prometia tratar a respeito da história, geografia, estatística, corografia, política, imprensa, finanças, biografias, literatura, religião, variedades e avisos de interesse geral sobre o estado de Minas Gerais. O grande mérito da obra talvez tenha sido o de promover um espaço de convergência e troca intelectual no qual se reuniram diversos colaboradores entre figuras ilustres das letras em âmbito internacional e nacional, incluindo sócios do IHGMG como Diogo de Vasconcellos, Augusto de Lima e Carlos Ottoni. Como se observa no arquivo pessoal de Nelson de Senna⁴⁵³ os colaboradores do *Anuario* mantiveram intensa correspondência com o seu organizador, enviando notícias, resultados de pesquisas e solicitando informações diversas.

O *Anuario* teve suas edições publicadas pela *Imprensa Oficial do Estado de Minas*, sendo que, no período compreendido por nossa pesquisa, vieram a público o primeiro volume, em 28 de março de 1906; o segundo, em 27 de junho de 1907; o terceiro, em 20 de dezembro de 1909; o quarto, em 1911; o quinto, em 1913; e o sexto, em 1918, este dividido em dois

⁴⁵¹ ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. Ofício de Delfim Moreira, Secretario do Interior... APCBH//NCS.2(457) 1911.02.13.

⁴⁵² ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. Prospecto da redação do “Anuario Estatístico Illustrado de Minas Geraes” apresentando a obra. APCBH//NCS.2(353) s/d. FOLHA 1.

⁴⁵³ Hoje aos cuidados do *Arquivo da Cidade de Belo Horizonte*.

tomos totalizando 1732 páginas. Muitas foram as congratulações recebidas por Nelson de Senna pela iniciativa, dentre as quais as de Affonso Penna, Presidente da República; João Pinheiro, Presidente de Minas Gerais; Affonso Celso, do IHGB; Joaquim Nabuco, embaixador do Brasil na América do Norte; Adolfo Leon Gomez, publicista e jurisconsulto colombiano; e, Eduardo Poirier, ministro da Guatemala no Chile e no Brasil, dentre outros letrados. João Pinheiro, por exemplo, em virtude do recebimento do primeiro volume do *Anuario* direcionou ao organizador seus “muitos parabéns pelo seu trabalho; a nossa terra, as suas antiguidades, os seus homens, as suas riquezas, as suas glórias e as suas curiosidades – tudo enfim, se apresenta alli. A estreia do Anuario não podia ser mais auspiciosa”⁴⁵⁴.

Além do *Anuario*, Nelson de Senna frequentemente contribuía para a educação dos jovens com seus discursos publicados em forma de livretos e distribuídos às escolas. No dia 1º de setembro de 1922, por exemplo, Senna proferiu um discurso na Câmara Federal devido à proximidade o Centenário da Independência do Brasil (7 de Setembro). O discurso foi publicado no mesmo ano pela *Imprensa Nacional* e distribuído às escolas. Para Senna,

nesses dias memoráveis de Setembro, urge que procedamos a um balanço rigoroso do que temos feito, do que somos e valemos como nação, do papel que representamos em face do mundo e do que havemos conquistado, no campo da civilização, no espaço de tempo decorrido de 1822 a 1922.⁴⁵⁵

Mesmo em um evento de caráter festivo, Senna procurou manter sua postura metodológica e deixou clara sua concepção de história ligada ao progresso civilizatório, preocupando-se em posicionar o Brasil em relação às demais nações ditas civilizadas:

É opportuno esse inquerito social, economico e politico, que o *processus* da critica historica de nós exige, para que á vista das provas apuradas e dos factos arrolados venha ella pronunciar o nosso definitivo julgamento, dizendo si a Nacionalidade Brasileira, de facto e de direito, adquiriu os seus fóros de nobreza, no grande Livro das Nações, e si pelo esforço de seus filhos e pela obra que elles teem aqui realizado, o Brasil se impoz, com justiça, ao apreço e respeito universaes, merecendo assim o largo quinhão que os destinos historicos lhe reservaram, no orbe.⁴⁵⁶

A evolução da nação brasileira, na perspectiva de Senna, havia ocorrido de forma linear e natural, levando o país a atravessar o Império e alcançar a República por meio de uma transição pacífica. Naquele instante, Nelson de Senna destacou alguns momentos da história nacional que contribuía com o seu argumento, como a luta pela libertação de “nossos

⁴⁵⁴ SENNA, N.C. *Anuario de Minas Geraes*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1907, p. 655.

⁴⁵⁵ SENNA, N.C. *Primeiro Centenario da Independencia do Brasil* – Discurso Commemorativo proferido na Câmara Federal a 1 de Setembro de 1922 pelo Deputado Nelson de Senna (da bancada de Minas Geraes). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922, p. 5.

⁴⁵⁶ *Ibidem*, p. 6.

irmãos”, os escravos. No ponto de vista de Senna, quando o caso do Brasil era comparado ao dos Estados Unidos, percebia-se que

A abolição da escravatura, que custára á grande Republica Norte-Americana cinco annos de sangrenta e dispendiosa lucta civil, se fazia no Brasil entre flores e ovações, sem nenhum excesso de hyperbole, tal o enthusiasmo daquella ardente geração, que já presentia o ruir o throno e sonhava a Republica, proclamada um anno e tanto depois da extincção do elemento servil, isto é, no glorioso Quinze de Novembro de 1889.⁴⁵⁷

De carácter conciliatório e apaziguador, o discurso foi encerrado com a menção dos nomes de alguns “gloriosos brasileiros, de reputação mundial: Tiradentes e José Bonifácio”, que mereciam ser inscritos nos “*annaes da Historia Universal*”⁴⁵⁸ por suas grandes contribuições. É digno de nota que mesmo tratando sobre a história nacional frente às demais nações, a referência de Nelson de Senna se volta à história de Minas Gerais e a figura de Tiradentes, o “herói” do tema caro aos mineiros do IHGMG, a Inconfidência. Os feitos de Tiradentes, bem como os de José Bonifácio, ultrapassariam a relevância meramente nacional, devendo ser inscritos nos *annaes da Historia Universal*.

Reconstruir a sociedade mineira em moldes republicanos implicou, na perspectiva dos sócios do IHGMG, em educar a população, formando os cidadãos que iriam contribuir para o desenvolvimento do estado. Para essa tarefa, a história, com seu potencial normativo, assumia uma função central e foi utilizada como ferramenta de administração do estado. Entretanto, a função da história dentro do *Instituto Histórico Mineiro* não se limitava à formação dos cidadãos. Ela foi aplicada também como meio de dominação do espaço, contribuindo sobremaneira para a definição dos limites territoriais do estado, em conjunto com a geografia.

3.5 História e geografia: Minas Gerais em seus aspectos humanos e físicos

Os estudos geográficos estiveram em pauta ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do XX lado a lado com os estudos históricos na tentativa de se apreender os aspectos territoriais e humanos que compunham *o corpo da nação*. Ainda que o foco desta pesquisa concentre-se nos trabalhos de cunho historiográfico, é necessário ter em mente que ambas as disciplinas, história e geografia, cada uma com seu desenvolvimento específico, tiveram interseções significativas em sua trajetória constitutiva. Naquele período cabia à geografia, de modo geral, explicar os aspectos concernentes à superfície terrestre, abrangendo a delimitação

⁴⁵⁷ Ibidem, p. 14.

⁴⁵⁸ Ibidem, p. 31.

de fronteiras dos países e das regiões que os compunham; conhecer as características do relevo, muitas vezes uma estratégia militar; e, por fim, classificar a composição do solo e do clima, com seus potenciais econômicos.

Pode-se assim inferir que o interesse investigativo daqueles homens pela geografia evidencia a percepção da conexão entre o homem e a terra, tratando-se as formas espaciais como “produtos históricos”, na concepção ainda vigente de que “o espaço produzido é um resultado da ação humana sobre a superfície terrestre que expressa, a cada momento, as relações sociais que lhe deram origem”⁴⁵⁹. Dentro dessa lógica, a geografia se revelava “ao mesmo tempo como ciência dos lugares e ciência dos homens”⁴⁶⁰, configurando-se de maneira inerente ao campo histórico. Contribuindo para a formação de um discurso de unidade para a nação, do mesmo modo que a história, os estudos de carácter geográfico desenvolvidos pelos franceses em fins do século XIX promoveram uma experiência que se assemelhou à do Brasil. Nela, assim como no caso brasileiro,

dedicada à descrição do ‘fixo e do permanente’, à intemporalidade, a geografia desempenha essencialmente o papel de ambiência. São mobilizadas as descrições do relevo e dos climas da França, assim como a narrativa dos diversos períodos, para fazer prevalecer o sentimento de uma unidade na diversidade, de uma harmonia francesa.⁴⁶¹

Sem pretendermos aqui empreender a tarefa de refazer os passos da história da geografia nacional, trabalho que vem sendo realizado de maneira bastante satisfatória pela bibliografia específica⁴⁶², nos interessa ter em mente que no Brasil “a crise do regime monárquico e o limiar do período republicano animam em muito este afã de explicar o país”⁴⁶³ e esta explicação se deu pela via da associação entre geografia e história como uma forma de concepção integral da nação. Desse modo compreende-se que

a nação é filha da história nacional, isto é, das narrativas mitológicas referenciadas nos territórios nacionais. A descoberta, redescoberta, conquista ou resgate do ‘corpo da pátria’ constitui o enredo comum das narrativas nacionais, que se distinguem pelos elementos culturais ou ideológicos [...] mobilizados em cada caso particular. A geografia – ou, mais precisamente, a imaginação geográfica – desempenhou papel crucial na produção de uma identidade nacional para o Brasil. Ela forneceu uma

⁴⁵⁹ MORAES, A.C.R. *Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1991. 2ªed., p. 15.

⁴⁶⁰ DELACROIX, C.; DOSSE, F. GARCIA, P. Op. cit. 2012, p. 111.

⁴⁶¹ Ibidem, p. 110.

⁴⁶² Sobre o tema, ver MAGNOLI, D. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Moderna, 1997; e MORAES, A.C.R. Op. cit. 1991.

⁴⁶³ MORAES, A.C.R. Op. cit. 1991, p. 119.

narrativa territorial poderosa, da qual emanam fontes de legitimidade ancestrais para o Estado brasileiro e caracteres singulares capazes de alicerçar a nacionalidade.⁴⁶⁴

Os intelectuais brasileiros, interessando-nos os historiadores em particular, estiveram empenhados na tarefa de conhecer e explicar a nação⁴⁶⁵, e para aqueles a “descrição geográfica com a fixação da fisionomia nacional combinar-se-ia ao relato dos eventos memoráveis, preocupações expressas numa forma textual recorrente no século XIX: as corografias”⁴⁶⁶. Além dos estudos corográficos, enquanto disciplina escolar, geografia e história passaram a fazer parte das matérias a serem ensinadas nas províncias portuguesas, bem como na corte, em 1831, tornando-se uma exigência nos exames de acesso às academias jurídicas do Império, e no decreto de criação do *Colégio Pedro II*, de 02 de dezembro de 1837, o tema foi reforçado pela criação do tópico *princípios de geografia*, como parte dos estudos modernos.⁴⁶⁷ Já a corografia, por sua vez,

expressão título da obra de Aires de Casal: *Corografia brasílica ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil*, de 1817, aparecerá em um manual escolar de 1833 e outro em 1854, porém só terá conotação de matéria escolar em 1855, segundo o regulamento aprovado pelo Decreto Imperial nº 1.556. A partir desse período, passam a existir duas matérias: Geografia e Corografia, que compõem os conhecimentos sobre as paisagens dos lugares, a superfície da Terra, a descrição física e humana geral e, em especial, das províncias, e, ainda, sua história.⁴⁶⁸

Por *corografia* entendia-se a análise conjunta da história e da geografia, que possibilitava a descrição do país em seus aspectos físicos, mas também humanos, fornecendo uma visão “completa” da nação. Na definição de José Pompeu A. Cavalcanti, em *Noções Preliminares de Corographia da Província do Ceará*, de 1888, apresentada por Eduardo José Pereira Maia, o gênero corográfico foi definido como “descrição de uma parte limitada da terra, como um Estado, uma provincia, etc.”⁴⁶⁹, dividindo-se em “physica e politica”, a primeira tratando, em síntese, das partes sólidas e líquidas que compunham a região estudada, a exemplo das “divisões naturaes do territorio”, dos acidentes geográficos, dos fenômenos meteorológicos e do clima; enquanto à segunda cabia o estudo das classificações de Estado ou província, das divisões legais ou convencionais, da população, condições morais dos

⁴⁶⁴ MAGNOLI, D. Op. cit. 1997, p. 290.

⁴⁶⁵ Demétrio Magnoli recorda que o Barão do Rio Branco, no Itamaraty, “cercou-se de escritores, historiadores e intelectuais, reservando a eles cargos oficiais ou, mais comumente, oficiosos”. De sua “corte” fizeram parte, por exemplo, Machado de Assis, Capistrano de Abreu, José Veríssimo e Euclides da Cunha. *Ibidem*, p. 262.

⁴⁶⁶ GUIMARÃES, M.L.L.S. Uma história da história nacional: textos de fundação. In: LIMA, I.S.; CARMO, L. do (Org.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008, p. 401.

⁴⁶⁷ MAIA, E.J.P. “A Corografia e a Geografia nos manuais escolares do século XIX”. In: *Moderno, modernidade e modernização: a educação nos projetos do Brasil – séculos XIX e XX*. VALLE, I.R.; HAMDAN, J.C.; DAROS, M.D. (Orgs.). Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014, v.2, p. 248.

⁴⁶⁸ *Ibidem*, p. 248-249.

⁴⁶⁹ *Ibidem*, p. 251.

habitantes, costumes, língua, religião, agricultura, indústria, comércio, riqueza, vias de comunicação, instituições, legislação e história.

O trabalho simultâneo com a história e a geografia enquanto formas complementares de apropriação da nação consolidou-se como *modus operandi* ao longo do século XIX nos institutos que carregavam em sua maioria a alcunha de serem ao mesmo tempo *históricos* e *geográficos*, alcançando o século XX. Em Minas Gerais, os membros do IHGMG seguiram o modelo consagrado pelo *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* ao longo do XIX, tornando também função dos historiadores a descrição geográfica do estado. Para o sócio Nelson de Senna, “irmãs gêmeas, cientificamente, a Geographia e a Historia são as credenciais de cada povo, no banquete da civilização”⁴⁷⁰. Afastando-se do domínio da literatura,

a Historia e a Geografia, hoje de mãos dadas, recebem o calor vital da ciência humana, e timbram em estudar o homem e a terra, o ator e o meio, sob o influxo sereno da verdade científica. Nem ódios, nem afeições devem entrar no gabinete de estudos do que investiga o passado. O que, porém, não exclui uma devoção toda particular e intensa pela Pátria, os seus homens e as suas cousas.⁴⁷¹

Dentro do IHGMG uma das questões prioritárias nesse sentido foi a definição das fronteiras territoriais. Transposto para a República, o contorno da antiga província de Minas Gerais “carregou para a nova ordem os antigos litígios de limites”⁴⁷², motivando ainda mais a formação do discurso federalista⁴⁷³, além de políticas cartográficas e estatísticas. Tais

⁴⁷⁰ SENNA, N.C. *Anuario Historico-Chorographico de Minas Geraes*. Ano III. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1909, p. 6.

⁴⁷¹ SENNA, N.C. Um dos primeiros discursos pronunciados no Instituto Histórico e Geográfico. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Vol. V. Belo Horizonte, 1958, p. 334.

⁴⁷² GOMES, M.C.A. Mapas e mapeamentos: políticas cartográficas em Minas Gerais. São Paulo: Annablume/ Pós-graduação História UFMG, 2015, p. 35.

⁴⁷³ Renato Lessa levanta o argumento de que o federalismo no Brasil foi imposto do centro para as unidades, afirmando que, no campo da ação política, com exceção de São Paulo e Rio Grande do Sul, a demanda por independência em fins do Império não se manifestou em movimentos políticos organizados (LESSA, R. 1988, p. 52-53). No entanto, insistimos que o discurso federalista, ainda que não se pretenda afirmar sua hegemonia, esteve presente no movimento republicano, em consonância com a ideia positivista de “pequenas pátrias”, termo utilizado por Francisco Iglesias (IGLESIAS, F. 1974, p. 14), ainda que não tenha sido marca exclusiva do período. Marco Antônio Silveira chama a atenção para que a adoção de uma perspectiva regional na obra de Diogo de Vasconcellos, por exemplo, “não parece explicar-se, como quis Francisco Iglesias, pelo impacto do advento republicano ou pelo apego à noção comteana de pequena pátria. Mesmo porque o regionalismo, tendo se constituído já no período colonial, e sendo constatado entre os representantes americanos nas Cortes de Lisboa em 1820, não esperou a Proclamação da República para acalantar leitores de diversas partes do Brasil”. (ROMERO, A.; SILVEIRA, M.A. 2014, p. 138.) Com isso queremos apenas enfatizar que se pode observar o desejo de se repensar a unidade da nação neste período, no sentido de incorporar novos elementos ao jogo político. Outro ponto importante é ressaltado por Cláudia Viscardi, para quem “embora não tenham se operado mudanças muito radicais, o nível de autonomia concedido aos estados, aliado às mudanças nos critérios de representação política parlamentar, erigiram um sistema federalista cuja principal marca foi a rejeição da isonomia entre as unidades federadas” (VISCARDI, C.M.R. 2001, p. 53-54), ou seja, a distinção entre os estados existia e foi reforçada pelo governo central, sendo que a disputa entre eles após a Proclamação esteve

políticas tinham por fim a resolução dos conflitos internos do estado, devido às disputas regionais entre a própria elite política mineira que colocavam em risco a integralidade do território, como foi tratado anteriormente, mas também visavam à dissolução de disputas relacionadas aos limites entre Minas e os demais estados. Os limites interestaduais já vinham sendo debatidos pelo menos desde o Congresso Mineiro Constituinte, instalado em 7 de abril de 1891, conflitos estes que ocorriam em pontos diferentes das fronteiras com os estado vizinhos, e alcançaram as primeiras décadas do século XX.⁴⁷⁴

Foram recorrentes as publicações sobre as “questões de limites” em atendimento a demanda de definição das fronteiras geográficas de Minas na *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Em 1911, por exemplo, Diogo de Vasconcellos publicou *Questão de limites*, carta escrita em 1910, na cidade de Água Limpa, e destinada a Gabriel Santos, na qual tratava sobre o litígio territorial entre Minas Gerais e São Paulo. Vasconcellos redigiu a carta em resposta ao folheto de Assis Moura, no qual comparava a situação de Minas com o caso recentemente resolvido entre Santa Catarina e Paraná.

Pelo folheto do Sr. Assis Moura, porquanto veja que ha em S. Paulo até hoje homens estudiosos e illustres, que, si não fazem do Sul de Minas a sua Alsacia, desejam sujeital-o ao exemplo de Santa Catharina, invocando um golpe judiciario; e não desdenhariam talvez, segundo milagre do *surge et ambula*, si o paiz recahisse, por desgraça, nas unhas de um poder absoluto.

Nenhuma paridade, entretanto ha entre o caso de Santa Catharina e o nosso, desde que não cabem na historia argumentos de analogia, e ninguem já viu na ordem dos tempos, factos em tudo semelhantes.⁴⁷⁵

Vasconcellos retrocedeu ao início do povoamento do território que, para ele, daria “origem” a Minas Gerais, elencando os argumentos históricos que justificariam a separação entre os estados de Minas e São Paulo. O historiador sustentou seu argumento destacando que o território original de Minas era o mesmo “sertão dos Cataguazes”, conhecido antes da chegada dos paulistas. Com receio daquele povo temível, os Cataguazes, teria sido mais fácil para os bandeirantes paulistas “penetrarem Goyaz e Matto Grosso, até o Peru, que transporem a Mantiqueira de onde lhes começava o terror daquela região ferocissima”⁴⁷⁶. Vimos anteriormente que Vasconcellos, da mesma maneira que seus consócios no IHGMG, frequentemente se referiam ao povoamento pelos bandeirantes como “origem” do estado de Minas. É preciso ter em mente, todavia, que reconhecer que populações indígenas –

principalmente no âmbito da sucessão presidencial. Tal afirmação endossa nosso raciocínio no sentido de conceber uma demanda por formação de discursos de legitimação da atuação política a nível estadual.

⁴⁷⁴ GOMES, M.C.A. Op. cit. 2015.

⁴⁷⁵ VASCONCELLOS, D. Questão de limites. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. 16, fascículo 1. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1911, p. 107-108.

⁴⁷⁶ *Ibidem*, p. 108.

“ferocíssimas” - foram os primeiros habitantes de Minas se distinguia, para aqueles historiadores, da ideia de início da *civilização*, esta sim localizada nos bandeirantes paulistas.

Os *Congressos Brasileiros de Geografia* conformaram outro ambiente em que estiveram em pauta as discussões sobre limites territoriais. Foram organizados pela *Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, instituição criada em 1883, que, inspirada em congêneres europeias, tinha como missão a divulgação do conhecimento científico por meio do intercâmbio de publicações, da participação em congressos e da troca de correspondência entre associações de mesmo caráter. Além disso, a entidade se dedicava ao conhecimento dos espaços nacionais, consagrando-se como um instrumento do Estado ao proporcionar o reconhecimento do território. A *Sociedade de Geografia*, desde sua criação, se envolveu em vários projetos que visavam descortinar o espaço nacional aos brasileiros, sendo um deles os congressos de geografia, sobre os quais nos interessa de maneira especial a edição realizada em Belo Horizonte.⁴⁷⁷

Antes de chegar à capital mineira, os congressos brasileiros já haviam passado pelo Rio de Janeiro (1909), por São Paulo (1910), Curitiba (1911), Recife (1915) e Salvador (1916), valendo ressaltar, todavia, que a cidade havia sido cogitada em 1911 como sede do 4º *Congresso de Geografia*, pelo que se observa no telegrama enviado por José Boiteux a Nelson de Senna.⁴⁷⁸ Em 1919, o tão esperado *Congresso* chegou a Belo Horizonte, em sua sexta edição. Pouco se sabe a respeito do 6º *Congresso Brasileiro de Geografia*, pois o mesmo não teve seus trabalhos publicados em forma de anais, como era objetivo de seus organizadores⁴⁷⁹. Entretanto, as atas das reuniões do IHGMG demonstram que aquele certame ficou a cargo de seus sócios, tendo à sua frente Carlos Ottoni e Rodolpho Jacob.

Sediado em Belo Horizonte, o evento deveria acontecer no dia 7 de setembro de 1918, mas teve que ser adiado para o ano seguinte. A organização do 6º *Congresso* foi colocada em pauta na reunião de outubro de 1916, no entanto, os membros só começam a se organizar de maneira mais objetiva em 1917. No dia 30 de setembro daquele ano a Comissão Técnica se reuniu na sede do *Instituto*, momento no qual os trabalhos que seriam apresentados no encontro foram divididos em seções científicas que englobavam as subdivisões da disciplina, quais eram: *Geographia, mathematica e cartografia; Geomorphologia, orographia,*

⁴⁷⁷ CARDOSO, L.P.C. Os congressos brasileiros de geografia entre 1909 e 1944. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.18, n.1, jan-mar. 2011, p. 86.

⁴⁷⁸ ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. Telegrama de José Boiteux a respeito do quarto Congresso Brasileiro de Geografia. APCBH//NCS.2(499) 1911.08.26.

⁴⁷⁹ *Ibidem*, p. 90.

*phytogeographia, zoogeographia e geographia agricola; Geographia terrestre, littoral e oceanographia; Climatographia; Hygiene e geographia medica; Ethnographia; Geographia politica e social; Geographia economica e commercial; Geographia historica; Geographia militar; Ensino de geographia; e, por fim, Geographias descriptivas e regionaes.*⁴⁸⁰

Em agosto de 1918, o *Instituto Mineiro* recebeu um telegrama de Pedro Lessa, que era naquele momento presidente da Comissão Executiva da Liga da Defesa Nacional, solicitando que fosse dada prioridade à resolução dos conflitos sobre limites entre os estados no 6º Congresso. A necessidade de dirimir antigas disputas e firmar acordos demarcatórios era uma preocupação dos governos estaduais, que viram no 6º Congresso a oportunidade resolver os conflitos de forma pacífica.⁴⁸¹ Tais questões tornar-se-iam a marca característica daquele encontro, que já em seu regulamento definia que cada um dos litígios deveria ser tratado por dois delegados, sendo um representante de cada estado envolvido. Os trabalhos deveriam ser submetidos aos governadores e publicados posteriormente nos anais do Congresso, o que, como vimos, não chegou a ser realizado. Colocados em discussão, os conflitos de limites entre os estados tomaram tal dimensão, que foram responsáveis pelo adiamento do Congresso para o ano seguinte, ficando estabelecida a data de 7 de setembro de 1919. Todavia, mais uma vez o evento precisou ser adiado. Em 27 de agosto de 1919, foi registrada nas atas do IHGMG a notícia de que Carlos Ottoni havia pedido exoneração do cargo de Presidente do Instituto, para poder se dedicar exclusivamente às atividades do Congresso. Entretanto, o mesmo veio a falecer no mesmo ano, deixando indicado, por meio de carta, o sócio Rodolpho Jacob para ocupar o seu lugar na presidência do Instituto, bem como do Congresso. Jacob, por sua vez, assumiu os novos postos na mesma sessão.⁴⁸²

Na execução do 6º Congresso, em paralelo a apresentação dos trabalhos elaborou-se uma exposição de livros, mapas e outros objetos de acordo com cada estado. Dentre os trabalhos que chegaram aos dias atuais, consta o do sócio do IHGMG Antonio Augusto de Lima, que foi apresentado como conferência preliminar, na qual se discutiram os *Limites*

⁴⁸⁰ LIVRO DE ACTAS DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DE MINAS GERAES: 1907-1927/1927-1929, Ata da sessão de 30 de setembro de 1917. Folha 44.

⁴⁸¹ De acordo com Luciene Cardoso, as disputas pelos limites entre os estados se agravou nos congressos subsequentes e a questão foi excluída das discussões para que se evitasse a eclosão de uma guerra civil. Para a autora, as questões de limites interestaduais só encontraram solução em 1937, com a promulgação da Constituição do Estado Novo. CARDOSO, L.P.C. Op. cit. 2011, p. 90-91.

⁴⁸² Ibidem, Ata da sessão de 27 de agosto de 1919. Folha 47.

*entre Minas e Goyaz.*⁴⁸³ Ao tratar sobre as fronteiras entre aqueles estados, Lima elaborou uma obra demonstrativa da temática principal do encontro e do modo como os organizadores do evento esperavam que os participantes procedessem. Buscando se afastar do litígio judicial, o historiador-geógrafo afirmou que não pretendia pleitear um direito “que a Comissão não tem competencia para reconhecer ou negar, por não ser tribunal judiciario, nem arbitral”. O que Lima pretendia era justamente afastar o litígio, “pela persuasão reciproca dos interessados, sob inspiração do bem commum e da paz interna da Republica”. Seu objetivo era “rememorar os factos, que sirvam de esclarecimento a um accordo” que colocasse fim ao conflito que já se perpetuava por muito tempo. Terreno outrora incontestado, os limites territoriais entre Minas Gerais e Goiás só teriam começado a ser questionados com veemência em fins do século XIX. Augusto de Lima apresentou uma vasta documentação para refutar os argumentos dos oponentes, declarando-os sem fundamentos e recorrendo à história da ocupação do território para justificar seu posicionamento, de tal forma que

Quando a Capitania de Goyaz foi creada pelo Alvará de 8 de novembro de 1744, que a desmembrou da de S. Paulo, já o territorio de Minas Geraes, constituido muitos annos antes Capitania separada (1720), tinha os seus limites perfeitamente estabelecidos pelo lado de Goyaz.

Esses limites são historicos e baseados na occupação dos mineiros, com o assentimento da Capitania de S. Paulo, a que pertencia todo o territorio de que se formou mais tarde a Capitania de Goyaz.⁴⁸⁴

Concluídos os trabalhos do 6º Congresso Brasileiro de Geografia, é notável que a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro também tenha se envolvido nas comemorações do Primeiro Centenário da Independência, em 1922, tomando para si a tarefa de publicar uma obra que celebrasse aquela data. A comissão designada para organizar o projeto “Geographia Commemorativa do Centenario da Independencia do Brazil” tinha como um de seus membros o mineiro Antonio Olyntho dos Santos Pires, e convocou o sócio do IHGMG, Nelson Coelho de Senna, para tratar a respeito da corografia de Minas Gerais, em 1918.⁴⁸⁵ Senna dividiu seu texto em duas partes. No “Livro I”, tratou sobre o *solo* e o *homem*, iniciando o estudo com a abordagem da formação geológica de Minas, do aspecto físico do território, dos lagos, bacias, da força hidráulica, do transporte fluvial, do clima, e da diversidade mineral, vegetal e animal, ou seja, o *solo* mineiro. A segunda parte do “Livro I” foi destinada ao *homem*, os primeiros

⁴⁸³ Anos antes Augusto de Lima já havia publicado na *Revista* do APM um texto sobre os limites territoriais do estado, sob o título de *Memoria historica e documentada sobre a questão de limites entre os estados de Minas Geraes e Espirito Santo*, de 1904.

⁴⁸⁴ ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Arquivo pessoal de Antonio Augusto de Lima. Caixa 22, item 28. Limites entre Minas e Goyaz – livreto. 1919, p. 3-4.

⁴⁸⁵ ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. Ofício da Comissão Diretora da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro... APCBH/NCS.2(845) 1918.

habitantes indígenas, os desbravamentos e a colonização do território, as correntes migratórias do século XVIII até aquele momento e as características do mineiro atual. No “Livro II”, Senna abordou o *estado*, nos quesitos de dimensões do território, população, organização social, esta subdividida em política, religião, economia, instrução pública, o estado atual da civilização, os mineiros ilustres extintos, encerrando com uma avaliação de estrangeiros e compatriotas sobre o estado.⁴⁸⁶

A abordagem sobre o *homem mineiro*, dada por Nelson de Senna na segunda parte do Livro I, é digna de destaque. No texto, Senna reforçou os temas mais recorrentes entre os historiadores da época, fazendo uma espécie de levantamento crítico das principais obras sobre o assunto. Iniciando pela “dominação do solo mineiro”, com o “descobrimento de Minas-Geraes”, Senna recorreu a Capistrano de Abreu, “exímio sabedor das cousas do nosso passado”, reproduzindo a *Resenha historica de Minas Geraes*, publicado na *Gazeta de Notícias* anos antes. Senna afirmou transcrever o texto “com indispensaveis retoques e additamentos”, fazendo correções e acréscimos que julgava necessários. A obra descrevia o conflito entre portugueses e paulistas na famigerada “Guerra dos Emboabas” que se desenrolou entre 1708 e 1709. Também João Ribeiro havia tratado sobre o assunto em outra ocasião, o que mereceu a menção do historiador mineiro, permitindo-se fazer “ligeiras correções” indispensáveis àquele trabalho.⁴⁸⁷ Após a enumeração de alguns autores relacionados, Senna passou a fornecer ao leitor sua própria versão dos acontecimentos. Para ele, os bandeirantes eram “os verdadeiros desbravadores de nossos sertões”, que lutaram na Guerra dos Emboabas contra os “filhos da metrópole”. As tentativas de se estabelecer um acordo entre os grupos teriam sido várias e infrutíferas, acarretando na reação paulista:

os paulistas que escaparam do massacre [promovido por Bento do Amaral Coutinho], e pelo numero exiguo não puderam resistir ao inimigo, foram se agrupando aos poucos a caminho de São Paulo, onde, uma vez reunidos, encontraram no animo intrepido de Amador Bueno um chefe capaz de guial-os a uma completa desforra contra os portuguezes das Minas.

Deve-se a esse Amador Bueno [...] e deve-se também ao genio varonil e espartano das mulheres dos bandeirantes vencidos, o prompto regresso destes ás Minas Geraes para se vingarem nos *Emboabas* do morticinio do Capão da Traição.⁴⁸⁸

⁴⁸⁶ SENNA, N.C. *Chorographia de Minas Geraes*. Geographia do Brasil: Commemorativa do 1º Centenario da Independencia (1822-1922). Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro. Vol. 10. 396 p. Rio de Janeiro: Typ. Lith. Pimenta de Mello & C., 1922. O texto recebeu nova publicação em 1926, pela Imprensa Oficial de Minas Gerais, sob o título de *A terra mineira. O estado de Minas Geraes* (Geographia Physica e Social deste Estado da Federação Brasileira, em edição commemorativa do 1º Centenario da Independencia Nacional).

⁴⁸⁷ Ibidem, p. 165-171.

⁴⁸⁸ Ibidem, p. 179.

Em regresso às Minas, todavia, os bandeirantes teriam encontrado no caminho Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, nomeado Governador pela Coroa portuguesa, que os teria dissuadido com a promessa de fazer justiça e punir os culpados. De acordo com Senna, naquele período, “reinava em Portugal D. João V, o Rei-Magnifico, que achou asado o momento para desmembrar os territorios conjunctos de Minas e São Paulo, da Capitania do Rio, fazendo delles uma capitania á parte”⁴⁸⁹. Senna não chegou a fazer críticas diretas à Coroa no texto, mas desaprovou a conduta dos representantes da mesma na capitania, pintando-os como “bando de aventureiros” e “forasteiros reinóis”. O historiador concluiu que como consequência do episódio surgiu “uma serie medidas administrativas tomadas pela metropole para o fim de melhor policiar o territorio das Minas, creando nelle as primeiras villas e parochias ecclesiasticas e dando provimento aos cargos de magistratura e administração civil e religiosa, policia militar e de costumes, etc.”⁴⁹⁰.

Vale destacar, finalmente, a parte do texto em que Nelson de Senna abordou o tema das raças que concorreram para a formação do povo mineiro. Ao longo de sua vida Senna desenvolveu estudos sobre os povos indígenas e negros, defendendo a ideia de que ambos, junto ao homem branco - em especial os portugueses, no entanto também italianos, alemães, sírios, e indivíduos de outras nacionalidades - haviam contribuído para a constituição do povo brasileiro, não apenas em aspectos biológicos, mas, sobretudo culturais. Como exemplo, afirmou que a língua indígena sobrevivia em muitas denominações de locais no estado de Minas. Ressaltou ainda que havia em Minas no período colonial grande número de negros devido à mineração e que, “compulsando varias fontes de estudo da historia de Minas, chegámos á conclusão de que os elementos de raça negra foram um factor poderoso e resistente, no povoamento e formação social das Minas, desde os primordios da organização administrativa da Capitania”⁴⁹¹. A pesquisa sobre os africanos no Brasil foi uma de suas preocupações centrais em período posterior⁴⁹², entretanto naquele momento seu enfoque estava nas populações indígenas.

Alguns anos antes, Nelson de Senna havia representado o Brasil no *4º Congresso Científico (1º Pan-Americano)*, reunido em Santiago do Chile, a 25 de dezembro de 1908, no qual abordou as populações indígenas brasileiras. Na primeira parte da apresentação, Senna

⁴⁸⁹ Idem.

⁴⁹⁰ Ibidem, p. 180.

⁴⁹¹ Ibidem, p. 210.

⁴⁹² SENNA, N.C. *Africanos no Brasil estudos sobre os negros africanos e influencias afro-nêgras sobre a linguagem e costumes do povo brasileiro*, Belo Horizonte: Queiroz Breyner, 1938.

realizou um amplo levantamento da bibliografia sobre o assunto, ao qual deu o título de “Da bibliographia indianistica para o Brasil, em geral”. Em suas palavras, “as bibliographias são como que o portico de entrada nos dominios de cada sciencia”⁴⁹³. Contando já naquele momento com uma grande variedade de trabalhos sobre o assunto, o tema tinha recebido impulso, de acordo com Senna, sobretudo “por parte dos exploradores e cientistas allemães”. Senna demonstrou como se formou no Brasil um *vocabulario tupy-brasileiro*, sendo que a forte influência da língua tupi seria o que diferenciava o português brasileiro daquele praticado em Portugal. Defendeu o ensino da língua, o que deveria ser executado por seus conhecedores, acrescentando que “completa intuição do seo dever tinha o Governo Imperial do Brasil, quando, em 1875, mandou organizar um methodo facil [...] para por ele se ensinar a lingua tupi, nas escolas do interior do paiz”⁴⁹⁴. O ensino da língua tupi ainda seria útil nos primeiros anos do século XX para a catequese das populações indígenas do interior do país, de modo que, “com um vocabulario assim organizado [...] facil seria a catechese, approximando-se os civilizados dos pobres filhos da floresta, sem outra difficuldade maior que a de irem aos sertões do Brasil central procurar o aborigene”⁴⁹⁵.

Na segunda parte da apresentação, Nelson de Senna abordou a “distribuição geographica das tribus indigenas do Brasil”, em seu aspecto etnogênico. O estudo da origem dos índios brasileiros apresentava, para Senna, além de muitas divergências, sérios problemas de interpretação. Mesmo reconhecendo que muito já se havia avançado a respeito do tema naquele momento, o historiador mineiro reforçou a necessidade da revisão da bibliografia nacional e de se dar enfoque a certos assuntos deixados de lado, pois “não se lançou ainda luz completa sobre o habitat, vida, grupos, migrações, deslocamentos, etc. de todo o gentio, existente em nosso paiz”⁴⁹⁶. De acordo com Nelson de Senna, Capistrano de Abreu havia sido o divulgador da obra dos naturalistas alemães no Brasil e teria ainda realizado uma importante revisão da obra de Francisco Adolpho Varnhagen. Para Senna, Capistrano havia contribuído, sobretudo, para a resolução do conflito em torno das divergências interpretativas sobre a “origem” dos indígenas. Dentre as correntes em dissídio, foi citado Varnhagen, que

levou a seo exaggero ao ponto de ir buscar os ancestraes dos tupys da costa brasileira entre os povos navegadores do Mediterraneo, entre os Carios da Jonia Asiatica e outros centros de origem hellenica. Está na *História geral do Brasil*, do

⁴⁹³ SENNA, N.C. Os índios no Brasil: memória ethnographica. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. 13. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. 2ª ed. 1908, p. 147.

⁴⁹⁴ Ibidem, p. 154.

⁴⁹⁵ Ibidem, p. 155.

⁴⁹⁶ Ibidem, p. 157.

eminente diplomata – o Herodoto nacional – semelhante absurdo geographico e historioco (tom. I, 2ªed. pag. 56). [...] Nem sequer ficou assentado o nome colectivo, que seria apropriado aos nossos aborígenes, como bem diz o professor Capistrano de Abreo.⁴⁹⁷

Alguns termos, como “tapuios”, “caboclos”, “brasis”, “bugres”, “brasilienses”, “botocudos”, e mesmo o termo “índios”, incomodavam Senna por serem “designações genericas que do seculo 16º aos nossos dias têm sido dadas ao gentio do Brasil”, e acrescentou com indignação: “o certo é que o nome Indios, provindo de um erro geographico de Colombo, ao pensar que chegára ás Indias do Oriente, quando tocou, em 1492, na primeira terra americana, foi o que vingou. Está hoje consagrado pelo uso geral”⁴⁹⁸. Senna fez referência aos trabalhos de dois naturalistas alemães, Von Martius e Paulo Ehrenreich, que dividiam os índios brasileiros em cinco grupos, dentre os quais interessavam a Senna especialmente quatro, denominados de

4 grandes nações de indios sul-americanos, que nos pareceram absolutamente distinctas e separadas umas das outras, pelos seus mythos, linguagem, costumes e até mesmo pela irreductibilidade do typo physico: a nação Tupy; a Tapuya ou Gé; a Maipure ou Nu-aruaq; e a Carahyba, diversamente graphada Caraíba ou Cariba.⁴⁹⁹

Apesar de reconhecer a qualidade dos trabalhos dos autores alemães, para Senna continuavam “como problemas insolúveis as varias questões, que se prendem ás primitivas migrações desses povos, á sua expansão e fixação pelos diversos pontos do continente, a determinação exacta de suas zonas de influencia, no cruzamento e aproximação de umas tribus para outras”. Entretanto, o historiador mineiro concluiu em defesa dos autores estrangeiros, enfatizando que “mais uma vez os allemães levam a palma, nas investigações sobre o indianismo no Brasil, calcando sobre bases scientificas os seus estudos de Ethnographia, linguistica e mythographia sobre os nossos selvagens”⁵⁰⁰.

O texto foi encerrado com um *Appendice* composto por notas, nas quais notícias a respeito do tema foram transcritas e comentadas. Em uma dessas notas, Senna reforçou a necessidade de contato pacífico com as populações indígenas e da demanda de promoção de mais iniciativas nesse sentido, uma vez que

Das noticias aqui transcriptas, umas provam o modo deshumano porque os pretensos civilisados vão fazendo, a ferro e fogo, a proveitosa catechese dos Bugres, em Minas Geraes, S. Paulo e Santa Catharina, e outros revelam o bom proveito alcançado

⁴⁹⁷ Ibidem, p. 158.

⁴⁹⁸ Idem.

⁴⁹⁹ Ibidem, p. 160.

⁵⁰⁰ Ibidem, p. 168.

pelos meios pacíficos sobre os índios no Maranhão. Sem o estipendio dos cofres officiaes, poucos são os nucleos de catechese ainda existentes, no territorio da Republica.⁵⁰¹

Contudo, logo em seguida Nelson de Senna defendeu a intervenção do Estado em relação ao domínio dos “selvagens” nas terras que margeavam a estrada entre Minas Gerais e Bahia. Acreditando que a luta armada não era a solução adequada para o problema, propunha que uma área fosse reservada aos índios para que as demais pudessem ser “colonizadas”. Os colonos foram apresentados como os heróis que desbravaram aquelas terras, passando por todo tipo de dificuldades – “e essa pobre gente ainda lucha com os Índios!”. Encerrou seu texto afirmando: “em nome destes desprotegidos [os colonos] appélllo para a sabia intervenção do Governo do Estado de Minas”.⁵⁰² Defensor do progresso civilizatório, Senna via na catequese um meio pacífico de salvar os indígenas da “barbárie”. Assim, o “Índio só se chega ao contacto com os brancos, com os civilisados, por meios pacíficos. Violentado, perseguido, escravizado, elle reage como póde, pela vingança, pela traição”⁵⁰³. Ao fim do trabalho foi exposta uma lista dos nomes das principais tribos brasileiras, incluindo as extintas, organizadas por ordem alfabética, compondo “cerca de 450 povos, tribus, grupos e nações selvagens de nosso paiz”⁵⁰⁴.

Por fim, vale ressaltar que a questão indígena também foi objeto de ações concretas por parte dos membros do IHGMMG naquele período. Em novembro de 1910, Nelson de Senna recebeu um ofício do Primeiro Tenente Engenheiro Alberto Portella, que era naquele momento inspetor do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, comunicando-lhe a instalação do Serviço na Inspeção de Minas Gerais, na cidade de Teófilo Otoni, e pedindo seu “auxílio moral” em prol da mesma.⁵⁰⁵ O Serviço era uma das atividades promovidas pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, e, uma vez estabelecida a comunicação com o *Instituto Histórico*, seus sócios se utilizaram deste canal aberto para tomar providências a respeito das populações indígenas no estado. Por solicitação de Alberto Portella, Nelson de Senna apoiou em 1911 o projeto apresentado pelo Deputado João Antonio, sobre a concessão de terras devolutas do estado ao Governo Federal,

⁵⁰¹ Ibidem, p. 170.

⁵⁰² Ibidem, p. 173-174.

⁵⁰³ Ibidem, p. 175.

⁵⁰⁴ Ibidem, p. 179-218.

⁵⁰⁵ ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. Ofício comunicando a instalação na Inspeção de Minas Gerais do Serviço de Proteção aos Índios... APCBH//NCS.2(443) 1910.11.18.

necessárias à fundação de povoações indígenas nas regiões do Mucuri, Jequitinhonha e Rio Doce.⁵⁰⁶

No dia 25 de junho do mesmo ano, o sócio Ignacio Murta colocou na pauta da reunião do *Instituto Histórico Mineiro* a discussão a respeito da situação dos índios no estado, solicitando que o Presidente da associação intervisse para a catequese e civilização dos índios do Vale do Jequitinhonha. Na sessão seguinte, do dia 23 de julho, Ignacio Murta agradeceu a colaboração de Manoel Miranda, Subdiretor do Serviço de Proteção aos Índios em Minas, por ter telegrafado ao Inspetor de Serviço em Teófilo Otoni, recomendando-lhe prestar com urgência todo o amparo “aos nossos irmãos indígenas, do Rio Jequitinhonha”.⁵⁰⁷ Os sócios ainda retomaram o tema na reunião posterior, em 27 de agosto, quando o mesmo Ignacio Murta foi designado como representante do *Instituto* em Araçuaí para que se tomassem todas as providências necessárias perante o Inspetor de Serviço de Proteção aos Índios naquela região e adjacências.⁵⁰⁸

Em seu casamento com a história, a geografia esteve voltada para as questões de ordem mais práticas que diziam respeito à organização do estado, como os limites territoriais e a distribuição da população, que eram ainda motivos de conflitos. Recorrendo à história, os sócios do IHGMG procuraram resolver de forma racional suas “questões de limites”, e foi também na história que se encontrou um lugar para o indígena. Todavia, em que se pese o reconhecimento pelas contribuições dos povos indígenas à formação cultural da nação, a coexistência com aqueles povos só seria viável por meio do “amparo”, ou seja, da tentativa de conversão religiosa e aos padrões de vida do homem branco e “civilizado”, ou pelo isolamento em um dado local, de onde não pudessem comprometer a formação do estado em moldes republicanos. O modo de vida dos indígenas estava longe dos padrões desejados por aqueles homens, padrões que encontraram e buscaram reforçar por meio da divulgação da vida dos “homens ilustres” que para eles efetivamente tinham construído a nação.

⁵⁰⁶ ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. Telegrama do 1º Tenente Dr. Alberto Portella... APCBH//NCS.2(485) 1911.06.13./ Ofício de G. Martins, escrevente do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio... APCBH//NCS.2(506) 1911.09.20.

⁵⁰⁷ LIVRO DE ACTAS DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DE MINAS GERAES: 1907-1927/ 1927-1929, Ata das sessões de 25 de junho e 23 de julho de 1911. Folha 13.

⁵⁰⁸ Ibidem, Ata da sessão de 27 de agosto de 1911. Folha 14.

3.6 História e biografia: a vida dos *mineiros ilustres*

Na virada do século XIX para o XX, mesmo que algumas correntes historiográficas europeias questionassem a validade da história dos “grandes homens”, a mesma manteve seu posto, tanto em Portugal⁵⁰⁹, quanto em sua antiga colônia americana. Não isenta, é claro, de críticas e questionamentos. Pedro Lessa, por exemplo, afirmava em 1900 que “longe de nós a convicção de que seja verdadeiro o paradoxo de Carlyle para quem ‘a historia universal consiste essencialmente nas biographias reunidas dos heróes’ (Carlyle – Les héroes, trad. de Izoulet, conferencia 1ª)”, pois, “bem sabemos que os grandes homens são productos do meio social: antes que um grande homem possa refazer uma sociedade, é preciso que a sociedade o faça”⁵¹⁰. Não é inapropriado, entretanto, reconhecer as contribuições do gênero biográfico para as reflexões sobre o passado naquele momento da historiografia nacional. Para o século XIX brasileiro, bem como nas décadas iniciais do XX, era uma das tarefas dos historiadores se preocupar com as biografias dos grandes homens, pois aquelas vidas ilustres ao mesmo tempo em que contribuía para a narrativa da própria história da nação, eram a base normativa para a formação dos futuros cidadãos.

As relações entre biografia e história, ainda que sejam campos distintos, têm em comum “uma historicidade que se caracteriza por distanciamentos, mas também por aproximações, por trocas e contribuições mútuas”⁵¹¹. De acordo com Temístocles César, naquele momento as biografias faziam parte do mesmo regime de historicidade que orientava os demais planos historiográficos do IHGB e de parte considerável da elite intelectual brasileira: a *historia magistra vitae* “promotora de exempla (de modelos) a serem seguidos”⁵¹². Outros autores exploraram a fundo esta questão, chegando a propor que a história e a biografia praticadas no século XIX brasileiro e nos primeiros anos do XX, em especial se tratando da produção dos institutos históricos, também guardava uma proximidade epistemológica, de modo que,

⁵⁰⁹ O culto ao “grande homem” difundido em Portugal pelos positivistas e republicanos a partir da segunda metade do século XIX contribuiu para a difusão da ideia de que o homem, considerado isoladamente, não poderia ser visto como a causa da história, mas suas ações interferiam diretamente no curso dos acontecimentos. CATROGA, F. Ritualizações da História. In: TORRALBA, L.R.; MENDES, J.A.; CATROGA, F. *História da História em Portugal - séculos. XIX-XX*. Lisboa: Círculo, 1996, p. 546-579.

⁵¹⁰ LESSA, P. Op. cit. 1908, p. 262-263.

⁵¹¹ CEZAR, T. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. *MÉTIS: história & cultura* – v. 2, n. 3, p. 73-94, jan./jun. 2003, p. 73.

⁵¹² *Ibidem*, p. 74.

No material estampado nas páginas da revista do Instituto Histórico e Geográfico brasileiro (IHGB) e, sobretudo, na seção dedicada às vidas de brasileiros ilustres, desde a sua criação, em 1839, até o final do século XIX, a escrita de biografias pode ser compreendida não somente como rito e estratégia de fixação da memória, mas como um problema historiográfico. Isso porque a aposta biográfica dos sócios do IHGB, mesmo justificada pela vocação moralizante dessa modalidade de escrita, permaneceu submetida a uma ambição de verdade análoga à da historiografia.⁵¹³

Tomar como objeto os textos de natureza biográfica nos ajuda a compreender melhor a produção daqueles historiadores, que pareciam fazer coexistir sem maiores conflitos o “modelo antigo” da *historia magistra vitae* com os “modernos” paradigmas historiográficos. Oliveira, em conformidade com essa ideia afirma que

o projeto de elaboração do panteon de brasileiros ilustres, com sua forte ênfase no culto dos homens exemplares, justificado pelos argumentos da fórmula antiga *historia magistra vitae*, não esteve em descompasso com a modernização da historiografia, mas sim, em muitos casos, compartilhou com esta as exigências da comprovação documental.⁵¹⁴

Avaliando as disposições de Januario da Cunha Barbosa, um dos fundadores do IHGB em 1839, Maria da Glória Oliveira nota que, para aqueles homens, história e biografia eram gêneros interdependentes, ou mesmo indistintos. Assim, naquele momento, “a mobilização do preceito antigo *historia magistra vitae* como argumento-chave do projeto historiográfico do IHGB tornava desnecessária qualquer tipo de partilha ou distinção pontual entre os gêneros”⁵¹⁵, e por isso “as vidas de indivíduos notáveis do passado mereciam ser narradas para permanecer a salvo do esquecimento produzido pelo tempo e para guiar, com seus ensinamentos morais, as ações no presente, assim como um livro de história”⁵¹⁶. Sendo assim,

a despeito das novas exigências disciplinares, nem a história nem a biografia precisariam renunciar terminantemente à antiga função magisterial em nome dos modernos axiomas de cientificidade. E, de modo específico, a composição dos panteões biográficos no Oitocentos pode ser compreendida como manifestação tangível e efetiva não apenas da permanência, mas das mobilizações renovadas do topos da *historia magistra vitae* no contexto de elaboração das historiografias nacionais.⁵¹⁷

Para além das proximidades com a prática historiográfica, alguns recursos utilizados nas biografias marcaram o gênero. Entre elas, duas se destacam: a utilização de ilustrações e sua conformação em textos curtos. O recurso iconográfico era utilizado para retratar os

⁵¹³ OLIVEIRA, M.G. Biografia e *historia magistra vitae*: sobre a exemplaridade das vidas ilustres no Brasil oitocentista. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 22, n. 42, p. 273-294, dez. 2015, p. 276.

⁵¹⁴ *Ibidem*, p. 277.

⁵¹⁵ *Ibidem*, 279.

⁵¹⁶ *Idem*.

⁵¹⁷ *Ibidem*, 285.

biografados, tendo por função “fazer com que os contemporâneos conheçam e reconheçam os contemporâneos ilustres”. Januário da Cunha Barbosa, segundo Temístocles Cezar, “consolida a relação entre os homens comuns e a história narrada a partir dos grandes homens. Os homens comuns são chamados a observar a grandeza e a excepcionalidade das fisionomias e dos gestos dos grandes e excepcionais homens”⁵¹⁸. Para o historiador essa assimetria entre observador e observado não significava a exclusão dos primeiros na construção histórica da nação brasileira, mas “ao contrário, ela indica os papéis de cada um no curso de um devir mais geral: uns fazem aquilo que os outros devem imitar”⁵¹⁹. Além de ser um ato de contemplação, a leitura de uma biografia era “igualmente um gesto de inserção cultural e política”⁵²⁰.

O segundo aspecto, o da concisão dos textos, foi explorado por Oliveira. De acordo com a historiadora, o modo rápido de exposição das biografias colocava o leitor em contato com a ideia de unidade da vida do grande homem, cuja existência era reduzida a episódios perfeitamente encadeados em ordem cronológica. Para a historiadora,

Se considerarmos a forma breve dessas notícias biográficas em seu conjunto, é possível perceber que a exemplaridade se apresenta ao leitor pelo efeito de recursos narrativos capazes de demonstrar a unidade de uma vida, cujo propósito é desvelado contínua e linearmente no relato dos episódios sucessivos da existência em ordem cronológica, do nascimento até a morte.⁵²¹

Capistrano de Abreu, como um dos mais destacados historiadores do período, não figura entre os letrados que se consagraram à escrita de biografias. Todavia, Oliveira afirma que o renomado historiador não se privou de utilizar dos recursos próprios da pesquisa biográfica, e que ele mesmo realizou um ensaio sobre o Duque de Caxias, publicado na *Gazeta de Notícias* em agosto de 1903, data que coincidia com o centenário de nascimento do personagem. O texto exemplifica o caráter singelo das biografias do período, sendo “marcado pela prosa enxuta, quase telegráfica, na qual se combinam concisão, eloquência e, por vezes, singeleza”⁵²². Em síntese, Capistrano relata as campanhas vitoriosas na pacificação do Rio Grande do Sul e na Guerra do Paraguai, eventos nos quais Caxias teria sido um dos

⁵¹⁸ CEZAR, T. Op. cit. 2003, p. 86.

⁵¹⁹ Idem.

⁵²⁰ Idem.

⁵²¹ OLIVEIRA, M.G. Op. cit. 2015, p. 280.

⁵²² Ibidem, p. 288.

protagonistas. Para Oliveira, “a breve biografia de Caxias sintetiza e se confunde com o momento histórico de afirmação e plenitude do projeto político do Estado imperial”⁵²³.

Em Minas Gerais, exemplos desse modo de lidar com a vida dos homens ilustres foram as *Galerias de Mineiros Ilustres e Extrangeiros Ilustres*, presença constante nas páginas do *Anuario Chorographico Estatistico e Historico do Estado de Minas Geraes*, de Nelson de Senna, desde os primeiros números. Reforçado após a criação do *Instituto Histórico Mineiro*, o tema das biografias apareceu nas primeiras reuniões como demanda efetiva para os sócios. Já na primeira sessão ordinária, realizada no dia 30 de agosto de 1907, João Pinheiro, Presidente do Estado e do *Instituto Histórico*, convidou Carlos Ottoni, Virgílio de Mello e Franco, Affonso Arinos e Antonio Valladares, para elaborar os primeiros trabalhos, “cuja leitura fosse feita durante as seções subsequentes do Instituto”, e que versassem sobre as “biographias de barões illustres”. O próprio João Pinheiro se comprometia a elaborar um trabalho sobre a vida de Antonio de Albuquerque.⁵²⁴ Novas empreitadas foram propostas nas reuniões subsequentes, como a biografia de Xavier da Veiga encomendada a Augusto de Lima, seu “sucessor e continuador” no *Arquivo Público Mineiro*.⁵²⁵ Entretanto, em contrapartida a alta demanda, nas atas do *Instituto* consta o registro do retorno de somente um desses sócios: Carlos Ottoni, que já na sessão do dia 18 de outubro ofereceu a biografia de seu pai, Teophilo Benedicto Ottoni, aos consócios. Efetuada a leitura naquela sessão, o trabalho foi posteriormente publicado na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, como forma de “commemoração do 1º centenario de nascimento do grande cidadão”⁵²⁶.

Para Carlos Ottoni, seu pai fazia parte de um seletto grupo de pessoas, “que o perpassar dos annos não fará nunca esquecer”. “Varão forte e justo”, não lhe faltava elogios proferidos por homens igualmente ilustres, depoimentos que o biógrafo fez questão de transcrever em seu texto, como forma de comprovação da aceitação de que se nutria Teophilo Ottoni. Lafayette, por exemplo, “sabio jurisconsulto e eminente estadista brasileiro”, em um discurso proferido na “Reforma”, havia lhe chamado de “o mais alto, o mais completo e o mais constante reppresentante [sic] que a democracia já teve nesta terra”. Era importante para

⁵²³ Ibidem, p. 289.

⁵²⁴ LIVRO DE ACTAS DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DE MINAS GERAES: 1907-1927/1927-1929. Folha 06.

⁵²⁵ Ibidem, Folha 07.

⁵²⁶ OTTONI, C. Theophilo Benedicto Ottoni: memória biographica lida no Instituto Historico e Geographico Mineiro e publicada em commemoração do 1º centenario do nascimento do grande cidadão: 1807 – 1907. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ano / Vol. 12. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1907, p. 711.

Carlos Ottoni frisar que, mesmo sendo um homem que viveu no Império, seu pai havia contribuído de forma ímpar para a efetivação do projeto republicano no Brasil, e por isso se tornava um herói digno de lembrança. Havia sido afinal um homem que “amou a Republica, acariciou-a em seus sonhos, padeceu e batalhou por ella, mas morreu no monte Nebo sem ver a terra da Promissão”⁵²⁷. Nesse sentido e ratificando a tenuidade da linha divisória entre história e biografia, Carlos Ottoni afirmou:

Sua morte foi uma sensível perda nacional, emocionou tristemente o Brasil inteiro e particularmente Minas Geraes, que, na phase [sic] conceituosa de José Pedro Xavier da Veiga, nas Ephemerides Mineiras, com razão se orgulhava daquelle filho, patriota eminente e de um caracter immaculado.
É a justiça da historia.⁵²⁸

Mesmo trabalhando incessantemente para sustentar a família, Theophilo Ottoni encontraria tempo para se dedicar à política, “sua paixão de moço e que encheu sua vida inteira”⁵²⁹. Carlos Ottoni afirmou com todas as letras: “o idéal de Theophilo Ottoni era a Republica”⁵³⁰, compreendida como *governo do povo por si mesmo*. Como oficial da Marinha, T. Ottoni teria participado diretamente de movimentos contestatórios da ordem vigente que levaram à Abdicação de D. Pedro I em 1831, movimentos estes que, para o biógrafo, apenas preparavam terreno para o grande golpe que instauraria a República. A despeito das acusações de “versatilidade” dos revolucionários de 1831, Carlos Ottoni foi bastante enfático ao defender a necessidade de um período de transição para a política nacional, aspecto que já seria percebido pelos atores do período. Dessa forma, “deve-se attender á época de transição, ao aspecto do tempo, ás circumstancias do meio, á falta de educação do povo, do aparelhamento para a revolução, ao receio de tudo perder pela desorganização e pela anarchia”⁵³¹, por isso concluiu que “o 7 de Abril foi uma meia victoria. Não era a Republica que triumphava, mas o despotismo que cahia. O 7 de Abril devia ser a Republica, mas podia também ser a anarchia com as desordens, as sedições, a intervenção estrangeira”⁵³².

A historiografia atual confirma que durante sua estadia no Rio de Janeiro Ottoni frequentava meios de discussões políticas, “nas quais predominavam ideais republicanos de colorações americanistas”⁵³³. Todavia, vítima de perseguições na Marinha, Theophilo Ottoni teria deixado a Capital e retornado a Minas Gerais, onde fundou a *Sentinela do Serro*. Para

⁵²⁷ Ibidem, p. 713.

⁵²⁸ Idem.

⁵²⁹ Ibidem, p. 715.

⁵³⁰ Idem.

⁵³¹ Ibidem, p. 719.

⁵³² Idem.

⁵³³ DUARTE, R.H. (Org.). *Notícias sobre os selvagens do Mucuri*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p. 14.

Carlos Ottoni, tal manobra em hipótese alguma significava o abandono da causa republicana – “retirando-se do centro dos acontecimentos que evoluíam, não ensarilhou as armas, mas levou o sabre de combate”⁵³⁴, ou seja, a tipografia. O *Sentinela do Serro* foi um jornal de oposição por meio do qual T. Ottoni teceria “fortes ataques à política de D. Pedro I”⁵³⁵, ponto que não foi destacado na biografia de Carlos Ottoni, possivelmente por não condizer com a história conciliadora que os republicanos empreenderam fundar, a qual, salvo raras exceções, fazia críticas diretas ao antigo Imperador. Para além da atuação na imprensa, T. Ottoni teria liderado os acontecimentos que transformariam o Serro em uma “praça d’armas, em revolta aberta contra o governo” em 1831. No preparo para o combate, até mesmo as mulheres serranas teriam se empenhado: “as senhoras serranas offereceram suas joas [sic], seus serviços e uma quota para a caixa militar”⁵³⁶. Mesmo após a Abdicação, T. Ottoni teria continuado a empreender suas lutas em prol da democratização do país, chegando a ser perseguido e ter as portas da *Sentinela do Serro* cerradas por propor reformas constitucionais.

Em 1842, T. Ottoni seria encontrado novamente à frente dos movimentos que tiveram palco em Minas Gerais. Reunindo monarquistas e republicanos, a Revolução de 1842, na avaliação de Carlos Ottoni, não constituiu nenhum crime, uma vez que “a revolução é direito quando se impõe como reivindicação de direitos”. Theophilo Ottoni estava no Rio de Janeiro quando a Revolução teve início na noite do dia 14 para 15 de junho, todavia prontamente deixou “o lar querido da família e arrostando quantos perigos, correu para partilhar da sorte de seus amigos”.⁵³⁷ Ao descrever a chegada do *herói* a Minas, Carlos Ottoni afirmou que

não foi sem grande embaraço que poudo chegar a seu destino. Havia o alarma das revoluções, a policia estava vigilante, as estradas tomadas. Mas Theophilo Ottoni accorreu resolute, montado na *célere besta Montanha*, cobrindo-se com um chapéo de chile de abas largas para disfarçar-se.⁵³⁸

Diante dos resultados negativos da empresa de T. Ottoni, o biógrafo se esforçou para explicar os motivos que levaram àquele desfecho:

A verdade historica impõe que se diga que a revolução mallogrou porque os elementos não estavam aparelhados, appareceram indecisões, marchas e contra-marchas, e quando a revolução podia entrar victoriosa em Ouro Preto, ordens foram dadas para que os insurgentes seguissem para Bocaina. T. Ottoni sujeitou-se para evitar ridiculo desfecho.⁵³⁹

⁵³⁴ OTTONI, C. Op. cit. 1907, p. 717.

⁵³⁵ DUARTE, R.H. (Org.). Op. cit. 2002, p. 14.

⁵³⁶ OTTONI, C. Op. cit. 1907, p. 719.

⁵³⁷ Ibidem, p. 727-728.

⁵³⁸ Ibidem, p. 728.

⁵³⁹ Ibidem, p. 730.

Presos T. Ottoni e seus companheiros, foram julgados em Mariana e, unanimemente absolvidos pelos jurados, receberam anistia política. Desiludido com a política, T. Ottoni passou a se dedicar à Companhia do Mucury, por ele fundada – “obra de previsão e de patriotismo, cujo objectivo era: - rasgar a matta espessa, chamar á civilização os indios bravios, povoar, colonizar; fundar uma cidade livre no norte de Minas, dar-lhe um porto de sahida, facilitando as comunicações para o littoral”⁵⁴⁰. Deixando para trás o amor da família, o conforto do lar e o prestígio da política, T. Ottoni teria sacrificado dez anos de sua vida para “expor-se cem vezes ás settas hervadas dos indios bravios, em inhopitas [sic] brenhas; atravessar pantanos e logares palustres, dormir ao relento, padecer fome, alimentar-se de palmitos sem sal e fructos silvestres”⁵⁴¹. Entretanto, para o biógrafo as desventuras de seu pai não se encerravam naqueles perigos. Para agravar a situação, estivera exposto “ás tramas dos governos, aos assaltos da maledicencia, á deslealdade de falsos amigos, a odios que não cançam”⁵⁴². É plausível pensar que Carlos Ottoni estivesse nesse ponto se referindo às denúncias feitas pelo viajante Robert Avé-Lallemant acerca das péssimas condições em que se encontravam os imigrantes que trabalhavam na Companhia, após a qual o Governo Imperial encerrou suas atividades em 1861.⁵⁴³ O esforço de T. Ottoni, entretanto, teria rendido a Minas um importante município, que continuaria contribuindo para o progresso comercial do estado.

Carlos Ottoni passou a tratar em seguida sobre a *biografia moral* de seu pai, sintetizando os momentos finais de sua vida. Nessa passagem em especial, é possível observar como o historiador transitava sem grandes conflitos entre história e memória, tomando suas recordações pessoais colhidas nos dias de juventude como comprovação de suas afirmações:

Nos ultimos annos de sua vida, o grande servidor da Patria, o inolvidavel Theophilo Benedicto Ottoni – minado de enfermidades, com o figado atacado, com infiltrações de impaludismo, soffrendo do coração, ainda luctava e trabalhava!

Via-o quem escreve essas linhas pallidas – no recésso do lar querido, de pé desde cédo, fazendo leitura rapida dos jornaes, notando cartas innumeras para respostas, fazendo apontamentos de pedidos, uma refeição rapida, e sahindo para a labuta da vida.⁵⁴⁴

Valores como o nacionalismo e a democracia perpassam todo o texto e do mesmo modo podem ser encontrados em suas últimas linhas, posicionando Theophilo Ottoni não apenas como um homem repleto de virtudes pessoais, mas como um herói cívico em defesa

⁵⁴⁰ Ibidem, p. 735.

⁵⁴¹ Ibidem, p. 736.

⁵⁴² Idem.

⁵⁴³ DUARTE, R.H. (Org.). Op. cit. 2002, p. 13-14.

⁵⁴⁴ OTTONI, C. Op. cit. 1907, p. 741.

da república brasileira. Notamos, assim, como Carlos Ottoni elaborou uma obra em sintonia com as demandas de seu período, expressando a ideia de que “afora a sua eficácia como instrumento de pedagogia cívica e moral, as vidas e feitos dos grandes personagens revelavam o ‘movimento geral’ da história”⁵⁴⁵. Desse modo, a morte de T. Ottoni no dia 17 de outubro de 1869 teria abalado “as fibras do Paiz inteiro”, constituindo-se em uma “perda irreparável”. Aquele *varão forte e justo* teria recebido um funeral democrático, no qual “as classes allí estavam confundidas, sem distinções convencionaes”.⁵⁴⁶ Após uma vida de dedicação à causa republicana T. Ottoni mereceu, afinal, ser introduzido na *galeria de mineiros ilustres* e, ao fazê-lo, Carlos Ottoni consagrava a si próprio como historiador republicano.

Ao longo das duas primeiras décadas de existência do IHGMG seus sócios circularam nas festas comemorativas, nos congressos científicos e nas escolas, defendendo uma concepção de história renovada pelo impacto dos novos métodos de pesquisa europeus, tanto quanto das demandas do regime republicano que se buscava implantar. Temas, com destaque para a Inconfidência Mineira, foram recortados do passado do estado devido ao seu potencial de responder à demanda de construção de uma história republicana em que Minas Gerais pudesse se destacar como protagonista dos acontecimentos que levaram à Proclamação, ao mesmo tempo em que construía um discurso que unificava suas regiões. Nessa tarefa, encontraram na biografia, assim como na geografia, ferramentas para a construção da história do estado, e, conseqüentemente, do próprio estado. Resta-nos agora responder a uma última questão: *como todo aquele empreendimento foi avaliado pelos sócios do IHGMG da geração posterior?*

3.7 1927 - um balanço dos vinte anos do IHGMG

Em 1927, após vinte anos de ação, os sócios do IHGMG se reuniram para avaliar o trabalho desenvolvido até ali e redefinir suas estratégias, fundando naquele momento o que chamaram de “Segunda Fase” da associação, em contrapartida à “Primeira Fase” definida por aquelas duas décadas iniciais. Defendemos a ideia de que o entusiasmo diante da possibilidade de se promover uma efetiva renovação e de conferir maior valor e destaque para seus próprios esforços levou os membros a emitir pareceres demasiadamente pessimistas em

⁵⁴⁵ OLIVEIRA, M.G. Op. cit. 2015, p. 283.

⁵⁴⁶ Ibidem, p. 743.

relação aos primeiros trabalhos. Ao confrontar aqueles discursos com o pensamento e posicionamento dos sócios precedentes, em boa parte ainda presentes em 1927, é possível notar certo exagero retórico dos fundadores da Segunda Fase. Nossa hipótese aqui é a de que a fundação daquela nova fase representou um momento de sistematização dos trabalhos e de reiteração do *Instituto Mineiro* enquanto um lugar de fala sobre o passado onde deveriam se reunir, em esforço conjunto, os homens autorizados para esse fim.

Além do movimento dentro do *Instituto Mineiro*, 1927 foi um ano marcado por episódios significativos para a escrita da história no Brasil. Como destacou Ângela de Castro Gomes, a publicação de um acentuado número de obras dedicadas ao passado nacional, como os trabalhos de Alberto de Faria, Tobias Monteiro e Pandiá Calógeras, dentre outros nos quais se destaca o lançamento da terceira edição da *História Geral do Brasil*, de Francisco Adolfo Varnhagen, fez com que aquele ano pudesse ser visto como um “dos melhores para a história nacional”⁵⁴⁷. Não obstante a morte concomitante do grande nome da historiografia mineira, Diogo de Vasconcellos, em junho de 1927, seguido do falecimento de Capistrano de Abreu, em agosto daquele mesmo ano, que também era uma forte referência para os historiadores mineiros, o clima de entusiasmo e renovação em relação aos estudos sobre o passado parecia ultrapassar as fronteiras de Minas Gerais.

Detendo-nos, todavia, em nosso objeto de estudos, notamos pelos registros no Livro de Atas que as reuniões do *Instituto Histórico de Minas* foram interrompidas entre agosto de 1919 e fevereiro de 1927⁵⁴⁸. No dia 13 de fevereiro de 1927, reunidos na *Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais*, os sócios realizaram um encontro para discutir os rumos da instituição, tendo por finalidade “tratar dos meios mais convenientes de levar a efeito os intuitos de S. Ex. o Sr. Presidente do Estado [Antonio Carlos], no sentido do restabelecimento desta mesma Associação, destinada a prestar ainda relevantes serviços ao País”⁵⁴⁹. Alguns dos sócios fundadores, como Rodolpho Jacob e Aurelio Pires, estavam presentes naquele momento. Outros designaram pessoas que os substituíssem, como Diogo de Vasconcellos, representado por Roberto Vasconcellos; Nelson de Senna, por Caio Nelson de Senna; e, Francisco Mendes Pimentel, por Juscelino Barbosa. Reuniram-se ao grupo figuras de prestígio, como Mario de Lima, Abílio Machado e Abílio Barreto.

⁵⁴⁷ GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 82-83.

⁵⁴⁸ LIVRO DE ACTAS DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DE MINAS GERAES: 1907-1927/1927-1929. Folha 49.

⁵⁴⁹ Idem.

Rodolpho Jacob, ainda ocupando a posição de Presidente do IHGMG, abriu aquele encontro fazendo uma síntese das atividades em que os membros do *Instituto* se envolveram durante o período de recesso das reuniões, demonstrando assim que mesmo com os encontros interrompidos os trabalhos dos membros continuavam sendo realizados. O Presidente lembrou, por exemplo, da realização do *6º Congresso de Geographia*, em 1919; do Bicentenário do levante de Villa Rica e do sacrifício de Felipe dos Santos, em 1920; do Centenário da primeira viagem do príncipe D. Pedro I a Minas Gerais, *de consequências tão relevantes para o surto da Independência*, em 1921; e do Centenário da posse do primeiro presidente de Minas, Visconde de Caeté, em 1924. Poucas informações sobre essas atividades sobreviveram ao tempo, mas a ênfase dada às mesmas naquele momento, frente aos discursos que se seguiram, nos demonstra o esforço em se provar que mesmo não se reunindo com frequência mensal, os sócios continuavam atuando em nome do IHGMG. Consideramos este discurso como um importante documento que nos proporciona uma visão mais crítica em relação às propostas de renovação da instituição, o que será reforçado com novos apontamentos adiante. Vale, todavia, desde já acrescentar outros exemplos de atividades à lista do Presidente, como a presença dos membros do IHGMG no *Primeiro Congresso Internacional de Historia da América*, promovido pelo IHGB em 1922, além das publicações realizadas naquele intervalo de tempo, como vimos anteriormente.

Após o seu pronunciamento, o Presidente pediu exoneração de seu cargo, função que ocupava desde 1919, “por motivos imperiosos de consciencia”. Luis Pessanha, que havia sido Secretário do IHGMG praticamente durante toda a Primeira Fase, também pediu afastamento. Iniciavam assim as rupturas que marcariam fases distintas no tocante a administração da associação. Após estas declarações, Aurelio Pires tomou a palavra, propondo-se a expor o pensamento do Presidente do Estado, Antonio Carlos, para o futuro do *Instituto Histórico Mineiro*. O mesmo fez o registro dos votos de pesar pela morte de João Pinheiro, que havia fundado o *Instituto*, e de todos os sócios que faleceram no intervalo entre as sessões, e em seguida manifestou seu agradecimento a Antonio Carlos pela iniciativa de soerguer a associação. Pela fala de Aurelio Pires, notamos os fundamentos do que se tornou uma interpretação recorrente a respeito da Primeira Fase da associação: um hiato entre dois presidentes do estado, marcado por um início excepcional devido à presença de João Pinheiro, mas que após a morte do mesmo teria perdido gradativamente sua expressão, até o renascimento promovido por Antonio Carlos. Tal discurso foi iniciado pelos fundadores da chamada Segunda Fase do IHGMG, e será importante nos determos um momento nele.

Na publicação especial da *Revista do Arquivo Público Mineiro*, comemorativa dos vinte anos do *Instituto Histórico*, recordou-se a trajetória da instituição até aquele momento. O texto iniciou-se com as primeiras tentativas de se fundar aquele modelo associativo em Minas, lembrando as investidas de Nelson de Senna e as manifestações na imprensa para que o projeto se concretizasse. Repassaram-se, em seguida, os principais pontos das atas das sessões de fundação e instalação, colocando como figura central João Pinheiro, que teve seu discurso transcrito. Foram abordados os fins do *Instituto*, através da reprodução dos três primeiros artigos dos Estatutos. Em seguida, foi apresentada uma lista com os nomes dos Presidentes até aquele momento, sem, todavia, especificar o período em que teriam estado à frente da associação. Adiante encontramos anotado que, em fevereiro de 1927, por iniciativa do então Presidente do Estado, dr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, “entrou essa associação científica em nova phase, como se vê das seguintes noticias, publicadas no órgão official dos poderes do Estado”⁵⁵⁰.

Como pode ser observado, não são feitas referências aos trabalhos de cunho historiográfico dos membros ao longo das primeiras duas décadas, colocando-se o *Instituto* entre dois mecenas - João Pinheiro e Antonio Carlos - o que foi pode ser lido na seguinte passagem:

Depois de sua installação, sob a presidencia de João Pinheiro da Silva o grande e inesquecivel estadista mineiro, o Instituto Historico e Geographico de Minas Geraes realizou hontem a mais memoravel e promissora de suas sessões, inaugurando, sob os auspicios do sr. presidente Antonio Carlos, uma nova phase de trabalho patriotico pela reconstrucção de nosso passado, em busca da grandeza do presente e da preparacão do futuro de nossa terra.⁵⁵¹

Contestando mais uma vez tal ideia, Rodolpho Jacob discursou na sessão solene de inauguração da Segunda Fase do IHGMG, realizada no dia 26 de fevereiro de 1927, na sala do Conselho Deliberativo. O último Presidente da Primeira Fase dirigiu a palavra a Antonio Carlos, lembrando que, “ao Instituto, após o carinhoso amparo do seu inolvidavel fundador, não faltou, de tempo em tempo, é justo dizel-o, sr. Presidente, a assistencia dos vossos ilustres antecessores. Afortunadamente, em nossa terra, as cousas da intelligencia não encontram esse indifferença e desdem, dos homens publicos”⁵⁵². Jacob acrescentou que, se era importante reconhecer as contribuições anteriores, “temos particular motivo para, de vosso auspicioso

⁵⁵⁰ INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DE MINAS GERAES: Origem; histórico; fins; sede. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. 21, n. 2, abr/jun. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1927, p. 108.

⁵⁵¹ Ibidem, p. 109.

⁵⁵² Ibidem, p. 111.

governo, esperar um patrocínio mais largo, mais contínuo, mais disciplinado”⁵⁵³. O ex-presidente enfatizou a relação do IHGMG com a educação do povo, a qual se dedicava o Presidente do estado, afirmando que esta não se fazia apenas nas escolas, nos templos e nos lares, mas também nos institutos “destinados ao cultivo das boas letras, das artes, das sciencias, das cousas da patria”⁵⁵⁴.

Em seguida, José Eduardo da Fonseca, Orador do IHGMG, tomou a palavra e passou a prestar homenagem ao Presidente do Estado em nome do *Instituto*. Ainda que considerasse muito cedo para avaliar o governo do atual Presidente, já seria possível, para Fonseca, afirmar a individualidade e o forte caráter de Antonio Carlos. Em continuidade, foi apresentada uma breve biografia do Presidente, enumerando seus cargos públicos e sua participação na imprensa. A conclusão a que o Orador chegou foi a de que “S. exc. é hoje pessoa sagrada: está, como o chefe que comandava as legiões de Carthago, envolto no véo mysterioso de Tanit, a deusa que traçava o curso dos destinos da Patria. E, nelle envolto, passará á historia politica do Brasil”⁵⁵⁵. Naquele momento já se podia notar o forte tom religioso com que o novo Orador do *Instituto Mineiro* envolveria suas falas, parecendo inspirar-se em seu antecessor, Diogo de Vasconcellos.

Entre aplausos, Antonio Carlos assumiu a palavra na sessão. Para o Presidente do Estado, o IHGMG representava o “orgam principal para, em beneficio das gerações futuras, descrever a terra e o homem desses tempos idos”⁵⁵⁶, a cujo renascimento os sócios presentes estavam se comprometendo. Em seguida, Antonio Carlos afirmou enfaticamente: “a historia de Minas está ainda por ser feita”⁵⁵⁷. Em sua opinião, com exceção das obras de Xavier da Veiga e Diogo de Vasconcellos – obras que surgiram antes da criação do IHGMG – o que restava aos estudiosos do passado mineiro era apenas “a leve narrativa de episodios esparsos ou monographias que, embora meritorias, valem a pena como ligeiros lineamentos para as grandes generalizações que o historiador do futuro terá de lançar”⁵⁵⁸. Tal perspectiva invalidava completamente todos os esforços empreendidos pelos sócios da Primeira Fase do *Instituto*, colocando-os em segundo plano para conferir maior expressão ao que se pretendia fundar naquele momento. É interessante notar ainda o recurso às obras de Xavier da Veiga e

⁵⁵³ Idem.

⁵⁵⁴ Idem.

⁵⁵⁵ Ibidem, p. 115.

⁵⁵⁶ Ibidem, p. 117.

⁵⁵⁷ Idem.

⁵⁵⁸ Idem.

Diogo de Vasconcellos, que foram também referência para o projeto de escrita da história proposto no momento de criação do IHGMG em 1907, demonstrando que não havia alterações significativas ou proposições inovadoras no modo como se compreendia a história.

O projeto de Antonio Carlos para a escrita da história de Minas Gerais englobava outro aspecto proposto pelos sócios fundadores do IHGMG: a ideia de que a grande síntese da história do estado permanecia como obra do futuro, para a qual as pequenas contribuições monográficas seriam bem-vindas. Assim,

Ainda que permaneçamos em simples narração de episodios, o concurso do nosso Instituto, para a obra historica, que surgirá um dia, será proeminente; e bastará pequeno esforço para que, collaborando pela fórma de conferencias mensaes, cada um de nós, projectando luz sobre tantos factos ainda obscuros, decisivamente contribúa não só para a systematização que terá de vir, como para que – o que é relevante - permaneça vivaz o amor e a admiração pelos homens do passado e pelos feitos que lhes illustram a vida.⁵⁵⁹

Ao ressaltar a permanência desses elementos, o presidente nos ajuda a entender porque ele acreditava que a escrita da história de Minas era ainda obra do futuro. Em sua avaliação, o *Instituto* fora incapaz de realizar trabalhos que superassem os de seus antecedentes, não ultrapassando os passos iniciais da narração sobre o passado. Assumindo para si a custódia do *Instituto Mineiro*, o que para ele era um dever dos presidentes estaduais, Antonio Carlos prometia proteger o IHGMG, assim como todas as iniciativas de cunho literário, artístico e científico que surgissem no estado, de cunho individual ou associativo. Como ele mesmo afirmou, os sócios podiam contar com “a segurança do meu constante e decidido amparo”⁵⁶⁰.

Uma nova diretoria e comissões de trabalho foram propostas por Magalhães Drummond naquele encontro e aprovadas pelo Presidente do Estado. Tornavam-se, desse modo, Presidente do IHGMG, Aurélio Pires; Vice-presidente, Gustavo Penna; Orador perpétuo, Diogo de Vasconcellos; Orador eleito, José Eduardo da Fonseca; 1º Secretário, Mario de Lima; 2º Secretário, Joaquim Nabuco Linhares; e, Tesoureiro, Emilio Mineiro⁵⁶¹. Reforçava-se naquele momento a figura de Diogo de Vasconcellos como Orador do IHGMG, não obstante sua recusa para o cargo, justificada pelo próprio devido à sua idade avançada e ao fato de não residir em Belo Horizonte. Todavia, como vimos anteriormente, pouco tempo depois naquele mesmo ano, Vasconcellos veio a falecer.

⁵⁵⁹ Idem.

⁵⁶⁰ Idem.

⁵⁶¹ LIVRO DE ACTAS DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DE MINAS GERAES: 1907-1927/1927-1929, Ata da sessão de 26 de fevereiro de 1927. Folha 51.

O próprio Antonio Carlos, após a solicitação de Rodolpho Jacob, designou a comissão, inicialmente composta por Diogo de Vasconcellos, Augusto de Lima, Aurelio Pires, Nelson de Senna, Rodolpho Jacob, Juscelino Barbosa e José Eduardo da Fonseca, que ficaria responsável pela organização das conferências mensais a serem realizadas com o fim de incentivar e divulgar as pesquisas de cunho historiográfico. A primeira e a segunda conferência ficaram programadas para os dias 7 e 21 de abril daquele ano, nas quais seriam oradores, respectivamente, Affonso Celso e Augusto de Lima. Exatamente no dia 7 de abril Affonso Celso discursou realçando “a data histórica” que “assignala para o Instituto Historico e Geographico de Minas Geraes o inicio brilhante e promissor de uma nova phase de trabalho intelligente e fecundo, com a inauguração da serie de conferencias que a sua directoria acaba de promover”⁵⁶².

A sessão do dia 7 de abril de 1927 foi acolhida pelo salão da Câmara dos Deputados, e contou com a presidência de Antonio Carlos e a presença de representantes de vários setores da sociedade mineira, dentre oficiais do Exército e da Força Pública, médicos, advogados, engenheiros, professores, jornalistas, escritores, membros de associações científicas, além de “numerosas familias da nossa alta sociedade”, chegando-se ao Vice-presidente da República, Fernando Mello Vianna.⁵⁶³ José Eduardo da Fonseca, exercendo sua função de Orador do IHGMG, apresentou Affonso Celso à plateia. Para Fonseca, “nada mais facil do que louvar a vida e a obra do sr. conde de Affonso Celso. Da sua mentalidade dir-se-ia com justeza que parece um instrumento maravilhoso, a que não faltasse nenhuma corda”. Em seguida, o Orador, como de costume, fez um breve levantamento biográfico do Conde, destacando seus cargos públicos e áreas de atuação. Foi lembrado também o exílio de seu pai, após a Proclamação da República. Destacando a herança da força e do gênio, que haviam passado de pai para filho, Fonseca encerrou sua apresentação com o apelo de que o *compatriota* se dignasse a receber a homenagem que o *Instituto* lhe prestava.⁵⁶⁴

Havia sido proposto para Affonso Celso falar sobre seu próprio pai como tema de sua apresentação, que recebeu o título de “Traços moraes do visconde de Ouro Preto”. O Presidente do IHGB iniciou sua fala agradecendo a calorosa acolhida que recebera em Belo Horizonte. Nascido em Ouro Preto, não havia aplaudido no início a mudança da capital, mas naquele momento dizia orgulhar-se do que a jovem cidade vinha conquistando. Para o Conde,

⁵⁶² INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DE MINAS GERAES Op. cit. 1927, p. 119.

⁵⁶³ Ibidem, p. 126.

⁵⁶⁴ Ibidem, p. 120-122.

“Ouro Preto e Bello Horizonte completam-se, harmonizam-se, representando uma a tradição e o passado, outra o progresso e o futuro; são o verso e o reverso da mesma preciosa medalha”. Saudando o *Instituto Histórico Mineiro*, Affonso Celso recordou os débitos do IHGB para com os mineiros, uma vez que seus primeiros estatutos haviam sido aprovados por Bernardo Pereira de Vasconcellos, em 1839, e a associação fora presidida por 27 anos e meio por Candido José de Araujo Vianna, marquês de Sapucahy, sendo que ambos eram filhos de Minas Gerais. Lembrou-se também da comissão enviada pelo IHGB para a inauguração do *Instituto Mineiro*, que se fez representar pelas figuras de Max Fleiuss e o Barão de Studart.⁵⁶⁵

Affonso Celso demonstrou gratidão pela escolha do tema que lhe haviam proposto, afirmando que não se preocuparia em fazer uma biografia completa do Visconde de Ouro Preto, mas traçaria “apenas algumas linhas de seu perfil moral, narrando alguns factos mais característicos da sua individualidade”. Todavia, o orador elencou os cargos exercidos por seu pai, bem como sua atuação no governo monárquico, na advocacia e na imprensa. Como Ministro, Ouro Preto teria proposto melhorias em âmbito econômico e de relações internacionais. Affonso Celso defendeu seu pai das acusações de ter sido o responsável pela queda da Monarquia, “queda determinada por muitas, remotas e graves causas”. Após a queda do Império, “banido, enfermo, com escassos recursos materiaes, injuriado, calumniado, tendo perdido todas as posições a que ascendêra, jamais proferiu uma palavra contra a Patria”. Quando o banimento foi revogado, o Visconde retornou ao Brasil, mas teria sofrido perseguições, chegando ao extremo de ser vítima de uma tentativa de assassinato. Teria então se refugiado durante algum tempo no estrangeiro, mas voltado ao Brasil para dedicar seus últimos anos ao *Instituto Histórico* e ao ensino do Direito, “tornando-se diligente e competentissimo professor”.⁵⁶⁶ O Visconde de Ouro Preto teria recebido muitas homenagens em vida, morrendo aos 75 anos de idade, a 21 de fevereiro de 1912, cercado por amigos e familiares –

Tal foi, em pallido escorço, a vida desse homem que, partindo de modestas condições, chegou, sem favoritismo, graças apenas ao seu merito, até onde, sob o Imperio, podia alguém chegar; que trabalhou, luctou, soffreu como poucos; que, tambem como poucos, conheceu horas de triumpho e horas de amarga adversidade; mas que na bôa ou na má sorte, na grandeza ou na desgraça, sempre, invariavelmente, em toda parte, mostrou, de par com peregrina intelligencia, eximias virtudes, as virtudes genuinamente mineiras, de labor, de perseverança, de firmeza, de lealdade, de honradez, de energia, de coragem civica e de patriotismo.

⁵⁶⁵ Ibidem, p. 122-123.

⁵⁶⁶ Ibidem, p. 123-126.

Muito se orgulhava elle de haver nascido em Minas; Minas muito pôde, muito deve, orgulhar-se de tal filho.⁵⁶⁷

Augusto de Lima, por sua vez, não compareceu para sua apresentação, sendo substituído por Aurelio Pires na conferência do dia 21 de abril. Realizada no mesmo local em que a primeira conferência, de acordo com a ata do evento a sessão foi igualmente bem acolhida pela alta sociedade mineira. José Eduardo da Fonseca responsável pela apresentação de Aurelio Pires, optou, todavia, por falar sobre aquele que deveria ter sido o palestrante da noite – Augusto de Lima, que não pôde estar presente na capital devido a *circunstâncias adversas*. Introduzido à plateia como “poeta-philosopho”, de cujo trabalho não possuía paralelos na literatura nacional, para o Orador, Augusto de Lima teria compreendido mais tarde que poesia e ciência não pertenciam ao mesmo universo, bem como “que a philosophia positiva da sua iniciação scientifica era uma philosophia negativa, assim como o evolucionismo e o pragmatismo, que vieram mais tarde, não passavam de simples hypotheses, aparentemente verdadeiras para uns, evidentemente falsas para outros”. Entretanto, após o “desmoronamento de tantos systemas e de tantos sonhos, salvou-se o ideal christão, florindo entre as ruinas de uma sciencia fallaz a roseira mystica”⁵⁶⁸.

Uma vez terminada a apresentação do Orador Oficial, a palavra foi passada pelo Presidente Antonio Carlos para Mario de Lima, Primeiro Secretário do *Instituto*, que procedeu a leitura do “final da sentença condemnatoria de Tiradentes e de seus irmãos de gloria e de infortunio, o que foi feito num ambiente de religioso silencio e funda emoção de toda a assistencia”⁵⁶⁹, segundo a ata do evento, tratando de modo religioso aquele documento histórico. Aurelio Pires, logo em seguida, tomou para si a palavra. O novo Presidente do IHGMG acreditava que os membros daquela associação - “de cujos fins principuos é investigar e colligir documentos concernentes á historia de nosso Estado” – estavam cientes de que a “commemoração do passado é a melhor preparação do futuro”⁵⁷⁰. Desse modo, convocou os presentes para “commemorarmos uma de nossas datas maximas, para relembrarmos um acontecimento que derrama luz intensa nas paginas de nossos factos, para evocarmos a figura esculptural, épica, apostolar, do immortal montanhez, do excelso martyr, de *Tiradentes*”⁵⁷¹. Para Aurelio Pires, o Alferes, “tendo já transposto as galerias da historia,

⁵⁶⁷ Ibidem, p. 126.

⁵⁶⁸ Ibidem, p. 128.

⁵⁶⁹ Idem.

⁵⁷⁰ Ibidem, 129

⁵⁷¹ Idem.

se incorporou ao nosso patrimonio moral, ingressou no escrutinio opulento das caras tradições do livre povo mineiro”⁵⁷².

O Presidente afirmou que não pretendia apresentar “todos os episódios sublimes e tragicos que assignalaram a Conjuração Mineira”, e nem repetir a biografia de Tiradentes, posto que, “orgãos mais auctorizados”, como o próprio Augusto de Lima, haviam narrado estes episódios com riqueza de detalhes. “Demais, a historia de Tiradentes, aqui em Minas, já passou para o dominio da lenda, a qual se repete á roda da fogueira nocturna”⁵⁷³. Aurelio Pires buscou concentrar-se nas consequências e desdobramentos do episódio, ou seja, “deduzir os factos que de seu bojo desentranharam”, para comprovar que “atravéz das justiças immanentes da historia, a derrota dos vencidos tem sido, muitas vezes, a condemnação dos vencedores”, constatando assim o motivo pelo qual o culto ao mártir Tiradentes teria sobrevivido até os seus dias. Para Pires, Tiradentes poderia ter sido um “obscuro alferes de cavallaria”, mas seu nome era pronunciado com orgulho e lembrado com admiração, devido ao fato de que “nunca perdeu o equilibrio moral perante ameaças e soffrimentos, e porque soube ser um grande patriota extreme, no sentido nobre e elevado da palavra”⁵⁷⁴.

Aurelio Pires reforçou os três temas mais recorrentes na historiografia mineira durante a Primeira Fase do IHGMG, adicionando à Inconfidência, a ação bandeirante na história de Minas e a revolta de Felipe dos Santos. Dessa forma afirmou: “são os *bandeirantes*, os primeiros povoadores do nosso território, os quaes embalados por sonhos de riquezas fabulosas, [...] desbravaram nossos sertões inhospitos, que ficaram balizados pelas ossadas de muito desses atrevidos aventureiros”. Felipe dos Santos, por sua vez, foi pintado como o “patriota-martyr”, “barbaramente morto e esquartejado” por representar a alma rebelde, ardente e generosa “de todo um povo oprimido”. Após esta breve digressão, Aurelio Pires retomou o tema da Inconfidência, e mais uma vez saudou Tiradentes, que “desmaterializando-se, com o tempo, já se vae transformando, para nós, em symbolo de civismo, de nobreza d’alma, de patriotismo sem mácula”. Aproveitou para recordar os dois perfis femininos, que teriam incutido ao trágico acontecimento “a doce luz suavissima do amor e da dedicação da mulher”. A primeira foi Marília, inspiradora do “ouvidor-poeta”; a segunda, Bárbara Heliodora, “a quem a tradição attribue intelligencia pouco commum, grande inspiração, raro cultivo e belleza não vulgar”. Aurelio Pires encerrou sua fala dando vários exemplos dos

⁵⁷² Idem.

⁵⁷³ Ibidem, p. 130-131.

⁵⁷⁴ Ibidem, p. 131-132.

“vultos mineiros de que podemos orgulhar-nos”, dentre os quais Aleijadinho, Bernardo Pereira de Vasconcellos, João Pinheiro e Afonso Arinos.⁵⁷⁵

Após as primeiras conferências, as reuniões do *Instituto Histórico* voltaram a ser realizadas com maior regularidade. Mendes Pimentel cedeu uma das salas da *Faculdade Livre de Direito*, da qual era diretor, como sede provisória da associação. Aurelio Pires designou, enquanto Presidente, três nomes que deveriam suprir o desfalque em que se encontrava a comissão responsável pelas conferências mensais: Lucio José dos Santos, A. Teixeira de Freitas e Herculano d’Assumpção. Após uma reunião organizada em sua própria residência, os sócios se encontram no dia 15 de junho, na sede provisória, para apresentar o plano das conferências, proposto em suas linhas gerais por Capistrano de Abreu, com pequenas modificações dos historiadores mineiros.

Dentre suas diretrizes, o projeto determinava que as conferências devessem ter como objeto a história do estado; orientava aos primeiros conferencistas a utilizarem os trabalhos já existentes, tornando-os conhecidos “para o fim educativo e o despertar do gosto pelas coisas do passado”, determinando também o caráter pedagógico da iniciativa, o que era reforçado pela ideia de que a exposição dos temas deveria despertar o interesse e não ser apenas “uma exposição má, fria, solitaria dos factos e personagens”. As conferências deveriam ainda dialogar entre si, desenvolvendo um fio condutor da lógica do passado e, para facilitar o conhecimento dos trabalhos entre os conferencistas e entre o público, era sugerida a publicação das mesmas. Os membros do IHGMG contariam com o apoio do *Arquivo Público* para o levantamento da bibliografia sobre os temas, enquanto novas pesquisas eram realizadas. A respeito dos temas, o recorte temporal proposto por Capistrano de Abreu implicava que os estudos se encerrassem no período monárquico, por uma questão de serenidade e isenção em relação aos fatos e personagens. Todavia, para Teixeira de Freitas, Aurelio Pires, Herculano d’Assumpção e José Eduardo da Fonseca, o período poderia ser estendido até seus dias, sem comprometimento da qualidade técnica dos trabalhos, o que foi acatado pelo plano.⁵⁷⁶

Consideramos importante ter em mente que a reformulação da mesa administrativa, o afastamento de nomes como Diogo de Vasconcellos, a implantação de novos projetos e

⁵⁷⁵ Ibidem, p. 136-140.

⁵⁷⁶ LIVRO DE ACTAS DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DE MINAS GERAES: 1907-1927/1927-1929, Ata da sessão de 15 de junho de 1927. Folhas 54-57.

mesmo a retomada das reuniões em 1927, provocaram impacto na rotina do IHGMG e marcaram a tentativa de um novo começo com a Segunda Fase, especialmente pelo fortalecimento do mesmo enquanto um lugar de fala sobre o passado. Entretanto, as mudanças não alteraram profundamente a estrutura organizativa ou os métodos de pesquisa histórica da instituição. Notamos, desse modo, que se houve uma avaliação talvez apressada e excessivamente entusiasta em relação às mudanças por parte do presidente Antonio Carlos – o que contou com o apoio de alguns sócios -, os membros que efetivamente trabalharam pela instituição, por sua vez, tinham o objetivo de retomar as reuniões interrompidas, reconhecendo que já havia uma produção significativa do IHGMG, ainda que muito estivesse por fazer e que novas estratégias de atuação, como as conferências, pudessem auxiliar nessa tarefa.

Conclusão

A historiografia corrente sobre o *Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais* enfatiza que a marca característica da Primeira Fase foi a falta de “prestígio e recursos”, expressos pela ausência da revista, uma vez que “o primeiro volume da sua revista, instrumento indispensável para a divulgação da instituição, só foi publicado em 1945”, e a ausência da sede própria, “denotando o caráter relativamente precário em que funcionava a instituição”⁵⁷⁷. Buscamos ao longo deste trabalho propor uma forma alternativa de se analisar as primeiras décadas de existência do IHGMG, avaliando-o não por suas ausências, mas pelos esforços empreendidos por seus sócios fundadores em criar um lugar de fala sobre o passado do estado. Consideramos relevante que mesmo aquelas propostas que não foram concretizadas de início, como a criação da *Revista* e a aquisição de um espaço próprio, não impediram que os membros, dispendo de seu próprio prestígio pessoal, divulgassem seus trabalhos e realizassem suas reuniões.

O descrédito em relação à Primeira Fase do IHGMG, manifestado, sobretudo, pela ideia de perda de expressão após sua inauguração, teve início com os fundadores da Segunda Fase, mas continuou sendo repetida ao longo dos anos. Endossando a interpretação que permanece entre os sócios, os autores sintetizam a Primeira Fase do seguinte modo: no “primeiro momento foi fundamental o apoio de João Pinheiro e de grande número de membros do Congresso Estadual. Nos anos seguintes, o entusiasmo foi arrefecendo. O Instituto ganharia novo fôlego com o apoio de outro governador, Antonio Carlos, a partir de 1927”⁵⁷⁸. O que se deduz dessa passagem é um hiato entre dois presidentes do estado, ideia com a qual precisamos ser cautelosos, pois pode esbater décadas de trabalhos de vários intelectuais que se empenharam com um objetivo em comum: fundar uma história (e um modo de fazer história) republicana em Minas Gerais.

A escrita da história mineira e republicana tinha como objetivo destacar o estado na formação da república brasileira. Para a realização desta tarefa, buscou-se no passado do estado episódios como a chegada dos bandeirantes, que conferiam a Minas Gerais sua “origem” enquanto civilização, a Revolta de Felipe dos Santos, que seria a inspiração para os inconformes da Conjuração Mineira – ambos episódios demonstrativos da indignação em relação à dominação portuguesa que teria marcado a história do estado, e capazes de reunir os

⁵⁷⁷ CALLARI, C.R. Op. cit. 2001, p. 78.

⁵⁷⁸ PARRELA, I. Op. cit. 2012, p. 77.

mineiros sob uma identidade comum e republicana. Ao eleger estes temas os sócios do IHGGMG contribuíram para a reescrita da história nacional, coordenada pelo IHGB, principalmente nos *Congressos de História* durante as primeiras décadas do século XX. Tal projeto de repensar a história nacional em bases republicanas pretendeu envolver as regiões que compunham a nação, ou seja, as antigas províncias transformadas naquele momento em estados, contribuindo cada uma com o que tinha de singular para a composição do todo.

Aquela tarefa também implicou a criação de uma nova concepção sobre os modos de se fazer a história. Impactada tanto pelas demandas políticas do regime republicano, quanto pela renovação de métodos de escrita da história que vinham da Europa, a história foi pensada no Brasil de modo a atender as necessidades concretas de conhecimento da sociedade brasileira. Em Minas, foram conjugadas, em especial, as reflexões da Escola Metódica de origem francesa, especialmente introduzida no estado pelos sócios do IHGB, com uma prática bastante criticada por aquela escola francesa – *a historia magistra vitae*. Esta, entretanto, foi mantida por reservar à história um potencial normativo, tido como fundamental à formação dos cidadãos mineiros. Uma história patriótica, formativa e conciliadora, foi a conquista almejada pelos sócios do *Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*.

Fontes e bibliografia

1. Fontes

1.1 Manuscritos

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DE MINAS GERAES. *Livro de Atas. Primeira Fase (1907-1927)*. Disponível para consulta na sede da associação.

SENNA, N.C. Inconfidencia Mineira (These de Hist. Patria dictada pelo cathedratico Dr. Nelson de Senna aos alumnos do 6º anno (de 1907 a 1908). APCBH/NCS.5(9) 1907-1908. Manuscrito.

1.2 Impressos

ABREU, J.C. *Capítulos de história colonial (1500-1800) & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Brasília: UnB. 5ª ed. 1963.

ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE (MG). *Inventário do arquivo pessoal: Nelson Coelho de Senna (1876-1952)*. Belo Horizonte: APCBH, 2000.

BUCKLE, H.T. *History of Civilization in England*. New York: D. Appleton and Company, from the second London edition, 2 vol. 1864.

CAMPOS, S.; LOBO, A. *Imprensa Mineira: memoria historica*. Edição comemorativa do Centenario da Imprensa (1822-1922). Belo Horizonte: Typographia Oliveira, Costa & Comp., 1922.

CARDOSO, F. *A Sciencia da Historia*. Rio de Janeiro. *Revista Brasileira*, Tomo IV, p. 237-256, 1895.

FAZENDA, J.V. Institutos Historicos. *A Notícia*. Rio de Janeiro, Ano XIV, agosto 20-21, p. 3. Disponível: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital>. Acesso em 02 ago 2015.

LIMA, A. A. Tiradentes – ópera lírica em quatro atos. (Libreto) 4ªed. 2000. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Acervo pessoal de Augusto de Lima, item 24.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Tomo 69, vol. 114. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

_____. Tomo especial consagrado ao Primeiro Congresso de História Nacional (7-16 de setembro de 1914) – Parte I – Atas e Teses apresentadas á 1ª Seção (História Geral do Brasil). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915.

_____. Tomo especial consagrado ao Primeiro Congresso de História Nacional (7-16 de setembro de 1914) – Parte II – Teses apresentadas á 2ª (História da explorações geográficas) e á 3ª Seção (História das expedições archeológicas e ethnográficas). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915.

_____. Tomo especial consagrado ao Primeiro Congresso de História Nacional (7-16 de setembro de 1914). Parte III. Teses apresentadas á 4ª Seção (História Constitucional e Administrativa). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916.

_____. Tomo especial – Congresso Internacional de História da America (1922), vol. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925.

_____. Tomo 90, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925.

_____. Tomo 92, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926.

_____. Tomo 101. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1898-1929; 1957-1958.

ROMERO, S. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Domínio Público. Captado em http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2128>. Acesso: 20 mai 2015.

SANTOS, L. *A Inconfidência Mineira. Papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1927.

_____. *Historia de Minas Geraes. Resumo didactico*. São Paulo: Editora Companhia Melhoramentos de São Paulo (Weiszflog Irmãos incorporada), 1927.

_____. *A Inconfidência Mineira. Papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 2ª ed. 1972. (Publicações do Sesquicentenário da Independência do Brasil).

SENN, N.C. *Anuario historico-corographico de Minas Geraes*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1906-1928.

_____. Sessão solenne no Theatro Municipal de Bello Horizonte, ás 2 horas da tarde do dia 15 de novembro de 1917. Tema: “O Brasil e a guerra. Nossas tradições como povo amante da Paz, mas que nunca deixou de enfrentar pelas armas os agressores da nossa Bandeira e da nossa honra nacional. Episódios do patriotismo brasileiro. Apello á mocidade”. Edição para distribuição gratuita nas escolas, 1917.

_____. *A Terra Mineira. O Estado de Minas Geraes* (Geographia Physica e Social deste Estado da Federação Brasileira, em edição comemorativa do 1º Centenário da Independencia Nacional), 2ª ed., 2 vol. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926.

VARNHAGEN, F.A. *História geral do Brasil: antes de sua separação e independência de Portugal*. São Paulo: Melhoramentos, 3ª ed. integral, 5 vol. 1927-1936.

VASCONCELLOS, D. *História Antiga das Minas Gerais*. Ouro Preto: Beltrão&C. Livreiros editores, 1901.

_____. *Discurso do Dr. Diogo de Vasconcellos orador official do Instituto Historico e Geographico Mineiro. Pronunciado por ocasião das exequias celebradas no dia 25 de novembro de 1908 em a igreja matriz da Boa Viagem*. Bello Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1908.

_____. *História Antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 4ª ed., vol. 1 e 2. 1974.

_____. *História Média de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 4ªed. 1974.

VEIGA, J.P.X. *Efemérides Mineiras (1664-1897)*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro, 1998.

2. Referências bibliográficas

ALONSO, A. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração de 1870. *RBCS*, vol. 15, n. 44, out/2000.

_____. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ANASTASIA, C.M.J.; LEMOS, C.S.; JULIÃO, L. Dos bandeirantes aos modernistas: um estudo histórico sobre Vila Rica. *Oficina da Inconfidência*. Ouro Preto/MG, Ano 1; nº 0, dez 1999. p. 17-132.

ANHEZINI, K. Como se escreveu a história do Brasil nas primeiras décadas do século XX. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 21, nº 34, p. 474-483. Julho 2005.

_____. Experiências e Expectativas: o passado e o futuro da escrita da história luso-brasileira nas cartas e obras de João Lúcio de Azevedo e Afonso de Escragnoille Taunay. In: PONCIONI, C.; ESTEVES, J.M.C.; COSTA, J. (Org.). *Hommes de lettres et la Res publica au Portugal et au Brésil*. Commémorations du Centenaire de la République portugaise. Paris: Michel Houdiard, 2013.

ARAÚJO, V.L. A experiência do tempo na formação do Império do Brasil: autoconsciência moderna e historicização. *Revista de História*, n. 159, p. 107-134. 2º sem. 2008.

_____. Sobre a permanência da expressão *historia magistra vitae* no século XIX brasileiro. In: NICOLAZZI, F.; MOLLO, H. M.; ARAUJO, V.L. (Org.). *Aprender com a história?* Rio de Janeiro: FGV, p. 131-147, 2011.

BARBOSA, F.A. (Org.). *João Pinheiro: documentário sobre a sua vida*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1966.

BARROS, J.D'A. Duas fases de Capistrano de Abreu: notas em torno de uma produção historiográfica. *Projeto História*. PUC-SP nº 41. [Dossiê História, Historiadores, Historiografia], dez 2010.

_____. *Teoria da História*. Vol. 2 (Os primeiros paradigmas: positivismo e historicismo). 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. Considerações sobre o paradigma positivista em história. *Revista Historiar* (Universidade Estadual Vale do Acaraú), Sobral- CE – v. 4, n. 4, jan./jun. 2011.

_____. Objetividade e subjetividade no conhecimento histórico: a oposição entre os paradigmas positivista e historicista. *Revista Tempo, Espaço e Linguagem* (UEPG). Ponta Grossa. Vol. 2, nº 1, p. 73-102, 2011.

_____. Historicismo: notas sobre um paradigma. *Revista Antíteses*. V. 5, n.9, jan/jul, p. 391-419, 2012.

CALDEIRA, A.P.S. *O bibliotecário perfeito: o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional*. 362 f. Tese (doutorado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Rio de Janeiro, 2015.

CALLARI, C.R. Os Institutos Históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. *Revista Brasileira de História* (USP), São Paulo, v. 21, n. 40, p. 59-83, 2001.

CARVALHO, J.M. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

_____. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Revista Topoi* (UFRJ), Rio de Janeiro, n.1, p. 123-152, jan/ dez, 2000.

CATROGA, F. Ritualizações da História. In: TORGAL, L.R.; MENDES, J.A.; CATROGA, F. *História da História em Portugal - séculos. XIX-XX*. Lisboa: Círculo, p. 546-579, 1996.

_____. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.

_____. Ainda será a História Mestra da Vida? *Revista Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, Edição Especial, n. 2, p. 7-34, 2006.

_____. *Os passos do homem como restolho do tempo. Memória e fim do fim da História* (2ª Edição). Portugal: Ed. Almedina, 2011.

CERTEAU, M. *A escrita da História*. Trad. Maria de Lourdes Menezes, 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CEZAR, T. Lição sobre a escrita da história. *Historiografia e nação no Brasil do século XIX*. *Revista Diálogos*, DHI/UEM, v.8 n.1, p. 11-29, 2004.

_____. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. *MÉTIS: história & cultura* – v. 2, n. 3, p. 73-94, jan./jun. 2003.

COSTA, A.C.F. *A República na praça: manifestações do jacobinismo popular em Minas Gerais (1893-1899)*. 2006. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

_____. As luzes de Ithaca: a imaginação histórica na Primeira República no Brasil (nação, território e civilização). Tese (Doutorado). 406 fls. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais/ Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/ Programa de Pós-Graduação em História, 2016.

COSTA, G.M. *A formação política de João Pinheiro da Silva*. Dissertação (Mestrado em História). 2006. 204 f. Departamento de Pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

DICIONÁRIO BIOGRÁFICO DE MINAS GERAIS – PERÍODO REPUBLICANO – 1889-1991. Coordenação de Norma de Góis Monteiro. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1994, vol. 1 e 2.

DRUMMOND, M.F.S.I. (Org.). *Ouro Preto cidade em três séculos; Bicentenário de Ouro Preto; memória histórica (1711-1911)*. Organização, ensaio crítico e linha do tempo de Maria Francelina Silami Ibrahim Drummond. – Ouro Preto: Liberdade, 2011.

DELACROIX, C.; DOSSE, F. GARCIA, P. *As correntes históricas na França: séculos XIX e XX*. Trad. Roberto Ferreira Leal. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012.

DIAS, F. *Por entre legados e demandas: um estudo sobre os programas históricos apresentados no IHGB (1838-1856)*. Dissertação (Mestrado), 112 f. Universidade do Estado do Rio de Janeiro/ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Rio de Janeiro, 2009.

_____. Polifonia e consenso nas páginas da Revista do IHGB: a questão da mão de obra no processo de consolidação da nação. *Revista História da Historiografia*. Ouro Preto. n. 5, p. 175-188, set/ 2010.

_____. Da gênese do campo historiográfico: erudição e pragmatismo nas associações literárias dos séculos XVIII e XIX. *Revista de Teoria da História*, Universidade de Goiás, ano 2, n. 4, p. 18-33, dezembro 2010.

DIAS, M.S. *Intrepida Ab Origine: o Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba e a produção da história local (1905-1930)*. João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora, 1996.

DUARTE, R. H (Org.) *Notícia sobre os selvagens do Mucuri*. Belo Hortizonte: Editora da UFMG, 2002. v. 1.

DUTRA, E.R.F. Inconfidência mineira - memória e contra-memória. *Varia História*, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, n. 12, p. 66-79, dez. 1993.

_____. *Rebeldes Literários da República*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

_____. The Mirror of History and Images of the Nation: the Invention of a National Identity in Brazil and its Contrasts with Similar Enterprises in Mexico and Argentina. In: BERGER, S. (Ed.) *Writing the Nation. A Global Perspective*. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

_____. A memória em três atos: deslocamentos interdisciplinares. *Revista USP*, Brasil, n. 98, p. 69-86, ago. 2013. ISSN 2316-9036. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/69271>>. Acesso em: 18 Jan. 2015

FAGUNDES, L.P. Construindo pontes entre olhares: os usos políticos do passado (Simpósio). III Simpósio ILB. Itinerários da Pesquisa História: Métodos, Fontes e Campos Temáticos. 2010.

_____. Do exílio ao panteão: D. Pedro II e seu reinado sob o(s) olhar(es) republicano(s). Tese (Doutorado). 347f. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais. Rio de Janeiro, 2012.

FURTADO, J.P. *O Manto de Penélope - História, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIL, N.; ZICA, M.C.; FARIA FILHO, L.M. (Orgs.). *Moderno, modernidade e modernização: a educação nos projetos do Brasil – séculos XIX e XX*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012, v.1.

GOMES, A.C. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. Memória, política e tradição familiar: os Pinheiro das Minas Gerais. In: _____. (Org.). *Minas e os fundamentos do Brasil Moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

_____. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Argymentvm, 2009.

GOMES, M.C.A. *Mapas e mapeamentos: políticas cartográficas em Minas Gerais*. São Paulo: Annablume/ Pós-graduação História UFMG, 2015.

GONÇALVES, T.M.; NICOLAZZI, F. Inventando a historiografia mineira: o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais em sua “primeira fase”, 1907-1927. *Revista de Teoria da História*. Ano 6, nº 11, maio/2014. Universidade Federal de Goiás, Goiás.

GONTIJO, R. Além do IHGB: Capistrano de Abreu e a escrita da história do Brasil (1870-1880). In: LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Silvia C. P. de Brito (Org.). *Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

GUIMARÃES, L.P. “*Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial*”: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838 – 1889). 1994. 387 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. Limites políticos de um projeto intelectual para a integração dos povos do Novo Mundo: o Primeiro Congresso Internacional de História da América (1922). *Revista Topoi* (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 6, n. 10, 2005.

_____. Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX. *Revista Tempo* (UFF), Rio de Janeiro, nº 18, p. 147-170, 2005.

_____. Circulação de saberes, sociabilidades e linhagens historiográficas: dois congressos de história nacional (1914 e 1949). In: *Estudos sobre a escrita da história. Anais do encontro de historiografia e história política*. GUIMARÃES, M.L.S.; FICO, C. (Org.). Rio de Janeiro: 7Letras, p. 162-181, 2006.

_____. *Da Escola Palatina ao Silogeu: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

_____. Sobre a história da historiografia brasileira como campo de estudos e reflexões. In: *Estudos de historiografia brasileira*. NEVES, L.M.B.P.; GUIMARÃES, L.M.P.; GONÇALVES, M.A.; GONTIJO, R. Rio de Janeiro: FGV: FAPERJ, 2011.

GUIMARÃES, M.L.L.S. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

_____. Entre as luzes e o romantismo: as tensões da escrita da história no Brasil oitocentista. In: *Estudos sobre a escrita da história*. Anais do Encontro de Historiografia e História Política – UFRJ. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

_____. Uma história da história nacional: textos de fundação. In: LIMA, I.S.; CARMO, L. do (Org.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.

_____. *Livro de fontes da historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

_____. História e erudição. In: NICOLAZZI, F.; MOLLO, H. M.; ARAUJO, V.L. (Org.). *Aprender com a história?* Rio de Janeiro: FGV, p. 43-57, 2011.

HOBBSAWM, E.J.; RANGER, T.O. *A Invenção das tradições*. 4ª ed. Trad. Celina Cardim Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

HOLLANDA, C.B. *Modos de representação política: o experimento da Primeira República brasileira*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009.

HRUBY, H. O templo das sagradas escrituras: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a escrita da história do Brasil (1889-1912). *Revista História da Historiografia* (UFOP). Ouro Preto, n. 2, p. 50-66, março de 2009.

IGLESIAS, F. *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, 2000.

JANOTTI, M.L.M. *Os subversivos da república*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 7.

JASMIN, M.G. *Alexis de Tocqueville: a historiografia como ciência da política*. Belo Horizonte: Editora UFMG; IUPERJ, 2005.

JOSE, O. *Historiografia mineira: esboço*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1959.

KOSELLECK, R. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

_____.; MEIER, C.; GÜNTHER, H.; ENGELS, O. *O conceito de História*. trad. René E. Gertz. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

- LANGLOIS, C.; SEIGNOBOS, C. *Introdução aos estudos históricos*. São Paulo: Renascença, 1946. Trad. Laerte de Almeida Morais.
- LASMAR, J. *No Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e fora dele*. Contagem, MG: Gráfica Líthera Maciel, 2003.
- _____. *O Instituto Histórico e Geográfico: uma história centenária/ Jorge Lasmar*: Belo Horizonte, 2015, 2ª ed.
- LEMOES, C.S. Reflexões acerca do processo de repatriamento das ossadas dos inconfidentes degredados para a África. *Oficina da Inconfidência: revista de trabalho*. – ano 2, n. 1 (dez.) 2001. Ouro Preto: Museu da Inconfidência, 2001, p. 195-221.
- LESSA, R. *A invenção republicana*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.
- LESSA, M.L.; FONSECA, S.C.P.B. (Org.). *Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.
- LIMA, N.S. Missões civilizatórias na República e interpretação do Brasil. *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, vol. V (Suplemento), p. 163-193, julho 1998.
- MAGNOLI, D. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Moderna, 1997.
- MAHL, M.L. *Teorias raciais e interpretação histórica: o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894-1940)*. 2001. 180 p. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis.
- MARTINS, E.R. (Org.). *A história pensada*. São Paulo: Contexto, 2010.
- MARTINS FILHO, A.V. (org.). *Novo dicionário biográfico de Minas Gerais: 300 anos de história*. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amilcar Martins, 2013.
- MEDEIROS, B.F.; ARAÚJO, V.L. A história de Minas como história do Brasil. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, v. XLIII, 2007.
- MELLO, E.C. *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*. 3ª ed. São Paulo: Alameda, 2008.
- MELLO, M.T.C. *A República consentida*. Rio de Janeiro: FGV: EDUR, 2007.

_____. Modernidade republicana. *Revista Tempo*. Niterói, vol.13 n.26, 2009.

MELO, C.F.C.B. A noiva do trabalho: Uma capital para a República. In: DUTRA, E.F. (Org.) BH: Horizontes históricos. Belo Horizonte: C/Arte, 1996.

_____. *Senhores da história e do esquecimento*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

MESQUITA, I.M.; BARRETO, R.A.D.N.; NOGUEIRA, V.L. (Orgs.). *Moderno, modernidade e modernização: a educação nos projetos do Brasil – séculos XIX e XX*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015, v.3.

MIGUEL, L.F. Em torno do conceito de mito político. *Revista Dados*, vol. 41, n. 3, Rio de Janeiro, 1998.

MOLLO, H.M.; SILVA, R.M. “Diogo de Vasconcelos e a ‘oficina central do pensamento’”. In. ROMERO, A.; SILVEIRA, M.A. *Diogo de Vasconcelos: o ofício do historiador*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

MORAES, A.C.R. *Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1991. 2ªed.

MORAES, E.J. Modernismo revisitado. *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, vol. 1. N. 2, p. 220-238, 1988.

MOTTA, R.P.S. (Org.). *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

OLIVEIRA, M.G. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. Dissertação (Mestrado) 183 f. Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

_____. *Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Tese (Doutorado). 217 f. UFRJ/ IFCS/ Programa de Pós Graduação em História Social. Rio de Janeiro, 2009.

_____. Biografia e historia magistra vitae: sobre a exemplaridade das vidas ilustres no Brasil oitocentista. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 22, n. 42, p. 273-294, dez. 2015.

OLIVEIRA, R.M.F. João Pinheiro: o educador. In.: *Revista Análise e Conjuntura*. Fundação João Pinheiro: Belo Horizonte, v. 5, nº 2, maio/agosto de 1990. Anais do seminário República

-1889/1989. Belo Horizonte, 13 a 15 de dezembro de 1989. Mesa-redonda: João Pinheiro e a República em Minas.

PEREIRA, D. B. A produção discursiva da mineiridade no contexto do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. In: Anais do XVII Encontro Nacional de Geógrafos, 22 a 28 de julho de 2012, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

PEREIRA, M.H.; SANTOS, P.A.C. Odisseias do conceito moderno de história: *Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen*, de Capistrano de Abreu, e *O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos*, de Sérgio Buarque de Holanda, revisitados. *Revista IEB*, n. 50, p. 27-78, set./mar. 2010.

PARRELA, I.D. Entre arquivos, bibliotecas e museus: a construção do patrimônio documental para a escrita da história da pátria mineira 1895-1937. 2009. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais.

_____. Patrimônio documental e escrita de uma história da pátria regional – Arquivo Público Mineiro 1895-1937. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2012. (Coleção Olhares).

QUEIROZ, S.R.R. A cidade de São Paulo na Primeira República: política e administração. In: OLIVEIRA, C.H.S.; PRADO, M.L.C.P.; JANOTTI, M.L.M. (Org.). *A história na política, a política na história*. São Paulo: Alameda, 2006, v. 1, p. 211-226.

REIS, J.C. O Historicismo: a Redescoberta da História. *Revista Locus* (UFJF). Juiz de Fora. Vol. 8, n. 1, p. 9-27, 2002.

_____. *A História entre a Filosofia e a Ciência*. 4ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

RESENDE, M.E.L.; VILLALTA, L.C. *As Minas Setecentistas*. Vol. 1 e 2. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.

RODRIGUES, J.H. *A pesquisa histórica no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1952.

RIBEIRO, M.S. *Construindo Histórias e Memórias: O IHGB e o IAGP em meio às celebrações do centenário do movimento pernambucano de 1817*. 2011. 298 f. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ROMEIRO, A.; SILVEIRA, M.A. *Diogo de Vasconcelos: o ofício do historiador*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

ROSANVALLON, P. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010.

SANTOS, I.N. *A historiografia amadora de Rocha Pombo: embates e tensões na produção historiográfica brasileira da Primeira República*. Dissertação (mestrado) 195f. Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS/ PPHIS, 2009.

_____. A arqueologia do caos: os “mitos” da Historiografia brasileira sobre a escrita da História na Primeira República. (Comunicação) Anais do XXV Simpósio Nacional de História – AMPUH. Fortaleza, 2009.

SCHWARCZ, L.K.M. *Os Institutos Históricos e Geográficos. Os guardiões de nossa história oficial*. São Paulo: Vértice: Idesp, 1989.

_____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. *A abertura para o mundo: 1889-1930*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012 (História do Brasil Nação: 1808-2010; 3).

SEVCENKO, N. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SILVA, A.P.B.R. Escrita da história, unidade e integração nacional nas primeiras décadas republicanas (1889-1931). In: Anais... ANPUH – XXVII Seminário Nacional de História. Natal, Rio Grande do Norte, 2013.

SILVA, M.S. O artífice da memória. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Dossiê. Belo Horizonte, vol. 43, fascículo 1, p. 74-91, jan/jun 2007.

SILVA, R.M. *A experiência do passado: a escrita da história como discurso da civilização*. 110 f. Monografia de conclusão de curso - Universidade Federal de Ouro Preto, Graduação em História, Mariana, 2010.

_____. Diogo de Vasconcellos e o IHGMG: os parâmetros para a história de Minas Gerais. *Revista História da Historiografia* (UFOP), Ouro Preto, n. 5, p. 247-254, setembro de 2010.

_____. O Heródoto Mineiro: da tradição monárquica à historiografia republicana. *Revista Temporalidades* (UFMG), Belo Horizonte, vol. 2, n. 1, p. 56-65, jan./ jul. de 2010.

_____. Nas páginas descritivas do passado: a escrita da história como discurso para a civilização. *Revista História em Reflexão* (UFGD), Mato Grosso do Sul, vol. 4, n. 8, jul./ dez. de 2010.

_____. Imprensa, proclamação da República e a nova ordem política em Minas Gerais. *Revista Tempo, Espaço e Linguagem* (UEPG), Paraná, vol. 3, n. 3, p. 107-131, 2012.

_____. *Entre antigos e mineiros: Diogo de Vasconcellos e a História da Civilização Mineira*. 2013. 193 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana.

SOUZA, R.L. *Identidade nacional e modernidade brasileira*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VALLE, I.R.; HAMDAN, J.C.; DAROS, M.D. (Orgs.). *Moderno, modernidade e modernização: a educação nos projetos do Brasil – séculos XIX e XX*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014, v.2.

VARELLA, F.F. *Reunindo o passado: contextos discursivos e linguagens historiográficas na History of Brazil de Robert Southey*. Tese (Doutorado) 323f. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História. porto Alegre, 2015.

VIANA, O. *O ocaso do Império*. 3ª ed. Rio de Janeiro: ABL, 2006.

VISCARDI, C.M.R. Elites políticas mineiras na Primeira República brasileira: um levantamento prosopográfico. In: PRIMEIRAS JORNADAS DE HISTÓRIA REGIONAL COMPARADA; 2000, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2000.

_____. C.M.R. *O teatro das oligarquias: uma revisão da política do “café com leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

_____. Federalismo oligárquico com sotaque mineiro. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, vol. 1, jan./jun. de 2006.

_____. Federalismo e cidadania na imprensa republicana (1870-1889). *Revista Tempo*. Niterói, vol.18 n.32, 2012.

WEHLING, A. Capistrano de Abreu: a fase cientificista. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1976, vol. 311.

_____. As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, n. 388, p. 7-16, 1983.

Anexo 01

Registro das reuniões do *Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais* (1907-1927)⁵⁷⁹

⁵⁷⁹ Extraído do LIVRO DE ACTAS DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DE MINAS GERAES: 1907-1927/ 1927-1929.

Data	Local	Tipo	Presidente da sessão	Nº de participantes
16/06/1907	Câmara dos Deputados	Fundação	João Pinheiro	69
12/06/1907	Câmara dos Deputados	-	João Pinheiro	37
15/08/1907	Câmara dos Deputados	Instalação	João Pinheiro	56
30/08/1907	Secretaria do Interior	Sessão ordinária	João Pinheiro	17
14/09/1907	Secretaria do Interior	Sessão ordinária	João Pinheiro	20
18/10/1907	Secretaria do Interior	Sessão ordinária	Carlos Ottoni	14
16/11/1907	Secretaria do Interior	Sessão ordinária	João Pinheiro	8
02/01/1908	-	Sessão ordinária	Carlos Ottoni	5
15/02/1908	-	Sessão ordinária	Carlos Ottoni	5
30/10/1910	-	Sessão extraordinária	João B. M. Vilhena	7
27/11/1910	APM	Sessão ordinária	João B. M. Vilhena	8
18/12/1910	APM	Sessão ordinária	Virgílio M. M. Franco	12
22/01/1911	APM	Sessão ordinária	Carlos Ottoni	10
12/02/1911	APM	Sessão ordinária	Virgílio M. M. Franco	8
14/05/1911	Senado Mineiro	Sessão ordinária	Virgílio M. M. Franco	-
?	Senado Mineiro	Sessão ordinária	Virgílio M. M. Franco	7
25/06/1911	Sala das sessões do Instituto	Sessão ordinária	Virgílio M. M. Franco	9
23/07/1911	Sala das sessões do Instituto	Sessão ordinária	Virgílio M. M. Franco	12
27/08/1911	Sala das sessões do Instituto*	Sessão ordinária	Virgílio M. M. Franco	6
29/10/1911	-**	Sessão ordinária	Virgílio M. M. Franco	7
26/11/1911	-	Sessão ordinária	Virgílio M. M. Franco	8
31/12/1911	-	Sessão ordinária	Virgílio M. M. Franco	8
28/01/1912	-	Sessão ordinária	Virgílio M. M. Franco	7
25/02/1912	-	Sessão ordinária	Virgílio M. M. Franco	5
26/05/1912	Sala das sessões do Instituto	Sessão ordinária	Virgílio M. M. Franco	6
25/08/1912	“no lugar de costume”**	-	Luis Pessanha	5
27/10/1912	-	Sessão ordinária	Virgílio M. M. Franco	-
27/11/1912	-	Sessão ordinária	Virgílio M. M. Franco	-
29/12/1912	-	Sessão ordinária	Virgílio M. M. Franco	-
26/01/1913	-	Sessão ordinária	Virgílio M. M. Franco	8
31/??/1913	Senado Mineiro	Sessão ordinária	Virgílio M. M. Franco	

28/09/1913	Senado Mineiro	-	Camillo de Britto	11***
01/02/1914	-	Sessão ordinária	Virgílio M. M. Franco	7
24/03/1914	-	Sessão ordinária	Julio Pinto Coelho	6
07/03/1915	-	Sessão ordinária	Virgílio M. M. Franco	12
11/07/1915	-	Sessão especial	Virgílio M. M. Franco	9
25/07/1915	-	Sessão especial	Virgílio M. M. Franco	-
05/03/1915	Sala das sessões	Sessão especial	Carlos Ottoni	12
02/10/1916	-	Sessão ordinária	Virgílio M. M. Franco	7
03/12/1916	Senado Mineiro	Sessão ordinária	Carlos Ottoni	7
17/12/1916	Sala das sessões	Assembleia geral	Carlos Ottoni	13
04/03/1917	-	Sessão ordinária	Carlos Ottoni	11
29/07/1917	-	Sessão especial	Carlos Ottoni	23
23/09/1917	-	Sessão ordinária	Carlos Ottoni	7
30/09/1917	Sede do Instituto	Reunião da comissão técnica do 6º Congresso Brasileiro de Geografia	-	9
26/05/1918	-	Sessão ordinária	Carlos Ottoni	12
03/06/1918	Sala das sessões	Sessão ordinária	Carlos Ottoni	8
11/08/1918	-	Sessão ordinária	Carlos Ottoni	9
25/08/1918	Sala das sessões	Sessão extraordinária	Carlos Ottoni	10
27/08/1919	Salão nobre do Conselho Deliberativo	Sessão ordinária	Antonio Arnaldo de Oliveira	18
Segunda fase				
19/02/1927	Faculdade Livre de Direito	-	Rodolpho Jacob	28
26/02/1927	Salão nobre do Conselho Deliberativo	-	Antonio Carlos	69
07/04/1927	Câmara dos Deputados	-	Antonio Carlos	-
21/04/1927	Câmara dos Deputados	-	Antonio Carlos	-

* Designado nas atas como “salão do Senado, sede social do mesmo Instituto”.

**Ainda que não conste a especificação do local em ata, a documentação nos leva a acreditar que se trate da mesma “sede social do Instituto”.

***Esta é a única sessão do período estudado em que mulheres participam. Foram elas: Celina Rothier Duarte, Clara Nogueira, Michaela Nogueira e Maria da Conceição Xavier.

Anexo 02

Estatutos do *Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*⁵⁸⁰

⁵⁸⁰ Extraído de ESTATUTOS DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DE MINAS GERAES. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. 22, 1928, p. 351-370.

**Estatutos do Instituto Historico e Geographico
de Minas Geraes**

Estando exgotada a edição dos Estatutos do Instituto Historico e Geographico de Minas Geraes, — resolvemos reeditá-lo no presente volume da «Revista do Archivo Publico Mineiro», afim de attender a constantes pedidos dos mesmos.

Da Direcção

ESTATUTOS

DO

Instituto Historico e Geographico do Estado de Minas Geraes

CAPITULO I

FIM E OBJECTO DO INSTITUTO

Art. 1.º O Instituto Historico e Geographico de Minas Geraes tem por fim investigar, colligir, methodizar, publicar ou archivar os documentos concernentes á historia e á geographia de Minas-Geraes, e á archeologia, á ethnographia e á lingua dos seus indigenas.

Art. 2.º Procurará manter correspondencia com as sociedades e academias estrangeiras, de igual natureza, bem como com as associações congeneres existentes na Capital Federal e nos diversos Estados da Republica, para mais facil desempenho dos fins a que se propõe.

Art. 3.º Publicará uma ou mais vezes por anno uma Revista do Instituto Historico e Geographico de Minas Geraes, na qual se conterão os seus trabalhos.

§ 1.º A publicação se dividirá em duas partes: a primeira constará de documentos relativos ao Estado de Minas Geraes, e a segunda comprehenderá os trabalhos dos socios, as actas das sessões e os discursos do presidente e do orador, e o relatorio do 1.º secretario apresentado nas sessões anniversarias.

§ 2.º Nesta segunda parte, publicar-se-á tambem, annualmente, a lista dos socios existentes, por suas diversas categorias, com declaração da data de sua admissão no Instituto, bem como uma nota nominal dos socios admittidos e dos socios fallecidos durante o anno, quer nacionaes, quer estrangeiros.

CAPITULO II

ORGANIZAÇÃO DO INSTITUTO

Art. 4.º O Instituto Historico e Geographico de Minas Geraes compor-se-á:

§ 1.º De socios effectivos.

§ 2.º De socios correspondentes.

§ 3.º De socios honorarios.

§ 4.º De socios benemeritos.

§ 5.º Haverá tambem uma classe de socios com o titulo de presidentes honorarios, o qual poderá ser conferido unicamente ao Presidente da Republica e ao Presidente do Estado de Minas Geraes.

Art. 5.º Os socios effectivos serão em numero de cem, os demais em numero indeterminado.

Art. 6.º Os socios effectivos, correspondentes, honorarios e benemeritos podem ser nacionaes ou estrangeiros.

CAPITULO III

ADMISSÃO DE SOCIOS

SOCIOS EFFECTIVOS

Art. 7.º Para ser admittido como socio effectivo, deverá o candidato residir na Capital do Estado: possuir, a juizo da Comissão de admissão de socios, a necessaria idoneidade moral e capacidade intellectual; apresentar directamente, ou por algum socio em seu nome, trabalho proprio acerca da historia, geographia, ou ethnographia, ou do Brasil em geral, quer esse trabalho seja inédito, quer já estampado, uma vez que abone a capacidade litteraria do auctor.

§ 1.º O candidato deve ser proposto, por escripto, em sessão do Instituto, e a proposta conterá o nome e appellidos do candidato, sua naturalidade, profissão, idade e titulos que o recommendam.

§ 2.º Apresentada a proposta assignada por tres ou mais socios, será ella remetida á commissão de historia, geographia, ou ethnographia, conforme a natureza do trabalho ou trabalhos do candidato, e a commissão apresentará, em sessão, o resultado do seu exame, concluindo pela sufficiencia ou insufficiencia da prova da capacidade litteraria do auctor para os fins do Instituto.

§ 3.º Approvado este parecer, irá á commissão de admissão de socios, a qual dará opinião sobre a idoneidade e a conveniencia da admissão do candidato proposto.

§ 4.º Este parecer será submettido á discussão e, encerrada ella, marcar-se-á a sessão seguinte, para que se realize a votação, por escrutinio, sobre a admissão do candidato.

§ 5.º Si na urna apparecer maioria de espheras brancas, considerase acceto o candidato, e o presidente o proclamará socio effectivo do Instituto.

§ 6.º Si, porém, houver maioria de espheras pretas, considerase-á rejeitado o candidato, o qual poderá, todavia, ser proposto, si apresentar novos trabalhos, como se exige no principio deste artigo, seguindo-se o processo acima indicado para a admissão.

SOCIOS CORRESPONDENTES

Art. 8.º Para ser socio correspondente, é preciso:

1.º Ou apresentar trabalho proprio sobre a historia, a geographia ethnographia do Estado de Minas Geraes;

2.º Ou offerecer ao Instituto uma obra de valor sobre o Estado de Minas Geraes, ou sobre o Brasil;

3.º Ou offerecer algum donativo importante para o Musêo do Instituto.

§ 1.º Nestes dous ultimos casos, comprovar-se-á a sufficiencia do candidato por qualquer trabalho, que abone essa sufficiencia.

§ 2.º Deve ser proposto da mesma fórma por que o é o candidato a logar de socio effectivo, nos termos do art. 7.º, § 1.º, observando-se, depois, o processo indicado nos paragraphos seguintes.

Art. 9.º O socio correspondente, que vier residir na Capital do Estado, ou nos municipios circumvisinhos, poderá passar a socio effectivo, quando haja vaga nesta classe.

§ 1.º Si tiver sido admittido mediante a apresentação de trabalho proprio sobre a historia, a geographia, ou a ethnographia do Estado de Minas Geraes.

§ 2.º Si, tendo sido aceito sómente por offerecimento de obras para o Instituto, ou presentes para o Musêo, com trabalho extranho aos assumptos indicados no paragrapho anterior, apresentar, então, sobre os mesmos assumptos, trabalho proprio, que seja considerado sufficiente, á vista do parecer das commissões competentes.

SOCIOS HONORARIOS

Art. 10. O titulo de socio honorario será conferido:

§ 1.º A' pessoa que, por sua idade propecta, consummado saber e distincta representação, esteja em circumstancias de justificar a escolha.

§ 2.º. A socios effectivos, ou correspondentes, que se tiverem distinguido por serviços prestados ao Instituto.

§ 3.º. Aos socios que tiverem exercido quaesquer dos logares da administração por mais de sete annos.

Art. 11. Para a admissão de socios honorarios, requer-se a proposta assignada, ao menos, pela maioria dos membros da Mesa.

§ 1.º. Apresentada a proposta em Sessão, irá á Commissão de admissão de socios, a qual, attendendo ás condições do candidato, dará parecer escripto, que será submellido á discussão e votação por escrutínio, na seguinte sessão, e considerar-se-á approvedo, obtendo dous terços dos votos presentes.

§ 2.º. A pessoa que fôr declarada socio honorario do Instituto Historico e Geographico de Minas Geraes, não é sujeita a contribuição na pecuniaria.

§ 3.º. Todavia, pelo diploma que fôr expedido aos socios effectivos ou correspondentes elevados a honorarios, pagarão elles o competente emolumento.

SOCIOS BENEMERITOS

Art. 12. Para socios benemeritos a mesa poderá propôr:

§ 1.º. Os socios honorarios que tiverem sido effectivos e que, por novos serviços relevantes, se tornarem merecedores dessa distincção.

§ 2.º. As pessoas que fizerem donativos de importancia superior a dous contos de réis (2:000\$000) em dinheiro, ou em outros objectos de valor.

§ 3.º. Estas propostas seguirão o processo da admissão dos socios honorarios.

PRESIDENTES HONORARIOS

Art. 13. A qualidade excepcional de presidente honorario só poderá ser conferida sob proposta assignada pelo presidente do Instituto e, tambem, por todos os demais socios presentes á sessão.

§ 1.º. A proposta, assim apresentada, considera-se approvada, e confere ao candidato a qualidade honorifica da presidencia.

§ 2.º. Esta distincção será communicada ao agraciado por officio do presidente do Instituto, enviando o respectivo diploma.

RESIDENCIA

Art. 14. Os socios effectivos residirão na Capital do Estado, ou nos municipios circumvizinhos.

§ 1.º. Aquelles que se ausentarem por mais de dous annos consecutivos passarão á classe de socios correspondentes.

§ 2.º. Si vierem de novo residir na Capital do Estado, ou nos municipios circumvizinhos, reentrarão para a classe dos socios effectivos, si houver vaga nesta classe, e o Instituto assim o determinar, mediante reclamação do mesmo socio, ou indicação de qualquer membro da mesa administrativa.

DISTINCÇÕES

Art. 15. Aos socios poder-se-á conceder o uso de uma medalha nas solemnidades sociaes.

§ 1.º. Esta medalha será de ouro, ou de prata, e será cunhada com o distico ou as armas do Instituto.

§ 2.º. A concessão de medalha de prata se fará ao socio que tiver contribuido com quantia nunca inferior a um conto e quinhentos mil réis (1:500\$000), e a de ouro se conferirá ao que tiver doado importancia superior a dous contos e quinhentos mil réis (2:500\$000).

§ 3.º. O socio benemerito tem direito á medalha de prata.

§ 4.º. A concessão será outorgada por deliberação do Instituto, e enviar-se-á a medalha acompanhada do respectivo diploma.

DIPLOMA

Art. 16. Aos socios de todas as classes expedir-se-á um diploma cujo modelo será formulado pela mesa administrativa. O diploma será assignado pelo presidente, pelo primeiro secretario e pelo thesoureiro do Instituto.

CAPITULO IV

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Art. 17. Cada socio effectivo, ou correspondente pagará, como joia de admissão, a quantia de dez mil réis (10\$000), quando receber o diploma, e concorrerá com a somma de doze mil réis (12\$000) em cada anno.

§ 1.º Os socios correspondentes estrangeiros, residentes fóra da Republica, nada pagarão.

§ 2.º Os socios effectivos e os correspondentes, que passarem a socio honorario, pagarão, pelo novo diploma, a quantia de cinquenta mil réis (50\$000), cessando a contribuição annual.

§ 3.º O socio correspondente, que fór admittido como socio effectivo, não pagará nova joia, continuando a pagar, sómente, as prestações annuaes, e dando dez mil réis (10\$000) pelo novo diploma.

§ 4.º. Os socios bemfeitores não são sujeitos ás prestações annuaes, mas pagarão oitenta mil réis (80\$000) pelo diploma.

REMISSÃO

Art. 18. Os socios que se quizerem remir, perpetuamente, do pagamento das prestações annuaes, podel-o-ão fazer da maneira seguinte:

§ 1.º. Os que contarem menos de cinco annos da data de sua inscrição, entrando para o Cofre do Instituto com a quantia de cem mil réis (100\$000).

§ 2.º. Os que contarem mais de cinco annos e menos de dez annos da data de sua admissão, logo que concorram com a quantia de oitenta mil réis (80\$000).

§ 3.º. Os que tiverem de dez annos para cima, si pagarem trinta mil réis (30\$000)

Art. 19. Os socios comprehendidos em qualquer dos casos acima especificados, que se acharem atrazados no pagamento das prestações annuaes, só poderão remir-se depois de solverem as suas dividas.

CAPITULO V

DIRECÇÃO DOS NEGOCIOS DO INSTITUTO

Art. 20. Todos os socios do Instituto serão dirigidos por uma mesa administrativa.

Art. 21. Os membros desta mesa serão:

- § 1.º. Um presidente;
- § 2.º. Um vice-presidente;
- § 3.º. Um primeiro secretario;
- § 4.º. Um segundo secretario;
- § 5.º. Um thesoureiro;
- § 6.º. Um orador.

Art. 22. Haverá as seguintes commissões:

- § 1.º. De fundos e orçamento;
- § 2.º. De estatutos e redacção de Revista do Instituto;
- § 3.º. De trabalhos historicos;
- § 4.º. Subsidiaria desta;
- § 5.º. De trabalhos geographicos;
- § 6.º. Subsidiaria desta;
- § 7.º. De archeologia, ethnographia e lingua dos indigenas;
- § 8.º. De pesquisa e revisão de manuscriptos e documentos;
- § 9.º. Subsidiaria desta;
- § 10.º. De biographia;
- § 11.º. De admissão de socios.

Art. 23. Em todos os Estados da Republica, em que houver socios do Instituto, haverá commissões encarregadas da mesma tarefa que incumbe á commissão de que trata o art. 22 § 9.º.

ELEIÇÃO DA MESA ADMINISTRATIVA

Art. 24. Depois da sessão anniversaria do Instituto Historico e Geographico de Minas Geraes, celebrar-se-á sessão em assembléa geral para se proceder á eleição dos membros que hão de compôr a mesa administrativa, a qual terá exercicio por um anno.

Art. 25. Os membros da mesa administrativa podem ser reeleitos, e a eleição só recahirá em socios effectivos, ou honorarios, residentes na séde do Instituto podendo os membros da mesma mesa administrativa, excepto o presidente, fazer parte de qualquer das commissões.

Art. 26. A eleição da mesa será feita por escrutinio secreto.

§ 1.º. Cada socio presente lançará na urna duas cédulas, uma contendo o nome do presidente, do vice-presidente, do primeiro e do segundo secretarios, do thesoureiro e do orador, e outra contendo o nome dos membros das diversas commissões.

§ 2.º. Só para os logares de presidente e de vice presidente se requer maioria absoluta; no caso de empate, correrá segundo escrutinio; e, si, ainda assim, este não fôr decisivo, a sorte desempatará a eleição.

PRESIDENTE

o presidente tomará posse e dirigirá, por um anno, o Instituto.

Em falta do presidente, regerá o vice-presidente, e, na falta do vice-presidente, regerá o socio effectivo mais antigo que se achar

no Instituto, não sendo mais de um socio com igual antiguidade, preferindo-se a maior idade regulada pela matricula social.

O presidente compete:

1.º - Decidir sobre qualquer negocio urgente no intervallo das sessões, e, no fim de cada sessão, fazer a conta, na primeira sessão, das providencias que tiverem de ser tomadas para resolver definitivamente.

2.º - Nomear quem sirva interinamente nas commissões por falta de membros, e quem suppra o orador nos seus impedimentos.

3.º - Nomear os relatores das commissões, nos termos do art. 22.

4.º - Nomear as Commissões de que trata o art. 23.

5.º - Nomear o thesourreiro, no caso de falta temporaria do effectivo.

PRIMEIRO SECRETARIO

O primeiro secretario terá a seu cargo a correspondencia, diplomas, o archivo, a bibliotheca e o museu do Instituto. Compete-lhe:

1.º - Nomear a Mesa Administrativa a nomeação do escripturario e dos empregados do Instituto.

2.º - Nomear, para qualquer dos empregos, quando não cumprirem os requisitos, nomeando outros, interinamente, e sujeitando-os á Mesa Administrativa.

3.º - Nomear os manuscritos, livros e quaesquer outros objectos que se acharem no Archivo, á Bibliotheca e ao Museu, em catalogos, por cada um, com declaração do nome das pessoas doadoras, ou de quem os doou, e da data da doação, e do valor corrente, ou de que se trata, e assignar a Mesa Administrativa.

4.º - Nomear a imprimir esses catalogos addicionando-lhes, em cada um, o complemento com as novas acquisições.

5.º - Nomear, de dez em dez annos, os ditos catalogos, para serem

6.º - Nomear a compra dos objectos necessarios ao expediente, e assignar a respectiva verba do orçamento.

7.º - Nomear a folha do vencimento dos empregados, e rubricar a folha de despeza que deve ser paga pelo thesourreiro.

§ 8º. Providenciar, na falta do presidente, em todos os negocios urgentes do Instituto, e nos de administração economica, participando, na primeira sessão, as providencias que tiver tomado.

SEGUNDO SECRETARIO

Art. 30. O segundo secretario tem a seu cargo a redacção das actas. A elle incumbe:

§ 1º. Substituir o primeiro secretario nas suas faltas e impedimentos.

§ 2º. Expedir os avisos de convocação das sessões.

Art. 31. Na falta de um e de outro, nomeará o presidente, dentre os socios effectivos, quem supra as respectivas faltas, temporariamente.

EXPEDIENTE

Art. 32. O primeiro secretario e o segundo receberão os livros e utensilios necessarios para o expediente que lhes é incumbido por estes Estatutos.

THESOUREIRO

Art. 33. Compete ao thesoureiro:

§ 1º. Promover, arrecadar e por em guarda os fundos do Instituto.

§ 2º. Pagar as suas despezas competentemente auctorizadas, depois de visados os documentos pelo primeiro secretario, e posto o «pague-se» pelo presidente, não devendo fazer pagamento, quando esteja excedida a respectiva verba do orçamento, sem que sujeite o excesso da despeza á deliberação do Instituto em suas sessões ordinarias.

§ 3º. Apresentar á mesa administrativa no principio de cada trimestre, um balancete do estado do cofre.

§ 4º. Escolher um cobrador ou agente da thesouraria, que seja de sua confiança, o qual perceberá, pela cobrança, uma comissão marcada pela mesa administrativa sob indicação do thesoureiro.

Art. 34. O thesoureiro dará contas annuaes da administração dos fundos a seu cargo.

§ 1º. Estas contas abrangerão receita e despeza, e serão apresentadas no fim de cada anno social.

§ 2º. Depois de examinadas pela comissão de fundos, serão por esta apresentadas á mesa administrativa, com o seu parecer, o qual será submettido á discussão e á votação, em sessão ordinaria.

ORADOR

Art. 35. Ao orador compete:

§ 1º. Falar ou responder pela Sociedade em todas as occasiões, tanto festivas como funebres, excepto quando o presidente o fizer, porque tem preferencia tanto nas sessões, como nas deputações do Instituto.

º. Fazer o elogio historico dos socios fallecidos durante o anno, assim tambem, o discurso funebre sobre a sepultura daqueiles enterro assistir.

º. Requerer ao presidente a observancia dos Estatutos, quando, cussões, os consocios se desviarem do objecto de que se tratar.

COMISSÃO DE FUNDOS

Art. 36. Pertence á Commissão de fundos:

1.º Examinar as contas que lhe foram submettidas.

2.º Organizar o orçamento annual de receita e despesa, para ser em sessão ordinaria, até ao fim de junho.

3.º Dar parecer, quando fôr consultada pela mesa administra-

COMISSÃO DE ESTATUTOS E DE REDACÇÃO DE REVISTA DO INSTITUTO

Art. 37. Compete á Commissão de Estatutos e de Redacção de

a:

1.º Dar parecer sobre duvidas que occorram na intelligencia de artigo dos mesmos Estatutos.

2.º Propôr as emendas, reformas e additamentos que pareçam arios, as quaes, depois de discutidas em sessão, serão approvadas eitadas.

3.º Escolher os escriptos que devem ser publicados tanto na *Revista do Instituto*, como em avulso; recebendo antes, do segundo se-
rio, as cópias das actas ou correspondencias que a mesa adminis-
trativa ordenar que se publiquem, as observações e os avisos que devem
figurar, e, finalmente, as memorias, os documentos e os artigos
que forem remettidos pelas respectivas comissões, com o compe-
parecer sobre a conveniencia de sua publicação.

4.º Toda a urgencia não só sobre a redacção, como a impressão
in vista, apresentando, para isso, um plano que se deva seguir, e em
enham calculadas as despezas indispensaveis, para serem appro-

COMISSÃO DE REVISÃO DE MANUSCRIPTOS

Art. 38. A' commissão de revisão de manuscritos compete:

1.º Examinar os manuscritos existentes no archivo, emittindo
sobre a importancia delles.

2.º Propôr que se copiem os entregados, e se inutilizem os que
o tiverem prestimo, por se terem publicado na *Revista do Instituto*,
ou qualquer outra circumstancia.

COMISSÃO DE TRABALHOS HISTÓRICOS, GEOGRÁFICOS E ETHNÓGRÁFICOS

Art. 39. Compete ás commissões de trabalhos históricos, geográficos e ethnográficos;

§ 1.º Receber as memorias, documentos e artigos, que lhes forem remettidos pela mesa administrativa.

§ 2.º Dar parecer sobre os que deverão entrar na *Revista*, bem como sobre os que convenham publicar em separado, ou archivar.

COMISSÃO DE PESQUISA DE MANUSCRITOS

Art. 40. A' commissão de pesquisas de manuscritos e documentos incumbe:

§ 1.º Obter manuscritos e documentos em original, ou por copia, e enviar-os á mesa administrativa.

§ 2.º Dar noticias de quaesquer manuscritos, ou documentos, que importe ao Instituto adquirir, quando os não possa directamente obter.

COMISSÃO DE BIOGRAPHIA

Art. 41. A' commissão de biographia incumbe escrever a biographia succinta de todos os nacionaes, ou estrangeiros, que se assignalarem por serviços prestados ao Estado de Minas Geraes, em qualquer ramo de actividade.

§ 1.º As biographias serão redigidas em estylo singello e conterão, além do nome da pessoa, sua profissão, logar e data do nascimento e morte, os serviços que prestou e as obras que publicou, e tudo isto acompanhado do conveniente juizo crítico a respeito de seus actos.

§ 2.º Serão tambem acceptos, para publicar-se na *Revista do Instituto*, trabalhos identicos, que forem offertados por pessoas alheias ao Instituto, sendo assignados pelos respectivos auctores.

COMISSÕES EXTRAORDINARIAS

Art. 42. Além das commissões indispensaveis á marcha do Instituto, poderá o presidente, em sessão, nomear outras para fins especiaes, ou encarregar de algum trabalho os socios em separado, quando isso fôr julgado mais conveniente; assim como poderá, mediante proposta da commissão de Estatutos, crear novas commissões sobre outros ramos de estudos relacionados com o fim a que se propõe o Instituto, ou, mesmo, dividil-os em sessão, conforme parecer mais conveniente, sendo isto approvedo pela mesa.

DEVERES GERAES DOS SOCIOS

Art. 43. O membro da commissão que, no espaço de seis mezes, não apresentar o trabalho que lhe competir, e não dêr excusa satisfa-

, será substituído para esse fim especial, mencionando-se na acta.

1.º Nenhum socio se negará, sem motivo justificado, a trabalhos hes forem incumbidos.

2.º O socio contribuinte que, por espaço de dous annos, deie pagar as suas contribuições, havendo, para isso, recebido aviso primeiro secretario, expedido em vista da informação do thesoureiro tendente-se ter renunciado a sua qualidade de socio, e assim o declara mesa administrativa logo que tenha conhecimento do facto.

RELATORIOS DE COMISSAO

Art. 44. Os relatores das diversas comissões, effectivas ou substitutas, que tenham de ser consultados sobre os trabalhos apresentados serão nomeados pelo presidente dentre os respectivos membros, modo que esse serviço se distribua, em egualdade, por todos.

ESCRITURARIO E PORTEIRO

Art. 45. O escriptuario tem por obrigação:

1.º Escrever o que fôr necessario ao serviço do Instituto, sob as ordens immediatas do primeiro secretario.

2.º Coadjuvar ao primeiro secretario no arranjo e na conservação da bibliotheca e dos objectos do Museu.

3.º Comparecer diariamente na Secretaria do Instituto e assistir às sessões.

Art. 46. Ao porteiro incumbem:

1.º Ter as chaves do edificio, para abri-lo e fechal-o, diariamente, ás horas marcadas por deliberação da mesa administrativa.

2.º Mandar fazer o aceio da casa.

3.º Providenciar sobre a illuminação da sala das sessões, e assistências.

§ 4.º Cumprir as ordens do primeiro secretario sobre o expediente.

Art. 47. A estes empregados marcar-se-á, no orçamento annual, o respectivo vencimento.

CAPITULO VI

REUNIÕES DO INSTITUTO E ORDEM DOS SEUS TRABALHOS

Art. 48. As sessões do Instituto Historico são:

1.º Ordinarias, ou extraordinarias;

2.º De Assembléa Geral;

3.º Anniversarios de installação;

4.º De eleição;

§ 1.º As sessões ordinarias e extraordinarias serão reservadas e só-lhe poderão assistir a ellas as pessoas convidadas pelo presidente,

pelo primeiro secretario, ou que forem apresentadas á mesa por um socio, dando, antecipadamente, aviso ao primeiro secretario.

§ 2.º Os negocios puramente administrativos e de prompto expediente poderão ser tratados em reunião dos membros da mesa administrativa.

Art. 49. O Instituto se reunirá, para celebrar sua installação, no dia 15 de agosto; será convocado para fazer as eleições da nova mesa administrativa e dar posse á mesma.

Art. 50. Em todas as sessões, o presidente occupará o primeiro logar á direita da mesa, tendo ao seu lado o primeiro secretario e o segundo, o thesoureiro e o orador. Todos os outros membros se assentarão promiscuamente.

SESSÃO ANNIVERSARIA

Art. 51. Na sessão de 15 de agosto, á qual devem concorrer todos socios sob a direcção do presidente, pronunciará este um discurso de abertura.

§ 1.º Findo o discurso, o primeiro secretario lerá o relatorio em que exponha os trabalhos do Instituto durante o anno, e faça menção honrosa dos autores de quaesquer obras historicas, geographicas, ou ethnographicas, que, no decurso do mesmo anno, foram offerecidas ao Instituto.

§ 2.º Logo depois, o orador recitará o elogio dos socios fallecidos, indicando seus serviços mais transcendentés em favor da sociedade.

SESSÕES ORDINARIAS

Art. 52. As sessões ordinarias realizar-se-ão de trinta em trinta dias; havendo impedimento, o presidente indicará o dia de reunião que poderá ser annuciado pela imprensa.

§ 1.º Nestas sessões, serão tratados todos os negocios litterarios e economicos do Instituto.

§ 2.º Aberta a sessão, ler-se-á o expediente, e se resolverá sobre qualquer materia sujeita ao conhecimento do Instituto.

§ 3.º Quando algum socio quizer ler qualquer trabalho litterario, participará ao primeiro secretario, que previnirá o presidente para dar a palavra, em occasião opportuna, ao recitante.

§ 4.º A leitura de taes trabalhos não excederá de uma hora para cada leitor.

§ 5.º O presidente fará exhibir de uma urna programmas que ahí se tenham recolhido, para ser disiribuidos e tratados pelos socios, que delles se encarregarem, ficando obrigados a apresentar os seus trabalhos em sessão, segundo o disposto no art. 48.

havendo necessidade, o presidente convocará sessão extraordinária a qual se expedirá convite, ou aviso, assignado pelo segundo.

Para haver sessão ordinaria ou extraordinaria, do Instituto que se achem presentes o presidente, ou algum dos membros, primeiro ou segundo secretario, ou qualquer dos suplentes, e algum socio, perfazendo, ao menos, o numero de

ASSEMBLÉA GERAL

O presidente pode convocar a assembléa geral, sempre que conveniente á boa marcha do Instituto.

Todos os socios deverão assistir ás assembléas geraes, nas quaes tem o direito de propôr, discutir e votar.

Para haver sessão na assembléa geral, é preciso a presença de sete socios, pelo menos.

Não comparecendo este numero, marcar-se-á nova reunião, na qual se-á com o numero que compareça nunca inferior a sete.

REGRAS DO INSTITUTO, LIVROS E MANUSCRIPTOS

1. Os socios têm direito a um exemplar da *Revista*, desde o momento da publicação em diante.

Aquelle que deixar de fazer as prestações de mais de dous annos, perde o direito de recebê-los.

O thezoureiro fica incumbido de sua distribuição aos socios e a essas pessoas residentes no Estado de Minas e fóra d'elle.

2. Os socios terão a faculdade de ler na bibliotheca do Instituto, quer impressas quer manuscriptas, ahí existentes, e de fazer copias de que precisarem.

3. Não é permittida a saída de livros, mappas, manuscriptos do Museu, podendo unicamente a commissão de redacção tirar copias, ou impressos necessarios para a publicação na *Revista* avulso, ficando uma nota dos mesmos manuscriptos, ou impressos, e assignada por qualquer dos membros da commissão.

CAPITULO VII

FUNDOS DO INSTITUTO E SUA APLICAÇÃO

8. Os fundos desta associação procedem:

Das joias de admissão de seus socios, tanto effectivos como honorarios, do emolumento, dos diplomas, e da contribuição que elles deve pagar annualmente, conforme dispõe o art. 17.

Do producto das reuniões.

Dos donativos que se fizerem ao Instituto.

§ 4.º Da receita líquida da *Revista* e das obras avulsas que publicar.

§ 5.º Do subsídio concedido anualmente pelo governo de Minas Geraes.

Art. 59. Os fundos do Instituto serão applicados:

§ 1.º Ao seu expediente, reparo e conservação do que lhe pertencer.

§ 2.º Aos ordenados dos empregados.

§ 3.º A impressão e distribuição da *Revista do Instituto*, e de obras avulsas.

§ 4.º A publicação de memorias e escriptos, precedendo pareceres favoraveis das respectivas commissões.

§ 5.º A compra de livros e manuscriptos, que devem ser depositados na bibliotheca e no archivo.

§ 6.º Ao pagamento de premios aos que mais se distinguirem no desempenho dos programmas distribuidos pelo Instituto.

§ 7.º A premiar os trabalhos que, pelo seu transcendente merecimento, reconhecido pela respectiva commissão, forem coroados e publicados por ordem da mesa administrativa.

Art. 60. Quando, feitas as despesas annuaes do Instituto, apparecerem sobras, estas serão empregadas na formação do patrimonio social, como fór deliberado pelo Instituto em sessão ordinaria.

§ 1.º Este patrimonio não poderá ser despendido, no todo, ou em parte, sem auctorização da assembléa geral, conferida por dous terços dos votos presentes.

§ 2.º Os rendimentos, porém, serão applicados ás despesas fixadas no orçamento, e auctorizada pela mesa administrativa.

CAPITULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAES

RECEPÇÃO DE NOVOS SOCIOS

Art. 61. Quando algum novo socio vier terna rassento, o presidente fará a allocução de apresentação ao recipiendario, o qual fará o seu discurso de admisión, a que responderá o orador.

A allocução do presidente e os discursos do recipiendario e do orador serão insertos na acta.

FALLECIMENTO DE SOCIOS

Art.º 62. Aos enterros de membros do Instituto, sendo participados a tempo conveniente, irá assistir uma deputação de tres membros nomeada pelo presidente.

Art. 63. Na primeira sessão seguinte ao fallecimento de qualquer socio, ou á noticia delle, será lançado na acta um voto de pezar, e poderá qualquer membro presente á sessão commemorar o finado em succintas palavras de condolencia e louvor.

ARCA DE SIGILLO

Art. 64. O Instituto terá uma arca de sigillo, onde guardará todos os manuscriptos secretos, que devem ser publicados em época determinada.

§ 1.º A arca de sigillo será feita de ferro e com duas fechaduras de patente, cujas chaves serão differentes.

§ 2.º As duas chaves serão entregues e guardadas da maneira seguinte: a primeira nas mãos do presidente do Instituto, e a segunda nas do thesoureiro.

§ 3.º Feito o deposito, fechar-se-á immediatamente a arca, sendo entregues as chaves a cada um dos claviculários.

§ 4.º A arca de sigillo só se abrirá em sessão ordinaria do Instituto, na presença dos claviculários.

§ 5.º Os manuscriptos ahí depositados serão previamente numerados e inventariados, segundo o titulo que trouxerem, com a indicação do formato, qualidade do papel que o envolveu, e outros quaesquer signaes, que os possam bem caracterizar.

§ 6.º Além do sello e das precauções do auctor, o Instituto os fará sellar de novo.

§ 7.º Na arca de sigillo, haverá uma cópia de termo, que se lavrar em sessão, em livro proprio para isso, a qual será assignada pelos claviculários e pelos secretários.

§ 8.º Toda memoria, ou documento enviado ao Instituto, para deposito temporario na arca de sigillo, deve ser lacrado pelo proprio auctor, e virá acompanhado de uma carta ao primeiro secretario, com assignatura do auctor, ou de pessoa conhecida, com declaração do tempo em que se deverá fazer a abertura.

§ 9.º Chegando o tempo da abertura das cartas, ou documentos, o presidente do Instituto convocará sessão para abertura da arca de sigillo, e, depois de extrahido e verificado o manuscripto, segundo a carta que o acompanhar, será aberto e lido immediatamente, e, si fôr muito longo, proseguirá a leitura nas sessões seguintes.

§ 10.º Terminada a leitura da memoria, ou documento, o Instituto, antes de dar-lhe o conveniente destino, o submeterá á apreciação de uma commissão especial para providenciar sobre o seu merecimento.

DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 65. São considerados socios fundadores do Instituto Historico e Geographico de Minas Geraes, além dos que compareceram e

se fizeram representar na reunião da convocação, os mineiros que são socios do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, e os correspondentes do Archivo Publico Mineiro, os lentes da Faculdade Livre de Direito, os deputados e senadores residentes nesta Capital.

Belo Horizonte, 12 de julho de 1906.

Francisco Julio da Veiga.

Carlos Honorio Benedicto Ottoni.

Gustavo Penna.

Albino Alves Filho, secretario e relator.